

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

**A DIALÉTICA CAPITALISTA NO MEIO RURAL EM
TUPANCIRETÃ/RS/BRASIL: DA OCUPAÇÃO IBÉRICA AO
AGRONEGÓCIO NOS ASSENTAMENTOS
DA REFORMA AGRÁRIA**

VINICIUS SILVA MOREIRA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, MAIO DE 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A DIALÉTICA CAPITALISTA NO MEIO RURAL EM
TUPANCIRETÃ/RS/BRASIL: DA OCUPAÇÃO IBÉRICA AO
AGRONEGÓCIO NOS ASSENTAMENTOS
DA REFORMA AGRÁRIA**

VINICIUS SILVA MOREIRA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Nivaldo Espanhol (UNESP/PP)
Prof^a. Dr^a Christiane Senhorinha Soares Campos (UFS)
Prof. Dr. Ivaldo Gehlen (UFRGS/PGDR)
Prof. Dr. Luis Fernando Mazzini Fontoura (UFRGS/POSGEA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Geografia**.

PORTO ALEGRE, MAIO DE 2013

CIP - Catalogação na Publicação

Moreira, Vinicius Silva
A DIALÉTICA CAPITALISTA NO MEIO RURAL EM
TUPANCIRETÃ/RS/BRASIL: DA OCUPAÇÃO IBÉRICA AO
AGRONEGÓCIO NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA /
Vinicius Silva Moreira. -- 2013.
227 f.

Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Geografia Agrária. 2. (Re) (Des) Configuração
Espacial. 3. Dialética. 4. Capitalismo. 5.
Território. I. Medeiros, Rosa Maria Vieira, orient.
II. Título.

*DEDICO ESTE TRABALHO A MINHA
COMPANHEIRA ANA JÚLIAN FACCIO PELA
COMPREENSÃO E CARINHO NOS MOMENTOS
NOS QUAIS EU NÃO ESTAVA PRESENTE
FISICAMENTE OU MENTALMENTE E NÃO LHE
DEI A ATENÇÃO DEVIDA POR ESTAR ME
DEDICANDO A ESSA EMPREITADA REFLEXIVA
QUE É A TESE DE DOUTORAMENTO.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Rosa, pelo carinho e comprometimento com a Ciência Geográfica e, acima de tudo, com a formação de seus alunos/orientandos: obrigado pela orientação e por ser uma excelente professora/orientadora; por estar sempre do meu lado nesses quatro anos e ter contribuído enormemente para a minha formação.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia/ POSGEA/UFRGS, pela contribuição teórica para a minha formação.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos seus servidores, pela atenção e dedicação para com a Instituição e aos alunos.

Agradeço ao Povo brasileiro que paga altíssimos impostos cuja ínfima parcela destina-se à Educação.

Agradeço à Capes-Reuni, pelos vinte e quatro meses de bolsa, que possibilitaram a realização dos créditos nos dois primeiros anos de doutoramento (2009-2010).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Quadro de assentamentos rurais e famílias assentadas em Tupanciretã/RS.....	30
FIGURA 2 – Diagrama da interação de fatores na formação do objeto de estudo....	47
FIGURA 3 – Organograma da corrente metodológica da pesquisa	48
FIGURA 4 – Gráfico da quantificação da pecuária em Tupanciretã/RS (1975-2006)	63
FIGURA 5 – Gráfico da expansão da soja e do declínio da pecuária em Tupanciretã/RS.....	100
FIGURA 6 – Logomarca da AGROPAN	107
FIGURA 7 – Gráfico da produtividade de soja em Tupanciretã/RS (1960-2010)	114
FIGURA 8 – Fluxograma explicativo da gênese de um movimento social	130

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 – Complexo agroindustrial da pecuária (abatedouro/frigorífico)	67
FOTO 02 – Soja sendo cultivada em áreas de pecuária em Tupanciretã/RS	102
FOTO 03 – Sede da AGROPAN – Unidade 1	110
FOTO 04 – Santa Tecla – Unidade 2 AGROPAN	110
FOTO 05 – São José – Unidade 3 AGROPAN	110
FOTO 06 – Inhacapetum – Unidade 4 AGROPAN.....	110
FOTO 07 – Forrageiro – Unidade 5 AGROPAN.....	110
FOTO 08 – São Joaquim – Unidade 6 AGROPAN	110
FOTO 09 – Chiapetta – Unidade 7 AGROPAN.....	110
FOTO 10 – Espinilho – Unidade 8 AGROPAN.....	110
FOTO 11 – Loja de ferragem, materiais de construção, armas e munições, eletrodomésticos, móveis e bazar	111
FOTO 12 – Representação da New Holland em Tupanciretã/RS	117
FOTO 13 – Representação da Valtra em Tupanciretã/RS	117
FOTO 14 – Representação da Massey Ferguson em Tupanciretã/RS	118
FOTO 15 – Representação da John Deere em Tupanciretã/RS.....	118
FOTO 16 – Representação da Agrale em Tupanciretã/RS	120
FOTO 17 – Graneleiros para armazenar soja em Tupanciretã/RS	120
FOTO 18 – Terminal ferroviário AGROPAN – carregamento de soja em vagões da ALL e da Bunge.....	121
FOTO 19 – Travessia alagada: crianças indo à escola após a chuva.....	178
FOTO 20 – Trator Valmet, ano 1978, pertencente a um assentado.....	203
FOTO 21 – Ceifadeira/colheitadeira da década de 1960	203
FOTO 22 – Vacas confinadas em pouca área, ao fundo (verde escuro) soja.....	206
FOTO 23 – Soja (verde escuro ao fundo) dominando áreas do lote	206
FOTO 24 – Colhendo e picando palha de milho – silagem	207
FOTO 25 – Descarregando silagem sobre a lona para secar ao sol.....	207
FOTO 26 – Espalhando silagem para secar e depois armazenar.....	207
FOTO 27 – Assentado alimentando suas 15 vacas da raça Jersey com farelo de milho	208
FOTO 28 – Assentado alimentando suas 10 vacas da raça Holandesa com farelo de milho	208

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Reduções Jesuíticas dos Povos do Tape	22
MAPA 02 – Localização da área de abrangência das Reduções dos Sete Povos das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul	23
MAPA 03 – Localização do município de Tupanciretã/RS/Brasil	25
MAPA 04 – Hipsometria do município de Tupanciretã/RS/Brasil	28
MAPA 05 – Relação entre a área de pecuária e de soja no RS – 1975	84
MAPA 06 – A área de sojicultura no Rio Grande do Sul no ano de 1975	85
MAPA 07 – Relação entre a área de pecuária e de soja no RS – 1985	87
MAPA 08 – A área de sojicultura no Rio Grande do Sul no ano de 1985	88
MAPA 09 – Relação entre a área de pecuária e de soja no RS – 1995	90
MAPA 10 – A área de sojicultura no Rio Grande do Sul no ano de 1995	91
MAPA 11 – Relação entre a área de pecuária e de soja no RS – 2006	94
MAPA 12 – A área de sojicultura no Rio Grande do Sul no ano de 2006	95
MAPA 13 – Espacialização e localização dos Assentamentos Rurais no município de Tupanciretã/RS	150
MAPA 14 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 12/01/1994	191
MAPA 15 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 03/02/1996	193
MAPA 16 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 06/02/2000	195
MAPA 17 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 26/01/2005	197
MAPA 18 – Mapa de Uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 09/02/2010	199

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Comparação da área plantada e quantidade colhida de soja em Tupanciretã e no Rio Grande do Sul entre os anos de 1950-2006.....	30
TABELA 2 – Número de cabeças da pecuária em Tupanciretã/RS	62
TABELA 3 – Bovinos em Tupanciretã	99
TABELA 4 – Soja em Tupanciretã.....	99
TABELA 5 – Produtividade Física da Soja em Tupanciretã/RS (1960 – 2010)	113
TABELA 6 – Produção de leite em Tupanciretã/RS	209

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROPAN	Cooperativa Agrícola Tupanciretã Ltda
ALL	América Latina Logística
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
CAIs	Complexos Agroindustriais
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
COOPERTERRA	Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda
COPTec	Cooperativa Técnica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
CREHNOR	Sistema de Cooperativas de Crédito Rural
DSGEB	Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Landsat	Land Remote Sensing Satellite
Ltda	Limitada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Auxílio à Agricultura Familiar
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
S/A	Sociedade Anônima
SICREDI	Banco Cooperativo de Sistema de Crédito
SIDRA (IBGE)	Sistema de Dados de Recuperação Automática
STRM	Shuttle Radar Topography Mission
UHEDF	Usina Hidroelétrica Dona Francisca

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar a dinâmica dos processos territoriais relacionada às alterações da matriz produtiva no município de Tupanciretã cuja gênese do espaço rural, intrinsecamente ligado ao latifúndio pastoril, vem sofrendo transformações significativas ao longo das últimas décadas. Isso ocorreu devido à retração da pecuária extensiva, em favor da agricultura moderna, ou seja, plantio de soja e desenvolvimento do agronegócio. A fragmentação parcial dos criatórios de gado e sua reestruturação ocorrem através de três formas predominantes: o arrendamento; a venda de propriedades e a desapropriação de terras ociosas que não estavam exercendo sua função social. Cada território imprime no espaço suas características resultantes de suas atividades, mas, no decorrer dos tempos, outros territórios surgem e competem nesses espaços, dinamizando o espaço geográfico através das relações de seus agentes em prol de suas atividades. A dialética se faz presente para abarcar a dinâmica do processo através do Materialismo Histórico de transformação do espaço agrário no Município, possibilitando, por meio da análise da Formação Socioespacial, orientar o caminho desta tese e compreender o objeto de estudo e sua interação através das verticalidades que chegam ao Território. Assim, essa pesquisa tem por objetivo compreender e explicar dois processos de transformação no espaço agrário de Tupanciretã; o primeiro refere-se à investigação do(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) a pecuária extensiva, herdeira das sesmarias, detentora do fator terra, permitiu a inserção da leguminosa soja em suas áreas, e o segundo, à análise da formação e estruturação dos quinze (15) assentamentos rurais de reforma agrária que também têm admitido a presença de uma agricultura capitalista em seus lotes, sabendo que os movimentos sociais de luta pela terra combatem qualquer monocultura capitalista, ou seja, o agronegócio.

Palavras-chave: Geografia Agrária; (Re) (Des) Configuração Espacial; Dialética; Capitalismo; Território.

ABSTRACT

This research aims to analyze the dynamics of territorial processes related to changes in matrix production in the city of Tupaciretã, whose genesis in the rural space, intrinsically linked to pastoral landowners, intrinsecamente ligado ao latifúndio pastoril, has undergone significant changes over the past few decades. This has happened due to the retraction of extensive livestock, in favor of the modern agriculture, ie, soybean planting and agribusiness development. The partial fragmentation of cattle farms and its restructuring, occurs in three predominant ways: the leasing; the sale of properties and the expropriation of idle lands that were not performing its social function. Each territory prints in space the resulting characteristics of its activities, but, in the course of time, other territories emerge and compete in these spaces, streamlining geographical space through the relations of their agents in support of their activities. The dialectic is present to encompass the dynamics of the process through Historical Materialism of agrarian space transformation in the city, making it possible, through Sociospacial Formation, to guide the path of this Thesis and to understand the subject matter and its interaction through the uprights that come to the territory. Thus, this research aims to understand and explain two processes of Tupaciretã's agrarian space transformation; the first one refers to the investigation of the reasons for which the extensive livestock, heiress of sesmarias, holder of the land factor, allowed the inclusion of soybean in their fields, and the second one refers to the analysis of formation and organization of fifteen (15) rural settlements which have also admitted the presence of capitalist agriculture in their lots, even though they know that the social movements that struggle for land combat any capitalist monoculture, ie, agribusiness.

Keywords: Agrarian Geography; Spatial (Re) (De) Configuration; Dialectics; Capitalism; Territory.

Muitas vezes as coisas que me pareceram verdadeiras quando comecei a concebê-las tornaram-se falsas quando quis colocá-las sobre o papel.

**Discurso sobre o Método,
René Descartes**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SUA PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESES	22
3 MÉTODO E METODOLOGIA: O “CAMINHO” NA PESQUISA CIENTÍFICA	32
3.1 HISTÓRICO DO MÉTODO CIENTÍFICO	32
3.2 A POLISSEMIA DO CONCEITO! EPISTEMOLOGICAMENTE, O QUE É O MÉTODO?.....	37
3.3 A DIALÉTICA! POR QUÊ? PORQUE O MUNDO É DINÂMICO!	40
3.3.1 O materialismo histórico	43
3.3.2 O método dialético na escola geográfica	43
3.3.3 A formação socioespacial	46
3.3.4 Objeto de estudo da pesquisa	47
3.3.5 Considerando as reflexões do método	48
3.4 ETAPAS DA PESQUISA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO.....	49
3.5 METODOLOGIA CARTOGRÁFICA	52
4 O LATIFÚNDIO PASTORIL: ALTERNATIVA CAPITALISTA PARA GARANTIR A MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO PORTUGUES EM FACE AO ESPANHOL E, CONSEQUENTEMENTE, A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO GAÚCHO	53
REFLEXÃO MUSICAL – Minha Querência	53
4.1 ESPAÇO E PODER: A GÊNESE DO TERRITÓRIO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	54
4.2 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO DA GRANDE PROPRIEDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	56
4.3 O DECLÍNIO DA PECUÁRIA EM TUPANCIRETÃ VISTO EM NÚMEROS.....	62
4.4 BOVINOCULTURA: ROTATIVIDADE DA TERRA E SUA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA.....	64

4.5 REFLEXÕES SOBRE O LATIFÚNDIO PASTORIL.....	66
5 SOJA: O SIMBOLO DO CAPITAL NO CAMPO. A SUBSTITUIÇÃO DA PECUÁRIA EXTENSIVA PELO AGRONEGÓCIO COMO NOVA MATRIZ PRODUTIVA E SUAS NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NO AGRÁRIO	68
REFLEXÃO MUSICAL – Não podemo se entrega pros Home	68
5.1 DOS CLÁSSICOS RURAIS À REFLEXÃO: A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAPITALISMO NO CAMPO.....	69
5.1.1 A superioridade da grande propriedade para Kautsky.....	69
5.1.2 A desintegração do campesinato para Lênin	72
5.1.3 A unidade econômica camponesa para Chayanov	74
5.1.4 Discussões sobre campesinato e agricultura familiar.....	77
5.2 SOJA: HISTORICIDADE E ORIGENS	79
5.2.1 A soja no Brasil	80
5.3 AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NO AGRÁRIO GAÚCHO COM A CRIAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS (CAIS) DA SOJA	82
5.4 A COMPETIÇÃO DO ESPAÇO RURAL EM TUPANCIRETÃ: PECUÁRIA X SOJA.....	97
5.5 AGROPAN: O FORTALECIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA SOJA EM TUPANCIRETÃ/RS	103
5.5.1 Gênese e dinâmica do território da soja	103
5.5.2 A sojicultura em números: Produção e Produtividade de Tupanciretã....	111
5.5.3 Corporações e Estruturas pró-ativas a sojicultura em Tupanciretã.....	115
5.6 REFLEXÕES SOBRE O AGRONEGÓCIO DA SOJA EM TUPANCIRETÃ	122
6 TERRA NOVA! A ÁRDUA LUTA PELA TERRITORIALIZAÇÃO POR UM PEDAÇO DE CHÃO	124
REFLEXÃO MUSICAL – A Vitória do Trigo.....	124
6.1 A BUSCA DA TERRA NOVA: O DESPERTAR DE UM MOVIMENTO SOCIAL NA LUTA PELA SUA TERRITORIALIZAÇÃO/ESPACIALIZAÇÃO PERANTE AS FACES DO ESTADO NACIONAL	127

6.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM TUPANCIRETÃ.....	146
6.2.1 Breve histórico da luta pela terra na região.....	146
6.2.2 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Nossa Senhora de Fátima.....	149
6.2.3 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Invernada.....	154
6.2.4 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Santa Rosa.....	157
6.2.5 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural São Francisco II.....	160
6.2.6 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Conquista da Esperança.....	162
6.2.7 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Conceição.....	164
6.2.8 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Pôr do Sol.....	166
6.2.9 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Várzea/Nova Várzea.....	168
6.2.10 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural São Domingos/Nova Esperança.....	170
6.2.11 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Invernada das Mulas/Nova Aliança.....	172
6.2.12 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Tupã II/Cachoeira.....	175
6.2.13 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Banrisul I/Estrela que Brilha.....	176
6.2.14 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Nova América.....	180
6.2.15 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Nova Conquista Mãe de Deus.....	181
6.2.16 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Banrisul II.....	183

6.3 REFLEXÕES SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	186
7 A SOJA: OURO OU PIRITA?	187
REFLEXÃO MUSICAL – E de repente, a Soja!	187
7.1 A MARCHA DA SOJA E A SUA OCUPAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	188
7.2 SOJA E LEITE: O BINÔMIO QUE APORTA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	200
7.3 COOPERTERRA: O FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	205
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	218
APÊNDICE ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CAMPO	225
ANEXO EXTRATO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE TUPANCIRETÃ/RS	227

1 INTRODUÇÃO

Do litígio entre as coroas ibéricas, a doação de sesmarias surgiu como alternativa capitalista para Portugal garantir o território aos indivíduos que da terra desejassem prosperar e defender a fronteira meridional da colônia. Somada a terra concedida pelo Império Português, o varão também recebia uma patente do oficialato militar colonial. O município de Tupanciretã tem sua gênese ligada nessa herança colonial, alicerçada no latifúndio proveniente das doações de sesmarias possibilitando às famílias sobreviverem das atividades pastoris.

Dessa forma, o município de Tupanciretã, condicionado à sua origem ligada ao latifúndio pastoril, ao longo das últimas décadas, sofreu transformações significativas em seu espaço rural. Isso ocorreu devido à retração da pecuária extensiva em favor da agricultura moderna da soja, o agronegócio. A fragmentação parcial dos criatórios de gado e sua reestruturação ocorreram através de três formas predominantes: 1) o arrendamento, 2) a venda das propriedades e 3) a desapropriação das terras ociosas que não estavam exercendo sua função social.

Cada território imprime no espaço suas características resultantes de suas atividades, mas, no decorrer dos tempos, outros territórios surgem e competem nesses espaços, dinamizam, dessa forma, o Espaço Geográfico através das relações de seus agentes em prol de suas atividades. Através da proposta de análise espacial elaborada por Milton Santos, a percepção do Espaço Geográfico é compreendida através de suas formas, funções, estruturas e processos; isso, somando-se às relações de poder dialético do capital, irá distinguir um território de outro e fornecerá embasamento teórico-filosófico para essa pesquisa.

O território dos assentamentos rurais possibilitou a introdução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Município. Entretanto, após alguns anos de espera, luta e sofrimento sob a lona preta nos acampamentos, alguns ex-sem-terra não conseguiram – ou não querem – desvincular-se do modo de produção capitalista que, um dia no passado, já os excluía do campo.

A busca da tese central tem sua gênese ligada por duas questões: a primeira delas refere-se ao motivo que levou à retração da pecuária extensiva

nos tradicionais campos do Planalto Médio, sendo ela herdeira e detentora da terra, permitindo que um novo cultivo se apropriasse de seu espaço que há séculos ela representa. A segunda refere-se aos motivos que permitiram que esse novo cultivo se fizesse presente nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, sabendo que os Movimentos Sociais de luta pela terra que dão origem aos acampamentos de sem-terras combatem qualquer monocultura capitalista, ou seja, o agronegócio.

Devido a essas instigações, germina a espinha dorsal da pesquisa, a tese central que será explicar como o capital multifacetado, ou seja, como as várias faces do capital interferirão nas formas de gestão do espaço rural, dando-lhe configurações diversas e muitas vezes alheias aos interesses locais, pois o capital se apresenta dialeticamente e verticalmente no Espaço Geográfico, (re)(des)configurando as horizontalidades de Tupanciretã/RS.

O desenvolvimento dessa investigação tem por dever suprir os anseios reflexivos em torno da tese, o qual se faz com etapas de ponderações administradas em forma de capítulos. Os capítulos estão ligados por um discurso conector em torno da força e poder da dialética que o capital imprime à sociedade, transformando-a conforme as necessidades do mesmo.

Com discussões teóricas e metodológicas, que analisam e argumentam esta pesquisa e seus resultados, visando à elucidação da tese central, apresentam-se 7 capítulos de forma ordenada e evolutiva historicamente a saber: Capítulo 2 – Contextualização Histórico-Espacial no Estado do Rio Grande do Sul, sua Problematização e Hipóteses; Capítulo 3 – Método e Metodologia: O “Caminho” na Pesquisa Científica; Capítulo 4 – O Latifúndio Pastoril: Alternativa Capitalista para garantir a manutenção do Território Português em face ao Espanhol e, conseqüentemente, a formação do Território Gaúcho; Capítulo 5 – SOJA: O símbolo do capital no campo. A substituição da pecuária extensiva pelo agronegócio como nova matriz produtiva e suas novas configurações espaciais no agrário; Capítulo 6 – Terra Nova! A árdua luta pela territorialização por um pedaço de chão; Capítulo 7 – A soja: Ouro ou Pirita? e Capítulo 8 – Considerações Finais.

No segundo capítulo, analisar-se-á a evolução histórica da ocupação e disputa Ibérica nas áreas onde hoje se situa o Estado do Rio Grande do Sul, conseqüentemente a formação territorial do Município em estudo e suas

atividades agrárias ao longo dos tempos impostas pelo capital que dinamizaram o espaço geográfico tupanciretanense. Ainda no capítulo 2, será analisada a espacialização, localização e caracterização geográfica (relevo, solo, hidrografia, vegetação, população), juntamente com a problematização da pesquisa e as hipóteses a serem comprovadas ou refutadas no capítulo 8, das Considerações Finais.

O capítulo terceiro corresponde à evolução do método; neste capítulo foi construído o caminho progressivo que a ciência teve desde os seus primórdios com seus principais pensadores, ou seja, a historicidade do método científico. Logo após, surge a necessidade da busca de um conceito explicando o que é método. Para essa resposta buscou-se a polissemia epistemológica do conceito.

Também nesse capítulo, apresentam-se os motivos que levaram a Dialética a ser escolhida como caminho metodológico dentre vários outros métodos científicos, sendo proporcionada uma reflexão de como a Ciência Geográfica se apropria desse método. O direcionamento desta pesquisa para o Materialismo Histórico, o qual busca as origens de formação territorial da área em estudo, somado à proposta de Milton Santos na análise da Formação Socioespacial que remetem ao objeto de estudo e sua dinâmica.

Ainda no capítulo 3, fazem-se presentes as etapas para a realização da pesquisa e suas técnicas investigativas com o intuito de suprir os questionamentos da tese central e suas hipóteses. Para finalizar esse tópico, a metodologia cartográfica se fez necessária para explicar como foram confeccionadas as ferramentas geográficas, ou seja, os mapas.

No quarto capítulo, o foco de análise é a gênese do latifúndio pastoril em Tupanciretã, que emana da formação territorial do Rio Grande do Sul, como herança da disputa pelas terras entre as Coroas de Portugal e Espanha.

Ainda nesse tópico, o Espaço, somado às relações de Poder, forma o Território em estudo, o qual dará base teórica para a compreensão do apogeu ao declínio da pecuária extensiva e, conseqüentemente, a formação de uma nova atividade pecuarista que consegue manter a concentração fundiária nos campos de Tupanciretã e consorciar suas áreas com a nova matriz produtiva, a soja.

Essa nova matriz produtiva, impulsionada pelo capital verticalizado que é representada na megaestrutura da sojicultura, concebe o quinto capítulo.

O capítulo 5 traz uma ponderação sobre os clássicos da literatura capitalista (Karl Kautsky, Vladimir Ilitch Lênin, Alexander Chayanov), em vista às questões agrárias que transformaram dialeticamente o Espaço Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul com os Complexos Agroindustriais. Com isso, surge a competição pelo Espaço Rural em Tupanciretã, onde o fortalecimento e a consolidação da soja, apoiada pelo capital, vencem a disputa entorno do espaço da pecuária extensiva que tem que se adaptar à nova realidade.

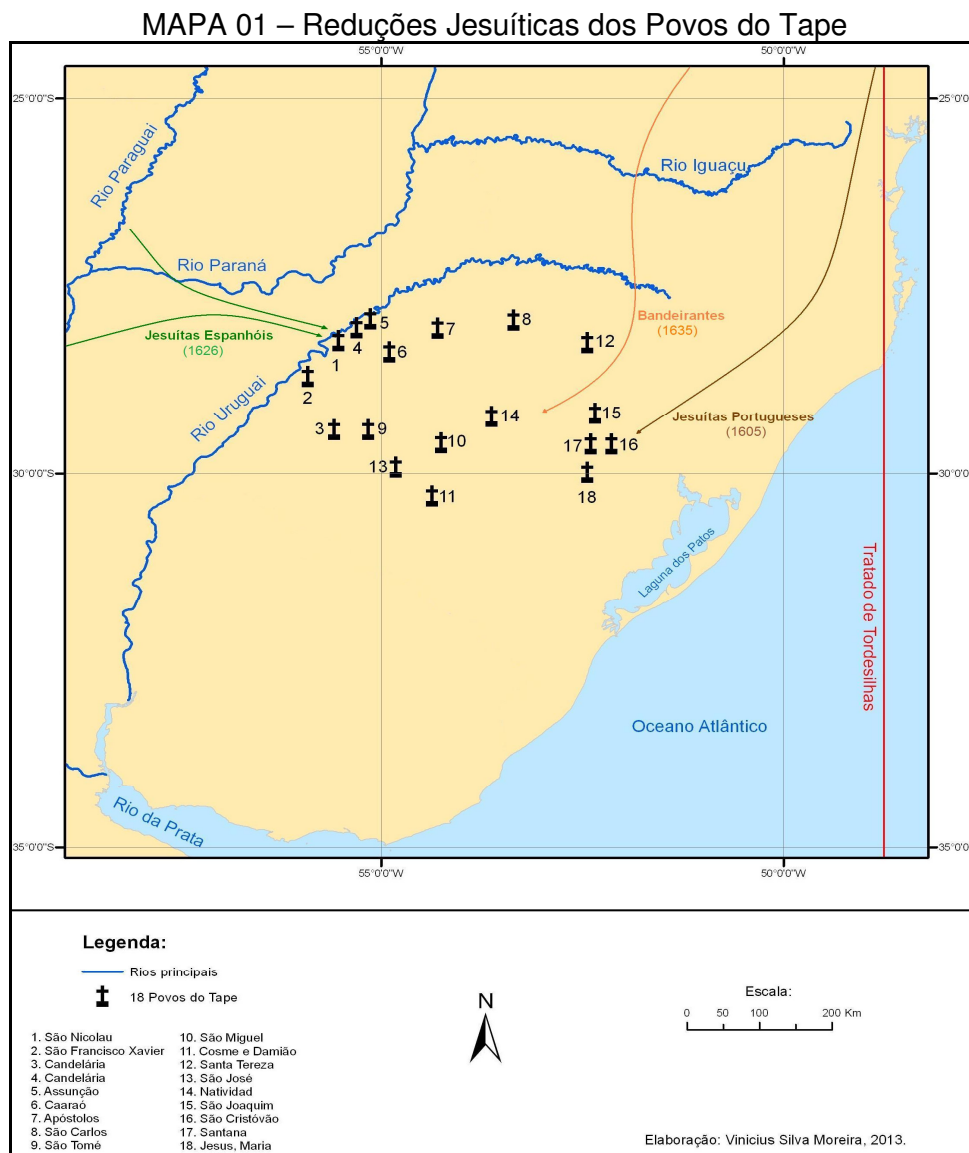
O sexto capítulo tem a competência de relatar a luta pela terra através dos movimentos sociais, os quais buscam ser reconhecidos e inseridos no cotidiano capitalista agrário, que os excluiu por diversos fatores no passado. A luta pela terra só é vencida pelos sem-terra quando o Estado os reconhece e lhes dá o direito à territorialização em Projetos de Assentamento Rurais; no caso de Tupanciretã, a territorialização de 15 assentamentos que serão explanados um a um neste tópico.

O capítulo 7 apresentará qual a forma dominante de capitalização realizada nos assentamentos rurais, quais as principais atividades econômicas que se destacam e como é a realidade socioeconômica dos assentados hoje, depois de chegarem à tão almejada terra.

E, por fim, no capítulo oitavo, das Considerações Finais, serão apresentadas as reflexões realizadas ao longo da pesquisa, com os objetivos propostos e os anseios em suprir, com veracidade científica, as questões levantadas para a problemática central da tese.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SUA PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESES.

A ocupação ibérica no atual Estado do Rio Grande do Sul começou em 1626 com os primeiros Jesuítas (espanhóis) que cruzam o rio Uruguai para catequizar os índios guaranis; esse ato foi incentivado pelo governador do Paraguai Saavedra para colonizar o território que, pelo Tratado de Tordesilhas, era do Império Espanhol. Assim, a presença da Companhia de Jesus onde hoje é o Rio Grande do Sul deu-se primeiramente pela fundação das 18 Reduções Jesuíticas do Tape, com o objetivo de barrar o avanço português em direção a Potosi e Região do Prata (MAPA 01).

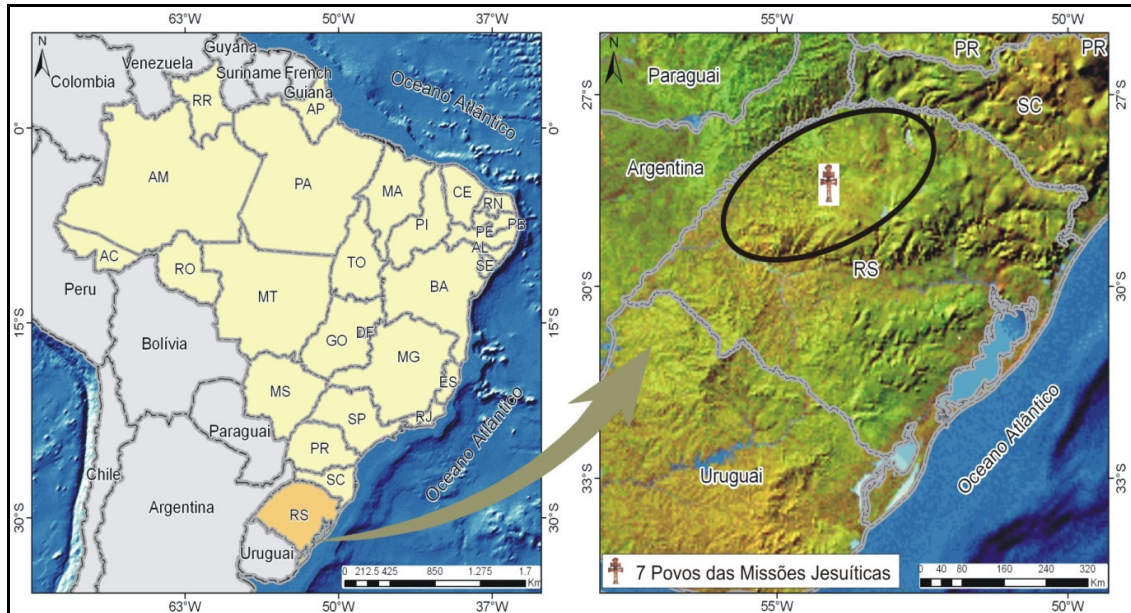


Organização: Vinicius Silva Moreira, 2013

A continuidade das Reduções do Tape foram insustentáveis por vários motivos: primeiro, por ser um local longínquo da civilização do Prata – Buenos Aires Assunção e Montevideu – principais cidades da época; segundo, por localizar-se em uma vasta área de difícil acesso; terceiro, devido às epidemias, que reduziam drasticamente a população indígena e, por último, devido ao surgimento dos Bandeirantes que capturavam os índios com a finalidade de vendê-los como escravos no sudeste brasileiro. As Reduções findaram-se em 1638-39 e seus remanescentes migraram para outras áreas, para a atual República da Banda Oriental do Uruguai e para a atual República da Argentina. (COSTA, 1991)

Segundo Neutzling (2010), em 1682, os Jesuítas retornam ao Rio Grande do Sul, cruzam novamente o Rio Uruguai e fundam os Sete Povos das Missões que serviu como instrumento de expansão européia e cristã independente das Coroas Ibéricas, possuindo em sua base econômica a erva-mate e a criação da pecuária bovina extensiva (MAPA 02).

MAPA 02 – Localização da área de abrangência das Reduções dos Sete Povos das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul



Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Com o Tratado de Madri, no ano de 1750, a Coroa Espanhola abdica dos Sete Povos das Missões em troca da Colônia de Sacramento na província da Cisplatina (atual República da Banda Oriental do Uruguai). Com isso, a Coroa Portuguesa, no mesmo ano e anos subsequentes, realiza a colonização por famílias

açorianas com o objetivo de povoar e ocupar o novo território que outrora fora litigiosamente disputado.

No período entre 1754 e 1756, a Coroa Portuguesa expulsa os padres jesuítas, que eram espanhóis, dos Sete Povos das Missões. Dessa forma, os índios guaranis, não aceitando esse ato, entram em conflito com os portugueses e são dizimados com suas reduções, assim caracterizando a Guerra Guaranítica e o fim dos Sete Povos Missioneiros (COSTA, 1991).

Dessa maneira, a Coroa Portuguesa intensifica a política de distribuição de terras por meio de doação de sesmarias, que representava a exploração econômica da terra de maneira rápida, tendo fundamentado a organização social e do trabalho desenvolvido no Brasil, assim como o latifúndio monocultor e escravagista. A sesmaria, já aprovada pela carta régia de 27 de dezembro de 1695, equivalia a 4 léguas quadradas, correspondendo a uma área de superfície retangular de 1 légua de testada por 4 léguas de fundo; portanto, a propriedade rural no Rio Grande do Sul tem sua gênese com vastas áreas de terra e com a pecuária ultraextensiva como alternativa econômica (COSTA, 1991).

A partir do início do séc. XVIII, com a extração de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, surge a necessidade de alimentar a mão-de-obra escrava que era coagida a destinar tempo integral à mineração. Assim, o Rio Grande do Sul entra no cenário colonial na produção de charque destinado a alimentar a mão-de-obra escrava.

Portanto, a formação socioeconômica e territorial no Rio Grande do Sul tem sua gênese ligada aos estancieiros, senhores guerreiros detentores da terra e com uma patente do oficialato militar colonial, resultando disso, portanto, o fortalecimento do poder privado e a sustentação econômica do Estado através da pecuária extensiva no latifúndio pastoril.

A pecuária de bovinos sempre foi um setor tradicional na economia Gaúcha, mas, na década do ano de 1970, essa realidade começou a ter outra configuração, ou seja, uma agricultura altamente capitalizada em prol da produção da leguminosa soja.

A área ocupada com a lavoura empresarial da soja tem uma característica especial, com rotatividade de cultura no inverno com a lavoura de trigo, ou aveia, ou azevém, empregando técnicas associadas com a adubação química, utilização de

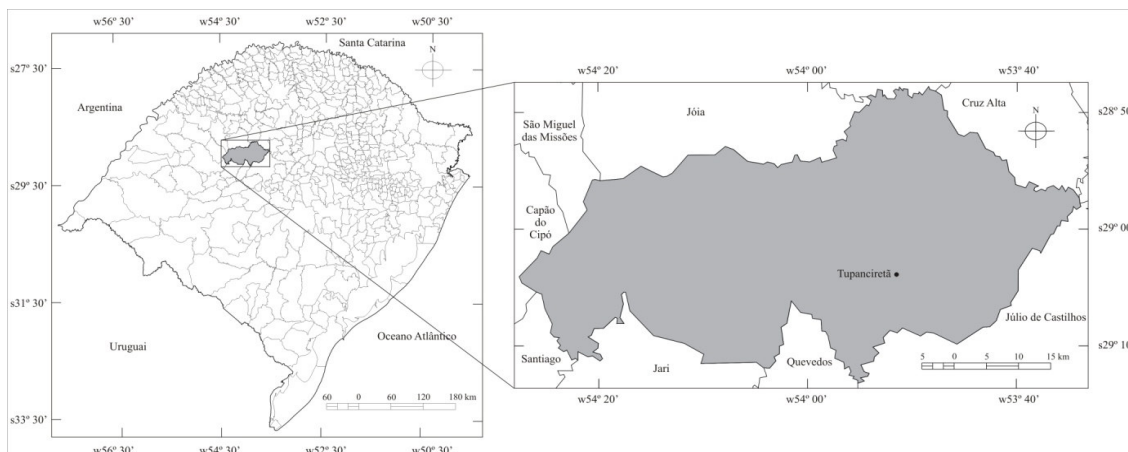
agrotóxico e forte mecanização (colheitadeiras, tratores, ceifadeiras, arados, etc.), seguindo o modelo da modernização da agricultura.

Assim, surge a primeira problemática: qual o motivo que levou à retração a pecuária extensiva nos tradicionais campos do Planalto Médio, uma vez que essa prática é herdeira e detentora da terra, permitindo que um novo cultivo se apropriasse do espaço que há séculos ela ocupava?

Voltando no período temporal, o município de Tupanciretã foi emancipado em 21 de dezembro de 1928, através do Decreto Estadual nº 4.201, assinado pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul, o senhor Getúlio Vargas. Desmembrou-se dos municípios de Cruz Alta e Júlio de Castilhos e pertence à microrregião centro-ocidental rio-grandense originária das reduções jesuíticas (MAPA 03).

A sede do município de Tupanciretã está situada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, no Extremo Sul do Brasil, com uma latitude de 29°04'50" sul do Equador e a uma longitude de 53°50'09" oeste de Greenwich, estando a uma altitude média de 465 metros.

MAPA 03 – Localização do município de Tupanciretã/RS/Brasil



Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

O município de Tupanciretã encontra-se inteiramente no Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares, mais especificamente na região geomorfológica do Planalto das Missões (INCRA, 2008).

A região geomorfológica do Planalto das Missões ocupa a porção central, entre a Região Geomorfológica Planalto das Araucárias para leste e sul e a Região Geomorfológica Planalto da Campanha para oeste e sudoeste.

As formas de relevo são principalmente as colinas suaves, bem arredondadas, esculpidas em rochas vulcânicas básicas da Formação Serra Geral e, em menores proporções, em rochas sedimentares correspondentes à Formação Tupanciretã. As formas de relevo homogêneas e suaves associadas aos solos profundos, representados pelos latossolos e terras roxas estruturadas, favorecem a atividade agrícola que vem substituindo a floresta estacional decidual original.

A região está dividida em apenas uma unidade geomorfológica denominada Planalto de Santo Ângelo que corresponde a um relevo de dissecação homogênea, mostrando densidade de drenagem grosseira, em especial, com aprofundamento dos vales fluviais. O relevo, representado por formas em colinas rasas, é regionalmente conhecido por coxilhas (INCRA, 2008).

A estrutura geológica da região geomorfológica Planalto de Santo Ângelo no município de Tupanciretã data do Terciário (Cenozóico) e do Jurássico (Mesozóico). Na porção central do Município predominam os depósitos mais recentes pertencentes à Formação Tupanciretã (Terciário) (INCRA, 2008).

O relevo de Tupanciretã é homogêneo, predominantemente plano, o que é característico da região na qual se insere (Planalto Médio). Predominam, então, áreas com declividades inferiores a 5%, ocupando cerca de 55,72% da área, seguidas em importância pelas áreas com declividades que variam de 5 a 10% (cerca de 39,94%) e as superiores a 10% que ocupam apenas 4,34% de sua superfície.

As altitudes no Município variam de aproximadamente 258 metros até cerca de 542 metros, sendo que a maior parte tem altitudes entre 350m e 500m (aproximadamente 91,09% do território). As áreas mais elevadas situam-se na porção central (INCRA, 2008).

Conforme a localização geográfica, Tupanciretã situa-se em uma região subtropical, com quatro estações bem definidas, com temperatura anual média de 18°C e precipitações bem distribuídas durante o ano; está situado entre as nascentes dos rios Jaguarí e Ivaí, no topo do planalto basáltico meridional sul-riograndense.

As precipitações pluviométricas ocorridas são canalizadas para duas bacias hidrográficas. Ao leste, as águas pertencem à bacia do Rio Ivaí, afluente do Rio Jacuí, o qual deságua na Lagoa dos Patos; e as águas ao oeste, dirigem-se ao Rio

Jaguarí, afluente do Rio Ibicuí, pertencente à bacia do Rio Uruguai, que irá desaguar no Estuário do Prata.

Em relação a sua pedologia, o tipo predominante de solo é classificado como latossolo vermelho-escuro, álico, horizonte A moderado e proeminente, textura média mais latossolo vermelho-escuro álico horizonte A moderado e proeminente, textura argilosa mais podzólico vermelho-amarelo, álico, argila de atividade baixa, textura arenosa média e relevo suave ondulado, já sua geomorfologia, possui um relevo ondulado de média intensidade, notando-se a presença de depressões com drenagem impedida, apresentando cotas entre 258 a 542 metros de altitude acima do nível do mar (MAPA 04).

A área do Município é de 2.251,86 Km², onde 0,8375% corresponde à área total do estado gaúcho. Segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tupanciretã tem uma população de 22.218 habitantes, com uma densidade populacional de 10,02 hab/km².

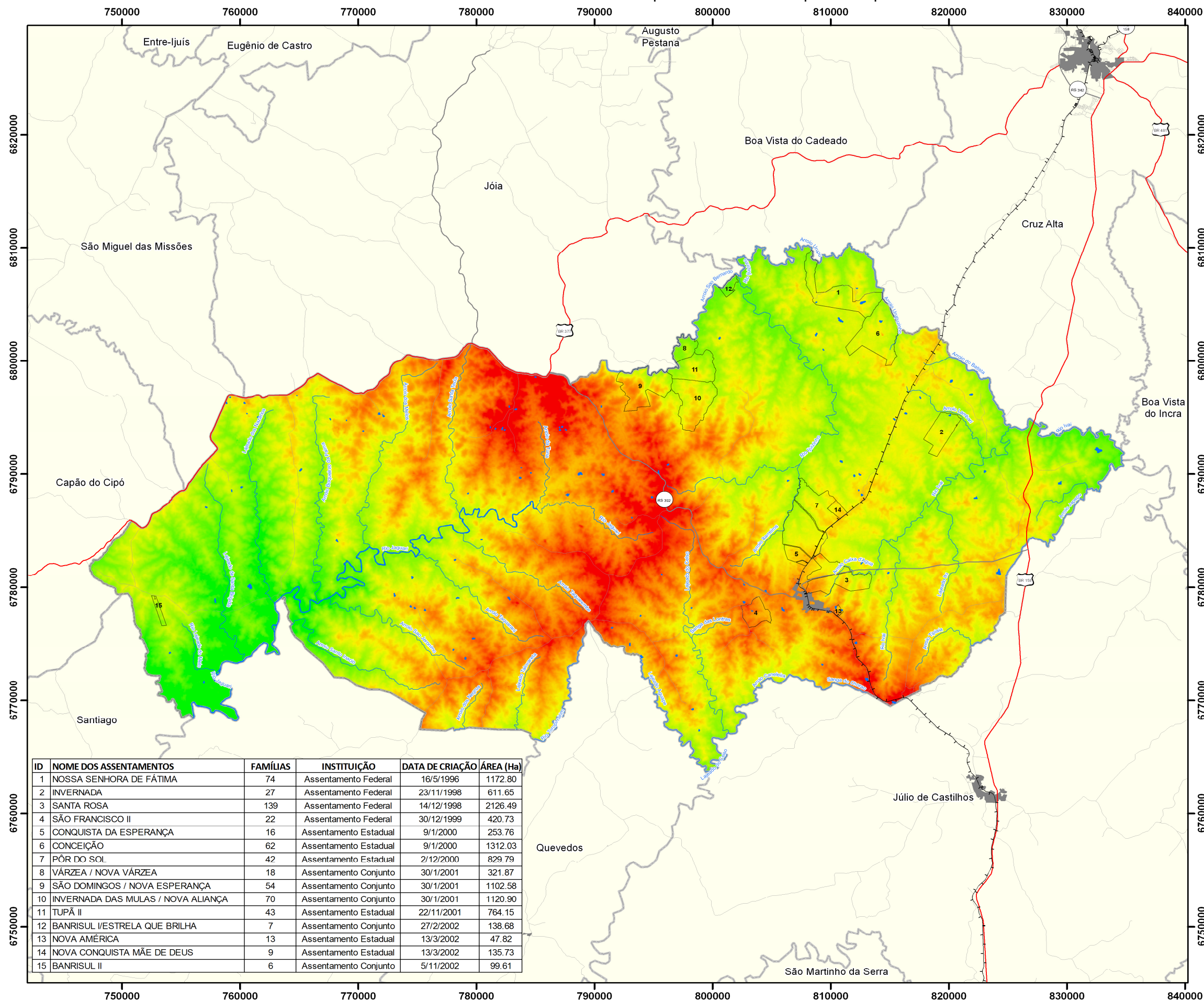
Embora Tupanciretã seja considerada uma cidade de pequeno porte, o Município tem relevância para a economia gaúcha, em razão da expressiva produção agrícola, onde 140.000 hectares de sua área agricultável são destinados à sojicultura, ou seja, a maior área plantada em um só município no Estado.

O vocábulo Tupanciretã provém da língua Tupi-Guarani, Tupan= Deus, Cy= Mãe, e Retan= Terra, ou seja, “Terra da mãe de Deus”. Esse local era povoado pelos índios Charruas e Minuanos. Com a fundação das missões, foi estabelecido que os índios ficassem em uma fazenda, na coxilha grande, imediações das nascentes dos rios Caneleira e Ijuí, que ficou pertencendo à redução de São João. Com a retirada dos jesuítas, reflexo das Guerras Guaraníticas, os índios se dispersam e se retiram dessa localidade, deixando muita terra em mãos de poucos fazendeiros, que anos mais tarde emanciparam o Município¹.

Após a emancipação, Tupanciretã passou a ter perfil econômico muito satisfatório com grandes propriedades com atividade de pecuária bovina extensiva, mas, com o passar do tempo, essa atividade sofreu problemas devido a fatores econômicos, a substituição do consumo de “carne bovina” por outros derivados protéicos como as aves e suínos.

¹ Prefeitura Municipal de Tupanciretã/RS.

MAPA 04 – Hipsometria do município de Tupanciretã/RS/Brasil



ID	NOME DOS ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS	INSTITUIÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (Ha)
1	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	74	Assentamento Federal	16/5/1996	1172.80
2	INVERNADA	27	Assentamento Federal	23/11/1998	611.65
3	SANTA ROSA	139	Assentamento Federal	14/12/1998	2126.49
4	SÃO FRANCISCO II	22	Assentamento Federal	30/12/1999	420.73
5	CONQUISTA DA ESPERANÇA	16	Assentamento Estadual	9/1/2000	253.76
6	CONCEIÇÃO	62	Assentamento Estadual	9/1/2000	1312.03
7	PÔR DO SOL	42	Assentamento Estadual	2/12/2000	829.79
8	VÁRZEA / NOVA VÁRZEA	18	Assentamento Conjunto	30/1/2001	321.87
9	SÃO DOMINGOS / NOVA ESPERANÇA	54	Assentamento Conjunto	30/1/2001	1102.58
10	INVERNADA DAS MULAS / NOVA ALIANÇA	70	Assentamento Conjunto	30/1/2001	1120.90
11	TUPÃ II	43	Assentamento Estadual	22/11/2001	764.15
12	BANRISUL I/ESTRELA QUE BRILHA	7	Assentamento Conjunto	27/2/2002	138.68
13	NOVA AMÉRICA	13	Assentamento Estadual	13/3/2002	47.82
14	NOVA CONQUISTA MÃE DE DEUS	9	Assentamento Estadual	13/3/2002	135.73
15	BANRISUL II	6	Assentamento Conjunto	5/11/2002	99.61

Mapa Hipsométrico (Altitudes) Município de Tupanciretã - RS

Convenções Cartográficas

Sistema Viário

- Estrada Estadual
- Estrada Federal
- Estrada Municipal
- Ferrovia
- Hidrografia
- Lagoas, acudes e barragens
- Limite Municipal
- Municípios de influência

Legenda

- Assentamentos Rurais
- Área Urbana

Elevação

- Altitude Máxima : 542 m
- Altitude Mínima : 258 m

Fonte dos dados

- Limite Municipal e Estadual IBGE (2005) modificado
- Limite assentamentos INCRA
- Base Cartográfica (DSG) 1/50.000
- Organizador: Vinicius Silva Moreira
- Articulação das Folhas: SH-22-V-A-IV-4; H-22-V-A-IV-3; H-21-X-B-VI-4; SH-21-X-B-VI-3; SH-21-X-D-III-1; SH-21-X-D-III-2; SH-22-V-C-I-1; SH-22-V-C-I-2.

Informações Cartográficas

- Projeção Universal Transversa de Mercator
- Datum Oficial - Sirgas 2000
- Meridiano Central - 45° Wgr

Com isso, a verticalização do capital força a substituição da matriz produtiva local nas estâncias², as quais foram em grande parte arrendadas para agricultores que impuseram ao município imensas áreas de terra com plantações de soja, e as demais fazendas que não estavam exercendo sua função social foram desapropriadas e destinadas para agricultores sem-terra.

Nas últimas décadas, o Município apresentou transformações significativas no espaço rural. Isso ocorreu devido à subutilização das terras pela pecuária, exploradas de forma extensiva – característica do latifúndio pastoril, – em parte ocupadas pela produção agrícola empresarial. A fragmentação parcial dos criatórios de gado forçou sua reestruturação produtiva e social, que excluiu não somente bois do campo, mas também a mão-de-obra trabalhadora que dava manutenção a essa atividade.

Em geral, houve três formas de ocupação dessas áreas: através de arrendamento, de compra e venda das propriedades e de desapropriação; essa última realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA e pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul das terras ociosas que não estavam exercendo sua função social ou para aliviar tensões causadas pela ocupação de terras.

A ocupação de terras com reduzida ou nenhuma produção ou em áreas arrendadas para os sojicultores possibilitou a expansão e desenvolvimento da agricultura familiar no Município e, conseqüentemente, uma parcial diversificação agrícola, graças aos 15 assentamentos rurais e suas 602 famílias assentadas em uma área de 10.458,56 hectares (FIGURA 2).

Hoje em dia, devido a massivos investimentos de capital no agronegócio, o Município passou a ser o maior produtor de soja em área do Rio Grande do Sul (TABELA 01) e, de outro lado, possui um grande número de agricultores familiares responsáveis pela diversificação, principalmente através da bacia leiteira que era pouco expressiva. A plantação secundarizada nos assentamentos é de pastagens de inverno como aveia e azevém, as quais são destinadas a alimentar as vacas leiteiras; já em terceiro plano surge o cultivo de milho, mandioca e olericultura.

² Propriedade rural destinada especialmente à criação de gado bovino, podendo haver ovinos e equinos.

FIGURA 1 – Quadro de assentamentos rurais e famílias assentadas em Tupanciretã/RS

Nome do Assentamento	Área (Hectare)	Lotes	Data de Fundação	Origem da Luta	Entidade Gestora
Nossa Senhora de Fátima	1.172,80	74	16/05/1996	MST	INCRA
Invernada	611,65	27	23/11/1998	Municipários*	INCRA
Santa Rosa	2.126,49	139	14/12/1998	MST	INCRA
São Francisco II	420,73	22	30/12/1999	Municipários*	INCRA
Conquista da Esperança	253,76	16	09/01/2000	MST	RS***
Nossa Senhora da Conceição	1.312,03	62	09/01/2000	MST	RS***
Pôr do Sol	829,79	42	02/12/2000	MAB**	RS***
Várzea/Nova Várzea	321,87	18	30/01/2001	MST	INCRA
São Domingos/Nova Esperança	1.102,58	54	30/01/2001	Municipários*	INCRA
Invernada das Mulas/Nova Aliança	1.120,90	70	30/01/2001	MST	INCRA
Tupã II /Cachoeira	764,15	43	22/11/2001	MAB**	RS***
Banrisul I/Estrela que Brilha	138,68	07	27/02/2002	MST	INCRA
Nova América	47,82	13	13/03/2002	Municipários*	RS***
Nova Conquista Mãe de Deus	135,73	09	13/02/2002	Municipários*	RS***
Banrisul II	99,61	06	13/03/2002	MST	RS***
TOTAL	10.458,56	602			

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA - Seção Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil

* Municipários: Famílias do próprio Município organizadas na luta pela terra sem nenhum vínculo com algum outro Movimento Social

** MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

***RS: Refere-se como entidade gestora o Governo Estadual

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

TABELA 1 – Comparação da área plantada e quantidade colhida de soja em Tupanciretã e no Rio Grande do Sul entre os anos de 1950-2006

ANOS	Área Plantada Tupanciretã (hectares)	Área Plantada Estado do RS (hectares)	Quantidade Colhida Tupanciretã (toneladas)	Quantidade Colhida Estado do RS (toneladas)
1950	–	–	03	44.551
1960	802	280.898	1.097	209.445
1970	16.297	1.600.131	13.486	1.295.149
1975	49.241	3.195.977	58.204	4.419.465
1980	88.006	3.763.073	85.197	5.103.538
1985	64.443	3.611.032	94.088	5.710.859
1995	70.000	3.519.448	147.000	6.313.476
2006	136.000	3.891.000	359.040	9.929.005

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006)

– Dado Inexistente

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Outro problema levantado empiricamente diz respeito à produção nos assentamentos rurais – na maioria dos assentamentos-lotes – da soja transgênica, com todo o pacote tecnológico para essa produção, o que vai contra os princípios dos movimentos sociais de luta pela terra e da sustentabilidade.

Assim, surge a segunda problemática da pesquisa: que motivos desencadearam esse novo cultivo (soja) nos assentamentos rurais da reforma agrária, uma vez que os movimentos sociais de luta pela terra, que dão origem aos acampamentos de sem-terras, combatem qualquer monocultura capitalista, ou seja, o agronegócio?

É insustentável uma pequena área de terra, de caráter familiar, utilizar toda carga de agrotóxicos e produtos químicos em uma monocultura agroexportadora, arcando com os altos custos de produção e secundarizando a produção de alimentos para as famílias assentadas e a sociedade.

Dessa forma, são levantadas três conjecturas para compreender os motivos que levam a soja a ser inserida incisivamente, com força vertical, nos campos de pecuária extensiva em Tupanciretã e, conseqüentemente, nos assentamentos rurais da reforma agrária, a saber: (1) as terras do Município são de ótima qualidade, terra roxa do planalto meridional com grande fertilidade, com áreas de pouca ondulação do relevo que permitem a mecanização, assim, essa terra possivelmente torna-se alvo constante de interesse/cobiça do capital para o cultivo da soja independente de qual agente social esteja dominando aquele território; (2) no sistema financeiro, há várias linhas de crédito incentivando o cultivo da soja, com valores bem maiores do que os oferecidos pelo Programa Nacional de Auxílio a Agricultura Familiar (PRONAF), e (3) com a soja geneticamente modificada, não há necessidade de mão-de-obra intensiva, isso se devendo ao uso de agrotóxicos e mecanização; assim, aparentemente ou ilusoriamente, há um lucro rápido com essa produção sem muito esforço físico.

3 MÉTODO E METODOLOGIA: O “CAMINHO” NA PESQUISA CIENTÍFICA

A questão do método, amplamente debatida no interior das teorias científicas, não tem merecido, atualmente, a atenção devida entre muitos daqueles que se iniciam na pesquisa e que, frequentemente, entendem a base metodológica como simples enunciados de ações a serem sistematicamente cumpridas durante o estudo. Entretanto, diante dos procedimentos, o método é a base teórica e operatória fundamental a qualquer pesquisa, não devendo se constituir unicamente como acessório a fim de preencher protocolos de trabalho acadêmico.

Neste contexto, ao se realizar um determinado estudo, faz-se necessário observar alguns fatores de fundamental importância. Assim, uma pesquisa para ter legitimidade científica deve, por exemplo, optar por um método de pesquisa, o qual norteará os procedimentos adotados ao longo do estudo.

Com isso, surge a necessidade de realizar uma reflexão, que pretende apresentar um histórico do método científico enfatizando o método dialético, trazendo conceituações segundo diferentes autores, características e exemplos para melhor elucidar, a fim de construir a estrutura para a presente pesquisa.

3.1 HISTÓRICO DO MÉTODO CIENTÍFICO

A preocupação em descobrir e explicar a natureza vem desde os primórdios da humanidade. Os atuais sistemas de pensamento científicos são resultado de toda uma tradição de reflexão e análise voltados para a explicação das questões que se referem às forças da natureza que subjugarão os homens e a morte (BARROS; LEHFELD, 2000).

À medida que o conhecimento religioso se voltou, também, para a explicação dos fenômenos da natureza e do caráter transcendental da morte, como fundamento de suas concepções, a verdade revestiu-se de caráter dogmático, baseada em revelações da divindade. É a tentativa de explicar o conhecimento através de causas primeiras, sendo o acesso dos homens ao conhecimento derivado da inspiração divina (LAKASTOS; MARCONI, 1986).

O caráter sagrado das leis, da verdade, do conhecimento, como explicações sobre o homem e o universo, determina uma aceitação sem crítica dos mesmos, deslocando o foco das atenções para a explicação da natureza da divindade.

O conhecimento filosófico, porém volta-se pra o estudo racional destas mesmas questões, na tentativa de captar a essência imutável do real, da compreensão das leis da natureza através da investigação racional (BARROS; LEHFELD, 2000).

O senso comum, aliado à explicação religiosa e ao conhecimento filosófico, orientou as preocupações do homem com o universo. No século XVI, é que se iniciou uma linha de pensamento que propunha encontrar um conhecimento embasado em maiores certezas, na procura do real.

Não se buscavam mais as causas absolutas ou a natureza íntima das coisas, procura-se compreender as relações entre as mesmas, à explicação dos acontecimentos, através da observação científica, aliada ao raciocínio.

Com o passar dos tempos, o conhecimento se desenvolveu, e com ele, o método, a sistematização das atividades, sofreram transformações.

Este século ficou marcado pelas alterações de várias teorias astronômicas. Deu-se a revolução Coperniana com a publicação de *Revolutionibus Orbium Caelestium* (1543), com o advento de novas hipóteses. Pelo sistema astronômico grego, a Terra estaria imóvel no centro do universo e em torno dela giraria o Sol, a Lua, os planetas conhecidos e as estrelas. Na teoria Coperniana, a Terra não é o centro do universo, mas o Sol (Heliocêntrica). A visão Coperniana ainda tinha muito de medieval. Um dos pontos de vista de Copérnico era de que o Sol simbolizava a “Luz de Deus” e, conseqüentemente, seria certo considerar a Terra como o centro e o Sol girando a sua volta (BARROS; LEHFELD, 2000).

Uma contribuição fundamental para o desenvolvimento da ciência moderna são os trabalhos de Galileu Galilei (1564-1642). Sem aceitar a observação pura e as conclusões filosóficas arbitrárias, Galileu insistia na necessidade de elaborar hipóteses e submetê-las a provas experimentais, sendo considerado o “primeiro teórico do método experimental”. Assim, dá os primeiros passos para o método científico moderno (RICHARDSON, 1999).

As ciências para Galileu têm como foco principal as relações quantitativas (BARROS; LEHFELD, 2000), seu método pode ser descrito como indução experimental, chegando-se a uma lei geral por intermédio da observação de certo número de casos particulares.

Galileu discordou dos seguidores de Aristóteles que consideravam que o estudo do conhecimento da essência íntima das substâncias individuais deveria ser substituído pelo conhecimento da lei que preside os fenômenos. Segundo Lakatos (1986, p.43) e Barros e Leffeld (2000, p. 76), os passos de seu método se baseavam em:

- a) observações dos fenômenos;
- b) análise dos elementos que compõem o fenômeno;
- c) indução de hipóteses;
- d) verificação das hipóteses aventadas por intermédio das experiências;
- e) generalização do resultado das experiências;
- f) confirmação das hipóteses obtendo-se leis gerais.

A partir desse momento, o método científico sofre diversas modificações. Como afirma Bunge (1980 apud RICHARDSON, 1999, p.22), “a ciência pura e aplicada chegaram a tal ponto e as teorias são tão complicadas que é difícil refutá-las, e as observações tão carregadas de teorias que não é fácil determinar o que confirmam ou refutam”.

O conceito de método, porém, como procedimento para chegar a um objetivo começa a consolidar-se com o nascimento da “ciência moderna” no século XVII.

Francis Bacon e René Descartes foram os pensadores que mais contribuíram para o desenvolvimento de um método geral de conhecimento. Criticam Galileu e Aristóteles por considerar que o processo de abstração e o silogismo (dedução formal que, partindo de duas proposições, denominadas premissas, delas retira uma terceira, nelas logicamente implicada, chamada conclusão) não propiciam um conhecimento completo do universo (LAKASTOS, 1986).

Francis Bacon deu uma contribuição sensível ao desenvolvimento do método científico e entrou para a história como o criador do método indutivo, que consiste em concluir o geral do particular que é obtido pela experiência e observação. Para Bacon, o método científico é um conjunto de regras para observar fenômenos e inferir conclusões (RICHARDSON, 1999, p. 22).

Para Bacon, o conhecimento científico é o único caminho seguro para a verdade dos fatos e devem ser seguidos os seguintes passos:

- a) Experimentação – fase em que o cientista deve realizar experimentos acerca do problema estudado para observar e registrar sistematicamente todas as informações possíveis de serem coletadas;

b) Formulação de hipóteses – com base nos experimentos e na análise dos resultados obtidos, as hipóteses procuram explicar a relação causal entre os fatos

c) Repetição – a repetição dos experimentos tem por finalidade acumular dados que servirão para o surgimento e formulação de hipóteses.

d) Teste das hipóteses – através da repetição dos experimentos, testam-se as hipóteses que servirão buscando-se novos dados, bem como as evidências que os confirmem.

e) Finalmente, a formulação de generalizações e/ou leis após ocorrerem todas as fases anteriores. Baseado nas evidências, o cientista formula as leis que descobriu (LAKASTOS, 1986, p. 43).

Conforme Barros e Lehfeld (2000, p.76), Bacon sugeriu as seguintes regras para a experimentação:

1) Alargar a experiência – aumentar pouco a pouco, tanto quanto possível, a intensidade da suposta causa para ver se a intensidade do fenômeno (efeito) cresce na mesma proporção.

2) Variar a experiência – significa aplicar a mesma causa a objetos diferentes.

3) Inverter a experiência – isto é, aplicar a causa contrária da suposta causa a fim de ver se o efeito contrário se produz.

4) Recorrer aos casos da experiência – é preciso recorrer aos casos da experiência de ensaio para verificar o que se pode obter no conjunto das experiências.

O tipo de experiência proposto por Bacon é denominado “método das coincidências constantes”. Parte da constatação de que o aparecimento de um fenômeno ocorrerá sempre e em cuja ausência nunca se produzirá (LAKASTOS, 1986, p. 44). Por esse motivo, o antecedente causal de um fenômeno está unido a ele por intermédio de uma relação de sucessão, constante e invariável. Assim, sempre à presença desta causa do fenômeno estaremos determinando experimentalmente sua causa ou lei.

O método de Bacon pode assim ser sintetizado: aparecendo a causa, dá-se o efeito; retirando-se a causa, não se dá o efeito, variando-se a causa, altera-se o efeito.

Ou seja:

C -----> Efeito

C₁ -----> E₁

Para a realização das experimentações, Bacon (apud BARROS; LEHFELD, 2000, p. 78) sugere três tábuas:

1. Tábua da presença: nesta são anotadas todas as circunstâncias da produção do fenômeno cuja causa se procura.

2. Tábua de Ausência: anotam-se todos os casos em que o fenômeno não se produz. Deve-se constatar e anotar os antecedentes presentes e ausentes.

3. Tábua dos Graus: na qual são anotados todos os casos com variações da intensidade dos fenômenos e os antecedentes que com ele também variam.

René Descartes adotou uma atitude diferente na questão dos métodos de conhecimento. Não acreditava na indução, mas na dedução. Considerava que qualquer conhecimento deve ser rigorosamente demonstrado e inferido de um princípio único e fidedigno. Toda ciência deveria ter o rigor da matemática, e o critério para que o acontecimento seja verdadeiro e a clareza e a evidência (RICHARDSON, 1999).

Segundo Barros e Lehfeld (2000), Descartes estabelece quatro regras fundamentais:

1. A da evidência: não se acolhe como verdadeira coisa nenhuma que não se reconheça evidentemente como tal;

2. A da análise: dividir cada uma das dificuldades em tantas quantas necessárias para melhor resolvê-las;

3. A da síntese: conduzir ordenadamente o pensamento principiando com os objetivos que não se disponham de forma material em sequência de complexidade crescente,

4. A da enumeração: realizar sempre enumeração cuidadosa e revisões tão gerais que se possa ter certeza de nada haver orientado.

Para melhor compreender o método cartesiano, faz-se necessário que uma explicação complementar sobre análise e síntese seja dada.

Análise pode ser compreendida como o processo que permite a decomposição do todo em suas partes constituintes, indo sempre do mais para o menos complexo.

Síntese é entendida como o processo que leva à reconstituição do todo, previamente decomposto pela análise. Dessa maneira, vai sempre do que é mais simples para o menos simples ou complexo.

A análise e a síntese são necessárias, pois para vencer o grande obstáculo de compreensão da complexidade dos objetos, necessita-se da capacidade de penetração no objeto. Sem a análise o conhecimento é incompleto. A análise deve obrigatoriamente seguir à síntese (BARROS; LEHFELD, 2000).

3.2 A POLISSEMIA DO CONCEITO! EPISTEMOLOGICAMENTE, O QUE É O MÉTODO?

Se consultarmos mais de um dicionário, certamente encontraremos sentidos diferentes para o significado do termo “método”. A palavra método está ligada à origem do termo *methodos*, criado pelos gregos na Antiguidade.

O método, que são regras, foi elaborado nos seus mais diferentes aspectos por muitos pensadores, cientistas e estudiosos da metodologia científica ao longo dos séculos.

Entre vários conceitos de métodos podemos citar:

Galliano (1979) esclarece que as acepções da palavra “método” estão intimamente ligadas à origem do termo *methodos*, criado pelos gregos na Antiguidade. Na Grécia antiga, *methodos* significava caminho para chegar a um fim. Com o passar do tempo, essa significação generalizou-se e o termo passou a ser empregado também para expressar outras coisas, como “maneira de agir”, “tratamento elementar”, “processo de ensino”, etc. Isso, porém, não impediu que conservasse sua validade com o significado de “caminho para chegar a um fim”.

No entendimento de Barros e Lehfel (2000), método é a forma mais segura inventada pelo homem para controlar o movimento das coisas que cerceiam um fato e para mostrar formas de compreensão adequada dos fenômenos.

Para Ruiz (1991), método é um conjunto de normas-padrão que deve ser satisfeito caso se deseje que a pesquisa seja tida por adequadamente conduzida e capaz de levar a conclusões merecedoras de adesão racional.

Galliano (1979) especifica o conceito de método como sendo um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade no estudo de uma ciência, ou para alcançar determinado fim.

Por sua vez, Weatherall (1970) considera ser a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado

desejado, é a versão simplificada daquilo que acontece ou que pode acontecer no processo de realização de descobertas.

De acordo com Bastos e Keller (2002), é um procedimento de investigação e controle que se adota para o desenvolvimento rápido e eficiente de uma atividade qualquer.

Cervo e Bervian (1983, p. 34), por seu turno, entendem por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade. Assim, o método não se inventa, ou seja, depende do objeto da pesquisa.

Lakatos e Marconi (1986) esclarecem que método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo conhecido válido e verdadeiro, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas decisões do cientista.

Conforme Oliveira (1998), método é uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo, quer seja para explicá-lo.

Através dessa conceituação dos autores, pode-se dizer que método é a estratégia de ação, indica o que fazer do trabalho, é o orientador da atividade. E a técnica é a estratégia de ação, ela resolve o como fazer a atividade, soluciona o modo específico e mais adequado pelo qual a ação se desenvolve em cada etapa. Não se executa um trabalho sem a adoção de algumas técnicas e procedimentos norteadores da ação.

Por método entende-se o dispositivo ordenado, o procedimento sistemático, em plano geral. O processo (a técnica) é a aplicação específica do plano metodológico e a forma especial de executar.

A técnica é o modo de fazer de forma mais hábil, mais segura, ou mais perfeita algum tipo de atividade, arte ou ofício. A técnica assegura a instrumentalização específica da ação em cada etapa do método.

Dessa forma, o método nos leva a identificar a forma pela qual alcançamos determinado fim ou objetivo.

É muito provável que a sabedoria humana não resolva realmente todos os problemas de modo sistemático. Mas depois que o problema é resolvido, o método é utilizado para explicá-lo e expor a sua solução de um modo ordenado para poder ser

compreendido por todos aqueles que estão no processo da produção científica e precisam compreender que a ciência possui um plano formal de desenvolvimento.

Segundo Oliveira (1998), o método leva-nos a:

- 1) Apresentar o tema;
- 2) Enunciar o problema;
- 3) Rever a bibliografia existente;
- 4) Formular hipóteses e variáveis;
- 5) Observar e fazer os experimentos;
- 6) Interpretar as informações;
- 7) Tirar conclusões.

A Finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, através da comprovação de hipóteses, que por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade, de acordo com Lakatos e Marconi (1986). Para eles, não há ciência sem emprego de métodos científicos.

No decorrer do tempo, vários autores buscaram conceituar “método”. Dentre os quais podemos referenciar Hegenberg (1976, p. 115), para quem “método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado”; para Bunge (1974, p. 55), “método científico é um conjunto de procedimentos por intermédio dos quais (a) se propõe os problemas científicos e (b) colocam-se à prova as hipóteses científicas”; mais tarde, no avanço de suas pesquisas, caracterizou o método como um “procedimento regular, explícito e passível de ser repetido para conseguir-se alguma coisa, seja material ou conceitual” (BUNGE, 1980, p. 19).

Ackoff (apud HEGENBERG, 1976, p. 116) acredita que “método é a forma de selecionar técnicas, forma de avaliar alternativas para ação científica. Assim, enquanto as técnicas utilizadas por um cientista são fruto de suas decisões, o modo pelo qual tais decisões são tomadas depende de suas regras de decisão. Métodos são regras de escolha; técnicas são as próprias escolhas”.

“Método é a forma de proceder ao longo de um caminho. Na ciência os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo” de acordo com Ferrari (1974, p. 24).

Nerici, em 1978 (p. 15), definiu método como sendo “o conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-rationais que orienta o pensamento para serem alcançados conhecimentos válidos”.

Por sua vez, Kaplan (apud GRAWITZ, 1976, p. 18) afirma que “a característica distintiva do método é a de ajudar a compreender, no sentido mais amplo, não os resultados da investigação científica, mas o próprio processo de investigação”.

“Em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado. Nas ciências entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade” afirmam Cervo e Bervian (1983, p. 17).

O papel do método na pesquisa científica, cujo termo vem do latim e significa caminho ou passos para se chegar a um objetivo, possibilita assentar enunciados-tema-gerais ou específicos sobre observações acumuladas de casos gerais e específicos (OLIVEIRA,1998).

Portanto, método científico implica suceder alternativas de reflexão e experimento. O cientista elabora ideias ou hipóteses definidas à luz do conhecimento disponível, concebe e realiza experimentos, investiga para verificar essas hipóteses, como é no caso dessa pesquisa, que ocorreu em gabinete com consulta a literaturas pertinentes ao assunto e em atividades de trabalho de campo. Dessa forma, principalmente nas Ciências Humanas, o conhecimento se amplia e o ciclo prossegue, indefinidamente, sem que nunca se alcance a certeza absoluta. A pesquisa deve ser construída através de reflexões, de considerações, mas não concluída, fechada, porquanto se deve sempre buscar generalidade maior dos fatos que possibilite crescente controle e entendimento do ambiente pesquisado, pois o Espaço Geográfico, por sua natureza, é dialético.

3.3 A DIALÉTICA! POR QUÊ? PORQUE O MUNDO É DINÂMICO!

Conforme Konder (1986) e Lakatos e Marconi (1991), as origens da dialética remontam à Grécia Antiga (aproximadamente 490-430 a.C.), época em que os pensadores filósofos consideravam que o conceito de dialética equivalia ao diálogo. Paulatinamente, foram incrementando a sua ideologia dialética, utilizando-se para

isso de argumentação concisa para, através do diálogo, determinar posições aos mais variados tipos de discussão.

Desse período da antiguidade, é o filósofo Heráclito de Éfeso que se destaca inserindo o conceito de mudança à dialética, através do qual se define que é a partir do conflito que ocorrem as transformações, conforme exemplo encontrado no seguinte fragmento destacado por Konder (1986, p.8) “se lê que um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio. Por quê? Porque da segunda vez não será o mesmo homem e nem estará se banhando no mesmo rio” (uma vez que ambos teriam mudado).

Apesar de ser um tanto presunçoso em suas constatações de mudança, Heráclito fornece importantes contribuições para a dialética, embora pensadores desse mesmo período tenham contestado seus pressupostos de mudanças, como por exemplo o pensador Parmênides, o qual afirma “que a essência profunda do ser era imutável, sendo superficial a mudança” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 73).

Por meio dessa teoria, Parmênides e outros pensadores dão sustentabilidade à metafísica por mais de um século, período em que o conceito de dialética foi duramente contestado pela linha de pensamento filosófico que defendia a metafísica.

Todavia, Aristóteles (384-322 a.C) é quem traz à tona novamente os princípios da dialética, “foi um pensador de horizontes mais amplos que seu antecessor; é a ele que se deve, em boa parte, a sobrevivência da dialética.” (KONDER, 1986, p.10).

Entretanto, durante o período que precedeu a Idade Média e também durante esse período, o pensamento dialético praticamente desapareceu, se sobressaindo o pensamento metafísico, cultivado dentro das cátedras religiosas, dominado pelo imperialismo da teologia, uma vez que os pensadores dialéticos não conseguiam impor suas ideologias perante o sistema feudal. Embora, é claro, apesar de ser exercida à margem da metafísica, a dialética não desaparece completamente durante a Idade Média.

Porém, desde Aristóteles até o período conhecido como Renascimento, o pensamento dialético é relegado a um segundo plano, vindo a se fortalecer impulsionado pelas transformações socioeconômicas do século XVI. Como por exemplo, com a ascensão do comércio e a decadência do sistema feudal. Isto é, no bojo da Revolução Comercial consolidada no século XV. Período este seguido de

transformações e, conseqüentemente, de inovações nas artes e nas ciências, a partir de novas descobertas. Este período ficou conhecido como Renascimento.

Nesse emaranhado de transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, o pensamento dialético se reforça. No século XVI, pode-se destacar Montaigne, no século XVII Diderot e Rousseau. Entretanto é com Hegel (1770-1831) que há o início da consolidação da dialética, e finalmente com Marx que atinge seu apogeu no século XVIII, uma vez que é, a partir do segundo quartel do século XVIII, que são traçados os rumos do pensamento que dão suporte à dialética. Momento este marcado pelo amadurecimento do processo histórico que culminou com a Revolução Francesa.

De acordo com Triviños (1987), Karl Marx, ao fundar a doutrina marxista na década de 1840, revoluciona o pensamento filosófico, especialmente pelas conotações políticas explícitas em suas idéias, que em seguida são também trabalhadas por Friedrich Engels e, mais tarde, por Karl Kautsky e Vladimir Ilich Lênin.

Referindo-se ao problema fundamental da filosofia, o marxismo se insere como uma tendência dentro do materialismo filosófico, o qual considera que a matéria é o princípio primordial e o espírito seria o aspecto secundário. A consciência, um produto da matéria, permite que o mundo se reflita nela, o que possibilita ao homem, conhecer o universo. Esta idéia materialista reconhece que a realidade existe independente da consciência.

Dentre os materialistas do período pré-marxista, Feuerbach (1804-1872) é um dos nomes mais marcantes, destacando-se pelo apoio ao materialismo e o ataque às idéias de Hegel. Parte das idéias de Feuerbach foi utilizada por Marx e Engels.

As raízes da concepção do mundo de Marx estão unidas às idéias idealistas de Hegel, as quais aceitavam que todos os fenômenos da natureza e da sociedade tinham sua base na Idéia Absoluta. Marx, no entanto, utilizou várias idéias de Hegel na fundamentação do marxismo, dentre elas a essencial, o ponto de vista dialético de compreensão da realidade, que ao invés de ser vinculada ao espírito absoluto hegeliano, desenvolveu dentro de sua concepção materialista de mundo.

O marxismo compreende três aspectos principais: O materialismo histórico, o materialismo dialético e a economia política.

Levando em consideração a reflexão exposta construída no marxismo, torna-se relevante salientar que o objeto da pesquisa terá como embasamento teórico-metodológico o Materialismo Histórico.

3.3.1 O Materialismo Histórico

O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. Marx e Engels formaram as bases do materialismo histórico

Em sua obra *“A ideologia alemã”* (1845-46), Marx e Engels criticaram os jovens Hegelianos e Feuerbach por considerarem que a história era puro resultado das ideologias e da presença de “heróis”, ao invés de buscar nas formações socioeconômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros das sociedades (TRIVIÑOS, 1987).

Triviños (1987, p.51) aprofunda ainda mais o conceito de materialismo histórico dizendo que “é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social, no desenvolvimento da sociedade.”

O materialismo histórico esclarece conceitos como: Consciência Social, Meios de Produção, Forças Produtivas, Relações de Produção, Sociedade, Formações Econômico-Social, Estrutura Social, Organização Política da Sociedade, Vida Espiritual, Cultura, Concepção do Homem, Personalidade, Progresso Social, etc.

Portanto, para o Materialismo Histórico, as Ciências Humanas são unas. Cada campo contribui com a construção de uma Teoria: a Teoria Social.

3.3.2 O método dialético na escola geográfica

Na escola geográfica, o método dialético se manifesta juntamente com o surgimento de uma nova corrente de pensamento geográfico: a geografia crítica ou geografia radical. Assim se denominou a nova corrente geográfica embasada na filosofia marxista, que questiona os procedimentos metodológicos e as propostas das escolas geográficas anteriores, principalmente pelo uso de modelos e técnicas quantitativas consideradas aqui como insuficientes para explicar a realidade.

Esse movimento de renovação do pensamento geográfico surge entre geógrafos dos Estados Unidos, do Canadá e da Inglaterra, porém com maior ênfase nos Estados Unidos, uma vez que refutam a filosofia positivista e dão à ciência geográfica um novo enfoque de caráter antropocêntrico, priorizando os processos sociais e as formações socioeconômicas nos diferentes espaços.

A corrente de pensamento geográfico denominado de geografia nova ou geografia crítica ou radical caracteriza-se pelo uso da filosofia marxista. A partir desta filosofia é que se estruturam as concepções e teorizações embasadas no suporte teórico-metodológico calcado no materialismo histórico dialético, tendo como objeto de estudo e análise o espaço, o qual é relacional, isto é, onde o homem interage no espaço que o cerca dando o espaço total.

Essa escola geográfica traz à tona a realidade de produção capitalista, avaliando seus modos e meios de produção, bem como as relações de trabalho e as formações socioeconômicas espaciais.

No que tange ao seu modo de produção, o lucro é visado a qualquer custo. Seus detentores geralmente são aliados da classe dominante. Ou seja, há diferentes classes sociais que se relacionam entre si, uma explorando a outra para manter-se na posição que está ou almejando chegar ao topo. Como resultado desse processo tem-se as diversas formações socioeconômicas: há ricos e pobres, mansões e barracos, latifundiários e agricultores sem-terra.

É nesse contexto que nasce e se firma a geografia crítica, que faz análise minuciosa, interpretando a realidade do sistema capitalista. Desmascarando-o, mostrando a relação de dominantes e dominados, isto é, as contradições sociais, a corrupção de alguns detentores do poder, com políticas canalizadoras de recursos para determinadas áreas ou grupos sociais.

Portanto, uma geografia militante que não está a serviço do sistema, visando melhorias tanto sociais quanto econômicas, busca as raízes dos problemas, tentando solucioná-los através do saber, que seja de acesso interpretável para a maioria das pessoas.

Nesse sentido, a geografia crítica requer para a sua análise a utilização de categorias buscadas na geomorfologia de Jean Tricart e aplicadas, adaptadas e propostas por Milton Santos como sendo: forma, função, estrutura e processo.

A forma refere-se ao aspecto exterior, o que se vê (a paisagem) como, por exemplo: uma cidade com seus prédios, suas ruas, bairros, casas, estradas,

arborização; a qual possui função: abriga habitantes que possuem atividades cotidianas nessa cidade. Isto é, utilizam-se da forma, dando a ela função, exercendo ação no espaço. Já a estrutura é criada pelo homem inserindo ordem aos objetos da cidade ou espaço para viver em sociedade de acordo com o sistema socioeconômico vigente. Aparentemente não é visível, porém pode ser mudado através de processos sociais que vão se formando de acordo com as relações e transformações que levarão à formação do espaço.

Entretanto, para estruturar suas concepções, os geógrafos críticos basearam-se em Marx, utilizando-se do método dialético, que apresenta quatro leis que podem ser mescladas, sem uma regra definida para seguir, conforme pode ser compreendido nas obras de Kopnin (1978) e Lakatos e Marconi (1991), sendo elas:

1ª – Lei onde tudo se relaciona, isto é, para avaliar uma localidade, por exemplo, tem-se que levar em conta os fatores: comércio, indústria, população e potencial consumo, a estrutura socioeconômica, a renda *per capita* e sua real distribuição, etc; tudo está interligado e em constante processo de transformação.

2ª – Lei da mudança dialética ou negação da negação propõe a mudança de atitude. Portanto, se algo não foi bem sucedido, é preciso que se tomem medidas provocando o autodinamismo.

3ª – Lei da mudança de quantidade para qualidade. Nessa lei, observa-se a importância da qualidade e não apenas da quantidade. Por exemplo, de nada adianta o crescimento econômico de uma determinada região ser altíssimo se não vier acompanhado de desenvolvimento total, isto é, que abranja todos os setores da região, inclusive o social. Ter-se-ia apenas um salto quantitativo e a qualidade de vida não mudaria. Portanto o salto de quantidade tem que vir acompanhado da qualidade na visão da filosofia marxista.

4ª – Lei da luta dos contrários, segundo a qual a partir da ação tem-se a reação. A luta dos contrários mostra a diferença de classes. Onde a mais forte explora a mais fraca para acumular o capital, manter sua posição social e ascender economicamente. Isto é, os detentores do poder geralmente pertencem à classe rica, exploram a classe média que, por sua vez, ajuda a classe rica a manipular e explorar os miseráveis. Isso ocorre tanto na classe rica quanto na classe pobre. Esta última almeja o poder socioeconômico da classe rica, luta para isso e quando consegue geralmente dá continuidade aos processos de exploração, que possui dois lados, dominantes e dominados.

3.3.3 A formação socioespacial

Nesta perspectiva de análise, é relevante salientar que Milton Santos construiu o conceito de Formação Socioespacial.

Para Santos (1992, p. 49) esse conceito é relevante, pois: “[...] a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.”

Este conceito busca associar à lógica da produção/reprodução social ao espaço, indicando que, na mesma medida que o Espaço Geográfico é produzido socialmente, é também ele elemento constituinte da reprodução e receptor da configuração da sociedade. O conceito de Formação Socioespacial constitui uma contribuição significativa como instrumento analítico do Espaço Geográfico. Este expressa a ideia de movimento históricoespacial da sociedade, permitindo que, a partir dele, reconheça-se o Espaço Geográfico como a expressão material da forma como os homens se organizam socialmente para produzirem e reproduzirem suas vidas no e com o espaço.

Santos (1996, p. 152) esclarece ainda que “[...] a história se torna, ela própria, estrutura estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história, pois elas participam da dialética global da sociedade.”

Nas palavras de Moreira (2009, p. 114),

Dessa maneira, no movimento de sua relação com o espaço, a sociedade se movimenta e se transforma, mudando a cada vez que o espaço muda e mudando o espaço a cada vez que ela se modifica, numa relação solidária, dando a evolução da técnica, o ritmo, velocidade e direção da mudança.

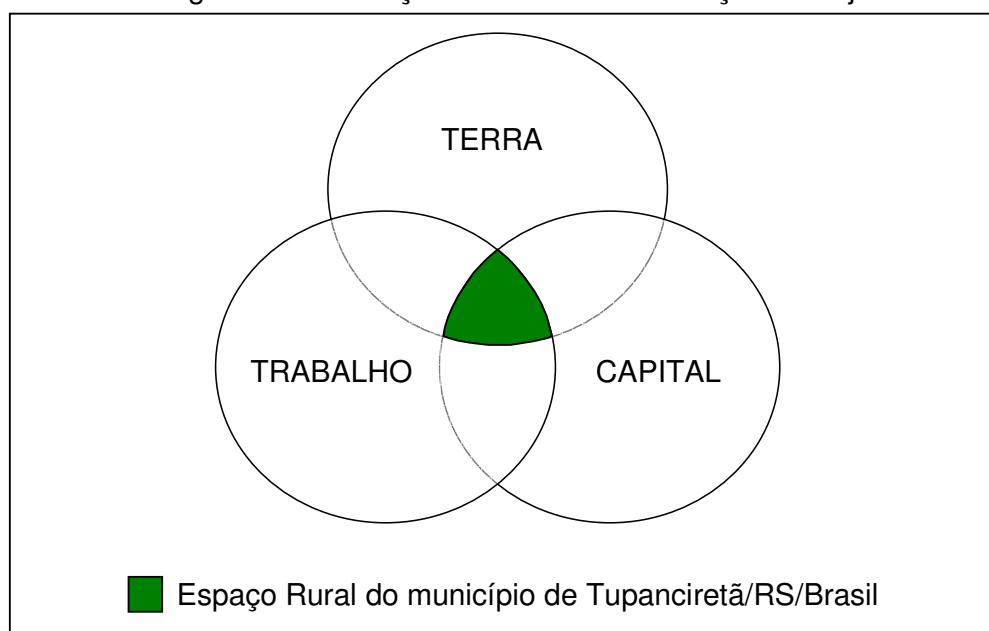
Com isso, o Espaço Geográfico é o resultado da dinâmica da sociedade, sendo que essa, a sociedade, se reconhece no espaço vivido e configura-o de acordo com suas técnicas e suas evoluções. A mudança das técnicas configura a mudança da sociedade e o efeito final, segundo Milton Santos, são as rugosidades, a mescla de técnicas de diferentes tempos impressas no espaço.

Portanto, quando se estuda a organização espacial, é necessário explicar como o espaço social está formado, como os homens o organizam e o ocupam. Assim, caracterizando o Espaço Geográfico, esse espaço é o espaço das relações, o espaço das mudanças, que através da acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização.

3.3.4 Objeto de estudo da pesquisa

O meio rural propriamente dito é o objeto de estudo desta pesquisa, pois o mesmo é composto por três fatores que interagem, se relacionam e são dependentes uns dos outros para que o objeto coexista, sendo eles: Terra, Trabalho e Capital. Esses fatores são os elementos que condicionam o “Espaço Rural”, conforme pode ser observado na figura 3.

FIGURA 2 – Diagrama da interação de fatores na formação do objeto de estudo



Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

TERRA – Esse fator compreende os elementos ecológicos (meio-ambiente), ou seja, os recursos naturais disponibilizados no município de Tupanciretã, como a importância do solo, do relevo, as condições climáticas, os recursos hídricos, a flora e a fauna. Esse fator isolado dos outros dois compreende terra ociosa, com a finalidade de especulação imobiliária e passível de desapropriação, pois de certa forma não está cumprindo sua função social, podendo ser um latifúndio.

TRABALHO – Esse fator abarca os elementos demográficos e culturais, cuja compreensão é dada por tradições agrícolas, tipos de estabelecimentos, nível de conhecimento tecnológico, formas de emprego e questões sociais. Esse fator isolado dos outros dois significa exploração da mão-de-obra ociosa, assim propiciando o aumento da desigualdade social.

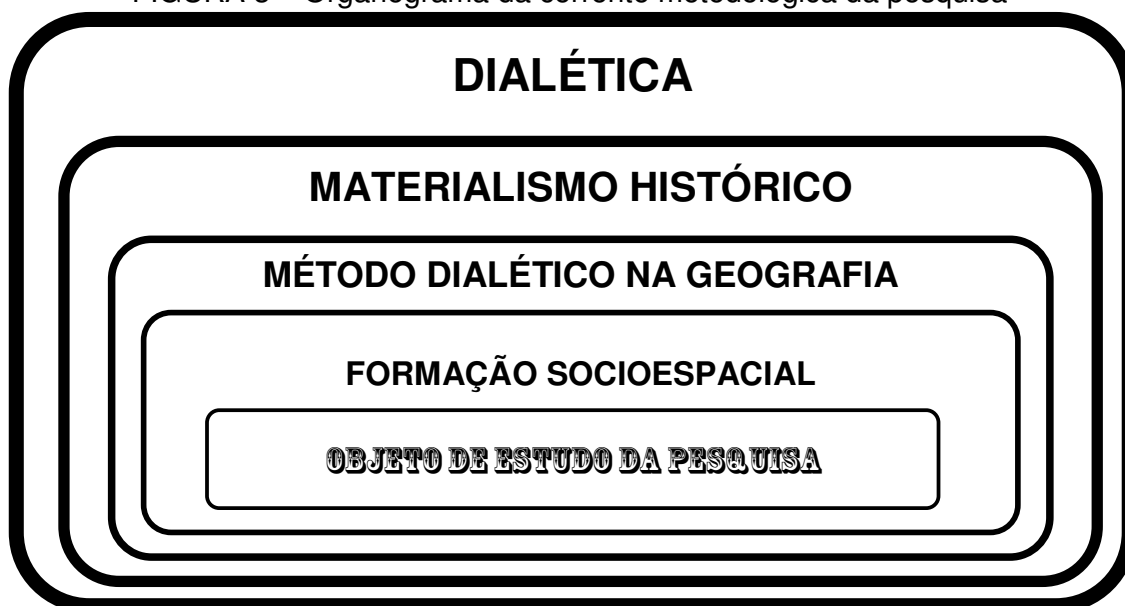
CAPITAL – São os elementos econômicos, o sistema financeiro, as linhas de crédito e os empréstimos. Sem os outros dois fatores, o capital isolado é apenas especulação financeira, o chamado dinheiro flutuante em busca de juros e rentabilidade fácil, a busca de mais capital sem haver responsabilidade social.

Dessa maneira, a interação dos três fatores propicia e condiciona a dinâmica do território rural, pois o mesmo é a sobreposição desses.

3.3.5 Considerando as reflexões do método

Dando cientificidade ao objeto de estudo, foi necessário recorrer a uma reflexão teórica do método, ou seja, compreender a corrente metodológica utilizada que irá nortear a pesquisa. Para isso, é mister situar a pesquisa dentro de uma escola geográfica, buscando seus pressupostos que fomentem o embasamento, justificando, assim, a corrente a ser seguida. Nesse sentido, o organograma a seguir, serve para situar o objeto de estudo dentro da corrente evolutiva na qual a pesquisa tem se apoiado, como pode ser observado na figura 4.

FIGURA 3 – Organograma da corrente metodológica da pesquisa



Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Dessa forma, foi de suma importância a elaboração do desenvolvimento histórico do latifúndio pastoril gaúcho para compreender a atual conformação do espaço rural em Tupanciretã, pois o mesmo – o latifúndio – tem sua gênese ligada à

doação de terras no século XVII com as sesmarias, das quais se derivaram todas as demais propriedades rurais. Portanto, na pesquisa há uma reflexão sobre a grande propriedade no Estado Gaúcho e os territórios dela derivados, seguindo as premissas do Materialismo Histórico e concomitantemente a Formação Socioespacial até o presente, assim (re)(des)configurando as novas territorializações do Espaço Geográfico em estudo.

3.4 ETAPAS DA PESQUISA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa foi elaborada em cinco partes segmentadas que, ordenadas e somadas, concretizam a investigação.

Primeiramente, foram realizadas nove (9) disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Geografia, cursadas no período de Março a Dezembro dos anos de 2009 e 2010, que totalizaram vinte e quatro (24) créditos. Através das leituras propostas nessas disciplinas, o suporte científico dado ao projeto da pesquisa foi de suma importância. Essa primeira fase foi a base para o segundo passo da pesquisa, condicionando em bibliografia e suas correntes metodológicas para as matrizes teóricas.

O segundo momento da pesquisa foi destinado à preparação e apresentação da qualificação, efetivada na data de 27 de Abril de 2011. A banca examinadora da qualificação foi de grande valia, pois sugeriu algumas alterações estruturais pertinentes no projeto de pesquisa, além de complementar o suporte teórico indicando mais bibliografia pertinente ao objeto de estudo e seus objetivos.

Após a fase de qualificação do projeto de pesquisa, conforme sugestões da banca, a terceira etapa foi destinada à preparação para o trabalho de campo, e ocorreu no segundo semestre de 2011. Nessa ocasião, confeccionou-se um roteiro investigativo com entrevista semiestruturada, constante do Apêndice. Cabe ressaltar que a entrevista semiestruturada não é fechada, e sim um suporte de orientação para a entrevista.

A construção desses roteiros e entrevista foi realizada com base nos objetivos da pesquisa e com a finalidade de levantar informações primárias, uma vez que, para o contato das informações secundárias, houve duas vias; uma pelo IBGE através de consulta aos seus anuários e *site* oficial, e outra por meio de órgãos, entidades e empresas situadas ou pertencentes à Tupanciretã.

Para a coleta das informações qualitativas, Triviños (1987) ressalta que a entrevista semiestruturada é um dos principais meios de que o investigador dispõe. Conforme esse mesmo autor, a entrevista semiestruturada é entendida como

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.146)

Corroborando as palavras e orientações de Triviños, Gil (1999) considera que a entrevista semiestruturada pode ser definida como uma técnica onde o investigador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa. Sendo esta uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. No entanto, à medida que o pesquisador conduza com habilidade a entrevista por pautas, e seja dotado de boa memória, poderá, sem problema algum após seu término, reconstruí-la de forma mais estruturada, tornando possível a sua análise objetiva.

O trabalho de campo, efetivado nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, foi a quarta etapa da pesquisa e consistiu no apoio a entrevistas semiestruturadas, que subdividiu a pesquisa em duas fases. A primeira compôs o trabalho de campo realizado no meio urbano, com o levantamento de dados quantitativos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, na Inspeção Veterinária, no Cartório de Registro de Imóveis Rurais, na Cooperativa Agrícola Tupanciretã-AGROPAN e em algumas empresas locais. Essa primeira parte efetivou-se mais rápida devido à acessibilidade dentro do espaço urbano, pois todas as visitas foram agendadas e realizadas na primeira quinzena de janeiro.

Assim, posteriormente, a segunda fase do trabalho de campo consistiu em frequentar/conviver no meio rural, com a finalidade de fazer entrevistas com algumas famílias dos quinze (15) assentamentos rurais. Os informantes foram previamente escolhidos, ora pela sua importância no território que representa, ora pelo destaque de sua produção, ou, ainda, por sua representatividade perante outros indivíduos do seu assentamento.

A ordem das visitas e entrevistas foi relacionada com a mesma perspectiva de análise proposta por Milton Santos, onde a sociedade através do tempo e suas relações imprimiram e imprimem suas características no espaço natural,

transformando-o em espaço geográfico, empregando, assim, o conceito de Formação Socioespacial. Foram visitados os pecuaristas (detentores do fator Terra), os sojicultores (detentores do fator Capital) e os assentamentos rurais da reforma agrária, desde os formados há mais tempo aos mais recentes.

Dessa maneira, nessa primeira fase, o trabalho de campo consistiu em identificar os possíveis informantes e contatá-los via telefone para agendar uma possível visita. A grande maioria aceitou e se sentiu lisonjeada pelo convite; outros, por sua vez, aceitaram com a ressalva de não serem identificados. Assim, visando respeitar a vontade dos entrevistados e manter seu anonimato, foi adotado o sistema numérico, no qual o participante será referido como “ENTREVISTADO X”, preservando sua identidade.

O trabalho de campo no meio rural ocorreu no período de 12 de janeiro a 02 de março de 2012. Cada visita com o propósito de entrevista durava muito tempo, seja pelas longas distâncias a serem percorridas no meio rural, seja pelas más condições de algumas estradas de acesso às propriedades. Com isso, buscou-se aproveitar ao máximo cada visita, com a permanência no e integração na maior quantidade possível de lotes familiares nos Assentamentos Rurais da região.

A pesquisa na linha descritiva foi desenvolvida a partir de bibliografias existentes sobre os assuntos relevantes para a investigação, descrevendo o contexto das transformações de produção e relações sociais, com uma abordagem dialética que busca explicações coerentes, lógicas racionais para os fenômenos da natureza e da sociedade.

O trabalho é de ordem qualitativa e supõe o contato direto e contínuo do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada por um trabalho intensivo de campo.

Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, citações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e depoimentos, fotografias, desenhos e estratos de vários tipos de documentos. Citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são importantes. (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 12)

A elaboração final da pesquisa consistiu na quinta e última etapa, a redação da obra, realizada de abril a dezembro de 2012, que procurou agregar todos os conhecimentos empírico, acadêmico e científico adquiridos ao longo das etapas anteriores.

3.5 METODOLOGIA CARTOGRÁFICA

Para a confecção dos mapas temáticos desse trabalho, foi utilizado o *software* Philcarto, o qual teve o suporte da base cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul e dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE dos anos de 1975, 1985, 1995 e 2006 dispostos em formato de planilha Microsoft Excel.

Os dados dos Censos Agropecuários de 1975 e 1985 foram levantados em trabalho de pesquisa nos anuários impressos da biblioteca do IBGE, seção Porto Alegre, e os dados de 1995 e 2006 foram extraídos em pesquisa na internet através do portal do IBGE, acesso via Acervo – SIDRA.

Para a elaboração dos mapas temáticos de uso do solo com lavouras de soja, foi utilizado o *software* Arcgis 9.3 e, para a classificação das imagens de satélite, foi utilizado o *software* Spring 4.3.2 (Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas), sendo suas informações processadas, armazenadas e compiladas.

O material cartográfico utilizado para a pesquisa constitui-se em cartas topográficas em escala de 1:50.000 elaboradas pela Diretoria do Serviço Geográfico (DSG) do Exército Brasileiro.

Para o mapeamento das lavouras de soja, foi utilizada como base de apoio e análise as imagens do satélite da série Landsat 5 e 7, com resolução espacial de 10 metros, nas bandas espectrais 3B, 4G e 5R. Na elaboração destes mapas, foi utilizado o procedimento de classificação supervisionada.

Para a confecção do mapa de altitudes, foi utilizada a imagem de radar SRTM (Shuttle Radar Topography Mission), com resolução espacial de 60 metros.

4 O LATIFÚNDIO PASTORIL: ALTERNATIVA CAPITALISTA PARA GARANTIR A MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO PORTUGUES EM FACE AO ESPANHOL E, CONSEQUENTEMENTE, A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO GAÚCHO

REFLEXÃO MUSICAL Minha Querência

De manhã muito cedinho quando o sol
devagarinho vem rasgando a escuridão

Ouçõ a voz da peonada no galpão arrinconada
em roda de chimarrão

Da cacimba vem chegando a velha pipa e
derramando gotas d'água pelo chão

Vacas mansas na mangueira e ciscando mui
faceira no terreiro a criação

Meu Rio Grande do Sul meu lindo pago, meu
chão. Minha querência eu te trago na forma do
coração (2 X)

Gineteando a cavalhada cruza o campo a
gauchada pra o rodeio e a marcação

E o quero-quero alvissareiro que lhes avista
primeiro grita sua saudação

Quando eu vejo a minha serra e a beleza desta
terra nos meus olhos o debuxo

Prezo a Deus na minha crença por esta
aventura imensa de ter nascido gaúcho

Meu Rio Grande do Sul meu lindo pago, meu
chão. Minha querência eu te trago na forma do
coração (2 X)

Letra: Gilda Litran de Souza Soares (1969)

Música: Leopoldo Rassier

Adaptação: Vinicius Silva Moreira

4.1 ESPAÇO E PODER: A GÊNESE DO TERRITÓRIO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Quando o homem atua no meio ambiente com suas ideias e formas de produzir, provoca uma nova organização do espaço. A organização espacial oferece condições para englobar as tradicionais considerações sobre as relações entre o homem e o meio e sobre a diversidade regional.

O domínio e a organização do espaço foram elementos que contribuíram para a sistematização geográfica na Alemanha, em um período em que a preocupação com a unificação do Estado Alemão em questão de espaço era primordial. Para isso ocorrer, a cátedra alemã recorreu e se embasou na filosofia positivista, a qual norteou os primeiros passos da ciência geográfica. A filosofia positivista é baseada em três fases, a saber; o organicismo, o evolucionismo e o funcionalismo. Entretanto, vale ressaltar que o espaço analisado na perspectiva funcional não se limita a ser organizado e hierarquizado. Ele não para de se transformar (CLAVAL, 2004, p. 18).

A relação entre Estado e espaço foi um dos pontos privilegiados por Ratzel, através da teoria do Espaço Vital em que representava uma proporção de equilíbrio entre uma determinada população e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades de progredir e suas permanências territoriais.

Na Nova Geografia, a ciência geográfica passa a ser vista como a ciência que se refere à formulação de leis que regem a distribuição espacial de alguns fenômenos da superfície terrestre.

A Geografia dedica-se aos estudos das organizações espaciais sendo estas entendidas como a estrutura dos elementos e processos que explicam o funcionamento de qualquer espaço organizado. A noção de espaço está ligada à de tempo, de movimento e, por conseguinte, ao conceito de processo.

Com o avanço da tecnologia, o espaço foi sendo entendido em função da acessibilidade, o que acabou levando ao conceito de espaço relativo, o qual se refere à posição que um lugar ocupa em relação a outras localidades, podendo se expressar de diversas maneiras. A posição relativa pode sofrer transformações com o decorrer do tempo, em virtude das inovações técnicas e dos meios de circulação e de comunicação.

Na Geografia Crítica, o espaço é considerado relacional, sendo percebido como conteúdo e representando, no interior de si mesmo, outros tipos de relações que existem entre os objetos e os seus atores.

“A sociedade é dinâmica e se identifica com o espaço vivido e vice-versa, imprimindo sua história no mesmo”, conforme analisa Moreira (2004, p. 59-60). Portanto, considera-se o espaço como o palco das relações de seus atores – a sociedade – e não deve ser estudado como sendo a adição de partes menores; o espaço é total e uno.

Faz-se necessário uma compreensão do que é o poder para se entender o que é o território, uma vez que se buscou uma reflexão do que é o espaço ao longo das escolas geográficas.

Assim, segundo Raffestin (1993, p. 52),

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder”.

Através da consideração de Raffestin, pode ser observada a dualidade epistemológica da palavra ‘poder’. A primeira, nome próprio, é mais fácil de se compreender; referindo e manifestando-se por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos, é o poder visível, maciço e identificável, representado pelo Estado.

Em contrapartida, o segundo, nome comum para Raffestin, é aquele que não se vê, é aquele que se acreditou ter-se derrotado pelo capitalismo, é o poder dos atores excluídos, são as relações de uma sociedade organizada. O “poder” é concretizado na revolta de seus atores sociais, que anseiam, através de movimentos, sua re-inserção a uma ordem que os excluiu: o capitalismo.

Mesmo assim, Raffestin (1993, p. 53) diz que

Pode-se pensar que tudo isso é bastante intuitivo. Certamente, mas não é muito fácil fazer de imediato uma descrição clara, enquadrada por um sistema de conceitos coerentes e unívocos, do poder que brota de estruturas profundas e não de estruturas de superfície.

Com isso, é demonstrada a preocupação em construir um conceito para “poder”, sendo este muito complexo nas suas relações.

No que tange ao Território, este corresponde ao espaço caracterizado pelas relações de poder, ou seja, é o espaço que sofre o domínio dos agentes políticos, econômicos e sociais. O Estado tem seu espaço ou território definido, o que nem sempre ocorre com as nações, que, devido à sua antiguidade, complexidade ou aspirações, podem não ter território definido.

Nas palavras de Raffestin (1993, p. 144), o território é “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, e o território é a prisão que os homens constroem para si.”

Em complemento a essas palavras, Claval (2004, p. 33) afirma que

“[...] o espaço transformado em território oferece aos grupos uma base e uma estabilidade que eles não teriam sem isso. Faz nascer um sentimento de segurança. O território constitui um dos componentes essenciais das identidades”.

Após a leitura de Raffestin sobre as duas formas de poder, conclui-se que o “poder” territorializa o espaço e dá a dinâmica ao território, propiciando e concretizando, assim, a luta pela manutenção das classes sociais e a busca da reinserção social dos indivíduos excluídos, que será analisado em um momento posterior com a gênese do movimento social.

4.2 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO DA GRANDE PROPRIEDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A ocupação do território gaúcho pelos europeus deu-se no século XVII, por volta de 1626, através dos Jesuítas a serviço da Coroa Espanhola. A porção noroeste do Rio Grande do Sul, hoje denominada Missões, foi o local onde os padres jesuítas fundaram os primeiros núcleos “estáveis” no espaço sul-riograndense, no qual os índios³ foram os primeiros habitantes. Sobre esse assunto, Roche (1969, p.28) descreve que os “jesuítas reuniram os índios em reduções onde praticavam a agricultura”, e ainda introduziram os gados bovino e ovino, dando início à atividade pecuária. Dessas reduções surgiram os Sete Povos das Missões⁴ que se tornaram um centro econômico importante, cujas principais atividades eram a produção de erva-mate, a extração de couro e a pecuária.

³ Guaranis, Charruas e Guaianás (Cf. FORTES, 1981).

⁴ No total, foram 30 povos missioneiros. Destes, 7 localizavam-se no Rio Grande do Sul, 13 no Paraguai e 10 na Argentina. Os Sete Povos das Missões foram: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo (SEHN; ILHA, 2000, passim).

Dessa forma, a primeira etapa da ocupação do território gaúcho foi realizada pelos padres jesuítas, em favor da coroa espanhola, fazendo dos índios força de trabalho especializada. Isso atraiu o interesse dos Bandeirantes vindos de São Paulo, que buscavam escravos para a agricultura lá existente, dizimando, assim, esta sociedade que havia sido estabelecida no território gaúcho, segundo analisa Quevedo dos Santos (1993).

Um século após a ocupação espanhola ocorre a ocupação portuguesa, período em que se inicia a constituição da dinâmica socioeconômica do Rio Grande do Sul, a partir do primeiro quarto do século XVIII, com a distribuição de sesmarias, nas áreas de fronteiras com Argentina e Uruguai. Sobre as sesmarias, Martins (1997, p. 14) afirma que: “[...] este sistema era desigual e injusto, pois somente as pessoas que fossem brancas, puras de sangue e católicas, poderiam receber a posse de um título de sesmaria. Então, o acesso a terra estava interdito aos hereges, aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus”.

Esta foi a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa, para garantir a posse e defesa das terras localizadas ao sul de sua colônia, constituindo alojamentos de acampamentos militares e construções de fortes, assim como a distribuição de sesmarias (com área de até 13.068 hectares) a pessoas de prestígio e ou a militares de maior patente. Sendo profundamente segregador, raramente atenderam ao caráter social da distribuição das terras (COSTA, R.H., 1988).

Desse modo, a Metade Sul do Rio Grande do Sul foi a primeira a ser ocupada pelos portugueses a partir do século XVII, por imigrantes ibéricos e aventureiros paulistas, formando uma estrutura fundiária de grandes propriedades de pecuária extensiva, através de doações de sesmarias, provocando uma pobreza estrutural pela restrição de acesso a terra para a maioria da população, que vagava pelos pampas à busca de uma ocupação (TORRONTÉGUY, 1994).

Muitos autores (BRUM, 1987; COSTA, R.H, 1988; PESAVENTO, 1997) consideram a doação de sesmarias e a expansão da pecuária os marcos na formação da estrutura fundiária gaúcha, como forma capitalista de viabilizar a ocupação e defesa do território, levando em conta a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

Na metade do mesmo século, com o intuito de ocupar o território, a Coroa Portuguesa envia centenas de famílias açorianas à porção sul do Estado. Estas famílias sofrem dez anos de abandono e penúria, os que sobreviveram receberam

propriedades rurais. Estas propriedades, chamadas “datas”, eram de tamanho menor, aproximadamente 900 hectares, e se destinavam à agricultura, com o objetivo de diversificar a produção pastoril, principalmente a produção do trigo, para abastecer a Colônia (BRUM, 1988).

Assim, essas duas frentes foram as primeiras a ocuparem a Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, o que delineou a formação sociocultural dessa região, baseada na atividade pecuária em propriedades de grandes extensões territoriais.

Segundo Heidrich (2000), a Metade Sul ou Macrorregião Sul ocupa grande parte de sua totalidade, caracterizando-se pela atividade pastoril, concentração fundiária e índice de densidade demográfica pouco significativo. Nas reflexões do autor, trata-se de um espaço caracterizado, principalmente, pela presença de campos nativos, os quais particularizam a paisagem como sendo o Bioma do Pampa Gaúcho. Nele, a ocupação humana, aproveitando os recursos do meio ambiente, desenvolveu a economia da pecuária de corte, utilizando-se de sistema de produção extensivo.

Os pedidos e concessões de sesmarias ocorreram durante o século XIX, fazendo com que as terras antes devolutas ficassem legais, formando a propriedade privada. Os maiores beneficiados eram os tropeiros e os militares reformados, que recebiam terras como gratificação por serviços prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. Porém, existiam propriedades com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732 e, por volta de 1803, a Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários. Acrescenta-se a isso a forma não-democrática de distribuição das sesmarias. Quem não possuísse propriedade, de acordo com a legislação portuguesa, não poderia receber sesmaria.

Dessa forma, os menos favorecidos não possuíam condições de receber direitos de propriedade, autenticando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso a terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía-se em poderes econômicos, sociais e políticos. Em torno da grande propriedade havia as Datas, sendo várias de pequeno porte, onde se reuniam os que trabalhavam sob as ordens do grande estancieiro, ou os que necessitavam de sua proteção, ou até mesmo os que tinham medo de sua força (ROCHE, 1969).

A partir da metade do século XIX, a Mesorregião Sul era a região de maior dinamismo da economia do Estado, pois se articulava com a economia do centro do

país, através do fornecimento de charque, alimento consumido pelos escravos mineiros do sudeste brasileiro e pelas camadas mais pobres das populações urbanas, uma vez que esse artigo não tinha prestígio nas classes mais abastadas, que podiam consumir carne fresca a um preço mais elevado (BRUM, 1988).

Sobre o charque no Rio Grande do Sul, Alonso e Bandeira (1990, p. 71) afirmam que

Viabilizou economicamente a efetiva ocupação do território gaúcho e ajudou a construir a prosperidade em Pelotas, núcleo onde se encontrava o maior número de charqueadas, e de Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado, que eram os principais centros urbanos da região Sul.

Nesse sentido, Brum (1988, p. 25) complementa dizendo que

A sociedade constituída pela pecuária e pelo charque na Mesorregião Sul caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda, existindo um reduzido número de assalariados, já que a pecuária não exigia grande contingente de mão-de-obra. Assim, a grande propriedade concentrada na posse de poucos proprietários e a forma como se organizou o trabalho gerou duas classes bem distintas e fortemente hierarquizadas: a dos estancieiros (proprietários) e a dos peões (dependentes). Alguns milhares de grandes proprietários eram donos de terras e utilizava nas estâncias de criação o trabalho dos peões, além de escravos para os serviços domésticos, no trabalho pesado das charqueadas predominava o braço escravo.

Ao abordar a ocupação nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul, Prado Júnior (1985, p. 96-97) expõe que

No início do século XIX, estabelecem-se as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, equivalentes a 108 km², para cada concessionário), formam-se propriedades monstruosas.

A apropriação militar da terra, como se assistiu, foi acompanhada da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial, ou seja, o fortalecimento dos pecuaristas tendeu a se expressar também no plano político-administrativo (PESAVENTO, 1997).

Desse modo, o estabelecimento das primeiras propriedades instaladas no território gaúcho realizou-se de forma desigual, privilegiando poucas pessoas, geralmente militares e tropeiros, além de essas propriedades terem uma área muito grande, associadas à atividade pecuarista. Estes fatores vieram a ocasionar uma pequena densidade demográfica na região sul do Rio Grande do Sul, formando “lacunas” entre uma cidade e outra.

Conforme Jean Roche (1969) expõe em sua obra, a doação de sesmarias no Brasil cessou a partir do Decreto Lei de 1822, outorgado pelo então Príncipe Regente Dom João VI. Tal fato levou à intensificação da posse e à aglutinação desordenada das terras por particulares, paralelamente aos objetivos de povoamento e de defesa do território; somente no ano de 1850, ou seja, após 28 anos, é que foi regulamentada uma nova lei para a terra, a Lei 601/1850, conhecida como Lei de Terras.

Com isso, surgiu a necessidade de adequarem-se as províncias à reorganização geral da economia brasileira, que se conduzia pelas novas diretrizes do capitalismo internacional. E, para atender a este princípio econômico, ocorreu a política imigratória cujos objetivos básicos eram os de criar o trabalho livre nas áreas de produção para a exportação e de um mercado interno consumidor, além de contribuir com o povoamento estratégico de regiões periféricas.

Com base em uma nova política imigratória, fundada nas linhas do capitalismo internacional, o Rio Grande do Sul, em 1824⁵, recebe a primeira leva de imigrantes alemães (total de 38 indivíduos), no município de São Leopoldo. Cada família recebeu um lote de 77 hectares como livre propriedade, isenção de qualquer tipo de imposto ou prestação de serviço pelo prazo de dez anos. A partir de 1851, estes lotes diminuíram de 77 para 48,4 hectares e, em 1889, para 25 hectares, esta unidade era chamada de “lote colonial” (ROCHE, 1969).

Estes imigrantes provenientes da Alemanha vieram de seu país, onde viviam numa situação de tensão social, com o intuito de povoar áreas antes desabitadas (colônias) e que produzissem gêneros alimentícios necessários para o consumo interno do Brasil. O primeiro fluxo de imigrantes ocorreu em 1824 e o segundo em 1845. Em todo o século XIX, foram criadas 142 colônias no Rio Grande do Sul, principalmente no Vale dos Sinos (QUEVEDO DOS SANTOS; TAMANGUEVIS SANTOS, 1990).

A outra fase de colonização do território gaúcho veio com os imigrantes italianos no final do século XIX, 1875, quando tem início a última etapa de povoamento do Rio Grande do Sul. De acordo com Giron (1980, p.47), estes imigrantes “vão se localizar nas terras devolutas do Império, situadas na encosta

⁵ De 1824 a 1830, chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de cinco mil (5.000) imigrantes alemães, conforme dados publicados por Roche (1969).

superior do Planalto. A vinda dos imigrantes está ligada ao processo de substituição da mão-de-obra e à política de imigração e colonização do Governo Imperial”.

Giron (1980, p. 51-52) explica que os processos de emigração da Itália ocorreram devido aos excessos populacionais, esgotamento de terras, crises agrícolas, política fiscal, desflorestamento, política comercial, dentre outros fatores.

Os imigrantes italianos, até o início do século XX, já chegavam a aproximadamente oitenta e quatro mil colonos (84.000), e se concentraram em pequenas propriedades nas áreas do Planalto, porções norte e nordeste do Estado. Assim, colonizava-se para ocupar vazios demográficos, para firmar a ocupação de terrenos. Coloniza-se para abrir e proteger a navegação de rios, defender fronteiras, aumentar a produção de gêneros alimentícios, que eram ínfimos e, finalmente, até para dirigir a atividade de certas classes. A colonização assim encarada compreende diversas formas e aproveita diversos elementos (AZEVEDO, 1975).

Nesse sentido, a ocupação do Estado do Rio Grande do Sul dividiu-se em duas etapas: a primeira, ocorrida na Mesorregião Sul, caracterizando-se pela grande propriedade, distribuição de renda mais concentrada, pecuária e baixa densidade demográfica, resultando em núcleos urbanos mais distantes uns dos outros. A outra, realizada na Mesorregião Nordeste e Norte, caracterizando-se pela pequena propriedade, produção diversificada (policultura), distribuição de renda menos concentrada e densidade demográfica mais elevada, resultando em uma proximidade dos municípios.

Na Macrorregião Sul, a formação de propriedades com grandes extensões de terra e a origem luso-brasileira dos primeiros habitantes foram elementos condicionantes; já na Macrorregião Norte, o processo de ocupação se deu através de pequenas áreas coloniais, constituídas basicamente por colonizadores imigrantes alemães e italianos (ROCHA, 1999).

Rogério Costa (1988) ressalta que os maiores municípios em extensão territorial também são os mais antigos do Estado e que suas emancipações ocorreram até o final do século XIX. Segundo o autor, a associação de densidade demográfica e estrutura fundiária distinta resultam em contrastes muito nítidos entre eles. Na Macrorregião Sul, há grandes e poucos municípios contrapondo-se à Macrorregião Norte, que apresenta uma malha municipal repleta de pequenas unidades territoriais a partir do norte de Porto Alegre e por todo o centro-norte do Estado.

4.3 O DECLÍNIO DA PECUÁRIA EM TUPANCIRETÃ VISTO EM NÚMEROS

Desde a formação das grandes propriedades oriundas das sesmarias, o rebanho bovino tem maior destaque na pecuária local, no entanto, é expressiva também a participação do rebanho de ovinos e eqüinos; porém todos esses rebanhos de criatórios são deixados em segundo plano em prol da sojicultura. Assim, podemos observar quantitativamente os dados coletados da pecuária através da tabela que segue (TABELA 2).

TABELA 2 – Número de cabeças da Pecuária em Tupanciretã/RS

ANOS	Bovinos	Ovinos	Equinos
1975	250.384	135.600	9.300
1980	240.800	135.341	12.560
1995	190.535	108.873	4.270
2006	75.410	24.600	2.110

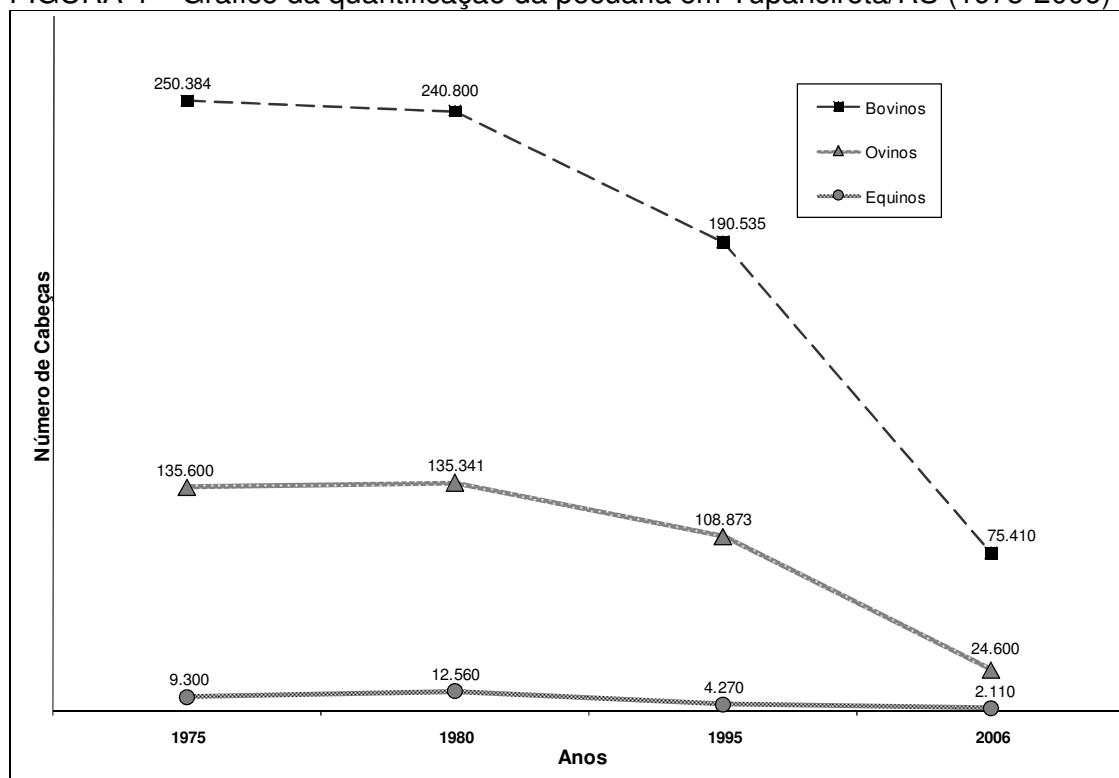
Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1975, 1980, 1995, e 2006)
Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Dessa forma, segue-se uma análise individual das culturas mais relevantes dentro da pecuária tupanciretanense, vindo na ordem, bovinocultura, ovinocultura e equinocultura.

Em 1975, a bovinocultura no Município era de 250.384 cabeças; cinco anos mais tarde, em 1980, houve uma queda na produção no rebanho de 9.584 cabeças, ou seja, em 1980 havia 240.800 bovinos. Destaca-se que, mesmo com a falta de incentivo governamental voltado para o setor pecuário e um certo abandono dos pecuaristas em benefício dos financiamentos voltados para a agricultura empresarial, que visa a produção da soja, a criação de bovinos continuava elevada. No ano de 1995, outra queda na pecuária bovina, chegando à marca de 190.535 cabeças (FIGURA 5).

O dado mais atualizado da realidade do rebanho bovino é do censo agropecuário de 2006, que contava com 75.410 cabeças, onde se constata uma nova redução. Dessa forma, é mister destacar um outro dado que são os números da pecuária leiteira, que segundo a Cooperterra no mesmo ano contou com 4.360 vacas ordenhadas em assentamentos rurais.

FIGURA 4 – Gráfico da quantificação da pecuária em Tupanciretã/RS (1975-2006)



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1975, 1980, 1995 e 2006)
Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Com a introdução de mecanização na lavoura e de políticas agrícolas, intensificou-se, nas últimas décadas, a agroexportação de grãos, tendo como consequência a redução dos criatórios no Município. Esse fato foi devido à necessidade de expansão da lavoura empresarial, imposta pelo padrão agroexportador vigente, tendo sido primordial recorrer às terras da pecuária, as quais se constituem em frente de expansão para a agricultura no estado gaúcho.

No entanto, com a queda da bovinocultura e aumento significativo da agricultura de soja no verão, e do trigo, aveia e azevém no inverno, a prática da pecuária de bovinos ainda é muito relevante no Município, devido ao seu plantel ser de boa qualidade genética.

A criação de ovinos também teve declínio significativo nas últimas décadas, sendo que, em 1975, o Município contava com 135.600 cabeças; cinco anos depois, em 1980, possuía 135.341 cabeças, ou seja, manteve-se no mesmo patamar. Na década de 90, o Município teve um declínio considerável da produção ovina, decrescendo para 108.873 cabeças, com uma diminuição de 26.468 animais. Atualmente (2006), o rebanho ovino conta com 24.600 cabeças (FIGURA 5).

O fato do declínio dos criatórios de ovinos, segundo os entrevistados, deve-se a quatro motivos que fizeram desacelerar essa prática; primeiro, pela forte tendência em utilizar as áreas com a agricultura empresarial, substituindo o ovino pela soja; segundo, pela falta de hábito da população em consumir a carne ovina; terceiro, pelas novas tecnologias têxteis, que deixaram a lã em segundo plano no mercado, após o aparecimento de fibras sintéticas na indústria, mais baratos do que a lã, a qual é extraída dos ovinos de forma artesanal, necessitando de maior demanda de mão-de-obra; e o quarto e último motivo, que desestimulou essa criação, foi o abigeato, pois os ovinos são dóceis e fáceis de serem capturados.

Assim, nos últimos trinta anos, no Município, a pecuária de ovinos sofreu drástica queda, passando de 135.600 cabeças, no ano de 1975, para 24.600 cabeças em 2006, o que resultou uma queda de quase 82% em seus criatórios.

A criação de equinos sempre teve um papel coadjuvante na pecuária gaúcha, pois o cavalo sempre foi considerado como uma ferramenta de trabalho no manejo com os bovinos, mas também tem sua relevância no município de Tupanciretã. No ano de 1975, havia nas propriedades rurais tupanciretanense 9.300 animais, na década seguinte, no ano de 1980, houve um aumento para 12.560 cabeças.

Entretanto, em 1995, houve um decréscimo significativo na criação de equinos, chegando a 4.270 cabeças. No último censo agropecuário (2006), chegou a 2.110 animais; ou seja, nos últimos anos, a redução desse criatório foi drástica, com uma queda acentuada de 83,2 % nessa atividade entre os anos de 1980 e 2006.

Como já exposto, o cavalo sempre auxiliou o gaúcho nos afazeres do campo, mas com a redução dos bovinos em prol da lavoura empresarial, o modelo econômico agroexportador também atingiu a criação de equinos, pois diminuindo o número de bovinos, conseqüentemente, diminui o trabalho e manejo feito no lombo do cavalo.

4.4 BOVINOCULTURA: ROTATIVIDADE DA TERRA E SUA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Com a modernização/capitalização da agricultura, que será mais bem analisada e discutida no capítulo seguinte, a nova prática da bovinocultura superintensiva proporcionou uma capitalização a mais aos pecuaristas, que

detinham naquele momento a totalidade da terra, com a cedência de suas terras para o cultivo da soja através do arrendamento.

Assim, há uma transformação na configuração tradicional da pecuária, onde o pecuarista continua proprietário da terra, mas adaptando a sua produção de rebanho bovino em menor quantidade com maior rotatividade, aliado com a produção da soja. Deve-se isso ao fato de, dessa forma, a terra está sempre sendo trabalhada, ora com soja, ora com pecuária, ou seja, uma rotatividade, uma dinâmica mais intensa, uma propriedade rural com dois estabelecimentos anuais bem distintos.

O pecuarista (proprietário da terra) faz um contrato de arrendamento lavrado em cartório da comarca local com seu arrendatário (sojicultor), geralmente no mês de agosto; vende todo seu rebanho até o final de setembro; logo após, na primeira semana de outubro, entrega a terra. O arrendatário, por sua vez, planta a soja em outubro e colhe entre março e abril.

À medida que a colheitadeira vai ceifando a soja, o trator vem com uma plantadeira logo atrás fazendo o plantio da pastagem de inverno, aveia ou azevém, isso caracterizando o plantio direto⁶, aproveitando o nitrogênio restante deixado pela adubação da soja e, principalmente, a cobertura da palha para a conservação do solo e umidade do mesmo.

Até a primeira semana de maio, a terra tem que ser devolvida ao dono com uma pastagem de inverno plantada (aveia ou azevém) e mais 5 a 10 sacos de soja por hectare em média, dependendo do contrato, depositados na Cooperativa AGROPAN em nome do dono da terra.

Com isso, o proprietário rural compra bois já castrados com idade entre 12 a 18 meses das fazendas da fronteira do Brasil com o Uruguai, que trabalham com a pecuária extensiva ou em assentamentos rurais onde a área é pouca e não permite bois machos, pois a intenção dos assentados está direcionada à bacia leiteira; assim, o dono da terra coloca os animais nas suas pastagens de inverno, já plantadas pelos sojicultores.

Concomitantemente, o bovinocultor já faz um pré-contrato de compra e venda do boi gordo no futuro, com empresas frigoríficas fora de Tupanciretã para receberem sua produção no mês de setembro-outubro, quando novamente a terra

⁶ Diz-se de sistema de plantio onde se procura minimizar a degradação do solo. Sistema que preserva o húmus da terra com a decomposição da matéria orgânica pré-existente, no caso, os campos nativos.

retornará ao arrendatário que irá plantar a soja, pois o contrato é renovado anualmente.

Assim, para o proprietário da terra o lucro é duplo, pois recebe o valor do arrendamento da terra em espécie (soja) e mais a venda do boi gordo, não precisando abandonar suas atividades urbanas e nem vender a terra que fora em grande parte herdada (sesmarias) de seus antepassados.

4.5 REFLEXÕES SOBRE O LATIFÚNDIO PASTORIL

A formação socioespacial do Município, desde sua gênese, foi embasada na atividade da pecuária extensiva, herança econômico-cultural-social das reduções jesuíticas pré-existentes na mesma área. Com o passar dos tempos, gerações foram se sucedendo no domínio dessas terras entre poucas famílias, pois essas priorizavam laços matrimoniais entre si.

Tudo isso pela finalidade de manter as propriedades em que se praticava a pecuária extensiva e deter o controle absoluto sobre a terra, além de demonstrar o próprio preconceito das famílias tradicionais em verem seus filhos unidos com indivíduos de classe social inferior à da sociedade local.

Assim, a sociedade tupanciretanense foi se desenvolvendo com dois estereótipos, um referente aos indivíduos que pertenciam a famílias abastadas detentoras de imensas porções de terra, pessoas conhecidas pela sua influência política na cidade, região e até mesmo no Estado e; outro, referente à ampla maioria, formada por indivíduos do proletariado rural ou urbano, que trabalhavam ou prestavam serviços para as famílias apatacadas⁷, e eram espectadores de toda a soberba de famílias ditas tradicionais.

O meio rural, somado com a pecuária, foi que sempre comandou o Município e, após os anos de 1960-1970, começou a ter outra configuração, primeiro com os sojicultores e depois, nos anos de 1990-2000, com as famílias dos assentamentos rurais. Mas até hoje, o antigo território da pecuária, hoje caracterizado pela elite fundiária, ainda é detentor de 109 propriedades com mais de 500 hectares de área, correspondendo a 45,55% da área total municipal, ou seja, 119.222,97 hectares (Anexo A).

⁷ Famílias ricas.

Dessa maneira, com a queda abrupta dos criatórios da pecuária, o único frigorífico da cidade perdeu sua função, primeiramente pela diminuição da matéria prima (bovinos) e; após, pela defasagem do maquinário para a nova realidade do mercado global. Sem ter novos investimentos, o abatedouro/frigorífico ficou obsoleto, encerrando, assim, suas atividades nos anos da década de 1990 (FOTO 01).

FOTO 01 – Complexo agroindustrial da pecuária (abatedouro/frigorífico)



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

Com isso, o território, que um dia pertenceu integralmente à pecuária, é um espaço de muito destaque na sociedade local, pois ainda continua se mantendo forte através da prática da bovinocultura, auxiliado com a articulação do arrendamento de suas áreas para a soja, em prol de uma agricultura altamente capitalizada. Com isso, há uma (re)(des)configuração espacial no uso do solo, mas a herança da concentração fundiária ainda persiste.

Assim, considera-se que o estereótipo homem do campo em Tupanciretã, o símbolo do gaúcho centauro, se (re)(des)configura; o processo de dialética do indivíduo em “apear do cavalo e montar no trator” reestrutura todo o significado e simbolismo do sistema patriarcal em torno do fazendeiro/estancieiro, que um dia fez parte do topo da composição social/cultural do povo sul-rio-grandense e que, nas últimas décadas, “dá de rédeas” com a substituição pelo granjeiro/sojicultor altamente capitalizado, que representa a elite agrária, mas não detentor integral do fator Terra.

**5 SOJA: O SIMBOLO DO CAPITAL NO CAMPO. A SUBSTITUIÇÃO DA
PECUÁRIA EXTENSIVA PELO AGRONEGÓCIO COMO NOVA MATRIZ
PRODUTIVA E SUAS NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NO AGRÁRIO**

REFLEXÃO MUSICAL

Não Podemo se entrega pros Home

O gaúcho desde piá vai aprendendo
A ser valente, não ter medo, ter coragem.
Em manotaços do tempo e em bochinchos
Retempera e moldura sua imagem.

Não podemo se entrega pros home
De jeito nenhum, amigo e companheiro.
Não tá morto quem luta, quem peleia.
Pois lutar é a marca do campeiro. (REFRÃO 2 X)

Com lanças, cavalo e no peitão.
Foi implantada a fronteira deste chão
Toscas cruces solitárias nas coxilhas
A relembrar a valentia de tanto irmão.
E apesar dos bons cavalos e dos arreios
De façanhas, garruchas, carreiradas
Ao largo o tempo foi passando
Plantando novo rumo em suas pousadas

(REFRÃO 2 X)

Vieram cercas, porteiras, aramados
Veio o trator com seu ronco matraqueiro
E no tranco sem fim da evolução
Transformou a paisagem dos poteiros
E ao contemplar o agora de seus campos
O lugar onde seu porte ainda fulgura
O velho taura dá de rédeas no seu eu
E esporeia o futuro com bravura.

(REFRÃO 2 X)

*Letra: Humberto Gabbi Zanatta; Francisco Alves; Francisco Scherer (1982)
Música: Leopoldo Rassier
Adaptação: Vinicius Silva Moreira*

5.1 DOS CLÁSSICOS RURAIS À REFLEXÃO: A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAPITALISMO NO CAMPO

Nesta seção, será feita uma revisita às obras clássicas de Kautsky (1980), originada em 1899, de Lênin (1985), originada em 1899, e de Chayanov (1974), originada em 1925, no que diz respeito à questão agrária, a fim de elucidar as questões capitalistas no meio rural como suporte teórico para compreender o atual estágio do agronegócio da soja.

5.1.1 A superioridade da grande propriedade para Kautsky

Karl Kautsky esclarece em sua obra⁸ que o modo de produção capitalista e o antagonismo entre as classes capitalista e proletariado assalariado eram o que movia a sociedade do seu tempo e davam a sua fisionomia. Porém, ainda se encontrava resquícios de modos de produção pré-capitalista, bem como formas de economia de Estado, representando, esta última, um modo de produção mais elevado.

O sistema de produção capitalista se desenvolveu primeiramente nas cidades e depois nas indústrias, e sua influência demorou a chegar à agricultura. Na Idade Média, os camponeses eram auto-suficientes, produziam o necessário para as suas vidas, mas a rápida penetração de inovações de utensílios no campo fez com que se demonstrasse certa superioridade da indústria urbana, dissolvendo lentamente a indústria doméstica do camponês.

Assim, tornou-se difícil a relação direta do produtor com o consumidor, sendo necessária a intermediação de comerciantes para que o camponês pudesse vender seus produtos. Desta forma, a antiga sociedade camponesa, que explorava a propriedade com sua força de trabalho, foi substituída por grandes explorações camponesas que contratavam operários.

Kautsky (1980) afirma que, mesmo com toda a miséria das cidades e os prejuízos à saúde devido ao trabalho desenvolvido nestas, o nível de vida exigido era maior que no campo.

Assim, quando o proprietário passou a ter a propriedade absoluta da terra, pode melhorar os métodos de exploração, surgindo a produção para o mercado,

⁸ KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta. 1980. 329 p.

ocorrendo, desta forma, a divisão do trabalho entre as explorações agrícolas, assim como a concorrência e a especialização das explorações. Isto levou ao aperfeiçoamento de utensílios (instrumentos, sementes, raças de animais) e de operários, aumentando também a dependência em relação ao comércio. O camponês, tanto como o industrial e o agricultor, deixou de produzir o suficiente para a sua subsistência, tendo que comprar o que não produzia ou produzia em quantidade insuficiente. Portanto, eles tinham uma vida de grandes privações, sendo que os operários assalariados viviam melhor, pois a alimentação proporcionada pelo patrão era superior à dos camponeses.

As máquinas chegaram à agricultura devido à divisão do trabalho, e, mesmo enfrentando dificuldades técnicas e econômicas, se difundiram rapidamente. Para Kautsky (1980), as máquinas são importantes tanto na economia da força de trabalho, como na rapidez de execução do serviço. Além dos recursos mecânicos que incluem irrigação e drenagem, os caminhos de ferro rurais traziam muitas vantagens em relação às despesas com transporte, pois podiam transportar mais carga e podiam ser construídas em locais onde uma estrada seria inviável.

Na comparação entre exploração industrial e agrícola, Kautsky (1980) elucida que, na exploração industrial, a produção era comercializada, já na agrícola, uma parte da produção era consumida na própria exploração, sendo a restante comercializada.

Desta forma, a exploração agrícola moderna era uma exploração capitalista, apresentando como fatores a propriedade privada da terra e a produção como mercadoria. Contudo, o autor acrescenta que “mercadoria é um produto do trabalho humano que não foi feito para ser consumido pelo próprio produtor”, devendo ser entregue a outros em troca de produtos que tenha necessidade.

Enquanto na produção de um produto industrializado o seu preço era determinado pelo capital necessário para criá-lo, na agricultura, não eram apenas as diferenças do fundo de fertilidade que determinavam a renda fundiária, mas também as dificuldades de distanciamento de mercado.

No regime da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias, os meios de produção e solo tornam-se capital. Para Kautsky (1980), o dogma marxista se aplica para a propriedade fundiária, assim, quanto mais o capitalismo se desenvolvia na agricultura, mais aumentava a diferença entre a grande e a pequena propriedade. Nas sociedades pré-capitalistas, os camponeses não trabalhavam por

livre vontade, trabalhavam para o “senhor”, o que desapareceu quando acabou a servidão feudal e o proprietário fundiário se tornou livre. O número de animais, utensílios e quantidade de força de trabalho era mais empregado em proporção na pequena propriedade que na grande. Porém, segundo Kautsky (1980), a ciência proporcionou o menor desperdício e a menor utilização da força de trabalho, mas as escolas para agrônomos não preparavam os alunos para trabalhar com camponeses.

De acordo com o autor, o camponês procura trabalho adicional devido a sua necessidade de dinheiro, vendendo assim seu excedente de tempo, pois a exploração da terra não toma todo o seu tempo, porém, ele não trabalhava para o mercado e sim para a família. Quanto menor as propriedades, mais necessidade de trabalho adicional tinham os membros da família; geralmente, o proprietário deixava o serviço da propriedade nas mãos da mulher e dos filhos e buscava serviço em outras propriedades; por isso, era desejável que se tivesse uma grande propriedade na vizinhança.

Nos ramos agrícolas, onde a indústria se tornava predominante, a tendência era que a pequena exploração desaparecesse, o que não queria dizer que todos os pequenos proprietários se tornassem operários. Na indústria, podia-se ter acumulação de uma grande empresa, sem que prejudicasse ou fizesse desaparecer as empresas menores, já a grande exploração agrícola tinha como necessidade o desaparecimento da pequena, pois precisava se apropriar do solo desta.

Assim, o desenvolvimento da grande propriedade expulsava os pequenos produtores e formava uma reserva de trabalhadores agrícolas. Na cidade, era mais fácil arrumar emprego que no campo e, conseqüentemente, constituir família, o que explicava as grandes migrações dos filhos dos camponeses para as cidades.

Contudo, Kautsky (1980) afirma que ocorria um agravamento tanto dos encargos que sobrecarregavam a agricultura, quanto da destruição das riquezas como a terra e os trabalhadores. Desta forma, ele assevera que a migração dos operários do campo para a cidade fazia com que faltassem operários no campo ou, então, tivessem operários sem capacidade para o trabalho.

Os operários agrícolas migravam para as cidades não só em busca de melhores salários, mas de melhores condições de vida, pois, mesmo o proprietário fundiário contribuindo com as despesas da civilização, ele não tinha acesso aos seus benefícios.

Kautsky (1980) enfatiza que, para os camponeses se inserirem no processo capitalista, era necessário que se unissem em cooperativas, porém, os grandes proprietários tinham mais facilidade de formas cooperativas, pois eram menos numerosos, tinham mais tempo livre e conheciam as relações comerciais. A cooperativa para os camponeses representava, acima de tudo, crédito pessoal. Entretanto, para que os camponeses se inserissem em cooperativas, era necessário obedecer a regras, deixando, dessa forma, de serem livres na sua exploração agrícola, criando, assim, uma dependência técnica e econômica. Contudo, quanto mais os produtos dos camponeses viravam mercadorias, pior ficava sua alimentação, pois deixavam de consumir determinados alimentos para destiná-los ao mercado.

5.1.2 A desintegração do campesinato para Lênin

Vladimir Ilitch Lênin expõe em sua obra⁹ que é no capitalismo que o mercado assume um estágio de domínio absoluto e uma extensão universal. De acordo com o autor, a divisão social do trabalho constitui a base da economia mercantil que, por sua vez, ao desenvolver-se, provoca um crescimento do número de ramos industriais distintos e independentes.

Na economia natural, a população era composta de uma massa homogênea que executava todos os tipos de trabalhos. Na economia mercantil, as unidades econômicas são heterogêneas com ramos variados, ocorrendo, assim, o progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho, formando um mercado interno para o capitalismo. Assim, esse processo também causa efeito na agricultura, fazendo com que apareçam regiões agrícolas especializadas e que haja uma separação entre a agricultura e os demais ramos industriais.

Lênin (1985) argumenta que, nas sociedades capitalistas, quando os pequenos produtores se transformam em trabalhadores assalariados, devido à perda dos meios de produção, isto é, a expropriação, quando se passa da produção mercantil simples à produção capitalista, cria-se um mercado interno, pois se torna maior a parte dos meios de subsistência que eles deixam de produzir e passam a adquirir no mercado. Então, o mercado interno aparece quando aparece a economia mercantil,

⁹ LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento capitalista na Rússia**. São Paulo: Abril, 1985.

passando dos produtos à força de trabalho e, quando a força de trabalho transforma-se em mercadoria, o capitalismo se desenvolve, aprofundando-se desta forma a divisão social do trabalho, transformando os produtores diretos em capitalistas ou operários.

Assim, a desintegração do campesinato ocorre à medida que os camponeses mais pobres não conseguem plantar o suficiente para satisfazer suas necessidades, em quanto, por sua vez, os camponeses mais ricos plantam mais do que o trabalho familiar poderia satisfazer, tendo, portanto, que contratar mão-de-obra assalariada, da mesma forma que o camponês mais pobre precisa recorrer à venda de sua força de trabalho. Assim começa a configuração do mercado capitalista.

O campesinato rico acumula terra e associa a agricultura a outras atividades, com oficinas, indústrias e comércio. Já os camponeses mais pobres abandonam a terra e se transformam em operários assalariados. O surgimento de desigualdades de patrimônios é o ponto de partida para a desintegração do campesinato e, conseqüentemente, o surgimento do capitalismo.

A desintegração do campesinato faz com que surtissem dois novos tipos de população rural, a burguesia rural, associada à agricultura comercial e empresas industriais, que necessita de mão-de-obra para o trabalho, e o proletariado rural (com ou sem terra), que arrenda suas terras e necessita vender sua força de trabalho. Desta forma, a desintegração do campesinato favorece o desenvolvimento do mercado interno.

Na época da servidão, uma propriedade se dividia em terras senhoreais e em terras camponesas. As terras camponesas eram lotes cedidos para que os camponeses cultivassem, com seus instrumentos, o necessário para a sua sobrevivência; como pagamento, eles tinham que cultivar as terras senhoreais. Desta forma, o “senhor” garantia a mão-de-obra, sendo este sistema chamado de economia baseada na corvéia.

Para a passagem da corvéia para o capitalismo, existiu um sistema de transição. Assim, a organização da economia latifundiária possuía o sistema de pagamento em trabalho, no qual os camponeses da vizinhança trabalham a terra com seus próprios instrumentos e são pagos em dinheiro, ou em espécie, ou em terras ou servidão (neste caso, o latifundiário entrega parte de suas terras para assegurar a servidão), e o sistema capitalista, no qual os trabalhadores são contratados e trabalham a terra com instrumentos do patrão.

De acordo com dados sobre a produção de queijo na Rússia no século XIX, o desenvolvimento da pecuária comercial (industrial) criou um mercado interno, tanto para os meios de produção, quanto para a mão-de-obra. Porém, ao mesmo tempo em que ocorre o progresso econômico, o aumento da renda, a melhoria da técnica agrícola e da aquisição de instrumentos aperfeiçoados, ocorre a queda da qualidade da alimentação, novas formas de dependência e o desaparecimento do campesinato. Portanto, os camponeses só participam dos efeitos negativos dos progressos da agricultura local.

Quando a produção mercantil é pouco desenvolvida, o pequeno produtor vende seus produtos no mercado local, mas, para ter uma distribuição regular desses produtos, é preciso vendê-los aos atacadistas. Estes, por sua vez, se valem desta posição para reduzir os preços de compra dos produtos, também fornecem empréstimos aos produtores, sendo pagos em mercadorias, o que aumenta a dependência. Contudo, quando o atacadista passa a ceder a matéri-prima, o produtor passa a ser um operário assalariado, trabalhando em sua casa para o atacadista.

Portanto, a combinação agricultura/indústria contribuiu para a desintegração do campesinato, pois enquanto os camponeses ricos abrem oficinas e acumulam dinheiro, os camponeses pobres tornam-se operários assalariados. O exército de reserva é importante para o capitalismo, já que a demanda de operários às vezes cresce e às vezes decresce. O fato de a população trocar a agricultura por ocupações industriais e comerciais, em busca de uma melhor remuneração, faz com que a população urbana cresça. Portanto, o capitalismo é o estágio do desenvolvimento mercantil no qual a própria força de trabalho se converte em mercadoria.

5.1.3 A unidade econômica camponesa para Chayanov

De acordo com Alexander Chayanov (1974)¹⁰, no início do século XX, começaram a ocorrer mudanças nas raízes da agricultura e da economia na Rússia. Formou-se um mercado interno graças ao desenvolvimento da indústria, as relações mercantis da exploração rural se desenvolveram rapidamente, cresceu o movimento

¹⁰ CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

cooperativista e as organizações de ajuda à agricultura, assim como a situação do mercado mundial se tornou favorável à agricultura. Com isso surgiram os funcionários agrícolas e trabalhadores organizados em cooperativas, os quais modificaram a organização do campesinato.

Ao analisar a teoria da organização da unidade campesina da Escola de Organização e Produção, verifica-se que a investigação se deu através de materiais empíricos sobre o problema da organização de unidades campesinas, estatísticas dos censos russos e investigações independentes. Alguns estudos mostravam que os camponeses obtinham mais lucros arrendando a terra a proprietários privados do que com a exploração capitalista das mesmas.

Desta forma, Chayanov (1974) argumentava que, quanto menor a área de terra disponível, maior era o volume de atividades artesanais desempenhadas. Porém, quando o campesino, como trabalhador-empresário, não encontrava condições adequadas de vender sua força de trabalho na sua própria unidade de exploração agrícola, abandonava-a temporariamente e passava a trabalhar para os outros.

Assim, a motivação da atividade econômica do campesinato não era como a do empresário capitalista, pois este recebia uma simples remuneração por seu trabalho e media seus esforços em relação aos resultados materiais obtidos. Portanto, Chayanov (1974) acreditava que a Escola de Organização e Produção não utilizava métodos marxistas e ignorava completamente que a unidade econômica iria em direção ao sistema capitalista mundial.

Para o autor, a unidade econômica campesina estava ligada ao mercado capitalista de mercadorias, porém isso não significava que o latifúndio necessariamente se desenvolvesse, pelo contrário, achava mais provável que a agricultura camponesa continuasse ligada a empresas familiares de pequena escala, ligada a relações internas do balanço entre trabalho e consumo.

Contudo, Chayanov (1974) analisava a organização da atividade econômica da família campesina, a qual não contratava mão-de-obra externa, era dona de uma certa parcela de terra e de seus meios de produção e, às vezes, precisava empenhar sua força de trabalho em atividades não-agrícolas.

O autor esclarece, ainda, que a mão-de-obra era elemento de organização de qualquer processo de produção, como a família campesina não contratava mão-de-obra externa, o tamanho da família e sua composição era o que definia os limites da sua atividade econômica. Conforme dados estatísticos, observava-se a dependência

na relação tamanho da família e o montante da atividade agrícola e a relação da área de terra disponível ao tamanho da família.

Para estudar a produtividade anual do trabalho campestre, Chayanov (1974) utilizou conceitos de produto bruto, que se referia a todas as entradas, e produto líquido, que se referia ao restante do produto bruto após cobrir os gastos de produção. Portanto, o produto líquido era a remuneração da família campestre.

O trabalho empregado na unidade campestre, mesmo sendo intenso, gerava rendimentos anuais insignificantes quando aplicados em solos pobres e com mercados desfavoráveis para os produtos cultivados. Portanto, o grau de exploração se estabelecia da relação entre a satisfação das necessidades e os esforços empenhados no trabalho.

Os princípios básicos da unidade econômica campestre eram iguais a qualquer unidade de trabalho familiar, na qual o trabalho estava relacionado com o desgaste físico de acordo com as ganâncias, sendo uma unidade artesanal. Assim, Chayanov (1974) estabelece que, para desenvolver a atividade agrícola, o camponês compensava a falta de capital, aumentando a intensidade do trabalho, porém o capital não determinava a atividade, somente era uma das condições determinada à família.

Contudo, a redução dos meios de produção influenciava no volume da atividade; ao amplificar a intensidade de trabalho, a família podia aumentar o capital bruto extraído da unidade de produção, da mesma forma quando se intensificava o capital a intensificação do trabalho decresceria. Assim, o tamanho da família era o principal fator da exploração da unidade, vinculado à idade dos membros e ao crescimento da família.

O autor expressa que o mais importante de seu estudo era a forma de remuneração da unidade econômica campestre, sendo que a exploração capitalista se diferenciava fundamentalmente desta.

Todavia, a atividade econômica campestre e a quantidade de trabalho não eram determinadas pela quantidade de capital e sim pelo tamanho da família e o equilíbrio entre satisfação e força empenhada no trabalho; porém era importante uma certa quantidade de capital para garantir que as forças de trabalho influenciassem nesse equilíbrio. Assim, para Chayanov (1974), o capital não exerce a mesma função em uma unidade campestre e em uma unidade capitalista.

Contudo, ele considerava a exploração campesina como mercantil, existindo crédito e circulação de mercadorias. Desta forma, destacou a empresa familiar como uma unidade de exploração capitalista, já que estava inserida no mercado e em todo o conjunto da economia. Porém, Chayanov (1974) ressaltava que existem diferenças entre a unidade de exploração familiar e a capitalista, uma era doméstica e a outra baseada no trabalho assalariado e que essa realidade iria se inverter com o avanço do capitalismo.

O tamanho da unidade campesina e a desintegração do campesinato levavam à gradual concentração da produção nas grandes unidades econômicas campesinas, originando o princípio da concentração capitalista e da proletarização de pequenos e médios campesinos.

Porém, a heterogeneidade que existia nas unidades de exploração camponesa não podia ser explicada apenas pela diferença social que ali existia, tendo que ser levado em conta, também, os fatores demográficos. Portanto, essa heterogeneidade não era um fenômeno do processo histórico recente, ela derivava da natureza da exploração campesina.

Contudo, o autor infere que a unidade de exploração campesina poderia ser fortalecida por corporações cooperativas que, aos poucos, iriam ser capitalizadas, defendendo suas posições perante grandes unidades de exploração também capitalistas. Através das cooperativas e ajuda mútua, seria o único caminho possível para introduzir na exploração campesina elementos de industrialização agrícola em grande escala, incorporando-a ao sistema capitalista de estado.

5.1.4 Discussões sobre campesinato e agricultura familiar

Após a análise das obras clássicas de Kautsky (1980), Lênin (1985) e Chayanov (1974), é importante se fazer breve consideração sobre as definições do conceito de camponês e agricultor familiar baseadas no sentido econômico, social e histórico. Mas vale ressaltar que aqui será exposta apenas uma breve apreciação sobre os conceitos, porém ficará latente que, no decorrer do trabalho, o termo utilizado será “agricultor familiar”, “pequeno produtor” ou “assentado rural”; não será considerado nessa pesquisa o termo “camponês”, devido ao mérito da questão conceitual compreendida nos três autores anteriores e, na diferenciação com o

grande produtor empresarial e o latifundiário, uma vez que a agricultura tupanciretanense é, de uma forma ou de outra, capitalista.

O conceito de camponês/campesinato está ligado à formação no meio rural europeu, local onde surgiu esse termo; sua marca preponderante é a ausência das relações capitalistas, sua existência e sobrevivência não depende do capital, dos mercados, das indústrias, entre outros, como visto em Chayanov (1974).

O camponês produz para atender às necessidades básicas da família, planta para o autoconsumo, sua preocupação é em alimentar os membros da família e ter uma boa qualidade de vida. Os materiais que eram utilizados por ele na agricultura eram produzidos por ele próprio ou por artesões, a aquisição desse material é realizada em forma de escambo. O capital não se faz presente, o dinheiro não é a preocupação fundamental desse indivíduo, não há uma necessidade pelo capital, o trabalho tem a função de produzir alimentos da subsistência familiar.

O agricultor familiar/agricultura familiar é um termo que ganhou força na década de 1990, no Brasil, incentivado pelas políticas públicas para a inserção das pequenas propriedades no mercado. Esse indivíduo está integrado ao mercado, necessita de dinheiro para poder produzir (na aquisição de insumos, máquinas agrícolas, entre outras benfeitorias) e, conseqüentemente, precisa vender sua produção para pagar financiamentos em bancos e todos os insumos e implementos agrícolas adquiridos (ABRAMOVAY, 1992). Esse agricultor pode contratar mão-de-obra em determinados períodos do ano, pagando em dinheiro, ou seja, torna-se dependente do mercado e do capital para realizar suas atividades.

O estudo de Chayanov (1974) ficou com a produção camponesa em sua base, já os estudos marxistas de Kautsky (1980) e Lênin (1985) apontam para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não como um modo de produção. Lênin (1985) destacou o conceito de formação econômico-social ao estudar o contexto do desenvolvimento capitalista russo e a presença do campesinato, como visto anteriormente.

Lênin e Kautsky analisam de forma pessimista os pequenos proprietários familiares, pois acreditam que esses agentes sociais são conduzidos ao empobrecimento e assalariamento com a ampliação do capitalismo no campo, tendo como implicação a falência da pequena exploração em benefício da grande exploração agrícola capitalista, pois essa organização se ajusta melhor ao modo de produção capitalista, devido ao tamanho da propriedade e à produção em escala.

Chayanov (1974) diferencia-se de Lênin (1985) e Kautsky (1980), pois o primeiro não via o desaparecimento dos camponeses com a inserção ou penetração do capitalismo no campo, pelo contrário, vislumbrava um aumento dos estabelecimentos de economia familiar, principalmente quando cooperadas. Ainda em contraposição a Lênin (1985) cuja teoria se baseava na desintegração do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo, e Kautsky (1980), com a superioridade da grande propriedade, Alexander Chayanov (1974) vislumbra que os camponeses terão uma nova identidade, a qual ele não consegue então precisar, mas que hoje compreendemos como sendo a de agricultores familiares, cooperados ou não, mas integrados no sistema capitalista que ordena a sua forma de produzir e consumir.

5.2 SOJA: HISTORICIDADE E ORIGENS

A soja (*Glycine Max Merrill*) é uma cultura cuja origem se atribui ao continente asiático, sobretudo à região do rio Yangtse, na China. A leguminosa que hoje se planta resulta da evolução de sucessivos processos de melhoramento de genótipos ancestrais, diferentes dos que se utilizam na atualidade. Esse processo, ao que parece, iniciou-se naturalmente entre espécies selvagens, com a posterior domesticação dessas, e, a partir daí, o homem passou a direcionar melhoramento genético visando obter as características mais desejadas.

O cultivo da soja é muito antigo. Alguns relatos revelam que os plantios de soja remontam a 2838 anos antes da era Cristã, na China, sendo muitos desses escritos numa língua ainda arcaica. Na cultura chinesa daquele período, algumas plantas eram consideradas sagradas, dentre elas a soja. Por séculos, a cultura da soja permaneceu restrita ao oriente, só sendo introduzida no ocidente, pela Europa, por volta do século XV, não com finalidade de alimentação, como acontecia na China e Japão, mas de ornamentação, como na Inglaterra, França e Alemanha.

Mais de quinhentos anos passaram-se até que a civilização ocidental percebesse o valor desse grão na alimentação, principalmente o seu valor protéico.

As primeiras tentativas de produção de soja na Europa fracassaram, provavelmente, devido a fatores climáticos, ausência de conhecimento sobre a cultura e suas exigências.

Os Estados Unidos foram os que, entre o fim do século XIX e início do século XX, conseguiram desenvolver o cultivo comercial da soja, criando novas variedades, com teor de óleo mais elevado. A partir de então, ocorreu à expansão do seu cultivo. (Disponível em: <<http://www.cisoja.com.br>>, acesso em: 4 nov. 2012).

5.2.1 A soja no Brasil

A introdução da soja no Brasil deu-se por volta de 1882, e foi o professor Gustavo Dutra, da Escola de Agronomia da Bahia, o responsável pelos primeiros estudos com a cultura no país. Cerca de dez anos depois, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), no estado de São Paulo, também iniciou estudos para obtenção de cultivares aptos à região. Naquela época, porém, o interesse pela cultura não era pelo seu material nobre, o grão, era mais pela planta como uma espécie a ser utilizada como forrageira e na rotação de culturas. Os grãos eram administrados aos animais já que ainda não havia o seu emprego na indústria.

Cerca de uma década após iniciar estudos com a cultura, no início do século XX, o IAC iniciou a distribuição de sementes para produtores do estado de São Paulo. Relatos indicam que foi nesse período que a região sul do país, mais especificamente o estado do Rio Grande do Sul, começou a cultivar a soja e foi nessa região que a cultura encontrou condições ideais para o seu desenvolvimento. Creditam-se à similaridade do clima da região sul do país com a do clima do sul dos Estados Unidos, local de origem dos primeiros genótipos da soja brasileira, sua adaptação àquela região.

A região sul foi responsável, até 1960 e 1970, por ser a produtora majoritária do país, sobretudo no Rio Grande do Sul e Paraná, ainda hoje grandes produtores. Porém, atualmente, já perderam em volume para o Mato Grosso, que é agora o maior produtor nacional. A partir dos anos 80, a soja estendeu-se para o cerrado, uma vasta região que abrange o chamado polígono dos solos ácidos, ou seja: Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia. Com isso, a região do cerrado tornou-se a maior região produtora do país. A expansão para essa nova fronteira agrícola deveu-se, basicamente, aos estudos de fertilização dos solos do cerrado, à sua topografia plana e favorável à mecanização, e o desenvolvimento de plantas aptas à região.

O primeiro registro de cultivo comercial de soja no Brasil data de 1914, no município de Santa Rosa/RS. Mas, foi somente a partir dos anos 40 que o seu cultivo adquiriu alguma importância econômica, merecendo o primeiro registro estatístico nacional, em 1941, no Anuário Agrícola do Rio Grande do Sul, onde se lê: área cultivada de 640 hectares, produção de 450 toneladas e rendimento de 700 kg/ha. Nesse mesmo ano, instalou-se a primeira indústria processadora de soja do País, em Santa Rosa/RS, e, em 1949, com produção de 25.000 toneladas, o Brasil figurou, pela primeira vez, como produtor de soja nas estatísticas internacionais.

A partir da década de 1960, devido à política de subsídios ao trigo, visando auto-suficiência do país desse grão, foi que a soja se estabeleceu como cultura economicamente importante para o Brasil. Naquela década, sua produção multiplicou-se por cinco (passou de 206 mil toneladas, em 1960, para 1056 milhões de toneladas, em 1969). A maior parte desse volume, 98%, foi produzido nos três estados da Região Sul, onde prevalecia a dobradinha, trigo no inverno e soja no verão (BRUM, 1987).

Apesar de haver significativo crescimento da produção no correr dos anos 60, segundo os anuários estatísticos do IBGE, foi na década seguinte que a soja consolidou-se como a principal cultura do agronegócio brasileiro, passando de 1,5 milhões de toneladas (1970) para mais de 15 milhões de toneladas (1979). Esse crescimento deveu-se, não apenas ao aumento da área cultivada (1,3 para 8,8 milhões de hectares), mas, também, ao expressivo incremento da produtividade (1,14 para 1,73t/ha), graças às novas tecnologias disponibilizadas aos produtores pela pesquisa brasileira. Mais de 80% do volume produzido na época ainda se concentrava nos três estados da Região Sul do Brasil.

Nas décadas de 1980 e 1990, repetiu-se, na região tropical do Brasil, o explosivo crescimento da produção ocorrido nas duas décadas anteriores na Região Sul. Em 1970, menos de 2% da produção nacional de soja era colhida no centro-oeste. Em 1980, esse percentual passou para 20%; em 1990, já era superior a 40%, e, em 2003, próximo dos 60%, com tendências a ocupar maior espaço a cada nova safra. Essa transformação promoveu o estado do Mato Grosso de produtor marginal a líder nacional de produção e de produtividade de soja.

5.3 AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NO AGRÁRIO GAÚCHO COM A CRIAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI) DA SOJA

As transformações na agricultura brasileira são discutidas por diversos autores, no que tange à utilização de novas técnicas e ao aumento da divisão social do trabalho. O espaço agrário começa a se modificar a partir do ano de 1850, com o fim do tráfico de escravos e, em 1888, com a abolição da escravatura, pois esses fatos determinaram uma mudança nas relações de trabalho.

De acordo com Muller (1989, p.20), no Brasil, houve três padrões agrários principais “entre 1870 e 1930 predominou o padrão latifúndio-minifúndio, entre esta última data e 1960, [...] surgimento de conexões mais acentuadas entre agricultura e agroindústria. Entre 1960 e 1990 passou a predominar o padrão agrário moderno, industrializado”.

O Complexo Rural era determinado pelas flutuações do comércio exterior, onde a produção agrícola ocupava apenas parte dos meios de produção existentes. Nas próprias fazendas, se produziam não só as mercadorias para exportação, mas também manufaturas e equipamentos simples para produção, transportes e habitação, ou seja, o Complexo Rural não dependia da compra de insumos (sementes, adubos, fertilizantes, etc.) e não estava interligado com a indústria. Havia a separação dos setores da economia.

Esse tipo de agricultura também se denomina de tradicional, caracterizado pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão-de-obra direta (BRUM, 1988; GRAZIANO DA SILVA, 1982).

As transformações ocorridas no campo brasileiro a partir de 1960/70, com a modernização tecnológica da agricultura, influenciaram decisivamente no que toca à questão agrária. Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)¹¹, era necessário modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes, eliminando o arcaico do meio rural, para desempenhar eficazmente o papel da agricultura, provendo matéria-prima

¹¹ CEPAL é o organismo da ONU responsável pela promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina; criado no ano de 1948, teve como premissas de atividades os seguintes pontos: Anos 1950: Industrialização; Anos 1960: "Reformas para desobstruir a industrialização"; Anos 1970: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e para a diversificação pró-exportadora; Anos 1980: superação dos problemas da dívida externa mediante o "ajuste com crescimento"; Anos 1990: transformação produtiva com equidade (Fonte: <http://www.eclac.org>).

para a indústria nacional que nascia e alimentando a crescente população urbana brasileira.

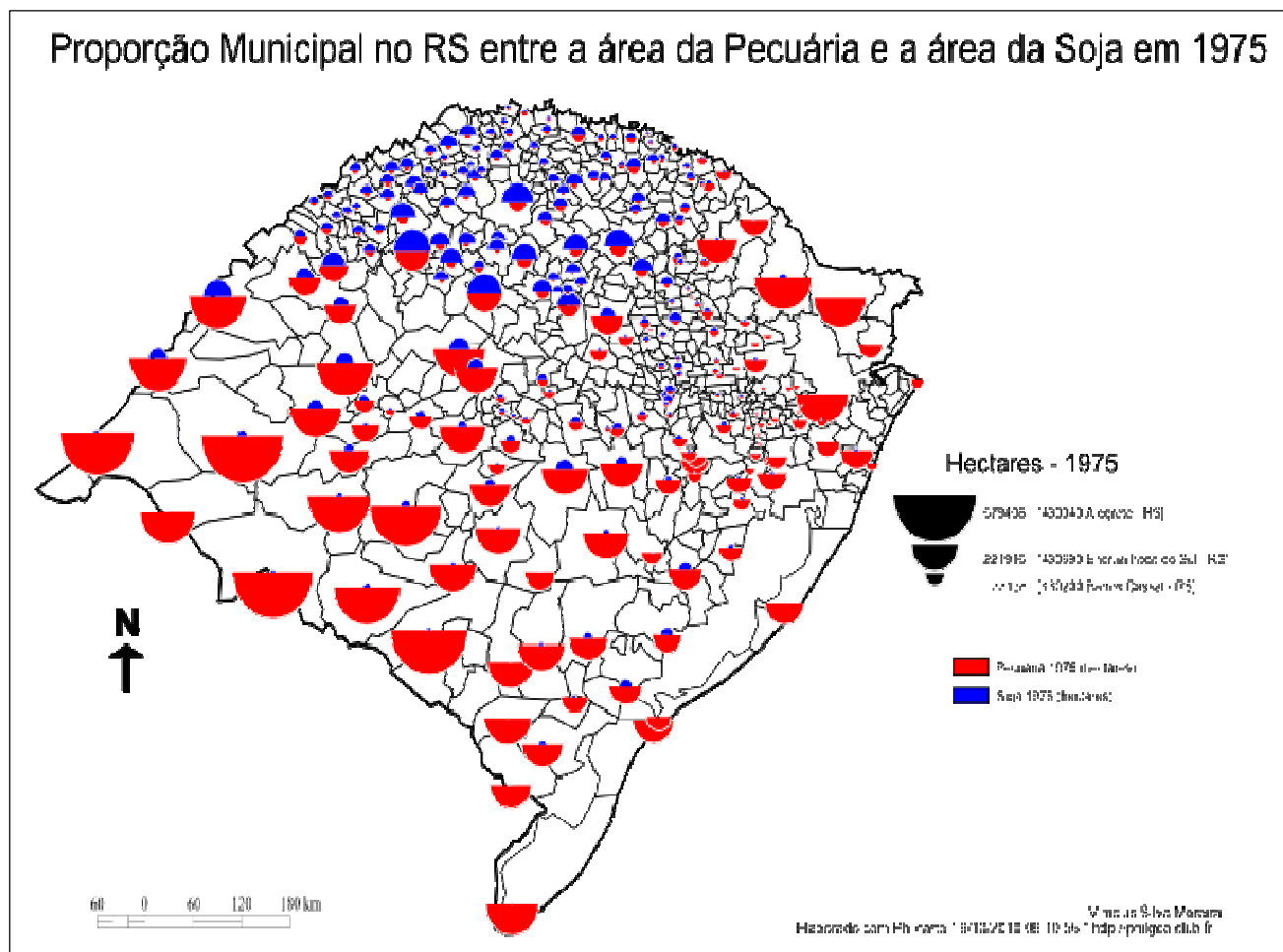
Então, o padrão agrícola brasileiro começa a mudar através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, além de uma integração entre os setores primário e secundário. Essas mudanças causaram alguns impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores.

Os municípios gaúchos, tanto nos seus setores agrícola, quanto pecuário, sofreram consideráveis transformações, ou seja, seus objetivos ficavam cada vez mais vinculados ao mercado exterior. Desta forma, a produção tem uma nova finalidade, isto é, um modelo agroexportador que é atingido com a produção da soja no Centro-Norte, Norte e Noroeste do Estado; com destaque para os municípios de Palmeira das Missões, Santo Ângelo e Cruz Alta (MAPA 06).

Por outro lado, a pecuária extensiva considerada tradicional apresenta significativa diminuição provocada, principalmente, pelo incentivo governamental empregando a tecnologia na agricultura brasileira que força uma despecuarização espacial no Centro-Norte do Rio Grande do Sul (MAPA 05). Com isso, nota-se que o setor agrário gaúcho recebe altos investimentos na agroexportação, deixando em segundo plano a pecuária e a agricultura familiar.

A visão empreendedora no agrário gaúcho, refletido em um futuro aumento de produtividade, colocando a agricultura empresarial com ênfase sobre a pecuária, é algo já presente no início do século passado. Segundo Kliemann (1986, p. 81),

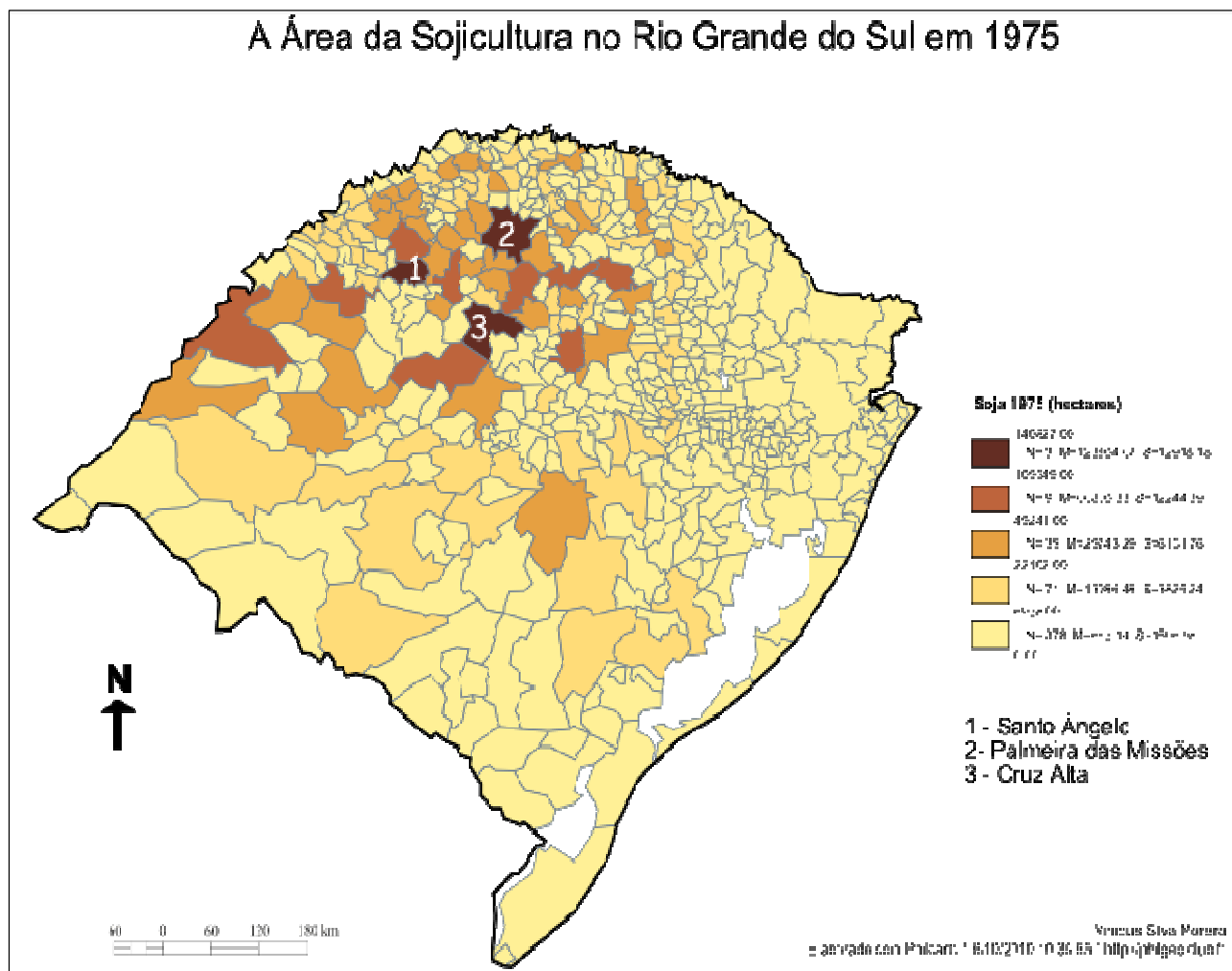
Em 1908, a opinião do secretário da Fazenda do RS era que: A roça apresenta a terra amanhada, gorda, mas limita o trabalho do homem, estreita, dá pequenos lucros. Na vida agrícola, para vencer, não basta hoje ter músculos e ter vontade, é preciso espírito progressista e fazer uso dos aparelhos que centuplicam a produção animal. Precisamos pois fugir dos matos para os campos. Carreguemos o húmus das florestas para fertilizá-las e preparemos os adubos químicos apropriados para aumentar a sua produtividade. Roteemos a vapor, os campos que não se prestarem à indústria pastoril, cavemos fundos micos na terra, substituamos saraquá pela semeadora, substituamos em regra, os nossos braços por máquinas e não teremos mais que comprar aos vizinhos os alimentos que as nossas terras e o nosso clima podem dar-nos na quantidade precisa.



MAPA 05 – Relação entre a área de pecuária e de soja no RS – 1975

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1975)

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012



MAPA 06 – A área de sojicultura no Rio Grande do Sul no ano de 1975

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1975)

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Tudo isso culminou e efetivou-se a partir de um forte incentivo governamental, ocorrido principalmente nas décadas de 70/80 (Milagre Econômico), para a produção da agricultura, visando à agroexportação e, assim, supostamente, trazendo divisas para o Brasil.

Para ser implantada essa nova ordem no campo brasileiro; o país foi passível de um modelo na sua agricultura. Esse modelo – agroexportador, no princípio de sua implantação, não atendeu a todas as regiões e a todos os indivíduos.

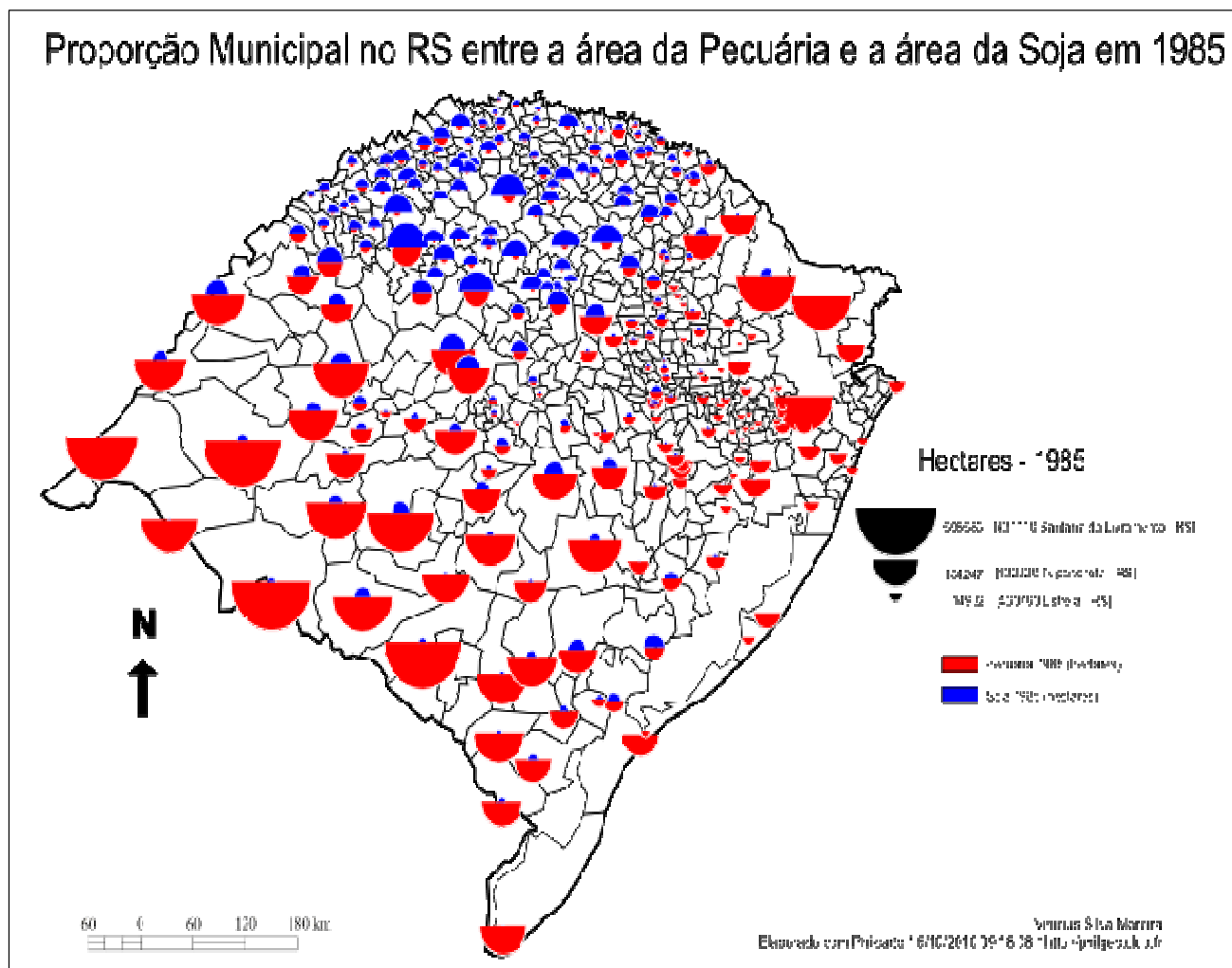
Posteriormente, algumas regiões atendidas com a modernização tinham disparidades internas, ou seja, algumas microrregiões com alta tecnologia e outras áreas circunvizinhas deficitárias de modernização. Reforçando essa discussão, Mesquita; Gusmão e Silva (1977, p.64) nos dizem que

No Brasil, a modernização da agricultura se apresenta com grandes desequilíbrios espaciais, já que se restringe, praticamente, às Regiões Sudeste e Sul, ficando grandes extensões territoriais posicionadas abaixo da média nacional de modernização. Mesmo nas áreas modernizadas são elevadas as disparidades internas e é justamente o fato de existirem microrregiões com índices muito expressivos de modernização que explica a presença de uma vasta área não modernizada, quando se aprecia a melhoria das atividades agrárias relativamente a valores médios em termos nacionais.

Dessa forma, sendo empregada a modernização na agricultura, existiu um retorno financeiro em curto prazo, uma vez que a agricultura necessita de menor tempo que a pecuária para ter seu produto final e, conseqüentemente, o lucro era maior e mais rápido. Com isso, a relegada pecuária extensiva fica destinada ao deficitário abastecimento interno nacional, mas continua com o latifúndio em seu poder. Segundo Navarro e Riedl (1998, p. 223),

O latifúndio, entendido como uma forma de propriedade típica do meio rural brasileiro, caracterizado por exercer padrões de dominação política clientelística e exploração econômica extensiva, de baixa produtividade, tem diminuído em número no Estado, em razão de seu recente processo de modernização.

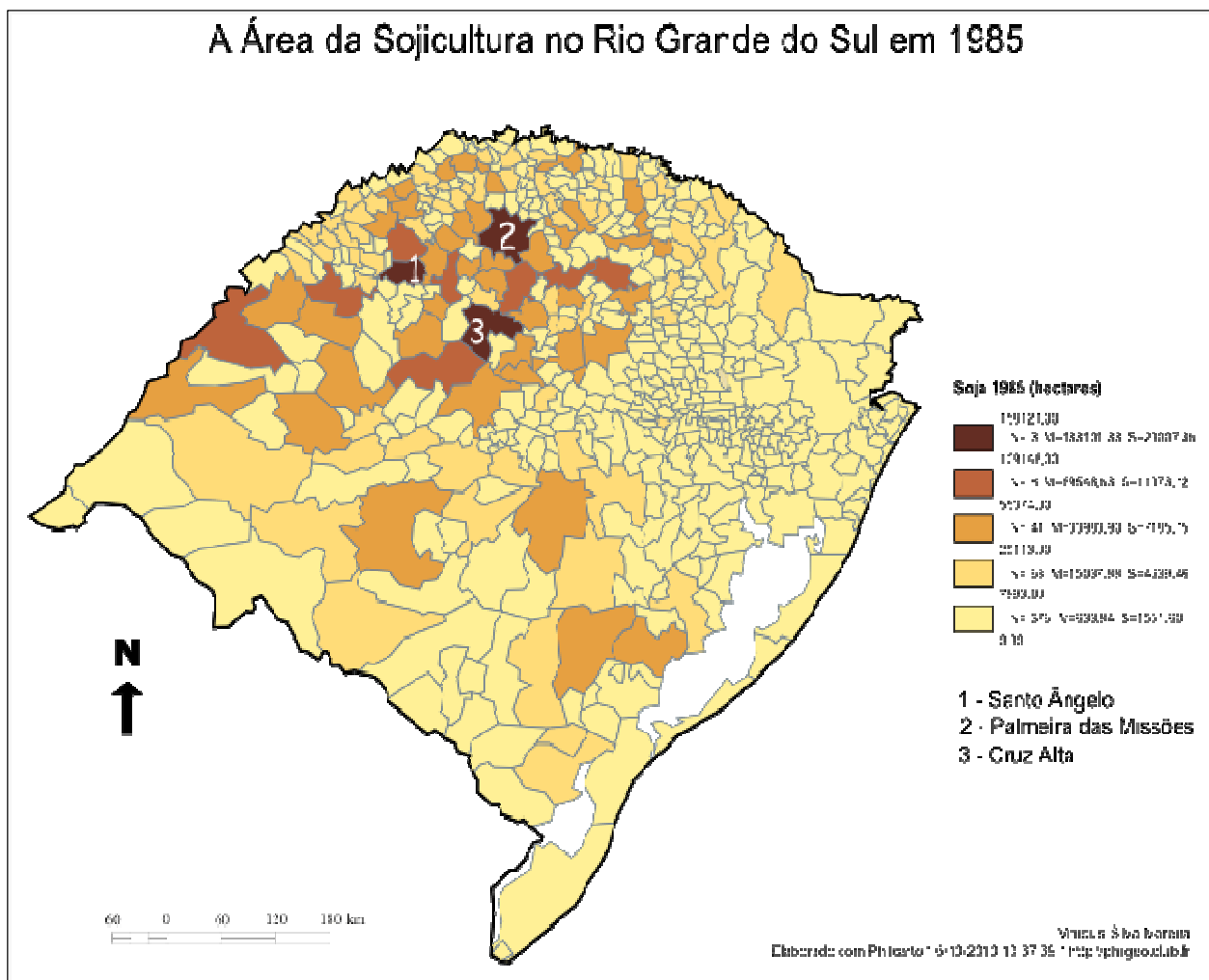
Mas vale lembrar que a agricultura empresarial apenas ocupou essas áreas através do arrendamento, ou seja, a concentração de terras ficou mascarada pela modernização. Assim, no ano de 1985, o plantio da soja se consolida, alicerçado pela modernização, no Centro-Norte e Noroeste Gaúcho, ocupando áreas que um dia foram tradicionais da pecuária, como por exemplo, a região das Missões. Em destaque, os municípios de Palmeira das Missões, Santo Ângelo e Cruz Alta como os detentores de maior área destinada à sojicultura (MAPAS 07 e 08).



MAPA 07 – Relação entre a área de pecuária e de soja no RS – 1985

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1985)

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012



MAPA 08 – A área de sojicultura no Rio Grande do Sul no ano de 1985

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1985)

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

A modernização da agricultura oculta o latifúndio que, através do arrendamento, dá uma nova face a ele, com uma alta produtividade da lavoura empresarial e também oculta a grande propriedade, com vários estabelecimentos rurais, propiciando ao proprietário do latifúndio, assim, viver da renda da terra sem trabalhá-la.

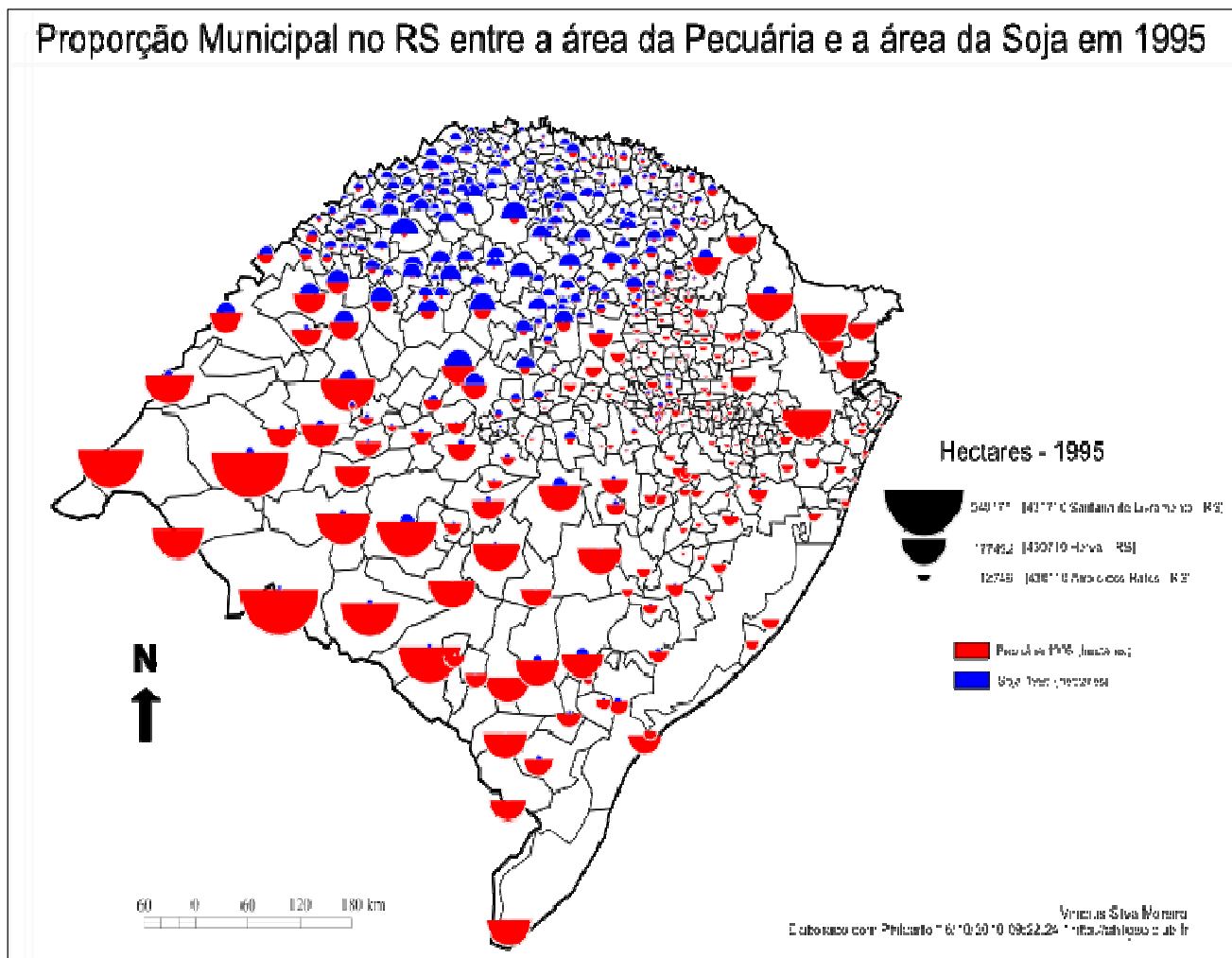
A pecuária extensiva de bovinos tem tradição histórica na economia gaúcha, conforme se destaca esta preferência, pois a criação de bovinos ocupou um espaço significativo, gerando condições econômicas futuras através da criação de gado tanto intensiva como extensiva e, ao contrário da agricultura, não requereu para si um trabalho intensivo de mão-de-obra.

Neste contexto, a agricultura da soja se insere no desenvolvimento econômico, a partir de um intenso processo de modernização, que aponta melhoria quantitativa e qualitativa da produção.

Assim, pode-se dizer que há possibilidade de rotação da soja com outras culturas, sobretudo o trigo, originando o binômio trigo/soja em regime de consórcio. Essas culturas foram consorciadas devido às suas características sazonais e à presença de uma intensa modernização inserida no processo de cultivo.

A modernização da agricultura no Rio Grande do Sul começou via mecanização da lavoura gaúcha em áreas tradicionalmente pertencentes à pecuária extensiva e em estabelecimentos de porte considerável. Mesmo assim, isso representa obtenção de lucros pelos proprietários rurais. Entretanto, o cultivo da soja não se consolida de forma homogênea no Estado, pois a metade sul, no ano de 1995, ainda destina majoritariamente suas áreas para a pecuária extensiva. Em contraponto, o Centro-Norte e Noroeste Gaúcho firmam sua relação com a lavoura capitalizada da soja e um novo município entra no cenário estadual – Tupanciretã – como o maior produtor em área dessa leguminosa, sendo que Palmeira das Missões e Cruz Alta tornam-se tradicionais nesse cultivo (MAPAS 09 e 10).

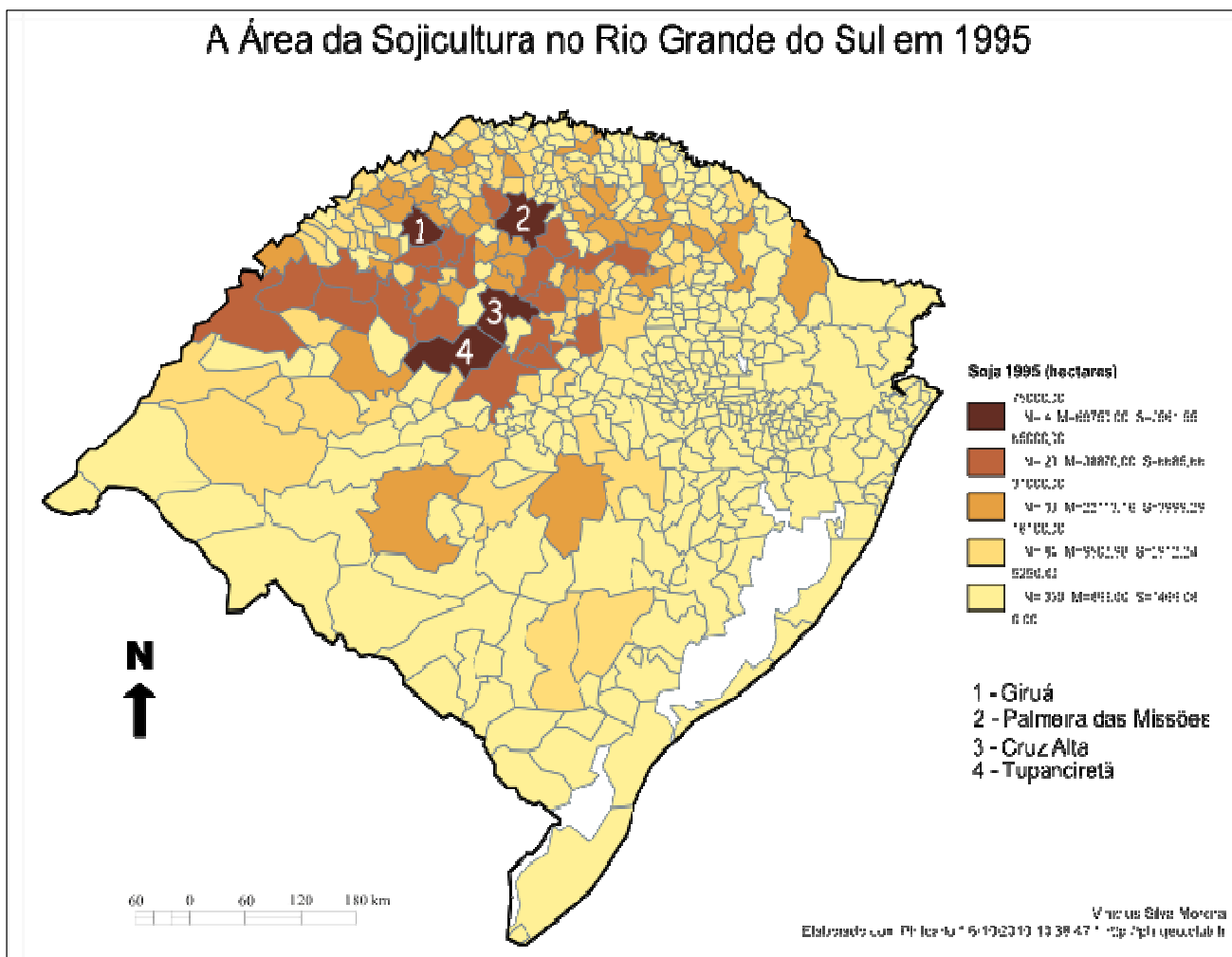
A lavoura empresarial caracterizou-se pelo segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção do trabalhador, visa à contínua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante à ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes químicos, agrotóxicos, etc.) e do emprego da força do trabalho permanente e temporária, usando para a efetividade desta combinação terras arrendadas e algumas próprias.



MAPA 09 – Relação entre a área de pecuária e de soja no RS –1995

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1995)

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012



MAPA 10 – A área de sojicultura no Rio Grande do Sul no ano de 1995
 Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1995)
 Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Esse processo de modernização da agricultura surgiu junto com a Revolução Verde¹², para proporcionar aumento de produtividade nas propriedades. Essas modificações obtiveram resultados positivos em países que realizaram uma reforma agrária e resultados significativamente negativos em países que não a fizeram. Brum (1988, p.50) expõe de forma clara sobre a Revolução Verde e a reforma agrária:

Nos países em que, concomitantemente à 'Revolução Verde', foi implantada a reforma da estrutura agrária, com redivisão e redistribuição das terras, ou se fez alguma alteração estrutural na forma de propriedade, posse e uso da terra, os resultados foram significativamente positivos, com benefícios sensíveis para a maioria da população. Porém, nos países, como o Brasil, em que a 'Revolução Verde não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas um sucedâneo desta, resultaram graves consequências, tanto de ordem econômica como principalmente sociais [...] uma minoria apenas dos agricultores, aqueles que se estruturaram de forma empresarial – a nova burguesia rural – foram mais ou menos favorecidos, enquanto os mais fracos – os pequenos proprietários rurais – foram e vão sendo progressivamente marginalizados do processo.

Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4.504), durante o Regime Militar que estabeleceu uma nova ordem econômica vinculada ao capital oligopolista internacional, consolidando o processo de modernização conservadora, mantendo a grande propriedade e obstaculizando o processo de transformação fundiária e reforma agrária (BRUM, 1988; TAMBARA, 1985).

O Estado atuou com força para a integração indústria-agricultura, sobretudo através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e toda a bateria de políticas incentivadoras das exportações, derivando a terminologia "Complexo Agroindustrial".

Dessa forma, o processo de integração indústria/agricultura foi designado por Muller (1989, p.18) de Complexo Agroindustrial, no qual o padrão agrário brasileiro entra em transformação: "A produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que têm nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas atividades implica na mudança de padrão agrário".

O Complexo Agroindustrial, no entendimento de Muller (1989, p.23), "é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias". Assim, para se produzir nas atividades agropecuárias deve ser

¹² Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1988, p.44).

de forma dinâmica e moderna. Dessa maneira, Marafon (1998, p. 7) afirma que “o termo Complexo Agroindustrial tem sido utilizado para rotular articulações entre os setores agrícolas e industriais, que vêm ocorrendo na agricultura brasileira”.

Antes, os Complexos Rurais eram, de certa forma, independentes e a agricultura produzia os seus próprios adubos que são, atualmente, adquiridos de fora; antes, se criava os próprios animais para a tração; hoje, os animais foram substituídos por tratores. Mudaram-se também as atividades produtivas dos complexos, onde se passou a criar vários complexos, como o da soja, canavieiro; ou seja, não se pode mais falar de agricultura para o mercado interno ou para o mercado externo, pois cada complexo passou a produzir tanto para a exportação, como para consumo interno no país (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

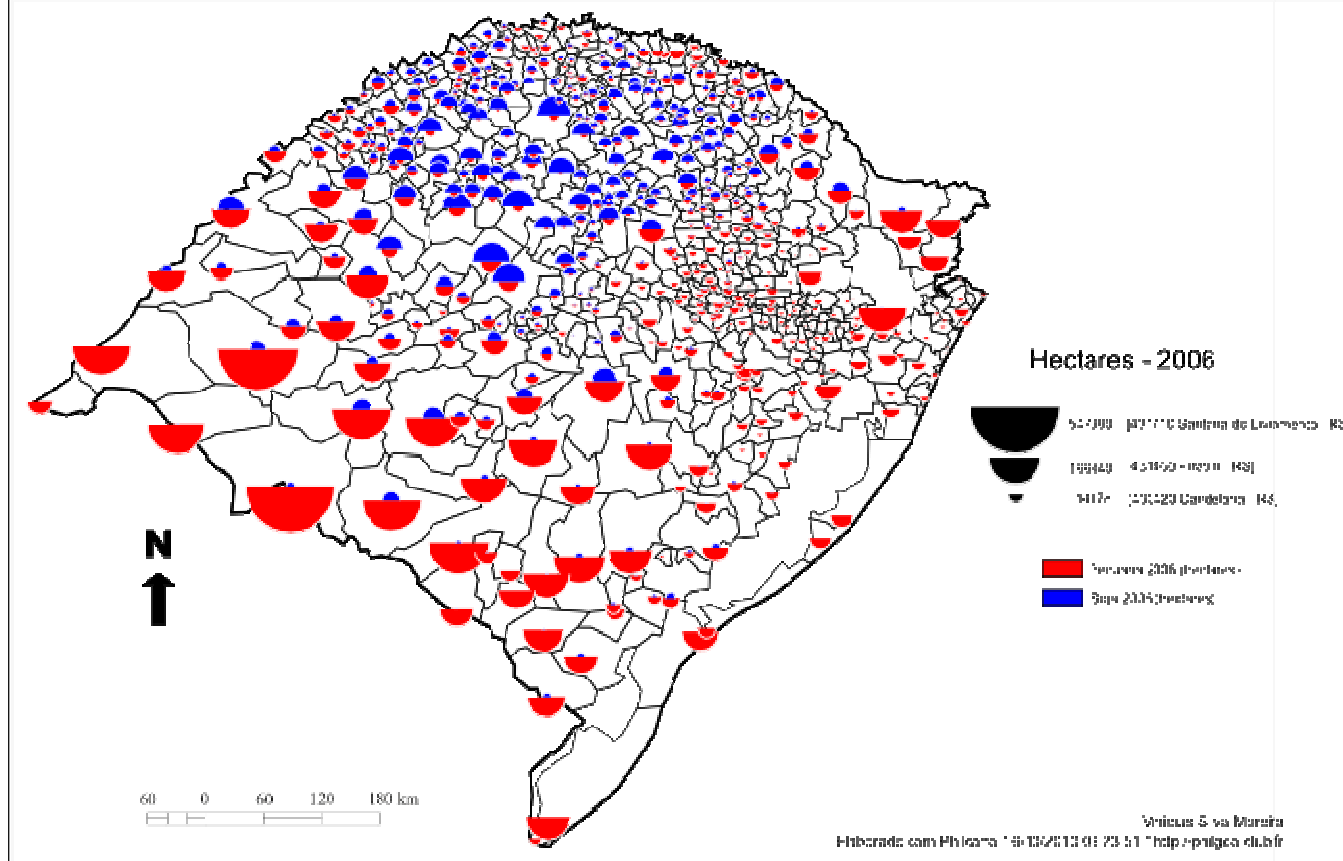
O processo de modernização eleva o consumo intermediário na agricultura, indicando uma crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. O processo da constituição dos Complexos Agroindustriais e a dinâmica da modernização da agricultura causaram dois efeitos latentes para a sociedade, conforme argumenta Graziano da Silva (1994, p. 138-139),

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade [...] Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não foi só desigual como também foi excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo.

A moderna agricultura esconde alguns “desequilíbrios” inevitáveis e indesejáveis, como a concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados e a concentração da renda. Pois, “o desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria” (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p.139).

O último Censo Agropecuário de 2006 revela que a sojicultura está consolidada na metade Norte do Estado fazendo parte do calendário anual agrícola, com um complexo altamente produtivo e desenvolvido em três municípios vizinhos (Cruz Alta, Tupanciretã e Júlio de Castilhos), sempre buscando novas áreas mais ao Sul para a reprodução do capital que ela representa (MAPAS 11 e 12).

Proporção Municipal no RS entre a área da Pecuária e a área da Soja em 2006

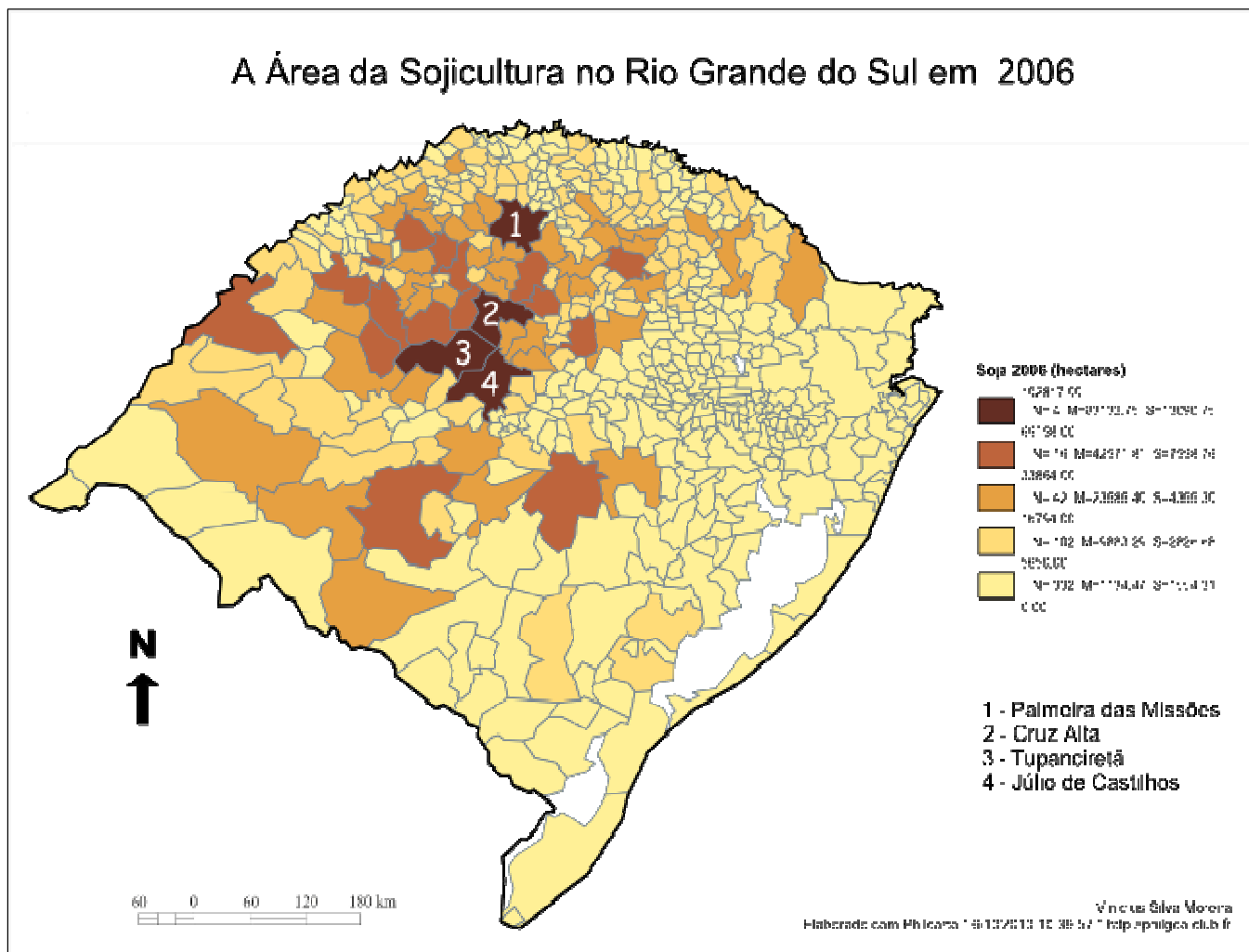


MAPA 11 – Relação entre a área de pecuária e de soja no RS – 2006

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006)

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

A Área da Sojicultura no Rio Grande do Sul em 2006



MAPA 12 – A área de sojicultura no Rio Grande do Sul no ano de 2006

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006)

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Para Romeiro (1994, p. 125), o grande problema da “modernização conservadora” é que

O aumento da produção agrícola acompanha necessariamente o processo de crescimento econômico, mas não é condição suficiente para que haja desenvolvimento socioeconômico, entendido este último como um processo que eleva a qualidade de vida da população como um todo.

Nesse contexto, “a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente ao longo dos anos 1970, no sentido de evitar qualquer tipo de acesso a terra aos trabalhadores rurais brasileiros” (Graziano da Silva, 1999, p. 117). E ainda mais, o Estado foi o “suporte” para o aumento dessa desigualdade socioeconômica, com políticas de crédito e de financiamento.

A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes, em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado Federal restabelecer o seu poder regulador macroeconômico, mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização até o final dos anos 1970.

Dentro dessa situação, as políticas agrícolas beneficiaram a expansão da modernização da agricultura, favorecendo uma minoria, excluindo uma parcela de agricultores, concentrando terra e renda. Ainda, acredita-se que não haja outra maneira de reverter o processo de concentração – não de propriedade, mas de renda – no campo sem fazer uma reforma agrária.

Um dos problemas da modernização da agricultura é que ela criou uma questão social ao expulsar os agricultores do campo para a cidade, marginalizando-os, empurrando-os às favelas. Nesse caso, “a modernização da agricultura não foge à regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana” ressalta Graziano da Silva (1999, p.135).

Observa-se que a pequena propriedade familiar é a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido à monocultura. Como há necessidade de plantar o máximo para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba abdicando da lavoura de subsistência.

Dessa forma, a exigência de escala mínima de produção é fator determinante para os pequenos agricultores abandonarem suas atividades, levando milhares de

agricultores à ruína. Dessa forma, Graziano da Silva (1999, p.135) questiona: “Se a modernização da agricultura tende a agravar as já agudas desigualdades sociais, deve-se, então, tentar abrandar seus efeitos freando o próprio processo?”

Portanto, quando se fala da ascensão econômica do Complexo Agroindustrial, é preciso lembrar que essa evidente superioridade decorre em grande parte das regalias com que a grande produção agrária foi apreciada durante os 20 anos da ditadura militar. A modernização da agricultura beneficiou o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total e, no caso do Rio Grande do Sul, conserva-se a elite fundiária no Estado e surge uma nova elite, a elite do agronegócio, a elite agrária no Centro-Norte e Noroeste gaúchos.

5.4 A COMPETIÇÃO DO ESPAÇO RURAL EM TUPANCIRETÃ: PECUÁRIA X SOJA

Antes das Grandes Navegações, final da Idade Média e início do Iluminismo, havia uma heterogeneidade das técnicas, pois os lugares eram independentes e auto-sustentáveis com uma dinâmica de desenvolvimento endógeno. Após esse momento, com o advento da primeira fase do capitalismo, ou seja, o Mercantilismo, o funilamento das técnicas começa a ser impulsionado pelas novas rotas marítimas comerciais.

Dessa forma, a burguesia européia se capitaliza alicerçada em fluxos comerciais impostos às colônias e, com isso, financia a segunda fase do capitalismo: a industrialização.

As relações das técnicas continuaram a se estreitar até o pós 2ª guerra mundial, com sua unicidade e homogeneização no capitalismo financeiro, e sedimentadas, na década de 1990, com a informática (computador) no meio técnico-científico-informacional.

Na tentativa de buscar uma relação com o objeto de estudo, observa-se que o município de Tupanciretã foi passivo, ao longo de sua história, aos diversos fluxos de técnicas que dinamizaram seu espaço geográfico formando objetos fixos na paisagem, configurando suas rugosidades. Nesse sentido, o fruto das técnicas efetivadas pela sociedade na relação Sociedade e Meio Ambiente são as transformações do Espaço Geográfico materializadas em objetos. Assim, com a

imposição do capital global nas últimas décadas, novas técnicas adentraram o Município que apresentou transformações significativas no seu espaço rural.

Esse processo ocorre na forma da subutilização das terras da pecuária, exploradas de forma extensiva, caracterizando o latifúndio pastoril em consórcio com a produção agrícola empresarial. A reestruturação produtiva forçada pelo motor global, o mercado mundial, fragmenta os criatórios de gado em prol de uma nova matriz produtiva, a agricultura capitalizada.

O mercado mundial dita as regras ao capital que, por sua vez, materializa-se no local obedecendo às diretrizes globais; assim, as redes sempre partem do global até chegar ao local. A existência das redes é inseparável da questão do poder, pois as redes compreendem toda a infraestrutura que permite a conexão entre lugares com transporte de matéria, de energia e informação, portanto, o poder global vai influenciar dialeticamente e verticalmente no local

Dessa maneira, o mercado global busca áreas para a produção da soja, pois essa leguminosa esta em crescente demanda mundial e, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul onde está situado Tupanciretã, o mercado mundial encontra essa área com fatores que propiciaram o surgimento dessa atividade.

Dessa maneira, a técnica do latifúndio pastoril deixa de atender às necessidades do mercado global e fornece parte de sua área para uma nova técnica, a do cultivo da soja (TABELAS 3 e 4).

Na tabela 3, é visível o expressivo declínio da técnica da pecuária extensiva, pois houve retração de aproximadamente 70% do número total de cabeças em apenas 31 anos e, na tabela 4, observa-se um incremento de 516% na produção de soja no mesmo período.

A articulação da sociedade transforma o meio conforme o seu tempo. Com o avanço das técnicas, conseqüentemente, há uma transformação do espaço geográfico, pois cada técnica tem seu tempo e o somatório das técnicas com a técnica de vida da sociedade dá a estrutura e a dinâmica do lugar.

O Município concretizou sua história embasada numa horizontalidade de relações pecuaristas, mas, com a verticalidade imposta pelo mercado global; ou seja, a verticalidade do agronegócio da soja, a complexidade horizontal da vida do grupo humano e das relações com o lugar é alterado. Com isso, Tupanciretã passa de um município pastoril para um município agrícola, portanto, novos objetos se

apropriam do espaço e da simbologia da vida cotidiana, configurando e mesclando a paisagem com suas rugosidades.

TABELA 3 – Bovinos em Tupanciretã

ANOS	BOVINOS (cabeças)
1975	250.384
1980	240.800
1985	192.900
1995	190.535
2006	75.410

TABELA 4 – Soja em Tupanciretã

ANOS	SOJA (toneladas)
1975	58.204
1980	85.197
1985	129.200
1995	147.000
2006	359.040

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1975, 1980, 1985, 1995, e 2006)
Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

A atividade do agronegócio em Tupanciretã é materializada através do objeto móvel que é a soja, mas por trás dessa leguminosa existe uma gama de objetos imóveis, resultantes das técnicas impostas por empresas globais que funcionam em redes e desenvolvem suas ramificações no globo.

As verticalidades impostas pela globalização transpõem diversos níveis de horizontalidades e agem com indiferença em relação aos lugares em que se instalam, pois não respeitam culturas, costumes, territórios, símbolos e até mesmo direitos humanos. Não há barreiras para o capital internacional que sempre irá buscar a oportunidade do lucro e, de preferência, de forma rápida.

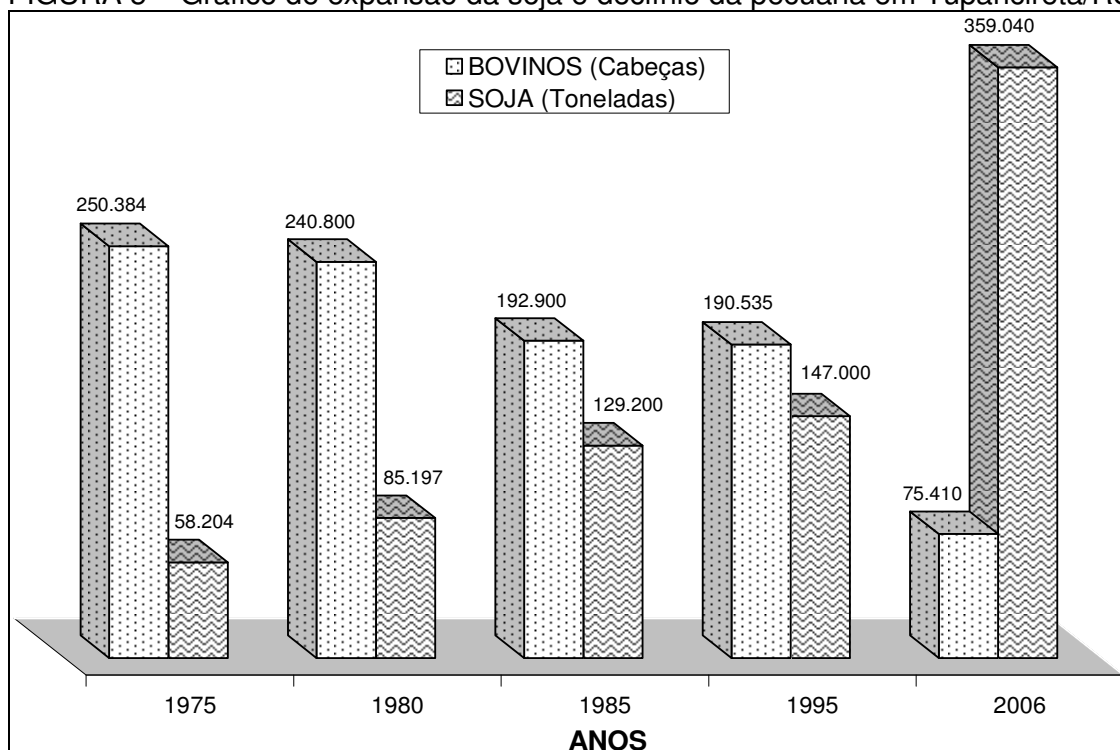
O desenvolvimento do território da lavoura empresarial está assegurado pela dinâmica econômica exercida no Município, liderando o PIB municipal. Entretanto, há contradições sobre o impacto que a lavoura empresarial monocultora acarreta no rural, pois, se por um lado dinamiza a economia, por outro aumenta os impactos ambientais como o desmatamento de matas, galerias e capões em busca de mais áreas agricultáveis, algo não concebível na prática da pecuária extensiva. Além disso, a lavoura empresarial utiliza de forma massiva adubos químicos e agrotóxicos que impactam a flora e fauna e aceleram os processos erosivos, lixiviando campos e assoreando cursos de água.

Outra consequência problemática que a lavoura empresarial condiciona é a da ocultação da questão fundiária existente não somente em Tupanciretã, mas em todo

Brasil, pois diversos proprietários de terras arrendam suas áreas para que terceiros cultivem a soja, dessa forma os donos da terra não precisam trabalhá-la, assim, ocultam o latifúndio em vários estabelecimentos rurais, mas a terra continua concentrada em poder de uma única pessoa ou família que lucra com a especulação fundiária.

Com o processo de novas técnicas do mercado global sendo absorvidas pelo lugar e, conseqüentemente, mutando objetos pré-existentes ou formando novos objetos, móveis ou imóveis; o Espaço Geográfico torna-se resultante das configurações espaciais. Com isso, a troca da técnica em Tupanciretã não só altera as relações dos atores sociais, como também a dinâmica do lugar, conforme quantificada na figura 6.

FIGURA 5 – Gráfico de expansão da soja e declínio da pecuária em Tupanciretã/RS



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1975, 1980, 1985, 1995 e 2006)

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Observando-se o gráfico representado na figura 6, percebe-se a retração da pecuária de 250.384 cabeças para 75.410 cabeças em 31 anos e, em contraponto, a ampliação da produção de soja de 58.204 toneladas para 359.040 toneladas no mesmo período. Fica evidente, portanto, o decréscimo da pecuária e o incremento da expansão da soja. Em soma a isso, torna-se de primordial relevância destacar

que o objeto imóvel (a terra) permanece com a mesma dimensão territorial municipal ao longo dos 31 anos, o que se alteram são as técnicas/fluxos (substituição da matriz produtiva) e o objeto móvel (a produção).

A produção de soja em Tupanciretã está incluída no mercado global porque possui uma infraestrutura, a montante e ajusante de técnicas, que permitem a conexão (rodovias e ferrovia) entre lugares (Porto de Rio Grande/Mundo) para o escoamento de sua produção.

Dessa forma, para Milton Santos, o Espaço Geográfico é sustentado por um tripé; ou seja, ele é *Uno* porque é indivisível, *Solidário* porque é articulado em redes e possui inter-relação com outros espaços e *Contraditório* porque cada lugar é único com suas características peculiares.

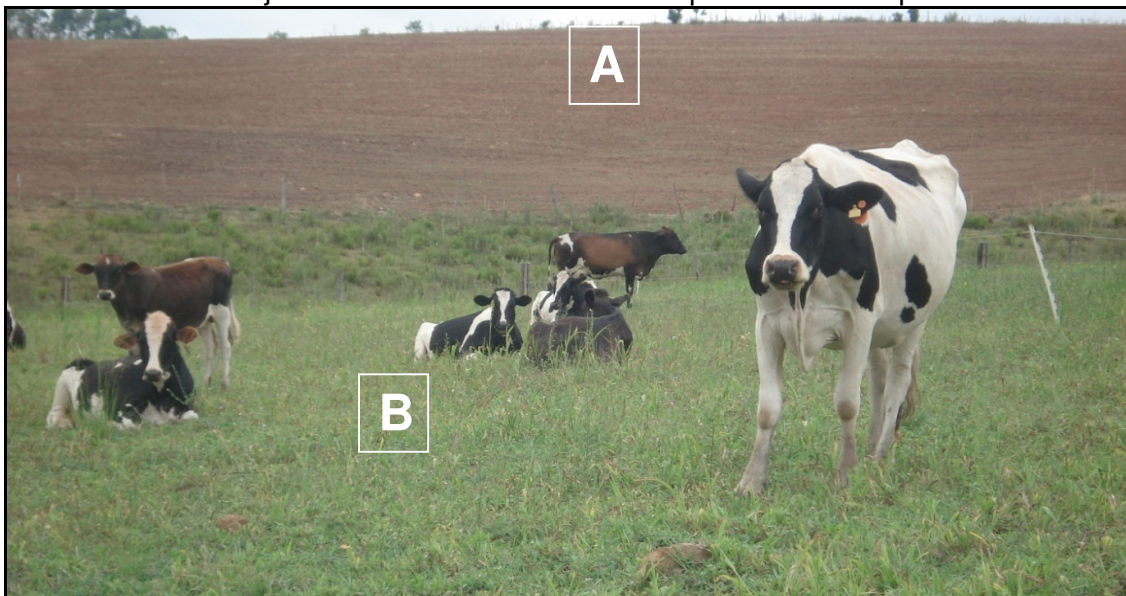
Por conseguinte, se o Espaço Geográfico é *Contraditório*, logo é heterogêneo; entretanto, a globalização (redes) tende a homogeneizá-lo através de novas técnicas verticalizadas, mas, mesmo assim, há espaços de resistência que se opõem a esse poder preeminente.

Essa contradição do espaço é ilustrada pela foto 02 que elucida essa dicotomia, pois onde, antes do ano de 1970, a base produtiva era a primazia da pecuária extensiva, após esse momento, com o advento da modernização da agricultura, o cultivo da soja passa a predominar.

Na mesma imagem, pode ser vista no setor **A** a terra já desnuda do campo nativo, a espera da germinação da soja que fora plantada 15 dias antes, mas também se percebe no setor **B** que há espaços de resistência a esse cultivo, espaços que conservam a cultura e simbologia da pecuária, mesmo em decadência.

Nesse sentido, o espaço pode ser racional ou irracional. Enquanto o primeiro aceita a imposição vertical da economia global de novas técnicas, adaptando-se a elas e dinamizando o lugar com novos objetos e ressignificando seus símbolos e vivências, com isso metamorfoseando sua horizontalidade, em contra partida, o segundo não segue essa lógica, por não absorver novas técnicas ou não aceitar mudar suas relações e sistemas de ações.

FOTO 02 – Soja sendo cultivada em áreas de pecuária em Tupanciretã/RS



Fonte: Foto cedida por produtor rural (Outubro/2011)

Portanto, o cultivo da leguminosa soja no município de Tupanciretã segue a lógica global da racionalidade, mas também, no mesmo Município, a pecuária extensiva resiste a essa rede da globalização, tornando-se um espaço irracional de resistência que não permite a homogeneização espacial ditada pela mundialização da economia.

Em relação ao exposto, é relevante salientar que os espaços rurais presentes em Tupanciretã (Pecuária e Lavoura Empresarial da soja) estão sobrepostos no espaço municipal formando mosaicos, mesclas de formas e funções. Isso é observado ao transitar-se pelas estradas interioranas do Município, onde frações de um se intercalam com outro, não respeitando nenhum padrão espacial.

Assim, cada técnica de produção imprime no espaço suas características resultantes de suas atividades, mas, no decorrer dos tempos, outras técnicas surgem e competem nesses espaços, dessa forma dinamizam o Espaço Geográfico através das relações de seus atores sociais em prol de suas atividades. Através da proposta de análise espacial, elaborada por Milton Santos, a percepção de cada lugar é compreendida através de suas formas, funções, estruturas e processos, o que distingue um do outro.

5.5 AGROPAN: O FORTALECIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA SOJA EM TUPANCIRETÃ/RS

Agricultores pouco capitalizados, provenientes de cidades do Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul começam a investir na produção da soja a partir da década de 1970, auxiliados pelos financiamentos governamentais; mas isso não quer dizer que a primeira lavoura empresarial em Tupanciretã foi plantada nos anos de 1970. Pelo contrário, as primeiras lavouras empresariais no Município germinaram, na década de 1940, com a produção de trigo e, nas décadas de 1950/1960, com a inserção da soja com fins experimentais.

Nessa seção, será analisada a chegada e a fixação da soja no Município, quais foram os agentes sociais que apostaram e investiram nessa produção, quais são as iniciativas governamentais em prol da soja e como a sociedade da soja se territorializou.

5.5.1 Gênese e dinâmica do território da soja

A topografia de Tupanciretã é suavemente ondulada, regionalmente conhecida como coxilha, de solo espesso e muito fértil. Isso se deve ao fato de o Município estar sobre o extremo sul do Planalto Meridional Brasileiro, o qual é rico em solos provenientes do intemperismo dos derrames basálticos, datados da era Cenozóica, no início do período Terciário.

Devido ao solo muito fértil do Planalto Meridional Sul-rio-grandense somado à necessidade de áreas para a produção dessa nova cultura (soja), imposta pelo mercado internacional; as áreas tradicionais da pecuária cederam espaço para essa leguminosa asiática. O auxílio governamental foi de suma importância, pois o mercado internacional estava disposto a comprar soja e, em contrapartida, “dar” tecnologia para a produção desses grãos. O pacote tecnológico fornecido pelas multinacionais da soja trouxe um ônus para o produtor, que foi e é financiado pelo governo federal através de linhas de crédito.

Conforme exposto nas palavras de Graziano da Silva (1982), essa produção foi excludente, pois favoreceu uma pequena elite fundiária e relegou grande parte dos produtores rurais. Em Tupanciretã, isso não foi diferente, pois os governos Federal e Estadual incentivaram a produção da soja com amplos financiamentos. Entretanto,

para ter acesso a esse capital investido pelos governos, o produtor deveria deixar algum bem em garantia e, em grande maioria, era hipotecada a terra ou bens de produção. Como os trabalhadores rurais não tinham nenhum dos dois para hipotecar, logo ficaram fora dos planos governamentais.

No final da década de 60, alguns pecuaristas aderiram a essa produção, pois detinham a terra que foi colocada em garantia para assegurar o financiamento, ao contrário de trabalhadores rurais, que não possuíam bens para assegurar a hipoteca.

Dessa forma, muitos pecuaristas se endividaram e entregaram parte de suas terras para quitar as dívidas contraídas com esses empréstimos, pois, sendo conhecedores da atividade pecuarista, homens do pastoreio, não tinham conhecimento da atividade lavoureira. Por esse motivo, muitos pecuaristas abandonaram a prática alternativa da soja que, hipoteticamente, iria garantir um ganho extra. Mas, mesmo assim, a terra continuava concentrada na mão de poucas famílias tupanciretanense que recompraram as terras em leilões, as mesmas que anteriormente haviam entregado ao sistema financeiro para quitar as hipotecas.

O cultivo da soja foi desestimulado no início da década de 70 em Tupanciretã, não pelo mercado internacional, que continuava a comercializar a soja cada vez mais, mas sim pelos altos juros do financiamento da produção e o despreparo dos detentores da terra.

Assim, o governo Federal, visando aumentar as divisas financeiras do país, voltou a estimular a produção de soja, com largos programas de incentivo com juros menores, menos burocracia na retirada do financiamento, facilidade para compra de maquinários e seguro para o plantio e produção. Entretanto, todas essas iniciativas culminaram em várias fraudes, como por exemplo, o adubo-papel e o calcário-papel. Segundo o ENTREVISTADO 9, funcionário aposentado do Banco do Brasil, essa prática ilícita era realizada da seguinte maneira:

Alguns fazendeiros, nem todos, pegavam dinheiro no Banco do Brasil e do Banrisul dizendo que iam investir na correção do solo, para comprar adubo ou calcário, às vezes os dois. Depois compravam notas frias de algumas empresas de insumos para comprovar no Banco. Tudo era na boa fé! (Ironia) Plantavam de qualquer jeito e a soja nascia de qualquer jeito, falhava tudo. Como a produção tinha apólice de seguro, não acontecia nada pra ninguém.¹³

¹³ As entrevistas foram transcritas literalmente, sem ajustes de qualquer natureza.

Ao ser questionado sobre o que os fraudadores faziam com os recursos destinados à produção que recebiam do governo, o ENTREVISTADO 9 responde:

Olha, filho! Alguns compravam carrões do ano e davam para os parentes, outros compravam camionetas para eles. Tinha um senhor famoso aqui na cidade que todo o ano comprava carro zero para ele e para a família; tinha um aí que gastava com bobagem, pagava viagem pra família toda ir a Europa. Mas a maioria mesmo comprava mais terra ainda, aqui e nas cidades da vizinhança.

Pergunto novamente ao ENTREVISTADO 9 por quanto tempo durou essa fraude e ele responde: “Acho que deu uns cinco anos seguidos; depois a Polícia Federal prendeu dois ou três e liberou. Como eu já te disse, meu filho, nunca deu nada pra ninguém”.

Essas facilidades em recursos financeiros (financiamento) que o governo Federal condicionou não favoreceram apenas às fraudes, mas também aos trabalhadores rurais, que não possuíam terras. Com isso, os descendentes de imigrantes italianos, vindos de áreas agrícolas, na região central do Rio Grande do Sul, tinham crédito fácil exclusivamente para a produção da soja, mas a maioria não tinha terras para plantar e, assim, o arrendamento foi à saída encontrada por muitos trabalhadores rurais para poderem produzir.

O relato do ENTREVISTADO 7 foi unânime ao de todos os outros entrevistados que chegaram em terras tupanciretanense, no início da década de 70, pois os pecuaristas, em um primeiro momento, não queriam arrendar suas terras para a produção de soja, devido ao medo de que os agricultores não pagassem o arrendamento.

Segundo as palavras do ENTREVISTADO 5,

Uma vez, quando eu era jovem e a recém eu tinha vindo pra cá, pedi pra arrendar uns 40 hectares de terra pra planta soja pra um pecuarista e ele me disse que não ia me arrendar porque isso não ia dá certo, e que eu não ia pagar ele. E disse mais, disse que se a soja não deu certo com ele, não ia dá certo comigo. Sofri muito pra conseguir os 40 hectares que eu queria planta naquele ano, mas consegui com outros.

Outra resistência que os agricultores expõem é que, após anos de trabalho e economia, era e é até hoje muito difícil comprar terras em Tupanciretã: o hectare de uma área de campo nativo ou agricultável chega a valer até 1000 sacas de soja, que hoje custa em torno de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Segundo os entrevistados, há muita exploração imobiliária e resistência em venda de áreas, objetivando conservá-las nas mãos de poucas famílias.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, essa realidade começou a mudar. O capital se impõe diante do fator terra, pois muitos pecuaristas ou detentores da terra perceberam no arrendamento uma nova fonte de lucro e, assim, a pecuária se retraiu ou se adaptou em pequenas áreas.

Atualmente, há uma nova geração de sojicultores, herdeiros dos pioneiros, que possuem caráter empresarial mais aguçado do que seus pais. Isso pode ser melhor compreendido na fala do ENTREVISTADO 17, filho da geração dos pioneiros sojicultores, que diz:

Hoje eu planto quase 900 hectares de soja, mas meu mesmo, é só 100 hectares. To juntando um dinheiro no Banco do Rio Grande pra vê se o ano que vem ou no outro compro mais 50 hectares. To com quatro empregados permanentes na lavoura e contrato mais uns 10 a 15 na safra.

Outro filho da geração dos pioneiros sojicultores, filho do ENTREVISTADO 7, relata que: “O pai deixou tudo para eu cuidar. To plantando em torno de 2.000 hectares, mas nosso são 900 hectares o restante é arrendado. Hoje eu to com vinte empregados, na safra contrato mais uns 50 homens.”

A atual situação econômica de muitos agricultores apenas demonstra que uma grande parte prosperou com o agronegócio da soja, mas vale ressaltar que isso não foi unânime, pois alguns agricultores tiveram safras frustradas devido às condições adversas do clima.

Um dos engenheiros agrônomos da AGROPAN e produtor de soja, ENTREVISTADO 14, expõe sobre essa dramática situação:

Muitos agricultores se endividaram, principalmente aqueles que a terra não era deles e não estavam cooperados. O agricultor paga os insumos da produção, paga empregado, paga o diesel do maquinário, paga manutenção do maquinário, paga transporte, paga armazenamento e ainda tem que pagar o arrendamento. Só o custo de toda produção é entorno de 12 sacos de soja por hectare, ou seja, se colher menos que isso ta pagando para trabalhar.

Essa difícil realidade é ainda confirmada pelo ENTREVISTADO 6 ao admitir que “muitos agricultores após um safra de baixa produtividade ficam escravos do sistema financeiro e apenas vão prolongando a dívida”. E ainda complementa dizendo: “Isso só ocorre porque não é vantagem para o governo tirar os bens de produção do agricultor e muito menos as terras, é preferível que ele fique devendo, rolando a dívida e pagando os juros”.

Da necessidade em superar as eventuais crises do agronegócio, é fundada a Cooperativa Agrícola Tupanciretã (AGROPAN), entidade de capital fechado, que

conta com 14 unidades e, para concretizar esse número, é necessário dizer que a AGROPAN é composta por 1.407 associados e 284 funcionários.

Segundo a Cooperativa, a origem de seu nome vem do Latim e do Grego, AGRO vem do Latim e significa “Campo”; PAN vem do Grego e quer dizer “Todo”, ou seja, **AGROPAN** quer dizer: todo o campo ou toda a agricultura pelas suas raízes.

O seu logotipo (FIGURA 7) também tem uma simbologia com significados, pois as listras verdes denotam os cereais. Olhando de uma extremidade, ao fundo se fecham, numa visão ótica, dando a impressão de uma cangalha. Também é representada a cabeça da “curicaca”, ave popularmente conhecida por protetora da lavoura, já que só come insetos, e a “aiveca” do arado que fecham e completam o “A”, letra inicial de AGROPAN.

FIGURA 6 – Logomarca da AGROPAN



Com a expansão do agronegócio, a organização ganhou porte, aumentou a área de abrangência, baseando suas atividades na região central do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Jari, São Pedro do Sul, Jaguari, Mata, Santiago, São Miguel das Missões, Santo Ângelo, Augusto Pestana e Jóia.

A filosofia empresarial tem definido seu negócio como Agronegócio. Segundo o seu presidente, “a missão da AGROPAN é buscar estimular o desenvolvimento da cadeia do agronegócio, com qualidade e tecnologia, propiciando competitividade ao associado e contribuindo com o desenvolvimento regional”; e a visão: “ser a melhor

opção de negócio aos cooperados e servir como referencial de competitividade no Rio Grande do Sul”.

Os seus principais produtos, fabricados, recebidos e comercializados são: soja, milho, sorgo, trigo, triticale, forrageiras, rações, sementes, insumos agrícolas, produtos veterinários, peças agrícolas e automotivas.

De acordo com as unidades da AGROPAN, a cooperativa é constituída por:

Unidade 1 – Sede: localizada na Avenida Padre Roque Gonzales, S/N - Tupanciretã/RS, tem capacidade de armazenagem com graneleiros de 30.000 toneladas e 240.000 sacas de sementes, com uma área construída de 3.542 m². Para o escoamento da produção, a cooperativa conta com transporte rodoviário e ferroviário para agroexportar até o porto de Rio Grande que está a uma distância de 460 quilômetros (FOTO 03).

Ainda na Sede, conta com os setores *Administrativo* (Contabilidade, Fiscal, Financeiro, Informática, Recursos Humanos e Jurídico); *Operacional* (Armazéns Graneleiros, Armazéns de Sementes, Balanças, Matos de Eucalipto); *Transportadora*; *Unidade Comercial*: (Setor de Insumos, Seção de Peças, Armazém Defensivos e Farmácia Veterinária) e um Gabinete Odontológico com atendimento diário para os associados, com 3 cirurgiões dentistas.

Unidade 2 – Santa Tecla: localizada no distrito de Santa Tecla, a 42 quilômetros da cidade, tem capacidade de armazenagem em seus graneleiros de 30.000 toneladas e 120.000 sacas de semente de soja ou trigo. Sua área construída é de 6.700 m² e a unidade também possui posto de vendas de peças para o maquinário em geral, insumos, barraca veterinária, ferragem e supermercado (FOTO 04).

Unidade 3 – São José: localizada no município de Jóia, distante 70 quilômetros da sede. Possui uma capacidade de armazenagem de 30.000 toneladas de soja em seu graneleiro de 3.344 m². Além do graneleiro, a unidade também possui posto de vendas de peças, insumos, barraca veterinária e ferragens em geral (FOTO 05).

Unidade 4 – Inhacapetum: localizada no distrito de mesmo nome, com distância de 86 quilômetros da sede, tem capacidade de armazenagem de 13.580 toneladas em Silos que possuem 744 m² de área construída para armazenar principalmente soja; a unidade também possui posto de vendas de peças, insumos, barraca veterinária, ferragem e um pequeno mercado (FOTO 06).

Unidade 5 – Forrageiro: localizado na Vila Beck, distancia-se dois quilômetros da sede, possui um silo em uma área construída de 2.659 m², com capacidade de armazenagem de 2.500 toneladas para grãos diversos, principalmente para atender a fábrica de rações instalada em anexo à unidade (FOTO 07).

Unidade 6 – São Joaquim: situado no município de Jari, a 47 quilômetros da sede, tem um graneleiro com 1.182 m² de área construída e com capacidade de armazenamento de soja para 3.600 toneladas (FOTO 08).

Unidade 7 – Chiapetta: com distância de três quilômetros da sede, possui capacidade de armazenagem em silos com 30.618 toneladas para soja e milho, em uma área construída de 2.682 m² (FOTO 09).

Unidade 8 – Espinilho: localizado no distrito de mesmo nome, a 70 quilômetros da sede, é a menor unidade de armazenamento da AGROPAN, com um silo para 660 toneladas de soja, de área construída de 75 m² (FOTO 10).

Unidade 9 – Localizada próximo à sede: atende aos associados e população em geral com produtos de alta qualidade (ferragem, materiais de construção, armas e munições, eletrodomésticos, móveis e bazar); o associado pode comprar seus produtos e pagar em real ou soja (FOTO 11).

Unidade 10 – Fábrica de rações: é um dos setores da cooperativa em franca expansão. Em suas dependências, são produzidas mais de 20 fórmulas de rações e concentrados à base de matérias-primas originadas na própria região de abrangência, atendendo aos requerimentos de suínos, aves e bovinos, nas suas diferentes fases de crescimento. Fundada em 1993, a fábrica atua como um marco na produção animal regional e vem se destacando no beneficiamento e agregação de valor na soja e milho, ano a ano, pelas quantidades produzidas, bem como pela qualidade, aumentando sua produção todos os anos. Apesar de haver linha de produtos para várias espécies, as rações e concentrados AGROPAN destacam-se, particularmente, por sua atuação junto ao segmento de bovinos. São destaques as rações e farelos (soja e milho) para confinamento e vaca leiteira, sendo referências regionais, favorecendo o crescimento e o desenvolvimento destas atividades junto ao quadro de associados e clientes.

Outras unidades menores, mas não menos importantes, também fazem parte da cooperativa dando apoio no desenvolvimento do agronegócio da soja, são: Unidade 11 – Bocaverá; Unidade 12 – Lagão; Unidade 13 – Boqueirão da Palma; Unidade 14 – Abacatu.

FOTO 03 – Sede da AGROPAN



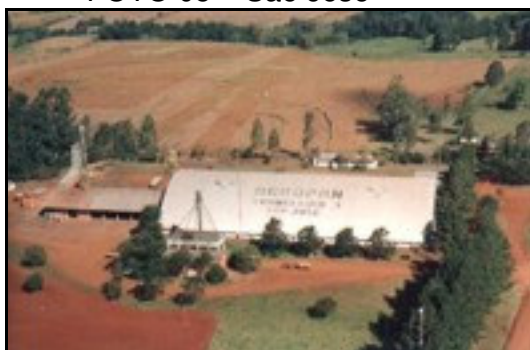
Fonte: <http://www.agropan.coop.br>

FOTO 04 – Santa Tecla



Fonte: <http://www.agropan.coop.br>

FOTO 05 – São José



Fonte: <http://www.agropan.coop.br>

FOTO 06 – Inhacapetum



Fonte: <http://www.agropan.coop.br>

FOTO 07 – Forrageiro



Fonte: <http://www.agropan.coop.br>

FOTO 08 – São Joaquim



Fonte: <http://www.agropan.coop.br>

FOTO 09 – Chiapetta



Fonte: <http://www.agropan.coop.br>

FOTO 10 – Espinilho



Fonte: <http://www.agropan.coop.br>

FOTO 11 – Loja de ferragem, materiais de construção, armas e munições, eletrodomésticos, móveis e bazar



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

Portanto, conclui-se que, em Tupanciretã, a agropecuária tem grande relevância econômica, pois é responsável por 90,22% do PIB do Município, sendo a soja o carro chefe. (Prefeitura Municipal – Secretaria de Desenvolvimento Rural).

Assim, a produção de soja no Município começou a se especializar nos anos da década de 1970, territorializou-se na década de 1990 e hoje faz parte da dinâmica local, sendo a principal geradora de renda.

5.5.2 A sojicultura em números: Produção e produtividade de Tupanciretã

Dentro do processo produtivo local, o setor agrícola se destacou a partir dos anos de 1980. Como já foi ressaltado, a soja vem buscando espaços cada vez maiores nas últimas décadas, voltada para uma agricultura altamente capitalizada e agroexportadora, sempre com o intuito de abastecer o mercado Internacional.

Segundo o ENTREVISTADO 14, Engenheiro Agrônomo da AGROPAN,

Apesar da soja ser uma leguminosa Asiática, quem dita o valor dela no mercado mundial é a bolsa de valores de Chicago nos Estados Unidos, que varia de dia para dia a saca de sessenta quilogramas (60 Kg) no mercado internacional, tudo depende da lei de oferta e procura mundial. [...] Sempre foi assim, desde a primeira colheita no Brasil que iniciou no Planalto do rio Grande do Sul no finalzinho da década de 50. Sempre foram os Americanos que mandaram.

A afirmação deste entrevistado, somada aos objetivos da pesquisa, estimulou a que se buscasse, em números, o desempenho que esta leguminosa asiática teve desde a sua implantação até os dias de hoje em Tupanciretã.

Consultando os Censos Agropecuários do IBGE, pode-se afirmar que, no primeiro Censo Agropecuário Brasileiro de 1940, não havia produção de soja no Brasil, uma vez que o grão nem constava na relação de produção naquele ano.

Na década de 1950, surgiram alguns campos experimentais para a soja em Tupanciretã, mas com pouca divulgação e conhecimento por parte da população, uma vez que a agricultura era praticamente inexistente, pois o domínio das áreas estava com a pecuária extensiva. Mesmo assim foram quantificadas pelo IBGE três (3) toneladas do produto colhido em uma área não definida pelo Censo, ou seja, uma área experimental.

Na década de 1960, ampliaram-se as lavouras experimentais e também se ampliou a divulgação dessa nova leguminosa ao conhecimento dos pecuaristas, para que esses fizessem da soja uma alternativa de complementação de renda em suas vastas áreas de campo nativo. Alguns aderiram a essa nova prática que se dizia ser rentável, mas a maioria dos pecuaristas não viu como algo rentável, pois deveria investir e esperar condições climáticas favoráveis, uma vez que para a pecuária extensiva não havia investimento de capital e nem incertezas para obtenção do seu produto final. Mesmo assim foram quantificadas pelo IBGE aproximadamente mil toneladas do produto colhido em uma área de 802 hectares.

Dez anos mais tarde, em 1970, o mercado externo demandou/solicitou a soja. Em consequência, o governo brasileiro incentivou sua produção através de largos financiamentos, com massivos incentivos fiscais e financeiros para a produção da soja em prol de gerar divisas com a agroexportação, excluindo a pecuária e outros cultivos. Assim, as multinacionais que compram a soja brasileira se estabeleceram no Brasil com a finalidade de vender sua tecnologia (maquinários e insumos) para uma maior produção de soja e, também, atrelar suas relações comerciais. No ano de 1970, o Município produziu 13.486 toneladas em 16.297 hectares, com uma produtividade de 827,52 kg/ha ou 13 sacas/ha.

A produtividade é um fator muito significativo, pois representa maior investimento na produção e, conseqüentemente, mais lucro ao produtor. A produtividade começou a aumentar no Município na década de 1980, ano em que

foram colhidas 85.197 toneladas em uma área de 88.006 hectares, com produtividade de 968 kg/ha ou 16 sacas/ha (TABELA 5).

O lucro do produtor é o resultado da colheita total menos o custeio da lavoura, ou seja, o lucro da lavoura de soja em Tupanciretã é toda a produção superior a 12 sacas por hectare, pois essa média destina-se ao investimento feito.

TABELA 5 – Produtividade física da soja em Tupanciretã/RS (1960–2010)

ANOS	Quantidade Colhida (ton)	Área Plantada (hectáres)	Produtividade (Kg/ha)	Produtividade (sacos/ha)
1960	1.097	802	1.367,83	22
1970	13.486	16.297	827,52	13
1980	85.197	88.006	968,1	16
1995	147.000	70.000	2.100	35
2006	359.040	136.000	2.640	44
2010	361.200	140.000	2.600	43

Fonte: Censo Agropecuário FIBGE (1960, 1970, 1980, 1995, e 2006) e, Secretaria de Desenvolvimento Rural/Tupanciretã/RS (2010)
Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

No ano de 1995, a soja conquistou índices até então nunca atingidos no Município, com 147.000 toneladas produzidas em uma área de 70.000 hectares, com uma produtividade de 2.100 kg/ha ou 35 sacas/ha. É relevante salientar e observar que esse número só foi alcançado por causa da grande tecnologia acumulada ao longo das últimas décadas e empregada no campo, pois a área plantada foi reduzida dos anos de 1980 para 1995.

Também se pode salientar que, nessa década, surgiu em Tupanciretã a técnica do plantio direto¹⁴, superando a produtividade e pondo em questionamento o plantio convencional, que degrada com mais intensidade os solos.

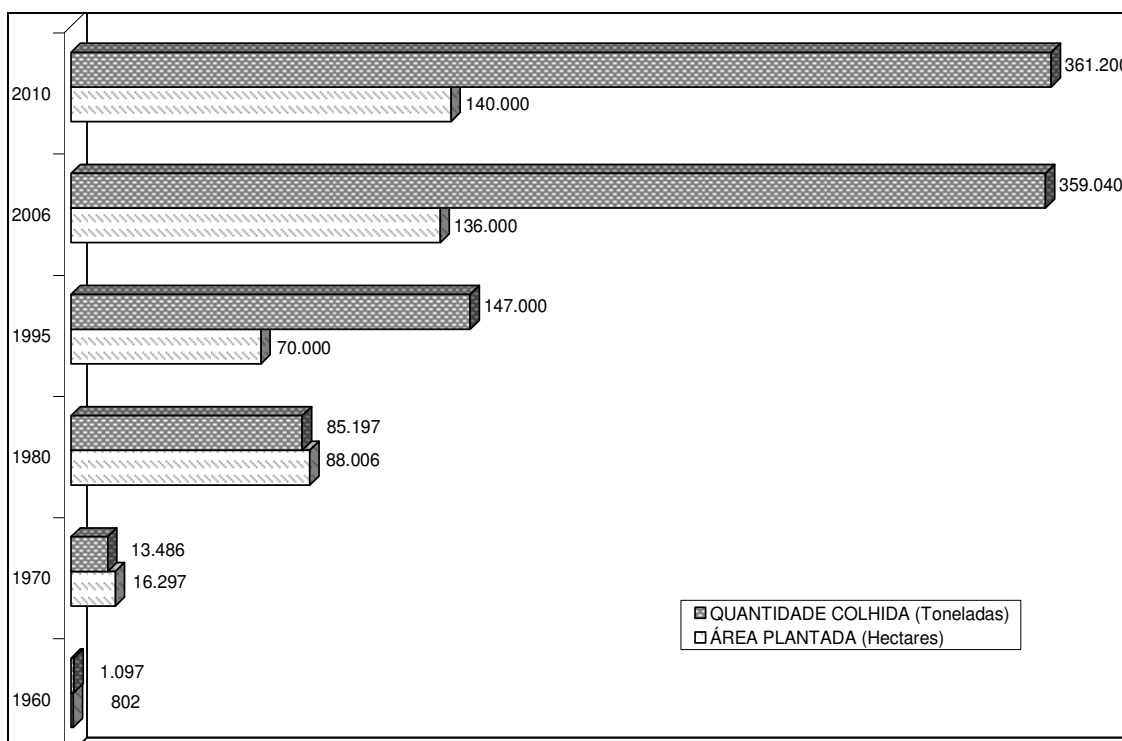
Comparando-se a área plantada com a quantidade colhida, fica evidente que o diferencial ocorreu na produtividade, como pode ser observado no gráfico representado na figura 8.

Como pode ser verificado na figura 8, o agronegócio, que é sustentado pelo lucro do capital investido, está em alta; assim, a área plantada e a produtividade da

¹⁴ Diz-se de sistema de plantio onde se procura minimizar a degradação do solo. Sistema que preserva o húmus da terra com a decomposição da matéria orgânica pré-existente, no caso, os campos nativos. Sistema em que a semente é plantada no campo nativo sem movimentar o terreno agricultável.

soja no ano de 2006 superaram todos os índices e expectativas. Nesse ano, a área plantada foi recorde no Município, com 136.000 hectares, correspondendo a quase 55% da área municipal, responsável por uma produção de 359.040 toneladas do grão e a produtividade alcançada foi de 2.640 kg/ha ou 44 sacas/ha.

FIGURA 7 – Gráfico da produtividade de soja em Tupanciretã/RS (1960-2010)



Fonte: Censo Agropecuário FIBGE (1960, 1970, 1980, 1995 e 2006)
Secretaria de Desenvolvimento Rural/Tupanciretã/RS (2010)
Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Como o último Censo Agropecuário ocorreu há seis anos, buscaram-se dados mais atuais na Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Tupanciretã.

Com isso, os dados mais atualizados são do ano de 2010 e são surpreendentes: mostram que os índices em área plantada se ampliaram, sendo contabilizados 140.000 hectares com uma produção de 361.200 toneladas do produto. A Prefeitura Municipal diz ainda que o seu setor primário gerou, em 2010, 224 milhões de reais e que somente a soja naquele ano agregou um valor de 203 milhões de reais. Assim, conclui-se que a produção da soja em Tupanciretã representa 91% da renda do setor primário e é o símbolo do capital no meio rural local.

5.5.3 Corporações e estruturas pró-ativas à sojicultura em Tupanciretã

Quase que em sua totalidade, o município de Tupanciretã tem o relevo suave ondulado a ondulado, formado por um conjunto de coxilhas com topos amplos e pendentes em centenas de metros, com declividades variando de 2 a 12%. Agregado à mecanização, esse terreno favorável propiciou a prática da agricultura da soja. É relevante destacar os aspectos naturais tais como topografia e solo favoráveis como fatores desencadeantes do plantio de soja na região, porém algumas iniciativas efetivadas pela força do capital também terminaram por estimular diretamente a produção de soja cada vez maior no Município. A abertura da colheita 2012 pelo Governador do Estado, Tarso Genro, é o grande símbolo de apoio político ao agronegócio da soja, ou seja, a presença direta do Estado em apoio a uma prática agrícola altamente capitalizada e amplamente divulgada na mídia¹⁵.

Mas o apoio político não se dá somente com o evento que marca o início da colheita, mas também com o apoio financeiro de investimento estatal para o custeio dessa lavoura que começa muito antes de a semente cair no solo. São várias as linhas de crédito que beneficiam e direcionam para a produção da soja, linhas de crédito financiadas principalmente pelo Banco do Brasil e Banrisul, destinadas a atender desde a compra de maquinários e insumos até mesmo a construção de graneleiros e a compra de imóveis rurais.

Dessa forma, com o apoio político e financeiro, empresas transnacionais renomadas e conhecidas através de seu histórico em apoio ao agronegócio, se instalaram em Tupanciretã para ampliarem seu capital colocando seus produtos à disposição dos sojicultores local.

New Holland: Em 1895, Abe Zimmerman começou a trabalhar numa oficina de reparação de equipamentos em New Holland, Pensilvânia, EUA, local que dá nome à empresa. No mesmo ano, Alexandre Braud apresentou as debulhadoras estacionárias aos agricultores na França. Com a fusão em 1903, Zimmerman fundou a New Holland Machine Company e passou a criar instrumentais agrícolas, incluindo uma máquina de produção de forragens, para ajudar a comunidade agrícola à sua volta.

¹⁵ Notícias no Portal G1: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/03/tarso-abre-colheita-de-soja-no-rs-e-promete-investimento-em-irrigacao.html> e notícias no Portal do Canal Rural: <http://canalrural.ruralbr.com.br/noticia/2012/03/canal-rural-transmite-ao-vivo-abertura-oficial-da-colheita-da-soja-em-tupancireta-no-rio-grande-do-sul-3704622.html>

No Brasil, as primeiras colheitadeiras New Holland datam do início da década de 70, marcando uma forte relação entre as máquinas amarelas e o homem do campo. O sucesso foi tão grande que a empresa se instalou no Brasil, inaugurando a fábrica da New Holland Latino-Americana em Curitiba em 1975. Somando hoje mais de trinta anos de Brasil, a New Holland pode dizer que viu bem de perto participou do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Atualmente, com várias representações comerciais em todo o Mundo, sua presença em Tupanciretã é através da concessionária autorizada Agrofel Agro Comercial Ltda que se faz presente desde os anos de 1990 (FOTO 12).

Valtra: Em 1832, inicia a fabricação de máquinas agrícolas na Suécia com o nome de Valmet, mas, após várias fusões ao longo da sua história, Valtra é sua atual denominação. Em 1957, com a instalação de fábrica em Mogi das Cruzes/SP, marca sua presença na América Latina, sendo a primeira montadora de tratores a se instalar no Brasil. A marca Valtra, controlada pela AGCO Corporation, está consolidada no Brasil como uma grande fabricante de tratores e também como principal exportadora para o mercado sul-americano. Em Tupanciretã, é representada comercialmente pela concessionária autorizada Razera Agrícola (FOTO 13).

Massey Ferguson: Em 1847, no Canadá, é formada a empresa pelo mecânico Daniel Massey e, em 1891, com a fusão com outro mecânico Harry Ferguson que aperfeiçoa os maquinários, surge a empresa atual.

Em 1961, chega ao Brasil através de fábricas instaladas no Rio Grande do Sul: Canoas (tratores), Santa Rosa (colheitadeiras) e Ibirubá (implementos); em 1975, o trator modelo MF 275 tornou-se o mais vendido da história da mecanização brasileira. Recentemente instalada em Tupanciretã, a concessionária Redemaq Real Distribuidora de Máquinas Agrícolas Ltda é a responsável por sua representação e comercialização (FOTO 14).

John Deere: No ano de 1837, John Deere, o fundador da empresa, cria um arado de aço polido em sua ferraria em Grand Detour, Illinois, EUA. Seu utensílio é o primeiro arado autolimpante do mundo.

Em 1979, adquire 20% do capital social da SLC no Brasil e, em 1984, inicia a produção de plantadeiras em Horizontina, Rio Grande do Sul. No ano de 1999, a John Deere compra os 80% restantes da SLC, assim, a SLC Máquinas Agrícolas

passa apenas a operar como representante comercial autorizada da John Deere e chega a Tupanciretã no final dos anos de 1990 (FOTO 15).

FOTO 12 – Representação da New Holland em Tupanciretã/RS



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

FOTO 13 – Representação da Valtra em Tupanciretã/RS



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

FOTO 14 – Representação da Massey Ferguson em Tupanciretã/RS



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan–fev de 2012)

FOTO 15 – Representação da John Deere em Tupanciretã/RS



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan–fev de 2012)

Agrale: Em 14 de dezembro de 1962, a Agrale é fundada, em Porto Alegre, com a denominação de Agrisa, produzindo motocultivadores e seus motores a diesel. Em 14 de outubro de 1965, o Grupo Francisco Stedile adquire o controle acionário da Agrisa, transferindo-a para Caxias do Sul e alterando sua denominação para Agrale S.A Tratores e Motores. Em 1968, o lançamento do microtrator de 4 rodas Agrale 415, de 15cv, marca o processo de mecanização da agricultura familiar brasileira, ainda hoje em produção. Atualmente, a Agrale atende também o agronegócio com uma linha de tratores tracionados, assim, se faz presente em Tupanciretã desde o ano 2004 com a Regiomaq Comércio de Máquinas Agrícolas e Insumos Ltda (FOTO 16).

É pertinente destacar que outras empresas com a finalidade de auxiliar o produtor da soja, empresas de assessoria agrícola, se fazem presentes em Tupanciretã. Na sede municipal local, foram constatadas as seguintes empresas: Agrosul, Agropan, Barcelos & Dautartas, Cocevvil, Garbin, Ouro Branco, Perin, Razera, São Carlos, Trovit.

Outras estruturas como os graneleiros estão presentes na paisagem local, tornando-se membros integrantes do cenário agrícola sojicultor (FOTO 17).

Outro fator importante de apoio à sojicultura local remete à logística ferroviária, uma vez que o trecho ferroviário que liga Santa Maria/RS a Itararé/SP teve sua gênese ligada ao desenvolvimento e integração do Estado Gaúcho com o Sudeste brasileiro. Com o processo neoliberal dos anos de 1990, esse segmento da malha ferroviária nacional que estava sob o domínio da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) é concedida para uma empresa de capital privado, a América Latina Logística (ALL). Essa, por sua vez, só opera em regiões que consideradas estratégicas e, assim, mantém a ferrovia em atividade apenas nos trechos que melhor proporcionam margens de lucro satisfatório. Atualmente, o trecho com atividade constante é o de Passo Fundo/RS, passando por Tupanciretã e ligando Santa Maria até o porto de Rio Grande/RS (FACCIO, 2012).

Dessa maneira, constata-se que a ferrovia é o principal ponto logístico de escoamento de soja para a agroexportação, ligando o terminal da AGROPAN com o porto de Rio Grande, onde super-navios cargueiros levam a soja produzida em solo Gaúcho para vários lugares do mundo (FOTO 18).

FOTO 16 – Representação da Agrale em Tupanciretã/RS



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

FOTO 17 – Graneleiros para armazenar soja em Tupanciretã/RS



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

FOTO 18 – Terminal ferroviário AGROPAN – carregamento de soja em vagões da ALL e da Bunge



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

Conforme Faccio (2012), as *traders* de *commodities* agrícolas e cooperativas são os clientes tradicionais de ferrovia que tipicamente transportam grandes volumes de cargas a granel, que são movimentadas mais eficientemente por meio de ferrovias, como soja, trigo, milho e fertilizantes.

As rodovias também têm seu papel importante para o escoamento da produção, pois os caminhões conduzem a soja a granel com maior rapidez até o porto de Rio Grande. Enquanto o trem leva dois dias para fazer o itinerário Tupanciretã – Rio Grande, o caminhão demora dez horas, mas; no que se refere a volume de carga, uma composição completa de trem com aproximadamente cem (100) vagões e três (3) locomotivas retira das estradas em torno de duzentos (200) caminhões, pois um vagão ferroviário carrega o equivalente à carga de duas carretas rodoviárias.

Em um primeiro momento, quando se fala de dez horas ou dois dias para o escoamento de soja até o porto de Rio Grande, parece-nos algo sem relevância, mas quando se fala em negociações milionárias com *commodities* com prazo pré-determinado para a entrega do produto na Europa ou Ásia, cuja diária de um super-

navio cargueiro parado no porto fica na casa de algumas centenas de milhares de reais, o escoamento tem que ser rapidíssimo pelas rodovias.

Com isso, várias transportadoras auxiliam no escoamento pelas rodovias federais BR-158 e BR-392 até o terminal portuário de Rio Grande. A BR-158 é uma rodovia longitudinal federal brasileira que atravessa o país de Norte a Sul. Para o escoamento, o caminhoneiro tem que trafegar pela BR-158 de Tupanciretã a Santa Maria, logo após, tomar outra direção e trafegar pela BR-392 que atravessa do centro do Rio Grande do Sul, de Santa Maria, até o porto de Rio Grande.

5.6 REFLEXÕES SOBRE O AGRONEGÓCIO DA SOJA EM TUPANCIRETÃ

O capital investido nesse território torna-o muito dinâmico em relação ao ex-território da pecuária extensiva, mas, mesmo assim, não lhe traz o prestígio que a pecuária tinha, devido ao fato de a maioria dos sojicultores não serem proprietários das terras em que plantam. Mas os detentores da terra, não unanimemente, toleram o território da agricultura empresarial, demonstrando que há apenas os laços de interesses em torno do capital.

O território da agricultura empresarial de soja é um espaço de relações dinâmicas, que gera fluxos econômicos para o Município. Esse fato deve-se aos financiamentos que chegam ao sistema financeiro local. Com esse capital, são comprados insumos com representantes comerciais já estabelecidos em Tupanciretã e o produto, em sua maioria, vem direto das fábricas para as lavouras. Isso demonstra a grande quantidade de insumos utilizados. Posteriormente à colheita, a produção é comercializada para quitar os financiamentos, fornecedores e o arrendamento da terra.

Juntamente com a coagida alteração da matriz produtiva nos campos de Tupanciretã, muda a paisagem local e se altera profundamente a estrutura em torno das relações do trabalho rural.

Nesse momento, há a gênese dos sem-terra Municipários que estão ligados diretamente às pessoas que sofreram o êxodo rural. Esses foram forçados, pela sojicultura, a saírem do campo; eram pessoas (empregados ou agregados com suas famílias) que tinham vínculo direto na atividade pastoril extensiva nas fazendas pecuaristas em Tupanciretã e que foram inteiramente atingidas no processo

dialético-capitalista de substituição da matriz produtiva local. Dessa forma, a troca da pecuária pela plantação de soja nos campos de Tupanciretã alterou, conseqüentemente, a especificidade da mão-de-obra, deixando centenas de famílias excluídas da nova estrutura que se formara pelo interesse do capital.

O fator “Terra” permanece concentrado nas mãos de poucas famílias (Anexo A) que lucram com o arrendamento de suas propriedades para a sojicultura; o fator “Capital” está disponível na rede financeira para poucos investidores que possam dar alguma garantia de que irão honrar o compromisso em saldar suas dívidas ou com bom antecedente de pagamento de seus financiamentos anteriores, e o fator “Trabalho”, dentro do agronegócio da soja, torna-se relegado se não houver uma especialização/capacitação em operar um maquinário moderno e valioso. Nesse caso, o trabalhador da pecuária extensiva torna-se uma mão-de-obra obsoleta e excluída da sojicultura.

6 TERRA NOVA! A ÁRDUA LUTA PELA TERRITORIALIZAÇÃO POR UM PEDAÇO DE CHÃO

REFLEXÃO MUSICAL A Vitória do Trigo

1

Não precisa ser herói
Para lutar pela terra
Por que quando a fome dói
Qualquer homem entra em guerra

É preciso ter cuidado
Para evitar essa luta
Pois cada pai é um soldado
Quando é o pão que se disputa

Se somos todos irmãos
Se todos somos amigos
Basta um pedaço de chão
Para a vitória do trigo

Basta um pedaço de terra
Para a semente ser pão
Enquanto a fome faz guerra
A paz espera no chão

Basta um pedaço de terra
Para a semente ser pão
Enquanto a fome faz guerra
A paz espera no chão

2

Há planícies que se somem
Dentre o horizonte e o rio
E a vida morre de fome
Com tanto campo vazio

Ao longo dessas porteiras
De sesmarias sitiadas
A ambição de erguer trincheiras
Contra o sonho, de inocentes e de enxadas

Se somos todos irmãos
Se todos somos amigos
Basta um pedaço de chão
Para a vitória do trigo

Basta um pedaço de terra
Para a semente ser pão
Enquanto a fome faz guerra
A paz espera no chão

Basta um pedaço de terra
Para a semente ser pão
Enquanto a fome faz guerra
A paz espera no chão

Se somos todos irmãos
Se todos somos amigos

*Letra e Música: Dante Ramon Ledesma (1991)
Adaptação: Vinicius Silva Moreira*

A pecuária extensiva, assim como a agricultura empresarial, sempre teve destaque no cenário agrário tupanciretanense, uma por possuir o fator terra e outra por possuir o fator capital em forma de financiamento/subsídios. Dessa forma, a agricultura familiar, não somente no Município em estudo, mas em todo o Brasil, sempre foi colocada em segundo plano, relegada às políticas de auxílio e financiamento. Isto pode ser confirmado nas palavras de Tambara (1985, p. 20):

O setor agrícola constitui, pois; um elemento-chave no modelo econômico brasileiro na medida em que é um dos principais captadores de divisas para a nação. Assim, nota-se que os produtos incentivados pelo governo neste setor são aqueles destinados á exportação em detrimento daqueles destinados ao consumo interno, como feijão, milho, mandioca, etc.

Nos anos das décadas de 1990/2000, essa realidade adquiriu outra concepção, mesmo com uma relutância da sociedade local. Os movimentos sociais de luta pela terra (MST, MAB, Municipários) ocuparam e (re)(des)territorializaram quinze áreas em Tupanciretã via desapropriação realizada ora pelo INCRA, ora pela Secretaria de Reforma Agrária do Governo Estadual do Rio Grande do Sul.¹⁶

Esse processo é mais bem enfatizado e explicado nas palavras de Fernandes (1999, p. 23), que afirma

No processo de dimensionamento do espaço de socialização política, os trabalhadores vêm a público de forma organizada e ocupam a terra, uma fração do território, cujo domínio reafirma, viabiliza e valoriza o processo de espacialização e de territorialização da luta. O espaço social concretiza-se geograficamente como lugar social nos processos de construção da luta. O lugar social revela-se como conquista das condições essenciais para o próprio movimento em transformação. O lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que o produz, pois é onde se desenvolvem as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo. Nesse processo, as lutas avançam como formas de organização social.

Com isso, são impressas novas configurações no espaço agrário, uma nova realidade na dinâmica das relações locais e uma nova paisagem formada pela diversificação do agrário em Tupanciretã.

Ainda Fernandes (1999, p. 26), tratando da compreensão do processo, esclarece

A utilização da idéia de processo no estudo da formação de um movimento de trabalhadores na luta pela terra, portanto, torna-se fundamental para

¹⁶ O Governo do Estado do Rio Grande do Sul implantou um programa de reforma agrária com parceria do Governo Federal; conforme Medeiros (2004, p. 158): “A viabilização desse programa se deu através de um convênio assinado entre o Estado e o INCRA, em agosto de 2000, que permite a aquisição de áreas em conjunto onde os valores pagos em dinheiro pelo Estado estão aliados aos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) emitidos pelo INCRA. Este acerto se deu uma vez que, de acordo com a Constituição, a Reforma Agrária é de competência do Governo Estadual, e somente ele tem direito de desapropriar áreas a serem pagas com TDAs”.

compreender a interação espaço social/movimento, social/lugar, social/território. Esse deve ser o caminho para se dar conta da concepção dialética de processo.

A reforma agrária é um instrumento estratégico para o fortalecimento, a expansão e a consolidação do modelo familiar de agricultura. É fundamental para a construção de um desenvolvimento sustentável, sob o prisma da democracia política, equidade social e sustentabilidade econômica e ambiental (SAUER, 1998).

Sauer (1998, p. 87) salienta ainda que “há uma conexão direta entre a agricultura de base familiar e a reforma agrária, ou, dito de outra forma, o acesso à terra transforma as famílias assentadas em um segmento de agricultores familiares”.

De acordo com Blum (1999, p. 72), as propriedades de agricultura familiar ou subsistência são

Propriedades muito diversificadas (quatro a sete atividades para subsistência e comercializando o excedente: culturas de lavoura de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura, piscicultura, fruticultura, etc.) O seu proprietário mora na propriedade. São propriedades geralmente menores de 50 hectares, com concentração abaixo de 20 hectares; usam baixa tecnologia, mais força braçal [...].

Dessa forma, no ano de 1996, após muita luta, foi desapropriado um latifúndio e implantado o primeiro Projeto de Assentamento no Município, Assentamento Nossa Senhora de Fátima, com 1.173 hectares de terra. Com isso, foram assentadas 74 famílias e cada uma recebeu um lote de aproximadamente 16 hectares.

Nos anos que se seguiram, outros projetos de assentamentos rurais também se efetivaram em Tupanciretã, provocando uma disputa no espaço agrário com a inserção da agricultura familiar no cenário local. Isto porque onde antes havia o domínio da pecuária extensiva passou a haver a lavoura agroexportadora de soja e, simultaneamente, brotaram os assentamentos rurais dentro desse processo dialético de mudança da matriz produtiva forçada pelo capital. Despertou, assim, o interesse e a cobiça pelas áreas agricultáveis em prol do plantio da soja também em terras de reforma agrária.

6.1 A BUSCA DA TERRA NOVA: O DESPERTAR DE UM MOVIMENTO SOCIAL NA LUTA PELA SUA TERRITORIALIZAÇÃO/ESPACIALIZAÇÃO PERANTE AS FACES DO ESTADO NACIONAL

Com o surgimento do Estado nacionalista, também surge a *práxis* de que o mesmo é indivisível e perpétuo. Dessa forma, o Estado é o resultado da somatória do seu Espaço com as suas relações dinâmicas das diversas formas de poder. As dinâmicas são compreendidas através de sua organização interna e de como outros Estados, também soberanos, reconhecem o seu Território.

O objetivo neste item é a reflexão sobre como o Estado interage internamente com suas forças modificadoras, tanto de política como de exclusão, do povo e para o povo. Essas relações sociais, que levam ao vetor da exclusão de alguns dos seus, fundamentam e concretizam o despertar de um Movimento Social.

A estrutura para o edifício dessa ponderação foi a busca do entendimento de como o Estado vive e se perpetua. Através da dinâmica de seus fluxos surge a explicação de como um Movimento Social nasce, desenvolve-se e coexiste com outros, imprimindo no Espaço Geográfico suas características que mesclam, dinamizam e articulam seu Território contido em um Estado territorial.

Dessa forma, não é possível se fazer uma leitura geográfica de algum movimento social utilizando somente conceitos de outras ciências como o exemplo da Antropologia ou da Sociologia. Assim, essa é uma reflexão que tem por finalidade propor uma análise de um movimento social a partir de conceitos geográficos, como a espacialização e a territorialização, ambos embasados na relação de poder.

De acordo com Santos (1996, p.70), “conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”.

Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios de mais diversas formas. Os movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia.

É de fundamental importância para a Geografia conhecer a organização do território, a partir de cinco pontos cruciais que facilitarão a análise do movimento

social. São eles: 1º) a estrutura da organização espacial, os fluxos relacionados aos processos físicos, sociais e econômicos e como os mesmos interagem; 2º) as características das interações homem-meio ambiente; 3º) as características sociológicas e econômicas de cada época; 4º) as forças de ação que interferem na estrutura e dinâmica da organização; 5º) os limites territoriais das organizações espaciais, que são mutáveis e podem ser alterados (SPOSITO, 1996).

A reflexão construída é que cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, onde os indivíduos e as sociedades vivem. Assim, a territorialidade é a soma das relações entre um ator com seu meio, é a totalidade de relações biossociais em uma interação espacializada. A espacialidade expressa, sustenta, determina e ao mesmo tempo designa a formação social e econômica, e também reforça a acentuação da diferenciação, segregação e separação entre as pessoas e os lugares, entre o ser, o estar e o fazer.

Numa sociedade de classes, esta contém a lógica e o sentido dado pela diferenciação social e econômica, e o poder de produzir/transformar/consumir este espaço está também determinado por esta diferenciação (SPOSITO, 1996).

Então, a natureza, a qualidade política e a intensidade do poder decorrem desta diferenciação social e econômica, definindo se este poder significa ter apenas possibilidade de, ou força para, meios de, ou ter o direito de, a capacidade e a autoridade para, ou ainda ter ou não ter condições socialmente determinadas para poder produzir/transformar/consumir uma dada espacialidade. Com tudo isso, ou a falta de tudo isso é que motiva os atores sociais a constituírem ou se integrarem em um movimento social, lutarem pela re-inserção ao modelo capitalista, que um dia os excluiu, deixando-os a margem.

Dessa forma, esse exercício tem por finalidade discutir a formação do Estado territorial, somado à exclusão de alguns atores sociais que, para serem inseridos novamente no processo capitalista e reconhecidos pelo Estado, organizam-se por meio de um movimento social e, através da luta, buscam seus interesses.

A consolidação do Estado se efetiva pela finalidade da existência da segurança, justiça e bem-estar econômico e social para o seu povo, pois, para que o Estado soberano tenha um desenvolvimento hegemônico, algumas funções são indispensáveis em sua estrutura como: o Poder Legislativo (elaboração de leis); o Poder Executivo ou Administrativo (execução de leis e satisfação das necessidades

coletivas), e o Poder Judiciário (resolução de conflitos e punição da violação das leis)

Dessa forma, a ponderação que se faz parte do princípio de formação/sustentação do Estado que está alicerçado em uma comunidade humana fixada num determinado território que, por sua vez, exerce um poder político para a gestão e manutenção de seu espaço territorial soberano. Com isso, o poder político se concretiza através do poder soberano que é ao mesmo tempo supremo e independente. O Supremo é uma forma de “Poder” superior a qualquer outra na ordem interna do Estado; já o Independente está relacionado com a ordem externa, é uma forma de “Poder” igual à de outros Estados soberanos que se reconhecem.

Em resumo, o Estado corresponde a uma comunidade humana fixada em uma determinada porção espacial com relações de “Poder” sobre essa área delimitada. Assim, a formação de seu território se estabelece através de suas fronteiras e é instituído através de uma forma organizacional do poder político soberano com a finalidade de garantir segurança, justiça e bem-estar econômico e social para o povo que o compõem.

Em se tratando do poder Estatal, Bonavides (2000) considera no capítulo sete de sua obra Ciência Política que, para a formação da fisionomia do Estado, torna-se relevante destacar alguns traços, os quais irão definir a “cara” do Estado. Esses traços são: a **imperatividade** e natureza integrativa do poder estatal, a capacidade de **auto-organização**, a unidade e **indivisibilidade do poder**, o princípio de **legalidade e legitimidade** e a **soberania**.

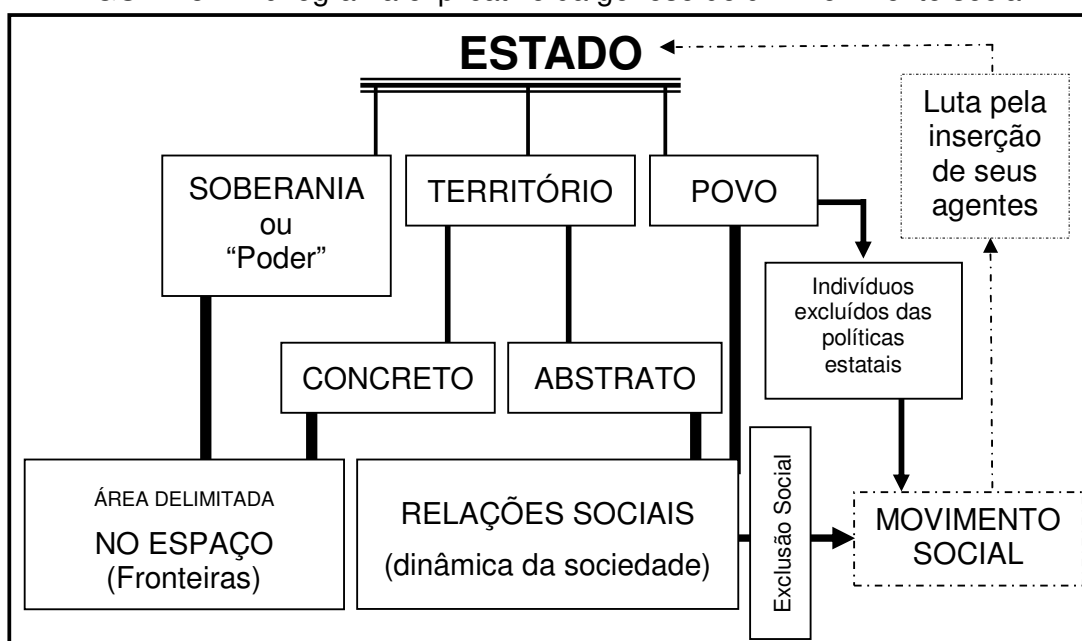
Para Paulo Bonavides (2000), a **Imperatividade** consiste na ambiência coletiva, ou seja, a mão firme do Estado quando necessária, sendo que isso forma um vasto círculo de segurança e ação em torno de grupos e indivíduos contidos no Estado. Assim, a existência ganha ali certeza e personificação jurídica e esses indivíduos sociais sentem-se pertencidos a determinado Estado. A imperatividade apresenta-se como a qualidade pela qual o ato administrativo estatal se impõe a terceiros, independentemente de sua concordância.

Para facilitar o entendimento dessa discussão, tornou-se relevante confeccionar um fluxograma que elucide a explicação (FIGURA 9).

Outro traço fisionômico na formação estatal ressaltado por Bonavides (2000) é a capacidade de **auto-organização**, sendo que esse traço decorre precisamente da circunstância de proceder de um direito próprio. O Estado, em busca da resolução

de suas necessidades, autodetermina constitucionalmente sua autonomia, uma vez que tem o poder de se auto-regular e se organizar em prol de seus componentes, passando a existir, com isso, um instrumento autônomo de poder financeiro (no Brasil isso é de responsabilidade do Ministério da Fazenda e Banco Central) e militar (Ministério da Defesa – Marinha do Brasil, Força aérea Brasileira e o Exército Brasileiro) com capacidade organizadora e reguladora seguindo a normativa constitucional.

FIGURA 8 – Fluxograma explicativo da gênese de um movimento social



Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

O "Poder" do Estado se manifesta através de órgãos estatais, que determinam em seus atos e decisões o caráter e os fins do ordenamento político e territorial, pois a unidade e a **indivisibilidade do poder** estão centradas nas mãos da União. Os Estados membros da federação, bem como os municípios, possuem a obrigação da concordância ou o complemento da unidade nacional e nunca a dissociação ou oposição ao poder central.

Já o princípio de **legalidade e legitimidade** parte da capacidade constitucional e da indivisibilidade desse mesmo poder, ou seja, as leis federais devem ser respeitadas e jamais suprimidas por leis estaduais ou municipais, sendo que essas últimas poderão complementar a Carta Magna para um determinado ordenamento.

No capítulo 9 de sua obra, Bonavides (2000) dedica-se a expor uma discussão sobre a **Soberania**, estabelecendo que esse traço fisionômico estatal é o mais importante na formação e sustentação do Estado nacional, visto que exprime o mais alto poder do Estado, a qualidade de poder supremo, e apresentando-a em duas faces distintas: a interna e a externa.

A soberania interna significa que o Estado tem poderes ilimitados sobre o território e a população, bem como superioridade política frente aos demais poderes sociais, que lhe ficam sujeitos, de forma mediata ou imediata. Já a soberania externa é a manifestação independente do poder do Estado e o reconhecimento perante outros Estados também soberanos.

Segundo Bonavides (2000), o conceito de soberania teve origem na França (*souveraineté*) e seu primeiro teórico foi Jean Bodin.

O Estado moderno precisava impor-se e a sua formação vinha precedida de antagonismos da Idade Média entre o poder espiritual e o poder temporal, entre o imperador germânico-romano e os novos reis que surgiam da decomposição dos feudos (exemplo desses antagonismos é a Guerra dos Trinta Anos/1618 a 1648). De modo que um poder novo se firmou no Estado moderno e este poder foi o poder dos monarcas independentes. Um poder absoluto, que precisava de uma justificativa teórica. A soberania, no conceito da Escola Clássica, é Una, Indivisível, Inalienável e Imprescritível.

Una, porque não pode existir mais de uma autoridade soberana em um mesmo território. *Indivisível*, seguindo a mesma linha de raciocínio que justifica a sua unidade. *Inalienável*, por sua própria natureza. A vontade é personalíssima: não se aliena, não se transfere a outrem, e *Imprescritível* no sentido de que não pode sofrer limitação no tempo. Uma nação, ao se organizar em Estado soberano, o faz em caráter definitivo e eterno. Não se concede soberania temporária, ou seja, por tempo determinado.

Com base na leitura de Raffestin (1993, p. 52), a diferenciação epistemológica dos vocábulos “Poder” e “poder” torna-se imprescindível nesse momento de reflexão, pois a soberania estatal é vista como um poder supremo. Esse “Poder” é considerado visível “[...] porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável”.

Contudo, para o autor, esse “Poder”, apesar de inspirar certa desconfiança e representar um inquietante perigo, é menos ardiloso que o “poder”, pois esse vocábulo com letra inicial minúscula representa as relações sociais, é intrínseco à sociedade. Ao decorrer dessa reflexão, novamente retomaremos a discussão sobre as relações de “poder” que estão impregnadas na sociedade, juntamente com sua dinâmica.

Portanto, partimos do princípio que o Estado soberano determina suas próprias ações de poder nas suas diversas políticas internas e externas. As políticas externas são aquelas condicionadas ao reconhecimento perante outros Estados também soberanos, exercida através da chancelaria pela diplomacia nacional e as políticas do *Palácio do Itamarati*, que não serão objetivo da reflexão proposta.

Já as políticas internas são as políticas de ordenamento territorial, formadoras das multiterritorialidades que irão delimitar áreas no território e também sobrepô-las.

Para Wanderlei Costa (1988, p. 13), o Estado utiliza várias políticas e mecanismos para estruturar seu território, são “políticas regionais, ambientais, de colonização, de fronteiras internas e externas, além de programas especiais de integração nacional e descentralização industrial”.

Devido ao “Poder” do Estado é que essas políticas citadas são implementadas como auto-organização na busca da resolução de suas necessidades, autodeterminada constitucionalmente de sua autonomia.

Wanderlei Costa (2005, p. 9) argumenta que

Nos, processos de constituição, consolidação e gestão da *ordem interna*, o território, enquanto o suporte material primordial para o exercício do poder dos Estados, ocupa lugar de destaque nas suas estruturas, funções, estratégias e no conjunto das *policies* integradas e setoriais que formula e implementa. [...] isso ocorre, nos regimes democráticos, essa concepção original e primordial dos Estados soberanos nas suas estratégias especificamente territoriais [...].

Dessa forma, podemos inferir que o Estado democrático, promotor e controlador de seu território, centraliza sua ordenança político-administrativa para o desenvolvimento estratégico espacial.

Em colaboração a essa idéia, Castro (2005) argumenta que o papel da administração pública já é algo muito conhecido desde a gênese dos Estados Modernos e, paralelamente, se efetivou a centralidade territorial do poder com uma máquina burocrática e administrativa que possibilita o sucesso desta. No entanto, a centralidade territorial do poder político só foi possível devido a dois fatores: o

primeiro que surge da existência de uma classe dirigente que realiza tarefas de produção e função administrativa; e o segundo que é a submissão e o controle do território.

A administração pública estatal, por sua vez, fica com as múltiplas funções de promover políticas públicas. Dessa forma, Castro (2005, p. 127) pondera que “[...] a função administrativa é o prolongamento da função governamental, [...] é a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios, como: manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação e etc”.

Para que o Estado haja administrativamente sobre um determinado espaço, é necessário delimitá-lo. Esse espaço delimitado segue a prerrogativa discutida anteriormente embasada na *imperatividade* e natureza integrativa do poder estatal, na capacidade de *auto-organização*, na unidade e *indivisibilidade do poder*, no princípio de *legalidade e legitimidade* e na *soberania*.

Conforme o pensamento de Raffestin (1993, p. 168), o Estado moderno legitimado pode ter três níveis de fronteiras – legal, de controle e fiscal –, pois essas podem ser marcadas por limites visíveis ou não, sendo que, a “[...] função *legal* está sempre presente, mas a função *de controle* e a *fiscal* podem ser virtuais”.

Tais concepções entram em concordância com as afirmações de Becker (1991), quando ela menciona uma relação de múltiplas manifestações de poder, adicionada a uma prática espacial, para que o território se concretize. Ou seja, essas múltiplas faces do poder estão relacionadas diretamente aos diferentes agentes sociais e suas atividades espaciais. Então, quando o Estado-Nação se manifesta pelo “Poder” soberano de um espaço delimitado, somado às relações sociais de “poder” caracterizadas pela dinâmica da sociedade, constitui-se o território estatal.

Segundo Becker (1991, p. 8), “o território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social”.

Com base no organograma proposto inicialmente e somada a leituras de algumas obras que discutem e refletem sobre os conceitos de *Território* e posteriormente de *Territorialidades*, nasce a tentativa audaciosa de apreciação polissêmica desse conceito. Digo audaciosa, pois é sabido que o conceito é rico e por demais multifacetado para que em apenas algumas páginas seja esgotado o

assunto. Mas a tentativa de expô-lo torna-se pertinente à medida que as reflexões sobre o despertar de um Movimento Social contido num Estado territorial avançam.

Dessa forma, a obra de Moraes (1984) aborda o conceito de território como tendo sua origem nas ciências da Botânica e da Zoologia do final do século XVIII. A este conceito estava ligado o local de domínio de uma determinada espécie vegetal ou animal. A partir disso, esse conceito é incorporado à Geografia através da proposta formulada por Friedrich Ratzel, na Antropogeografia. Assim, ele define o território pela propriedade sobre a qual o Estado ou uma comunidade possui o domínio e a posse de uma determinada área, cabendo ao Estado a função de protegê-la.

Para se compreender melhor as ideias ratzelianas sobre o território na ciência geográfica, é pertinente conhecer um pouco de sua trajetória e contribuição científica para a geografia.

De acordo com estudos feitos por Moraes (1990), Ratzel foi fundamental no processo de sistematização da ciência geográfica, além de ter sido um dos precursores do positivismo, adotado pela ciência posteriormente.

Suas ideias estavam baseadas na relação entre a sociedade e as condições ambientais. Desenvolveu estudos na área da antropologia e da política, com destaque para a ciência política onde aborda temas como o Estado, as fronteiras, a guerra, entre outros. Ao escrever a obra *Geografia Política*, acaba influenciando seus discípulos Mackinder, Kejéllen e Haushofer em suas teorias geopolíticas.

Mas a maior preocupação de Ratzel, conforme Moraes (1990, p.8) era “[...] entender a difusão dos povos na superfície terrestre”. Para isso, era preciso articular história, etnologia e geografia. Assim, era necessário conhecer a humanidade, os povos, as raças e suas culturas, a sua genética. Para isso, a história buscava, no passado, a trajetória desses povos e a geografia tentaria explicar as relações que se estabeleceriam entre o homem e o meio natural, seja no seu local de origem, seja ao longo de sua trajetória.

Ainda segundo Moraes (1990), a obra de Ratzel, *Antropogeografia*, divide-se em três ramos: o primeiro diz respeito à influência das condições naturais sobre o homem, isso explicaria a diversidade humana e o desenvolvimento das sociedades; o segundo trata sobre a distribuição da humanidade sobre a terra; o terceiro, sobre a formação dos territórios que poderia ser explicado através da relação do homem com a natureza.

Nessas relações, o meio influencia em diversos aspectos da vida do homem tanto como indivíduo como em comunidade, fosse pela disponibilidade de recursos e riquezas naturais, posição geográfica, pela mestiçagem, etc. Essas influências se manifestariam na base econômica e social do homem.

Outra teoria pela qual Ratzel ganhou notoriedade foi a do espaço vital. O autor viveu a formação do Estado alemão e suas idéias estavam baseadas no expansionismo. Afirmava que uma sociedade num determinado estágio de progresso ou desenvolvimento necessitava de novas áreas para manter a sua condição.

Assim, como diz Moraes (1990, p. 22) “para Ratzel quando há o progresso de um povo, a expansão é inevitável seja em função do meio pelo uso intenso, seja pela pressão demográfica”.

Portanto, o território para Ratzel seria abordado através da propriedade cuja posse poderia ser adquirida em lutas ou defesas de povos ou nações ou pelos seus territórios. Também a violência e a guerra seriam componentes naturais na história das conquistas e dos contatos entre sociedades.

Quanto ao Estado, o seu surgimento conferiu-lhe a função de delimitação do território, assegurando a sua defesa. Na concepção de Moraes (1990, p.25), “[...] quando a sociedade se organiza para defender o seu território, ela se transforma em Estado”. É preciso defender os recursos naturais e riquezas de uma dada sociedade em um determinado território a fim de zelar pelo bem-estar e segurança da mesma.

Constata-se que há uma ligação entre Estado e território, em que um não existe sem o outro, bem como não há território sem sociedade, o homem não é um elemento separado da Terra, ele faz parte dela e, portanto deve ser considerado nas relações de poder e nas relações com a natureza ou entre os homens.

Penha (2005), semelhante a Moraes (1984 e 1990), também faz uma análise sobre o conceito de território desde sua gênese nas ciências como a Biologia, passando pela conceitualização de Ratzel. Mas a sua idéia está alicerçada na relação de Estado e Território. Infere que, durante a Idade Média, o vínculo com a terra era estabelecido por grupos, numa relação quase individual ou familiar, mas que, a partir do surgimento do Estado moderno, esse vínculo passou a tornar-se cada vez mais legitimado ou institucionalizado, especialmente devido às novas relações sociais, econômicas e políticas que, segundo Schiera (1982, p. 26), causaram

“[...] efeitos devastadores sobre os espaços fechados e limitados dos senhorios feudais, fundados sobre uma economia natural exclusivamente agrícola e de troca e sobre a organização social correspondente, estática e integrada, prevalentemente concentrada sobre as relações pessoais do senhor com seus subordinados.”

Com o fim da Idade Média, ocorre uma nova organização espacial e social com o desaparecimento dos feudos e o surgimento de porções de terras delimitadas e dominadas por determinados grupos que mantêm relações entre si. Para Schiera (1982, p. 26),

“[...] do sistema policêntrico e complexo dos senhorios de origem feudal se chega ao Estado territorial concentrado, unitário, através da chamada racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições históricas materiais.”

Assim, o Estado moderno surge, principalmente na Europa, com muita singularidade e como expressão de um poder que é a representação de uma homogeneidade populacional/cultural. Ao território vincula-se um sentimento de nacionalismo, uma identidade.

Poggi (1981) afirma que, a partir da fragmentação da superfície terrestre em vários Estados, surgiram os atritos, pois cada um queria garantir ou manter seu domínio, sua soberania. Esses atritos transformaram-se em questões de limites e fronteiras, mas é para a soberania interna dos países que o autor chama a atenção, destacando que, no século XIX, essa idéia de soberania alcançará toda a Europa Ocidental, ou seja, cada país com seu território e com plenos poderes político-espaciais sobre ele.

De acordo com Penha (2005), a questão do território e da soberania reconfigurou-se a partir da Revolução Francesa ao deslocar a soberania interna do Estado para o povo, vinculando a nação ao território. A partir daí se misturam os interesses políticos e econômicos no trato sobre o território, cujo conceito agora transcende o judiciário. O Estado passa a ser um agente do enriquecimento da burguesia, através dos impostos, moeda, metais, agricultura, caracterizando o território sob uma dimensão econômica, que acaba sendo reforçada com o surgimento e aceleração da industrialização. Nesse contexto, surge, pela linha marxista, a idéia da apropriação do espaço como um processo de uso, de trabalho e não apenas de domínio.

Sendo assim, conforme definem Calabi e Indovina (1992), o território é marcado pela ação do trabalho humano que transforma a terra agregando capital a ela. O território transmuta-se em meio de produção, através do sistema capitalista.

Nesta perspectiva ainda, pode-se analisar, de acordo com Moraes e Costa (1984), que o território é constituído pela fixação do trabalho sobre a terra, na sua materialização e complexidade. Já o Estado representa a institucionalização política da sociedade e do espaço que ela ocupa. Neste caso, o Estado aparece como uma condição para o surgimento do território.

Nas palavras de Sá (1986, p. 23), “[...] o Estado é classicamente definido como coletividade politicamente organizada, estabelecida em território delimitado, e, em contrapartida, o território é entendido como o espaço de jurisdição do Estado”.

Com isso, pode-se dizer, conforme Penha (2005), que o território nacional surge na nacionalidade vinculada a um símbolo, uma identidade, uma cultura de um determinado povo e relacionado a ele está o mapa, que neste caso tem a função equivalente a da bandeira nacional, como uma imagem representando uma unidade, uma homogeneidade. A nação passa a se identificar com o seu território, fixando no imaginário popular um sentimento de nacionalismo.

Inserida nessa ideologia territorial, a história da humanidade apresentou algumas ideias nesse sentido como o território natural, o território prometido e o território vital.

De acordo com Penha (2005), o território natural surgiu no final do século XVIII, na França. Sua economia era predominantemente agrária com sua população voltada para a propriedade da terra, para o campo.

Procura-se, então, uma re-divisão da terra e dos limites políticos, definidos pela naturalização das fronteiras. Assim, o território representa a extensão da nação e não mais do rei.

Já o território prometido diz respeito à geopolítica norte-americana. É marcado pela construção histórica do território nos Estados Unidos, em uma mescla de imperialismo e teologia, até a sua projeção exterior.

Para os norte-americanos, havia uma terra prometida, um refúgio para a opressão, mas para se chegar a sua terra era necessário atravessar um longo caminho pelo mar. Portanto, segundo Penha (2005), os norte-americanos, desde a origem de sua nação, estão sempre à procura de uma nova fronteira, esteja ela na superfície terrestre ou no espaço interplanetário.

Com referência ao território vital, Penha (2005) analisa que os alemães desenvolveram uma ideologia baseada na preservação de uma comunidade, na unificação, pelo fato de não possuírem espaços vazios nem fronteiras naturais. É

baseado nisso também que Ratzel conduziu suas ideias, na formação de um Estado, construindo posteriormente a teoria do espaço vital, que, segundo Moraes (1990, p. 23), representa “uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade”.

Consolidado o novo Estado alemão, era preciso assegurar o seu território e desenvolver políticas expansionistas. A teoria ratzeliana sobre o espaço vital seria retomada anos mais tarde por Haushofer, para o qual este espaço, quando se tornava reduzido, cabia aos estadistas expandi-lo e, se sofresse alguma ameaça exterior, era responsabilidade do poder nacional defendê-lo.

Para PENHA (2005), essa teoria teve suas consequências para o mundo, para a Europa e especialmente para a Alemanha. Portanto o que se conclui é que a apropriação de um território é resultado de uma ação política do Estado.

Na busca do sentido e significado do termo território, também se procurou embasamento teórico em Raffestin (1993, p. 143) que esclarece que

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa,” o espaço.

Classificando e conceituando o termo território, se observa que sua construção ou apropriação se dá por meio de trabalho humano, sendo cada território particular, apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos, etc. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área.

Segundo Raffestin (1993, p. 143), na medida em que o

Espaço e território não são termos equivalentes [...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

O espaço é sim um trunfo em si mesmo, ou seja, está em si e para si e possui possibilidades infinitas e constitui, principalmente, a condição da existência da matéria. Quando o espaço é dominado pelo homem torna-se território.

Raffestin (1993, p.144), ao definir espaço e território, considera que:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria prima. Preexistente a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a

partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não o é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder.

Nesse sentido, o território se constrói embasado no espaço, que, por sua vez, está marcado por relações de poder entre os seus diversos atores, que projetam nele, também, trabalho, energia e informação.

Para Raffestin (1993), é a partir do espaço que se expressam as relações de poder dos diversos atores e seus respectivos territórios. A superfície terrestre passa a ser tecida em malhas e redes que representam o poder construído por esses atores sobre uma base territorial.

A essa disposição estão ligados fatores elementares na dinâmica da produção territorial e das relações de poder como a distância (física ou geográfica) e a acessibilidade (temporal, econômica, social, cultural, etc). De acordo com Raffestin (1993), todos somos atores e participamos na construção de territórios em diversos estágios ou em momentos e lugares diferentes, seja através de uma grande empresa, do Estado ou quando da organização de um clube, por exemplo. E essa produção territorial se processa nas relações do campo do poder.

Território significa também delimitar, caracterizar, distinguir uma determinada área das demais, pois há nessa área uma relação de domínio, de poder de um grupo. Contudo é importante salientar que a delimitação econômica é mais vulnerável do que os limites político-administrativos, que tendem a serem estáveis. Segundo Raffestin (1993), isso ocorre basicamente porque o primeiro caso resulta de um poder de fato e o segundo de um poder legitimado, ratificado.

Nesse pensamento, percebe-se que o espaço é o palco das ações humanas, ações que procuram legitimar interesses políticos e econômicos através de relações de poder formando, assim, diversos territórios sobre a superfície terrestre, seja o território delimitado pelo Estado, seja aquele constituído por outros agentes sociais.

Para Haesbaert (2009, p.105), “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

A definição conceitual liga-se diretamente com o poder, mas não apenas tradicionalmente com o “poder político”. O território diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico,

de apropriação. Assim, pode-se afirmar que o território está imerso em relações de dominação e/ou de apropriação da sociedade-espaço, sendo que isso vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2009, p. 20),

Já a definição de território para Souza (2005) também segue as relações de poder, de dominação, de informação sobre um espaço. Ele destaca que não se trata apenas do conceito de “território nacional”, com sentimento pátrio, de defesa, limitado na figura do Estado, mas de territórios que são construídos e desconstruídos a todo o momento variando no tempo e no espaço, ou seja, desde uma rua até o globo ou desde séculos a dias, sendo que a sua longevidade pode durar dias, meses, anos, décadas, ser temporária ou permanente.

Souza (2005) comenta, ainda, que o território na geografia política era considerado como algo que pode ser apropriado por um grupo e, a partir daí, construir-se uma cultura, uma identidade dessa sociedade com o solo ao qual ela pertence e mantém relações. Esse território, no entanto, estaria sujeito a modificações nas suas delimitações, uma vez que seus limites podem ser expandidos ou contraídos pelo uso da força. Contudo o autor faz referência a outro tipo de conceituação do termo onde entra em cena um campo de forças e de poder, que produz sobre o espaço redes e nós, separando os diferentes domínios.

Conforme as palavras de Souza (2005, p. 97), “[...] o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder especialmente delimitadas e operando, distante, sobre um substrato referencial”.

As teorias humanistas propuseram uma nova maneira de se pensar o território através de uma reflexão econômica, política e social do espaço terrestre, alimentado pelas lutas de classes, pelo domínio da propriedade dos meios de produção, pela inserção de um novo sistema econômico, pela exploração acelerada dos recursos naturais, entre outros. Além desses, utilizam também uma análise histórica de como o homem se organizou espacialmente ao longo do tempo na construção de territórios e na sua desconstrução. Moraes (2000, p.21) acrescenta que “[...] o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada formação econômica e social”.

Na medida em que esse processo avança no tempo, insere-se a importância da história humana na relação com o meio, apropriada e mudada por ela ao longo das gerações; por isso “o território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espço, sendo impossível de ser pensada sem o recurso aos processos sociais” (MORAES, 2000, p.18).

Na obra *Human Territoriality*, Robert Sack (1986) traz um conceito importante na formação territorial, que é a noção de territorialidade: “qualidade necessária” para a construção de um território, que trata do controle de pessoas (povo) e/ou de recursos pelo controle de uma área. A fronteira e o controle do acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade defendida pelo autor.

Para Sack (1986, p. 1), a territorialidade humana envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado”, mas ela é “melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada”. O uso de territorialidade “depende de quem esta influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo”. Apesar de se centralizar na perspectiva política, Sack (1986) também reconhece as dimensões econômica (“uso da terra”) e cultural (“significação” do espaço) da territorialidade, “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.

Na concepção de Sack (1986, p. 6), territorialidade é “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de território”.

Ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada, Sack (1986) mostra-nos a mobilidade inerente aos territórios, sua relativa flexibilidade. Ou seja, cai por terra a concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático ou dotado de uma grande estabilidade no tempo.

As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos e formados pelos diversos povos, mas a territorialidade se manifesta também em diversos outros contextos sociais. Em alguns momentos, Sack (1986, p.6) aproxima suas reflexões àquelas exaradas por Raffestin, quando, por exemplo, afirma que “a territorialidade é uma expressão geográfica básica do

poder social.” Em complemento, Raffestin (1988, p. 265) diz que “a territorialidade pode ser definida como toda a relação entre os seres humanos e, como eles pertencem a uma sociedade espacializada.”

Dessa forma, tanto Sack quanto Raffestin estão se referindo à comunidade humana (povo) que é sustentada pelas relações sociais, ou seja, a dinâmica da sociedade que forma um território abstrato, promovedor da territorialidade.

Raffestin (1993, p. 158) assevera que “a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas”.

Deste modo o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo flexível, dinâmico e contraditório, por isso dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território.

Pensar o território leva-nos a considerá-lo de acordo com as relações mantidas pela sociedade (povo) com o meio no qual ela está inserida e, também, nas relações entre os homens, no poder exercido pelo homem, principalmente através dos meios e instrumentos de produção e transformação do espaço, já que podemos considerar o território como um espaço de apropriação e de uso por um grupo de pessoas.

Na presente análise, o território é considerado não apenas como uma área delimitada por acidentes geográficos, mas também articulada de processos sociais que são o reflexo das intervenções antrópicas na superfície terrestre, criando naturalidades e complexidades de energia, informações e poder. Essa análise passa pelo resgate histórico e cultural da formação e consolidação de seus territórios para se compreender a formação atual dos mesmos.

A territorialidade é uma mescla de construção política (soberania), econômica (meios de produção), jurídica (legitimidade) e militar (expansão/defesa), mas, sobretudo, ideológica (identidade de um povo). Devido a isso, se concretizam os conflitos entre os atores sociais que são excluídos, segregados ou minorias dentro dessa mescla. Assim, esses indivíduos organizados criam forças e são ouvidos pelo Estado através da construção de um Movimento Social que concretiza a luta pelos seus ideais.

O Movimento Social deriva de duas correntes: a primeira, que provém de indivíduos excluídos, não atendidos pelas políticas governamentais; são pessoas à margem da sociedade, marginalizados pelo poder público. Essa realidade pode ser exemplificada na figura dos moradores das comunidades (favelas) do Rio de Janeiro, onde o “Poder” estatal não chega devido ao poder do narcotráfico, ou ainda, os indivíduos que são excluídos do direito de serem atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, pois são brasileiros que não possuem certidão de nascimento. Conforme as palavras de Martins (2002, p. 14), “a exclusão é e foi própria das sociedades tradicionais, das sociedades estamentais, como foi a nossa, aliás, durante todo o período colonial e o período imperial, e da qual sobrevivem fortes vestígios”.

A segunda corrente é composta pelos indivíduos excluídos pelo próprio sistema capitalista através das relações sociais que segregam e impõem classes aos seus atores.

A exclusão é um problema social que abrange a todos: uns porque são privados do básico para viver com dignidade, como cidadãos; outros porque lhes é imposto o terror da incerteza quanto ao seu destino e de seus filhos e seus próximos. A verdadeira exclusão está na sumarização própria da sociedade contemporânea que, ou nos torna panfletários na mentalidade, ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança (MARTINS, 2002).

Com relação à exclusão de indivíduos ou grupos na ordem socioeconômica capitalista, Haesbaert (2004, p.251) afirma que se deve utilizar “o qualificativo ‘desterritorializado’”. Isso porque o capitalismo globalizado aponta para uma exclusão de um número expressivo de pessoas que buscam alternativas de melhores condições de vida fora dos seus lugares de origem.

A definição e o processo de desterritorialização para Haesbaert (2004, p. 312) não deve ser desvinculado do processo de (re)territorialização.

Há fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitando de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural.

Heidrich (2006, p. 25), por sua vez, aponta que

Vivenciamos a situação em que parte da sociedade apresenta fortes vínculos territoriais na escala global, e que do território local apenas necessitam da sua adequação ao global, enquanto em pólo oposto apresenta-se a situação de exclusão, da expulsão da pessoa de sua condição territorial, da ruptura de seus vínculos com a própria localidade. Isto se traduz pelo desemprego, pela impossibilidade de obtenção do lugar de moradia e pelo distanciamento da cultura, da perda de identidade com o lugar.

Esses fatos de pobreza/exclusão/repulsão de pessoas de suas condições territoriais estão presentes em todos os patamares da condição humana, do urbano ao rural.

No meio urbano, o processo social da pobreza/exclusão/repulsão é algo visível para grande parte da sociedade, pois os indivíduos ou grupos excluídos da ordem socioeconômica capitalista estão presentes na paisagem dos principais centros urbanos. São indivíduos que se apropriam de espaços, em geral de lugares públicos, como viadutos, pontes, estações, marquises ou soleiras de edificações. Esses indivíduos segregados da sociedade são mais notórios, porque, segundo o IBGE, grande parte da população brasileira é urbana. Conforme o último censo demográfico, a população urbana brasileira representava 84,4% da população nacional.

Entretanto a pobreza/exclusão/repulsão de indivíduos da nossa sociedade não esta presente apenas no urbano, pois é também igualmente dolorosa e incomoda aos indivíduos do meio rural brasileiro. Com certeza, é menos visível para a população nacional brasileira, mas a sociedade sabe que ela existe e que também é um problema latente e silencioso desde o período colonial.

Comumente, a sociedade brasileira se depara com o problema social agrário quando indivíduos excluídos de seus territórios, ou seja, desterritorializados vêm a público reivindicarem junto ao Estado sua condição de cidadão e a tentativa de reterritorialização, na busca de sua territorialidade perdida. Caracteriza-se aqui a luta pela terra.

Para Fernandes (2005, p.473), a territorialização da luta pela terra é

[...] o processo de expansão e ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais [...] os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento.

Então, o território é uma reordenação do espaço em que ocorrem os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades. O processo de desterritorialização desencadeia-se conjuntamente com a reterritorialização.

Este novo território é composto por uma identidade, que o diferencia de outro, pois tem sentidos histórico, temporal e de apropriação distintos.

Nessa perspectiva, Santos (2002, p.10) afirma que

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Em relação ao ponto de vista do território, Santos (1996) alerta para que não seja feita uma análise em um processo de desterritorialização apenas pelo aspecto cultural e político, mas também de forma associada aos processos econômicos, principalmente a dinâmica capitalista do “meio técnico-científico informacional”.

Um Movimento Social é alicerçado num processo de territorialização, pois esse se fortalece possibilitando a espacialização das experiências de seus atores, contribuindo no avanço da luta. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referência outras lutas e conquistas. Dessa forma, ao consumarem suas conquistas, territorializando-se terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Assim, irão construindo suas histórias, suas existências.

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o Movimento Social traz ao público a sua situação ao ocupar uma propriedade – um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999).

Para Raffestin (1993, p.59-60), “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, o movimento de luta pela terra conquista esse trunfo, ou seja, essa fração do território possibilitando uma territorialização na espacialização da luta pela terra.

O assentamento como um território conquistado na luta constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais que, ao se manifestarem, denotam a diversidade de um público que, no momento da luta, *se via*

e era visto unificado em torno da identidade de *sem-terra*. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de *assentado* traz à tona expectativas individuais no tocante a *viver e produzir* na terra (DA ROS, 2002).

A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta.

Desse modo, o assentamento pode ser o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuarem sendo respeitados e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de ascender socioeconomicamente a partir de suas próprias potencialidades.

Portanto, a maneira mais racional e eficaz de haver uma inserção social das pessoas excluídas é via movimento social, pois o grito da luta de uma causa é ouvida pelo Estado quando seus atores se organizam, se manifestam, protestando e exigindo seus direitos legais.

6.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM TUPANCIRETÃ

Os relatos inseridos neste item da obra são frutos do trabalho de campo realizado no ano de 2012, que resultou em entrevistas no universo dos Assentamentos Rurais, onde foram ouvidos lideranças e assentados disponíveis no momento da visita. O trabalho de campo ora contava com o apoio da COPTec, ora com o apoio da Cooperterra.

6.2.1 Breve histórico da luta pela terra na região

O município de Tupanciretã é historicamente caracterizado pelo latifúndio pastoril que cede áreas para a monocultura da soja pelo interesse do capital. Na região de Tupanciretã, a luta contemporânea pela terra teve início junto à origem do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e ao Movimento dos “Sem-terra Municipários”.

Os sem-terra Municipários surgem do processo dialético capitalista de substituição da matriz produtiva local; assim, são pessoas que sofreram o êxodo rural forçado pela sojicultura, pessoas (empregados ou agregados com suas famílias) que tinham vínculo direto da sua mão-de-obra na atividade pastoril extensiva nas fazendas pecuaristas em Tupanciretã.

Mesmo com a existência de quinze assentamentos rurais, 602 famílias assentadas, ou seja, 80% da população do meio rural do Município, conforme avaliação feita no censo 2010, os assentamentos representam apenas 6% da área de Tupanciretã.

O princípio da luta está no acampamento de Herval Seco, primeiro acampamento da história do MST, de onde saíram, mais tarde, famílias que foram assentadas no município de Tupanciretã. Esse acampamento foi o primeiro e o mais importante passo na luta dessas famílias contra a exclusão que o capital naturalmente proporciona e a busca de sua reinserção a terra como forma de construir suas identidades.

Após alguns anos de pausa, a luta fez valer mais dois assentamentos na região, o primeiro, em Júlio de Castilhos, município vizinho. No ano de 1988, a Fazenda da Ramada foi ocupada pelos acampados da Fazenda Anonny e, a partir desse momento, começou um litigioso processo pela desapropriação de uma área de 2.649,5 hectares, onde foram assentadas 102 famílias.

O segundo, pela desapropriação da área da hidrelétrica do Passo Real, no ano de 1989, na divisa entre os municípios de Tupanciretã e Jóia, onde foram assentadas famílias oriundas do acampamento Pinherinhos em Cruz-Alta, ambiente do massacre da Fazenda Santa Elmira. No período da implantação deste assentamento, foi importante a solidariedade dos assentados no Projeto de Assentamento (PA) Nossa Senhora Aparecida, uma vez que o preconceito de classe e o poder do latifúndio eram ainda muito marcantes na região.

Em 1995, o acampamento de Palmeira das Missões mobilizou-se e, em marcha, cruzou por Tupanciretã e ocupou a fazenda Rondinha, em Jóia, hoje assentamento Rondinha. Os participantes dessa marcha ficaram acampados três dias em São Bernardo/Santa Tecla, distrito de Tupanciretã. Neste mesmo ano, iniciou-se também a luta pela terra dos “municipários”. Sua origem está ligada à

dissidência de quarenta famílias de sem-terras do MST do acampamento da Ponte Queimada na divisa dos municípios de Jóia e Cruz Alta. Trinta e oito famílias foram assentadas em São Luiz Gonzaga e duas acabaram por organizar e mobilizar famílias de sem-terra de Tupanciretã.

A primeira ocupação de terras feita pelo MST em Tupanciretã foi realizada em 1997 por 1.800 famílias (em torno de 3.000 pessoas) no acampamento de Júlio de Castilhos, ocupando a Fazenda Guabiju de propriedade da família Mascarenhas (pioneira no plantio de sementes transgênicas no Brasil). Na passagem pelo centro da cidade, o então prefeito municipal, Luiz Adolfo Bittencourt, através dos meios de comunicação do Município, conclama a população a não recepcionar os sem-terra e os comerciantes a fecharem as portas. Deste espaço de luta saíram quarenta pessoas para acompanhar a Marcha Nacional do MST à Brasília. Após seu retorno, houve a reintegração de posse da fazenda executada pela Brigada Militar (BM).

Em 1998, foi o início do Assentamento Santa Rosa, o maior de Tupanciretã, com 129 famílias oriundas de 60 municípios e provenientes da ocupação feita no Município no ano de 1997 pelo MST.

A partir do ano de 2000, com a presença da Frente Popular no Estado do Rio Grande do Sul, intensifica-se a luta pela terra no estado. No Município foram implementados os assentamentos Nossa Senhora da Conceição, Nova Aliança, Conquista da Esperança e Várzea, estes sob organização do MST; os assentamentos Pôr do Sol e o reassentamento Cachoeira, organizados pelo MAB.

Mesmo com estas mobilizações e com a quantidade de assentamentos no Município, o poder público municipal rompe o convênio com a EMATER, empresa responsável, na época, em prestar assistência técnica aos assentamentos. O MST acaba por ocupar a sede municipal da Prefeitura e o Banco do Brasil.

Neste período, a Regional do MST de Júlio de Castilhos, município vizinho a Tupanciretã, acaba por ser desmembrada em outras duas regionais, a Paulo Freire, que abrange os assentamentos de Tupanciretã, e a Carlos Marighela, que abrange o município de Jóia.

Em fins do ano de 2001, foi iniciado o projeto piloto de assistência técnica através da Cooperativa Técnica do MST, conhecida como COPTec, que contava com um agrônomo, um veterinário, um técnico agrícola e uma assistente social.

Aos dezessete dias do mês de julho de 2002, foi criada a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe da Terra, conhecida como Cooperterra,

organização cooperativa criada com 21 associados assentados de Tupanciretã, hoje com quase 400 associados.

Os assentamentos tiveram importância decisiva também na mudança política na Prefeitura Municipal em 2004. Neste mesmo ano, o MST teve um vereador eleito, que foi reeleito em 2008.

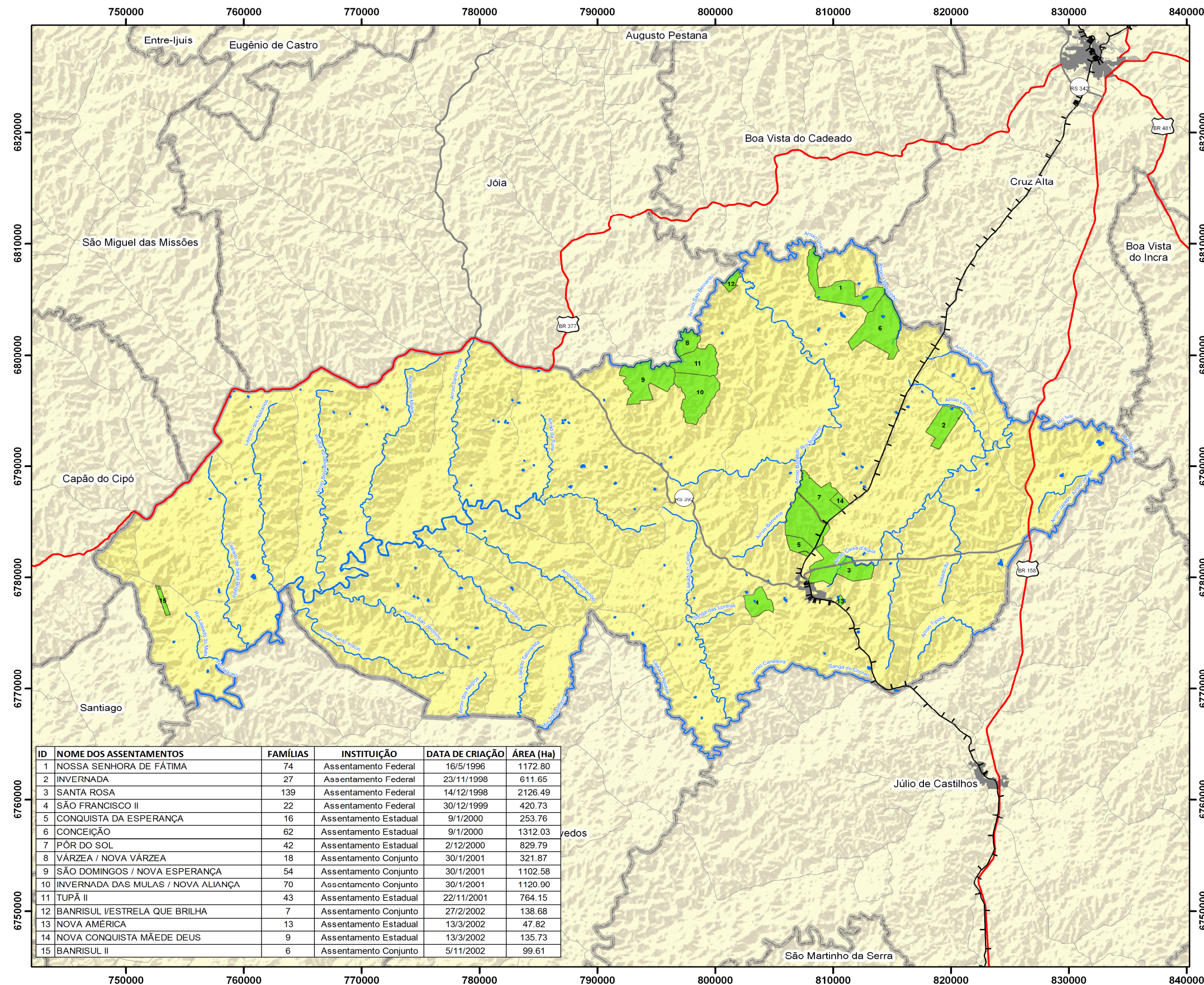
Na questão da produção dos assentamentos, o que se destaca, além da subsistência das famílias, é a criação da bacia leiteira consorciada com a sojicultura. Na questão da assistência técnica, também houve avanços, pois a equipe da COPTec hoje conta com dez técnicos em contrato com o INCRA e atua nos 15 assentamentos do Município, que podem ser espacializados no mapa 13.

6.2.2 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Nossa Senhora de Fátima

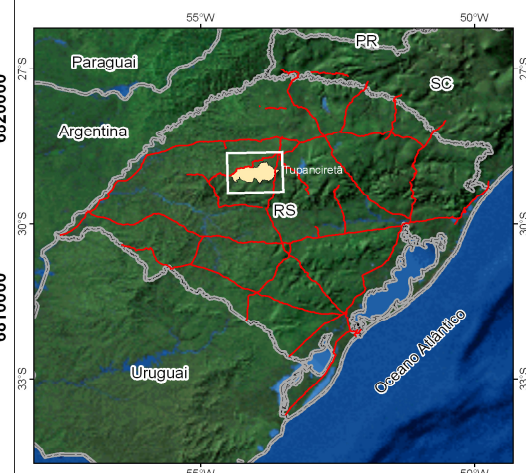
As 74 famílias assentadas no Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima são oriundas de diferentes regiões do estado e, em sua grande maioria, são de origem rural. O acampamento do MST do qual as famílias faziam parte iniciou com duas marchas, uma delas saindo de Panambi e outra de Tupanciretã. O encontro de ambas ocorreu em Cruz Alta, no dia 04 de fevereiro de 1995, onde realizaram um ato na Praça e seguiram para uma área na Ponte Queimada (localidade do interior de Cruz Alta) cedida pelo então prefeito do Município, Nilton Homercher. Nesta localidade, montaram acampamento no dia 05 de fevereiro de 1995, onde permaneceram por 1 ano, 1 mês e 13 dias. O acampamento em questão era composto por 1.300 famílias.

A primeira ocupação de área realizada pelos acampados foi na fazenda Boqueirão em Cruz Alta. Depois disso, se deslocaram para Júlio de Castilhos em marcha, parando em frente à Fazenda Alvorada. Quando essa área foi desapropriada, as famílias acampadas passaram para dentro da área e, em seguida, ocuparam a fazenda Santo Antônio também em Júlio de Castilhos, onde passaram por momentos de tensão com os fazendeiros e com a Brigada Militar.

MAPA 13 – Espacialização e localização dos Assentamentos Rurais no município de Tupanciretã/RS



Mapa dos Assentamentos Rurais no Município de Tupanciretã - RS



Convenções Cartográficas

- Sistema Viário**
- Estrada Estadual
 - Estrada Federal
 - Estrada Municipal
 - Ferrovia
 - Hidrografia
 - Lagoas, acudes e barragens
 - Limite Municipal
 - Municípios de influência

Legenda

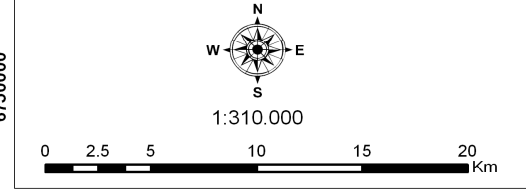
- Assentamentos Rurais
- Área Urbana

Fonte dos dados

- Limite Municipal e Estadual IBGE (2005) modificado
- Limite assentamentos INCRA
- Base Cartográfica (DSG) 1/50.000
- Organizador: Vinicius Silva Moreira (2010)
- Articulação das Folhas: SH-22-V-A-IV-4; H-22-V-A-IV-3; H-21-X-B-VI-4; SH-21-X-B-VI-3; SH-21-X-D-III-1; SH-21-X-D-III-2; SH-22 V C I 1; SH-22 V C I 2.

Informações Cartográficas

- Projeção Universal Transversa de Mercator
- Datum Oficial - Sirgas 2000
- Meridiano Central - 45° Wgr



ID	NOME DOS ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS	INSTITUIÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (Ha)
1	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	74	Assentamento Federal	16/5/1996	1172.80
2	INVERNADA	27	Assentamento Federal	23/11/1998	611.65
3	SANTA ROSA	139	Assentamento Federal	14/12/1998	2126.49
4	SÃO FRANCISCO II	22	Assentamento Federal	30/12/1999	420.73
5	CONQUISTA DA ESPERANÇA	16	Assentamento Estadual	9/1/2000	253.76
6	CONCEIÇÃO	62	Assentamento Estadual	9/1/2000	1312.03
7	PÔR DO SOL	42	Assentamento Estadual	2/12/2000	829.79
8	VÁRZEA / NOVA VÁRZEA	18	Assentamento Conjunto	30/1/2001	321.87
9	SÃO DOMINGOS / NOVA ESPERANÇA	54	Assentamento Conjunto	30/1/2001	1102.58
10	INVERNADA DAS MULAS / NOVA ALIANÇA	70	Assentamento Conjunto	30/1/2001	1120.90
11	TUPÃ II	43	Assentamento Estadual	22/11/2001	764.15
12	BANRISUL I/ESTRELA QUE BRILHA	7	Assentamento Conjunto	27/2/2002	138.68
13	NOVA AMÉRICA	13	Assentamento Estadual	13/3/2002	47.82
14	NOVA CONQUISTA MÃEDE DEUS	9	Assentamento Estadual	13/3/2002	135.73
15	BANRISUL II	6	Assentamento Conjunto	5/11/2002	99.61

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

A área que deu origem ao Assentamento Nossa Senhora de Fátima foi comprada pelo INCRA do Banco do Brasil que detinha sua posse devido a dívidas do antigo proprietário. A área, que não possuía nada cultivado, foi dividida em lotes que foram sorteados no dia 17 de abril de 1996. As famílias começaram a ocupar efetivamente a área no dia 16 de maio de 1996.

No início do Assentamento, as famílias descrevem que passaram por muito preconceito tanto pela população quanto pelo poder público local.

O Assentamento é composto atualmente por 74 famílias, totalizando 238 pessoas, dentre as quais 62 são crianças (26%), 27 são jovens (11%), 146 são adultos (62%) e 03 idosos (1%).

Com relação à infraestrutura, a situação das estradas de acesso ao assentamento foi considerada como ruim, assim como a situação das estradas de acesso aos lotes das famílias.

Com relação ao acesso à rede de distribuição de luz elétrica, todas as famílias têm disponível esta fonte de energia.

Com relação ao acesso à água potável, o assentamento tem disponível dois (2) poços artesianos que garantem água potável; um deles é o poço responsável pelo abastecimento da escola, do qual 12 famílias se abastecem de água, outras 43 famílias acessam água do outro poço artesiano. Do total de famílias assentadas, 9 ainda não possuem água encanada e utilizam água de fontes ou poços comuns; destas, apenas 2 famílias fizeram a opção por não ter água encanada do poço artesiano, as outras 7 estão esperando a canalização da água que ainda não foi finalizada.

As famílias do PA Nossa Senhora de Fátima, do ponto de vista de sua organização político-social, constituem cinco grupos de organização de base do MST, cada um com 1 coordenador, totalizando 5 coordenadores de núcleo e 4 dirigentes, sendo 2 destes dirigentes representantes do assentamento em outras instâncias do Movimento. De dois em dois anos são escolhidos novos coordenadores e dirigentes.

O PA em questão tem uma organização em torno do centro comunitário formada por um conselho organizativo relacionado à Igreja e aos assentados católicos; esse conselho é substituído a cada dois anos.

Em torno da comunidade e das atividades que lá ocorrem, estão sendo formadas duas organizações, uma de um grupo de jovens do assentamento e outra

de um grupo de mulheres, ambas fomentadas pela direção regional local e pelas atividades realizadas pela assistência técnica da COPTec.

Com relação à organização econômica, do total de famílias assentadas neste PA, 40 delas realizam a comercialização de sua produção leiteira através da sua organização cooperativa (COPERTERRA), destas, 28 famílias estão periodicamente entregando leite, totalizando 311.389 litros no último ano agrícola.

No caso da comercialização de grãos, a empresa mais utilizada pelas famílias é a Agropan (70% delas fazem entrega de grão a esta cooperativa). Existem ainda 2 cooperativas de crédito às quais as famílias são associadas: o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural (CREHNOR), com 80% do número de famílias e o Banco Cooperativo de Sistema de Crédito (SICREDI), com 5%.

Com relação aos equipamentos de interesse grupal ou comunitário, existem neste PA três tratores e três resfriadores de leite a granel.

Em relação à escola formal, a maioria das famílias teve acesso apenas ao ensino fundamental e muitas delas de forma incompleta.

No Assentamento, há a Escola de Ensino Fundamental Serafim Corrêa de Barros Neto, que conta com 112 estudantes. A escola em questão também apresenta limitantes, como não dispor de estrutura para realização de aulas de educação física, que são realizadas no Salão Comunitário que ainda não foi concluído. Com relação ao ensino médio, é oferecido apenas na sede municipal de Tupanciretã, o que dificulta o acesso às pessoas que vivem no Assentamento, pois significa que, para fazer o ensino médio, estes estudantes têm que sair do local onde vivem, já que o transporte escolar sai às 5 horas da manhã e retorna somente às 15 horas se tudo correr bem (se não atolar ou estragar). Disso decorre a evasão de jovens do assentamento, pois estes acabam indo embora para continuar os estudos.

Em se tratando de saúde e saneamento, a realidade do atendimento no PA Nossa Senhora de Fátima é caracterizada pela presença de um agente de saúde e de uma equipe de Programa de Saúde da Família responsáveis por esse assentamento; porém o atendimento médico e odontológico acontece apenas no hospital do Município. Nem sempre as famílias conseguem marcar esse atendimento, pois o único transporte coletivo que leva as famílias do assentamento até a cidade às vezes chega tarde e já não existem mais fichas disponíveis, fato que dificulta também o atendimento quando as pessoas são encaminhadas para outros

municípios, pois o transporte municipal sai da cidade às 5 horas da manhã e o ônibus dos assentamentos chega somente às 9 horas. Quando os exames são marcados em terças e quintas-feiras, há uma grande dificuldade de comparecimento das pessoas, pois não há transporte coletivo nestes dias.

O “ônibus da saúde”, como as famílias chamam a unidade móvel, fazia atendimento no assentamento, mas já faz algum tempo que não presta mais serviço no local, o que dificulta ainda mais o acompanhamento odontológico destas famílias.

Nos casos de urgência, as famílias têm de pagar carro particular para chegar até o acesso aos serviços de saúde, pois não há transporte público (ambulância ou carro) que cumpra este papel.

O espaço de lazer comunitário é equipado com um campo de futebol em condições regulares onde homens e mulheres jogam nos finais de semana, possui também uma cancha de bocha, esta em más condições (alaga em dias de chuva). Também existe uma estrutura de “bolãozinho” que as mulheres gestam. As famílias também participam de atividades de integração com os demais assentamentos da região como jogos e torneios.

As famílias do PA Nossa Senhora de Fátima possuem uma área central considerada “Centro Comunitário” pelas famílias do local. Este tem a finalidade de propiciar coletivamente as atividades de lazer e cultura das famílias assentadas. Este salão está sendo viabilizado com recursos do INCRA via Prefeitura e ainda não está concluído.

Existe ainda na área da comunidade uma igreja da religião católica que foi construída através de um projeto proveniente de uma entidade alemã. Este espaço também é utilizado para diferentes reuniões como as da escola, do clube de mães, de assistência técnica, pois é o único espaço propício a este tipo de atividade no assentamento.

Segundo informações da coordenação do PA Nossa Senhora de Fátima, as moradias estão todas mal concluídas, necessitando de reboco, pintura e ampliação. Apenas 2 casas têm paredes de madeira, as demais são de alvenaria. A grande maioria das casas (95%) tem banheiro. Na questão de cobertura das casas, 2 moradias têm telhado de barro e as demais são cobertas com amianto. Dentre as famílias, 48 acessaram o Programa de Habitação Rural sendo este concluído no ano de 2008. Destas, 38 optaram por casas novas e 10 por reforma. Dada a realidade de precariedade das moradias, o recurso destinado ao referido programa foi

insuficiente. Os recursos destinados às casas novas foram insuficientes e estas acabaram por ficar incompletas.

No PA Nossa Senhora de Fátima, além de aporte de renda da atividade desenvolvida na agricultura, existe também o aporte de renda de aposentados e pensionistas do INSS, que totalizam oito pessoas. Também há os trabalhos sazonais, atividades como safrista e trabalho na construção civil, interno e externo ao assentamento.

6.2.3 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Invernada

Todas as 27 famílias assentadas no PA Invernada têm origem e vínculo com o meio rural do município de Tupanciretã e destacam como um dos fatos mais importante na sua história de luta pela terra a ocupação da Fazenda Santa Rosa, atual PA Santa Rosa, em Tupanciretã.

Os assentados do PA Invernada são oriundos do Acampamento dos Municípios, em Tupanciretã, que teve a duração de 3 anos.

A área hoje denominada PA Invernada era utilizada na criação de gado de corte, com uma área de aproximadamente 612 hectares onde não havia pessoas vivendo e, conseqüentemente, sem infraestrutura alguma. O valor pago pelo INCRA na compra desta área foi de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) o hectare, e, após a criação do assentamento, em 23 de novembro do ano de 1998, as famílias tiveram que construir seus espaços partindo literalmente do zero.

As famílias deste assentamento fazem parte do movimento denominado “Municípios” do município de Tupanciretã.

As 27 famílias do PA Invernada, do ponto de vista de sua organização local, constituem um único grupo, com representação na figura do líder que é eleito em assembleia a cada 2 anos.

Com relação à organização econômica, do total de famílias assentadas neste PA, 21 destas organizam a comercialização de seus produtos através da cooperativa (COOPERTERRA) e apenas 6 famílias comercializam com outras cooperativas ou empresas. No caso da comercialização de grãos, a empresa utilizada pelas famílias é a Agropan. Existe ainda filiação a duas cooperativas de crédito, a Crehnor e a Sicredi.

O PA é composto por 27 famílias assentadas e 80 pessoas residentes, destas, 19 são crianças (23%), 10 são jovens (12%), 45 são adultos (56%) e 07 idosos (10%).

Quanto à composição populacional por sexo, 87 pessoas são do sexo masculino (51%) e 84 são do sexo feminino (49%).

Com relação à infraestrutura, situação das estradas de acesso ao assentamento, esta foi classificada como ruim ou péssima, assim como a situação das estradas de acesso aos lotes das famílias.

No que concerne ao acesso à rede de distribuição de luz elétrica, 27 famílias têm disponível esta fonte de energia.

Com relação ao acesso à água potável, o assentamento tem disponível um poço artesiano que garante acesso à água potável a todas as famílias assentadas, porém 14 famílias têm o encanamento de suas casas de forma padrão e 13, encanamento com manga preta superficial.

A estrutura de interesse comunitário existe neste PA, um centro comunitário em condições precárias. Quanto aos equipamentos de interesse grupal ou comunitário, foi identificado um resfriador de leite a granel.

Em relação à escolaridade da população do assentamento Invernada, pode-se dizer que a maioria dos adultos teve acesso limitado à escola, com educação apenas no ensino fundamental e muitas dessas pessoas de forma incompleta. Deve-se levar em consideração que a escola mais próxima é na sede do Município, tanto na modalidade de ensino fundamental quanto na de ensino médio.

A realidade do atendimento à saúde no PA Invernada é caracterizada pela falta de atendimento médico e dentário. Neste assentamento não existe o Programa de Saúde da Família, portanto inexistente o trabalho de agentes comunitários de saúde. A distância para acesso aos serviços de saúde é de 25 quilômetros.

Com relação ao acesso das famílias ao atendimento ambulatorial, de urgência e de emergência, o paciente necessita ir até ao ambulatório na sede do Município por conta própria, fretando carro ou ir de ônibus com horários irregulares. Com relação ao atendimento médico, é necessário disputar um número limitado de ficha com os moradores da cidade, sendo que o transporte coletivo que leva os assentados até a cidade parte do assentamento às 08 horas da manhã, chegando à cidade em média uma hora mais tarde, quando a situação da estrada estiver boa; em dias de chuva, o ônibus chega na cidade com até duas horas após a partida.

Nessa realidade, muitas vezes, o assentado não consegue ficha para o atendimento esperado.

Dados os problemas acima relacionados, uma das alternativas seria a retomada da unidade móvel ou a visitação de profissionais de saúde e reservas de fichas exclusivas para as famílias assentadas.

Com relação à destinação de lixo produzido no PA, a situação é precária e tornou-se um dos grandes problemas para a sustentabilidade dos assentamentos do Município, uma vez que, mesmo tendo uma lei municipal que obriga o poder público a efetuar a coleta do lixo no meio rural, este processo ainda não acontece. Desta forma, os processos de manejo e destinação dos resíduos convivem com práticas como a queima a céu aberto, a estocagem domiciliar de embalagens tóxicas e aterramento de resíduos, processos estes que se caracterizam como precários e inadequados. No entanto, existem também práticas adequadas de destinação de lixo orgânico, práticas de educação ambiental através de debates e oficinas de reutilização de materiais através de artesanato e também a separação de resíduos, mesmo que de forma deficitária.

O espaço de lazer é comunitário, equipado com uma cancha de bocha, que se encontra em condição precária, e um bar. Devido às famílias não desenvolverem práticas esportivas, o centro comunitário do assentamento é um local para a realização de encontros dominicais. Esporadicamente, há bailes e festas como a “Olimpíada Rural” que, há mais de uma década, vem envolvendo praticamente o conjunto das comunidades rurais do Município, tendo se tornado uma importante alternativa anual de renda.

Segundo informações dos representantes do PA Invernada, as moradias estão em condições ruins (17), uma vez que, na formação do assentamento, investimentos para a habitação eram de valor baixo. O número de casas caracterizadas como boas foi de 12.

Das 27 moradias do assentamento, 12 são de alvenaria e 17 têm paredes de madeira. Do total das moradias, 27 têm banheiro completo em condição de uso. No que se refere ao escoamento de dejetos, todas as famílias têm “poço negro”.

Das 27 moradias, quatro estão com projeto de recuperação no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por moradia e as restantes estão com projeto de construção de casas novas nesse mesmo valor. Este processo de recuperação e construção de casas novas resultará, em breve, na melhoria de condições de

moradia e saúde das famílias do assentamento, pois o referido projeto tem ênfase na sustentabilidade dos dejetos.

6.2.4 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Santa Rosa

No ano de 1995, as famílias oriundas da região noroeste do estado gaúcho formaram acampamento no município de Sarandi. Após, se deslocaram para o município de Palmeira das Missões onde formaram acampamento conhecido como “Palmeirão”. No mesmo ano, esse acampamento ocupou a fazenda do “Salso” no mesmo município onde permaneceu por vinte dias.

Em 1995, as famílias do acampamento de Palmeira das Missões mobilizaram-se e, em marcha, cruzam por Tupanciretã e ocupam a fazenda Rondinha em Jóia, hoje assentamento Rondinha. Essas pessoas ficaram acampadas por três dias em São Bernardo/Santa Tecla, distrito de Tupanciretã.

Em 14 de dezembro de 1998, foi o início do Assentamento Santa Rosa, o maior de Tupanciretã, com 2.127 hectares, que recebeu 139 famílias oriundas de 60 municípios e provenientes da ocupação feita no Município em 1997 pelo MST.

As famílias se dividiram em bolsões e cada grupo se dirigiu para onde seriam os lotes futuramente. A demarcação definitiva foi realizada dois anos após, no ano de 2000. Nas primeiras safras, as famílias plantaram em conjunto as lavouras de grão, principalmente a cultura da soja. Após a demarcação dos lotes, as famílias permaneceram em bolsões e, dentro dos bolsões, em núcleo de base. O assentamento era organizado em quatro bolsões e vinte núcleos de base.

Com a instalação da energia elétrica, as famílias tiveram outras opções de produção, principalmente a atividade leiteira que necessita de resfriadores. As famílias também se organizaram para a comercialização de produto *in natura* direto ao consumidor local.

Atualmente, residem no assentamento 383 pessoas: 42 idosos, 204 adulto, 52 jovens e 83 crianças, que estão organizadas em torno das comunidades oriundas dos bolsões. Os bolsões um e dois formaram uma comunidade.

O assentamento é estruturado em quatro bolsões, cada um deles com sua organização interna em núcleo de base, com coordenação e um representante que participa na coordenação do assentamento. O assentamento tem uma coordenação

geral na qual participam dois representantes por bolsão e destes, quatro participam na instância regional do MST.

Atualmente, as famílias estão organizadas de forma mais individual no que se refere à produção; na atividade leiteira, as famílias produzem e comercializam a produção via organização regional (cooperativa). Ainda em torno da produção, existe acordo entre as famílias para a comercialização em feira da reforma agrária na sede do Município.

A organização política do assentamento Santa Rosa está estruturada de forma diferente. Atualmente, a organização está em torno das três comunidades, a dos bolsões 1 e 2, e do bolsões 3 e 4. No assentamento, ainda há representação na instância regional do MST. Há diversos grupos formados nas comunidades, como grupos de mãe, times de futebol e conselho da comunidade.

Com relação à organização econômica, do total das famílias assentadas neste PA, 40% realiza a comercialização de seus produtos através da sua organização cooperativa, a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda (Cooperterra) que atualmente está em fase de conclusão de sua agroindústria de beneficiamento de leite estabelecida nas dependências do Bolsão 1 deste assentamento. As demais famílias comercializam com outras cooperativas ou empresas a sua produção leiteira. No caso de comercialização de grãos, as empresas utilizadas pelas famílias são a Marasca, Cocevil, Agropam. Existe ainda filiação em duas cooperativas de crédito a Crehnor e a Sicredi.

Há 139 famílias assentadas, perfazendo um total de 381 pessoas residentes no assentamento, dentre as quais 83 são crianças (22%), 52 jovens (14%), 204 adultos (53%) e 42 idosos (11%).

No que diz respeito aos investimentos em benfeitorias realizados neste assentamento até os dias atuais, é relevante salientar que houve grandes dificuldades, pois as famílias ali assentadas levaram o período de dois anos para terem acesso às estruturas básicas para desenvolver as atividades produtivas, sociais e culturais. O mesmo ocorreu em relação à instalação da rede elétrica. Outro agravante foi o atraso em relação à demarcação da parcela e abertura de estrada, o que limitou sobremaneira as atividades produtivas das famílias.

Atualmente, as estradas do assentamento foram classificadas como de condição boa, assim como os acessos, pois as estradas, nos últimos anos, tiveram

as obras da patrulha moto-mecanizada do INCRA; no entanto, no assentamento existem três pontes em condições precárias.

Em relação à água potável, as famílias do assentamento Santa Rosa têm quatro poços artesianos, dos quais três estão sendo utilizados por 107 famílias com rede de distribuição e outro não devido ao fato de não ter rede de distribuição; este último é para suprir a necessidade de água potável de 22 famílias desde a chegada no assentamento.

No que concerne à escolaridade, a maioria das famílias teve acesso apenas ao ensino fundamental e muitas delas de forma incompleta. Deve-se levar em consideração que a escola mais próxima é na sede do Município. Os alunos se deslocam para a cidade em transporte escolar, só no período da manhã.

A realidade do atendimento à saúde no assentamento Santa Rosa é caracterizada pela falta de atendimento médico e dentário. Neste assentamento existe o Programa Saúde da Família, portanto há o atendimento de agentes comunitários de saúde. A distância de acesso aos serviços de saúde depende da localização no assentamento, o bolsão 1 está a 1 km, o bolsão 2 está a 7 km, o bolsão 3 está a 5 km e o bolsão 4 está a 10 km.

Com relação ao acesso das famílias ao atendimento ambulatorial, urgência e emergência, o paciente necessita ir até o ambulatório na sede do Município por conta própria, fretando carros. O assentamento tem posto de saúde de referência na cidade. Já para o atendimento médico, é necessário disputar um número limitado de fichas com os moradores da cidade; em relação a outros assentamentos, o Santa Rosa tem uma realidade um pouco melhor devido à sua localização próxima à sede do Município. Porém, as famílias deste PA vêm se organizando através da participação no setor de saúde, através de um conselho composto por um representante de cada assentamento que se reúne mensalmente para debater e tentar solucionar os problemas de saúde dos assentamentos e reassentamentos da reforma agrária deste Município. Sua atuação busca conseguir junto à secretária de saúde municipal a reserva de fichas para os moradores do assentamento, proporcionando a melhoria de acesso ao atendimento de saúde de todas as famílias.

No que tange à destinação do lixo no PA, observa-se nesse assentamento situação precária idêntica à do PA Invernada, ameaçando a sustentabilidade de ambos assentamentos, pois a coleta inexistente naquelas áreas, mesmo tendo uma lei municipal que obriga o poder público a efetuar a coleta de lixo no meio rural. Os

processos de manejo e destinação dos resíduos baseiam-se em práticas como a queima a céu aberto, a estocagem domiciliar de embalagens tóxicas e aterramento de resíduos, normalmente realizados de maneira inadequada e precária. Por sua vez, o lixo orgânico recebe destinação mais adequada, e há práticas de educação ambiental através de debates e oficinas de reutilização de materiais através do artesanato e também a separação de resíduos.

Segundo informações dos representantes do PA Santa Rosa, as moradias estão em condições razoáveis devido ao programa de habitação acessado no ano de 2007. Este programa de moradia foi acessado por 16 famílias, no entanto, suas casas estão incompletas. Também foram acessadas 97 reformas que estão concluídas e em boas condições de habitação.

O PA Santa Rosa, no que se refere ao saneamento básico, possui 90% das moradias com fossa séptica.

6.2.5 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural São Francisco II

Das 22 famílias assentadas no assentamento São Francisco II, todas têm origem e vínculo com o meio rural do município de Tupanciretã.

Os assentados do São Francisco II tiveram origem no Acampamento dos municipais em Tupanciretã, fazendo parte de sua segunda geração na cidade. O tempo de acampamento das famílias foi de 3 anos e, a exemplo daquelas assentadas no PA Invernada, destacam como um dos fatos mais importante na sua história de luta pela terra a ocupação da Fazenda Santa Rosa, atual PA Santa Rosa, no município de Tupanciretã.

Do ponto de vista da organização das famílias, é presente no movimento dos municipais de Tupanciretã a figura do líder, característica mantida junto às famílias agora assentadas, sendo substituído a cada ano durante uma assembleia.

Com relação às estruturas de uso coletivo deste assentamento, existe um galpão que é usado como sede da comunidade, um pomar e uma mangueira¹⁷ de uso coletivo. Essas estruturas de uso coletivo foram sendo montadas no processo de aquisição da área hoje assentamento São Francisco.

¹⁷ *Reg* (Rio Grande do Sul) Curral grande, podendo ser de pau-a-pique, tábuas etc., onde se recolhe o gado (<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>, acesso em: 23 fev. 2013).

Quanto à organização econômica, do total de famílias assentadas neste assentamento, 40% delas realiza a comercialização de seus produtos através de sua organização cooperativa (COPERTERRA) e as outras comercializam com outras cooperativas ou empresas. No caso da comercialização de grãos, a empresa utilizada pelas famílias é a Agropam. Existe ainda filiação em duas cooperativas de crédito, a Crehnor e a Sicredi.

Com relação à infraestrutura, a situação das estradas de acesso ao assentamento foi classificada como ruim, assim como a situação das estradas de acesso aos lotes das famílias. A patrulha moto-mecanizada do INCRA está com projeto de recuperação das estradas internas do assentamento em curso.

No assentamento, todas as famílias têm acesso à rede de distribuição de luz elétrica e, da mesma forma, a água potável, obtida de um poço artesiano, pode ser usufruída por todos.

A realidade do atendimento à saúde no assentamento São Francisco II é caracterizada pela falta de atendimento médico e dentário. Neste assentamento não existe o Programa Saúde da Família, portanto, inexistente o trabalho de agentes comunitários de saúde. A distância de acesso aos serviços de saúde é de 6 Km ao posto de saúde mais próximo. Para que as famílias tenham acesso ao atendimento ambulatorial, de urgência e de emergência, o paciente precisa ser levado ou ir por conta própria até o ambulatório na sede do Município, de ônibus ou fretando carro. O assentamento não tem posto de saúde de referência na cidade.

Com relação ao atendimento médico, é necessário disputar um número limitado de fichas com os moradores da cidade, sendo que o transporte das famílias é por sua própria disponibilidade, como mencionado.

Dados os problemas acima relacionados, uma das alternativas seria a retomada da unidade móvel ou a visitação periódica de profissionais da saúde para realizar palestras aos grupos de riscos e reserva de fichas para as famílias assentadas.

Segundo informações dos representantes do assentamento São Francisco II, as moradias estão em condições ruins, uma vez que, na formação do assentamento, os investimentos para habitação eram de valor baixo. O número de casas caracterizadas como boas foi apenas 4.

Das 25 casas no assentamento, 23 são de alvenaria e 2 têm paredes de madeira. Todas as moradias possuem banheiro completo, em condição de uso, com escoamento dos dejetos em “poço negro”.

6.2.6 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Conquista da Esperança

As famílias deste assentamento são oriundas do acampamento Rondinha que se formou no ano de 1998 com 2.800 famílias cadastradas. Em fevereiro daquele ano, ocupam a Fazenda Guabiju onde permanecem por 8 dias e, após, decidem retornar para o acampamento no assentamento Rondinha e organizam uma marcha rumo a Porto Alegre.

No acampamento ficaram em torno de 100 pessoas, entre idosos, crianças e outras pessoas que não tinham condições de participar da marcha. Essas pessoas receberam assistência de um coordenador do acampamento de Palmeirão que se colocou à disposição para ajudar nas tarefas do acampamento.

Dessa marcha resultou o acampamento de Viamão em junho de 1999. Quando o acampamento foi dividido em lotes, as famílias que haviam ficado no acampamento Rondinha foram levadas para esse acampamento de Viamão. Neste período, fizeram a ocupação da Fazenda Figueira, ficando na área até a reintegração de posse e então voltaram para o acampamento de Viamão. No acampamento de Viamão, havia em torno de 3.000 famílias e as pessoas relataram que parecia uma cidade, com separação de quadras e núcleos de famílias, e bem organizada.

No período em que ficaram em Viamão, ocuparam o prédio do INCRA para reivindicar que algumas áreas fossem destinadas à reforma agrária. Desta ocupação resultou a desapropriação de áreas na região sul e daquelas que hoje formam o assentamento Santa Rosa no município de Tupanciretã, que, na época, a então Prefeita, Iracema Pirotti, pleiteava o direito desta área para os acampados do município de Tupanciretã, os “Municipários”. Porém esta área foi desapropriada para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

As famílias que estão no assentamento Conquista da Esperança ficaram no acampamento de Viamão até março de 1999, quando saíram e foram para o município de Júlio de Castilhos, no assentamento Nova Alvorada; de lá partiram

para uma nova ocupação na época Fazenda Santa Júlia, hoje assentamento Santa Júlia. Depois dessa ocupação, fizeram um novo acampamento perto do frigorífico de Tupanciretã, permanecendo nessa área até outubro de 1999, de onde saíram para um outro acampamento perto da linha férrea, nos fundos da área da Fepagro, cuja desapropriação já havia sido noticiada e as famílias foram para “cuidar a área”.

Em 6 de dezembro 1999, foi realizado o sorteio das famílias que ocupariam essa área e, em 9 de janeiro do ano de 2000, formou-se o Assentamento Conquista da Esperança; nesta época, as famílias recebiam cestas básicas, mas, com a vontade de trabalhar na terra, fizeram um plantio coletivo com as próprias mãos e logo na segunda quinzena de janeiro o plantio estava concluído.

Quando as famílias foram para os lotes, não havia água disponível e as estradas eram apenas picadas de lavouras. A água era obtida de duas nascentes que existiam na área e era transportada em tarros¹⁸ de leite ou em reboque que foi emprestado à época pela Emater. As primeiras construções foram alguns galpões que eram usados como moradia e para armazenar implementos e ração (multiuso); a luz elétrica e a rede de água chegaram à área no ano de 2003.

Das 16 famílias assentadas no PA Conquista da Esperança, 3 têm origem e vínculo do meio rural do município de Cruz Alta, uma de São Paulo das Missões, uma família de Santo Cristo, uma de Palmeira das Missões, 3 de Trindade do Sul, uma de Campo Bom, uma família de Porto Lucena e outras 5 do próprio Município, sendo que todas as famílias deste assentamento fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Um fato relevante destacado pelas famílias do assentamento Conquista da Esperança é que não há um coordenador, e sim uma assembleia geral que delibera sobre os interesses do coletivo.

Com relação à organização econômica, a maior parte das famílias faz parte de alguma organização cooperativa de produção ou de créditos, ou seja, faz parte da Cooperterra para a entrega do leite e da Sicredi para financiamentos.

O assentamento é composto por 16 famílias, sendo um dos lotes duplo, pois é ocupado por pessoas da mesma famílias (pai e filho), com um total de 72 pessoas residentes.

¹⁸ Recipiente onde se recolhe o leite que se vai ordenhando.

No que diz respeito à infraestrutura, as estradas de acesso ao assentamento encontram-se em condições regulares, havendo algumas dificuldades em períodos chuvosos.

Quanto ao acesso à água potável, hoje o assentamento tem disponível um poço artesianos o qual garante acesso a esse recurso às famílias; no entanto, em função da declividade, ocorrem problemas no sistema hidráulico afetando com maior intensidade 4 famílias que convivem com grandes dificuldades de abastecimento: quando os outros vizinhos não utilizam a rede, a água chega com baixa pressão, quando utilizam o sistema hidráulico, essas 4 famílias ficam sem água.

Nesse assentamento, não existe o Programa Saúde da Família, portanto inexistente o trabalho de agentes comunitários de saúde. A distância de acesso aos serviços de saúde é de 5 km da sede do Município, sendo que no assentamento não há posto de atendimento de referência; no Município há um hospital que atende pelo SUS. A problemática é a mesma em se tratando de atendimento médico, pois é necessário disputar um número limitado de fichas com os moradores da cidade, embora, em relação aos outros assentamentos, esse não tem grandes dificuldades, devido à sua localização ser de 5 km do centro da cidade.

O artesanato e o trabalho com as plantas medicinais são atividades de interesse de muitas mulheres assentadas e podem ser utilizadas como forma de motivação e posterior organização de algumas mulheres, além de possibilidade de geração de renda.

Segundo informações dos assentamentos do PA Conquista da Esperança, das 16 moradias, 15 estão em condições relativamente boas e uma em condição regular, não havendo casas em condições precárias; quanto ao tipo de construção, 15 são totalmente de alvenaria e uma é de madeira; todas as casas têm banheiro completo, mas sem fossa séptica.

Todas as casas foram construídas nas proximidades da estrada principal, sendo praticamente inexistente a necessidade de acessos secundários às moradias.

6.2.7 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Conceição

Das 62 famílias assentadas no PA Conceição, 49 são oriundas e têm vínculo com o meio rural, provenientes dos municípios de São Miguel das Missões (10),

Vitória das Missões (5), Cruz Alta (08), Tupanciretã (2), Jóia (3), Redentora (4), Nonoai (8), Ronda Alta (2) e Gramado Loureiro (7). As demais famílias têm origem urbana, apesar de, no passado, já terem tido ligação com o meio rural (são filhos de ex-agricultores ou de ex-agregados de granjas e fazendas).

Os assentados do Conceição tiveram origem no Acampamento do MST no município de Santo Antonio das Missões. Com início em 20 de janeiro de 1997, o acampamento se localizou às margens da BR 285, na costa do rio Viracutai, com um total de 3.000 famílias. O tempo de acampamento das famílias foi de 3 anos.

Como fatos importantes na história de luta pela terra destas famílias, destacam-se várias ocupações de latifúndios como na Fazenda Capão do Leão, a primeira vez em 20 de julho de 1997, a segunda em 07 de fevereiro de 1998; além de participação na Marcha São Luiz Gonzaga a Porto Alegre, que foi iniciada no dia 11 de fevereiro de 1998 e chegou em 07 de abril do mesmo ano, perfazendo 64 dias de marcha.

O resultado dessa marcha foi positivo: o Governo do Estado adquiriu a área onde hoje está localizado o Assentamento Conceição que era utilizada exclusivamente para a produção de soja, por um valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) o hectare, a fim de contribuir no processo de reforma agrária no Estado Gaúcho. O assentamento foi efetivado em 9 de janeiro de 2000.

Já no assentamento, houve embates importantes, dentre os quais podem ser citadas as lutas para resolver os problemas de acesso ao assentamento, com a apreensão da Patrulha Agrícola do INCRA pelos assentados, e a desocupação de um lote do assentamento que estava em litígio, pois fora comprado pela prefeitura municipal de Tupanciretã; todos esses impasses foram resolvidos graças ao Governo Estadual como mediador.

Com relação à infraestrutura, as estradas de acesso ao assentamento foram classificadas como ruins, assim como aquelas de acesso aos lotes das famílias.

No Conceição, as redes de distribuição de energia elétrica e água potável estão disponíveis a todas as famílias, a primeira pelo projeto governamental “Luz para Todos”, e a segunda por haver um poço artesiano de boa captação e de boa qualidade de água.

No que tange aos equipamentos de interesse grupal ou comunitário, existem neste PA uma colheitadeira e um resfriador de leite a granel.

A realidade do atendimento à saúde no Conceição é a mesma encontrada em outros assentamentos, caracterizada pela falta de atendimento médico e dentário. Nesse assentamento, não existe o Programa Saúde da Família e, por conseguinte, inexistente o trabalho de agentes comunitários de saúde. A distância para o acesso aos serviços de saúde é de 40 Km.

No Conceição, todas as famílias possuem casas em condições relativamente boas, uma vez que, na formação do assentamento, existiram investimentos no processo de construção dessas moradias. Das 64 moradias do assentamento, 62 são de alvenaria e 2 tem paredes de madeira; do total de moradias, apenas 4 não possuem o banheiro com o acabamento completo, mas todas têm “poço negro”.

Quanto à distribuição das moradias no assentamento, não houve problemas, pois as casas foram construídas individualmente em cada lote, havendo dois lotes com duas casas em cada um deles, devido às famílias assentadas levarem parentes para morar junto, geralmente pais ou filhos.

6.2.8 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Pôr do Sol

Com a notícia, desde o final da década de 1970, de que seria construída uma usina hidrelétrica no município de Dona Francisca, em 1988, algumas famílias foram indenizadas e as terras e benfeitorias compradas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para a construção da barragem onde hoje se encontra a estrutura da represa.

As famílias que compõem o assentamento Pôr do Sol têm origem nos municípios de Agudo, Ibarama, Estrela Velha, Pinhal Grande e Nova Palma. Sendo que este reassentamento foi criado pelo acordo entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Comissão dos Atingidos por Barragem, com a mediação do governo do estado do Rio Grande do Sul. As famílias deste assentamento fazem parte do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

O governo gaúcho fez a mediação com a finalidade de indenizar as famílias, essencialmente de pequenos agricultores, que ocupavam a área que seria abarcada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHEDF).

As famílias que optaram pelo reassentamento chegaram em julho de 2000 e permaneceram na agrovila até outubro de 2001, quando houve a medição dos lotes e a construção das casas. Nesse mesmo período, as famílias, enquanto

aguardavam, recebiam um auxílio de 1,5 a 3 salários mínimos por mês. De outra parte, as famílias que não aceitaram o reassentamento foram indenizadas, e muitas foram para o meio urbano.

Conforme relato de moradores, o reassentamento é composto por 37 famílias moradoras e 5 famílias que não residem no assentamento, ou seja, 42 propriedades e não lotes. No assentamento existe um total de 95 pessoas residentes. Com o passar dos anos, essas 5 famílias não se adaptaram à região e de alguma forma acabaram desistindo de residir na área, mas as áreas ainda lhes pertencem, pois, com o acordo de reassentamento, todas as famílias receberam o título/escritura da terra. As famílias do “Pôr do Sol” não se consideram sem-terra, e sim atingidos por barragens e dizem que já tinham terras antes de irem para o lugar onde se encontram hoje, assim, não gostam de ser chamados de assentados e sim, reassentados; também não gostam de chamar sua porção territorial de lote, e sim de propriedade.

Dessa forma, os reassentados do Pôr do Sol não admitem ter um coordenador e estão organizados em torno da comunidade que é regulada por um estatuto, segundo o qual a cada dois anos é trocada a diretoria, não havendo outro tipo de organização. Esta comunidade é registrada sob a denominação de Associação Comunitária do Reassentamento Pôr do Sol, CNPJ: 060428580001-03.

Com relação à organização econômica, todas as famílias do reassentamento são membros de algumas organizações cooperativas de produção ou de créditos.

Em se tratando de infraestrutura, a situação das estradas de acesso ao assentamento e as internas apresenta boas condições, havendo algumas dificuldades em períodos chuvosos.

O acesso à água pelas famílias tem uma situação diferenciada dos outros assentamentos; no momento de sua implantação, foram construídos dois poços artesianos para o abastecimento de água e rede hidráulica para cada beneficiário. Mas somente um destes poços está em uso, sendo que o outro está desativado por opção dos moradores. Neste mesmo modelo, foi conduzido o processo de instalação da energia elétrica.

Os investimentos em melhorias realizados neste reassentamento foram por parte da CEEE, na construção da comunidade: igreja, área esportiva, estradas, poços artesianos, rede hidráulica e de energia elétrica, porém não foram encontrados os valores investidos.

No local não existem estruturas coletivas destinadas à produção, ou seja, cada reassentado tem seus próprios meios de produção; também não existe nenhum equipamento de uso grupal ou comunitário.

As famílias do reassentamento Pôr do Sol possuem uma área central a qual denominam “Centro Comunitário”. Esse tem a finalidade de propiciar coletivamente as atividades de lazer e cultura das famílias reassentadas.

No espaço comunitário há campo de futebol e cancha de bocha onde que são desenvolvidos alguns torneios; existe projeto para construção de uma quadra de areia. Neste reassentamento são desenvolvidos torneios esportivos de várias modalidades, bailes e festas com frequência. Existe também uma igreja, onde o padre comparece uma vez por mês. A comunidade dispõe de um posto telefônico.

As moradias estão em condições relativamente boas, uma vez que, na formação do reassentamento, as moradias foram entregues completas. Há 39 casas, pois em 3 lotes/propriedades as casas foram desmanchadas No que se refere ao saneamento básico, todas possuem fossa séptica e “poço negro”.

As casas, toda elas, foram construídas nas proximidades da estrada principal, sendo praticamente inexistente a necessidade de acessos secundários às moradias.

6.2.9 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Várzea/Nova Várzea

Das 18 famílias assentadas no PA Várzea/Nova Várzea, 16 têm origem e vínculo com o meio rural, oriundas da região das Missões, e 2 são famílias de antigos funcionários da fazenda Tarumã que foram beneficiados no momento que a área foi desapropriada.

O assentado do PA Várzea/Nova Várzea tem origem no Acampamento do MST no município de Palmeira das Missões, que se formou em 17 de abril de 2000, com 616 famílias acampadas, na área pertencente à sede da antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), onde permaneceram por 4 meses, depois ocuparam a fazenda Três Palmeiras no município de Santa Rosa por 15 dias.

O acampamento se deslocou para o município de Tupanciretã, ocupando uma área em que hoje se encontra o assentamento Barrisul 1, permanecendo ali até 11 de novembro de 2000, quando a área foi sorteada para 16 famílias que hoje ocupam o local. O Assentamento foi formado em 30 de janeiro de 2001, juntamente com outros dois, com origem na luta pelos Municípios.

Destacam-se como fatos importantes na história de luta pela terra destas famílias várias ocupações de latifúndios como a da Fazenda Três Palmeiras, em abril de 2000, no município de Santa Rosa; participação na ocupação do INCRA e do Ministério da Fazenda do Rio Grande do Sul, e mobilização promovida pelo MST.

O PA Várzea/Nova Várzea é composto por 18 famílias assentadas e por mais 2 famílias (filhos de assentados já casados) que moram no mesmo lote que seus pais, tendo 68 pessoas residentes no assentamento.

Com relação à infraestrutura, a condição das estradas de acesso ao assentamento é considerada regular pelos moradores, já as estradas dentro do assentamento se encontram em condições muito precárias; em dias de chuva, o transporte não passa no assentamento por risco de ficar atolado.

O acesso à rede de distribuição de energia elétrica está disponível para 17 das 18 famílias. A família que ainda não possui o serviço já encaminhou pedido de instalação através do programa “Luz para Todos”, e esta aguardando.

Algo muito crítico no assentamento é o acesso à água potável, pois, apesar de haver disponível um poço artesiano de ótima qualidade, a rede hidráulica não foi instalada; 8 famílias que moram mais próximo ao local do poço estão se beneficiando dessa condição, e instalaram mangueiras pretas para poder ter acesso; já 2 famílias consomem água do arroio e 8 famílias perfuraram poços tipo cacimbas, ou seja, uma água de qualidade duvidosa para a maioria das famílias, visto que estão cercadas por lavouras de soja. O acesso à água de qualidade, portanto, é a atual luta dessas famílias.

A realidade do atendimento à saúde no PA Várzea/Nova Várzea é caracterizada, a exemplo do que se observa nos demais Projetos de Assentamento do Município, pela falta de atendimento médico e dentário. Neste assentamento, não existe o Programa Saúde da Família, portanto inexistente o trabalho de agentes comunitários de saúde. A distância do acesso aos serviços de saúde é de 35 quilômetros.

A maioria dos gestores das famílias teve acesso à educação apenas no ensino fundamental e muitos deles de forma incompleta. Para as 13 crianças que vivem hoje no Assentamento, a dificuldade está nas longas distâncias a serem percorridas, pois a escola de ensino fundamental completo (Escola Leonel de Moura Brizola) mais próxima está localizada no Assentamento Tupã II/Cachoeira, com o qual faz divisa. Já para os 11 adolescentes e jovens que cursam o Ensino Médio, há

duas opções, uma na cidade de Tupanciretã e outra na cidade vizinha de Jóia; por ser mais fácil o acesso, os alunos estudam no município de Jóia, distante cerca de 20 quilômetros, mais especificamente no Assentamento Rondinha onde a escola está localizada, e têm à disposição transporte gratuito até o local.

6.2.10 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural São Domingos/Nova Esperança

A grande maioria das famílias do Assentamento São Domingos/Nova Esperança é oriunda do interior do município de Tupanciretã. O acampamento ao qual as famílias assentadas neste PA pertenciam foi iniciado em 1996, com 30 famílias, porém, quatro anos depois, no ano de 2000, já havia 305 famílias acampadas. Esse era um dos acampamentos dos “municipários”.

No início, as famílias só compareciam no acampamento em dias de reunião; depois de um tempo, formou-se uma coordenação e então foram construídos os barracos e, em 1997, a orientação da coordenação foi de que as famílias morassem no acampamento e não nas periferias da cidade de Tupanciretã. Algumas pessoas trabalhavam durante a semana fazendo alguma changa¹⁹ ou em empreitadas em fazendas de cidades vizinhas, em construções, ou qualquer serviço braçal que fosse oferecido e, nos finais de semana, voltavam para o acampamento. De 1998 a 2001, as famílias recebiam cesta básica do Governo Estadual todos os meses.

Em dezembro do ano de 2000, houve duas ocupações, a primeira ocupação de 54 famílias na Fazenda São Domingos e, a segunda, com 75 famílias na Fazenda Invernada das Mulas.

No dia 30 de janeiro de 2001, o Governo Estadual, em conjunto com o INCRA, desapropriou as duas áreas e, no mês seguinte, em fevereiro de 2001, promoveu o sorteio dos lotes.

No início, foi montada uma agrovila na ex-fazenda São Domingos até ser realizada a medição dos lotes e estradas pelo INCRA; em junho de 2001, houve a medição e as famílias ocuparam os lotes.

No momento da visita no PA São Domingos/Nova Esperança, foram contabilizadas 54 famílias, totalizando 176 pessoas vivendo no assentamento, das

¹⁹ Changa: Carreto feito por changadores ou carregadores (FERREIRA, A.B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.389).

quais 34 são crianças, 31 jovens, 95 adultos e 16 idosos, segundo as lideranças do local.

As casas foram construídas pelos próprios assentados, pois os recursos financeiros a fundos perdidos para a compra de materiais de construção eram entregues e cada qual dava conta da sua obra, seja com mutirão, seja com ajuda de parentes ou amigos para edificar suas moradias.

Segundo informações obtidas junto à coordenação do assentamento Nova Esperança/São Domingos, do total de 54 lotes existentes, todos apresentam construção de moradias. Do total de casas, 34 se encontram em condições regulares e 20 em condições ruins por falta de acabamentos internos ou externos.

Do total das residências, apenas 2 têm paredes de madeira, as demais 52 são de alvenaria. A grande maioria das casas (95%) tem banheiro completo, com fossa séptica e sumidouro, porém alguns ainda não estão instalados pela falta de água encanada nestas moradias. No tocante à cobertura das casas, 28 delas têm telhado de barro e as demais são cobertas com telhas de amianto.

No ano de 2003, foram perfurados dois poços artesianos para o acesso à água potável no assentamento, porém, no inverno de 2009, um deles desmoronou por falta de tubulação/manutenção e está desativado, logo 33 famílias não têm mais acesso à água de boa qualidade. Essas famílias afetadas usam água da sanga²⁰ ou buscam com balde em vizinhos que têm poços ou fontes d'água para o consumo humano.

É importante ressaltar que, pela falta de água potável, muitas famílias enfrentam problemas sérios de saúde, que se agravam no verão, quando a água fica mais escassa nos poços individuais (cacimbas) feitos pelas famílias que não têm rede de água potável.

Segundo informação das famílias afetadas, depois de muita luta, o INCRA se comprometeu em perfurar outro poço artesiano e a Prefeitura Municipal em fornecer a tubulação para sua estruturação, pois a rede hidráulica até as casas já existe, só faltando um novo poço.

²⁰ Sanga [Do esp. plat: *zanja*] S.f. Bras., SC e RS. **2.** Pequeno regato, que seca facilmente. **3.** Escavação profunda no terreno, produzida pelas chuvas ou por correntes de água subterrâneas. (FERREIRA, 1989, p.1545).

É também intenção das famílias construírem um sistema de captação de água, seja por meio de cisternas ou de reservatório de água na camada superficial do solo, destinando essa água para as atividades que não sejam o consumo próprio.

Outro fato importante destacado pelas famílias foi que, depois de muita luta, em março de 2005, foi construída a rede elétrica e feita a distribuição de energia para todas as residências do assentamento.

O assentamento está localizando a 40 quilômetros da cidade de Tupanciretã, na mesma estrada que liga à cidade de Jóia, e mais 20 quilômetros de estradas internas em condições de tráfego precárias devido à falta de manutenção. Isso causa enorme transtorno aos moradores, pois, além de as estradas serem importante meio para o escoamento da produção, também são as vias de acesso dos assentados para suas atividades cotidianas, seja para o deslocamento de estudantes à escola, seja para o deslocamento à unidade de saúde em casos de necessidade de atendimento médico e consultas previamente marcadas.

Segundo os assentados, trafegar nas estradas internas do Assentamento exige paciência e implica veículo em constante manutenção; para eles, há duas formas de percorrer essas estradas: “sem emoção” ou “com emoção”. Eles se referem à “sem emoção”, quando o tempo está seco, e à “com emoção”, quando chove. No caso, esse interlocutor infelizmente experimentou as duas alternativas.

Deve-se levar em consideração que a população tem acesso à escola apenas nas localidades de São Bernardo (ensino fundamental – séries iniciais) e Santa Tecla (ensino fundamental – séries finais) distantes respectivamente 12 quilômetros e 23 quilômetros do PA em questão. Os estudantes do ensino médio têm que se deslocarem até à sede do Município, distante 40 quilômetros do PA, para estudar.

A luta é constante, ou pelo acesso à água potável, ou por melhores estradas.

6.2.11 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Invernada das Mulas/Nova Aliança

A gênese desse Projeto de Assentamento deriva da mesma história de luta do Assentamento São Domingos/Nova Esperança.

Em dezembro do ano de 2000, houve duas ocupações, sendo a primeira delas por 54 famílias na Fazenda São Domingos, e a segunda por 75 famílias na Fazenda Invernada das Mulas.

No dia 30 de janeiro de 2001, o Governo Estadual, em conjunto com o INCRA, desapropriou as duas áreas e, no mês seguinte, fevereiro de 2001, realizou o sorteio dos lotes.

O PA Invernada das Mulas foi implantado em 2001, contando atualmente com 70 famílias oriundas de várias regiões do estado, principalmente dos Municípios de Colorado, Herval Seco, Santa Bárbara e outros da região Norte do Rio Grande do Sul, que migraram para as periferias de Tupanciretã em busca de trabalho nas plantações do “ouro verde”, a soja; mas logo foram excluídos.

No início, certo número de assentados não se adaptou ao local em função, ou de situar-se muito distante da região de origem, onde estavam os familiares, ou por não ter origem rural, o que motivou algumas desistências. Ao longo do tempo, houve substituição de algumas famílias devido ao abandono de lotes, sendo que aproximadamente 89% das famílias permanecem nos lotes desde a sua criação.

Segundo relato dos assentados, existem, no PA, casos de venda de lotes a terceiros. Foram relatadas, ainda, várias situações em que os assentados se reuniram em grupos para obtenção de crédito rural conjunto e, alguns dos participantes, após obterem os recursos financeiros, retiraram-se do PA, voltando para a periferia de Tupanciretã ou de suas cidades de origem. Além de não investir o volume financiado para a finalidade solicitada no lote, os desistentes deixaram as dívidas integrais para os demais, que permaneceram no Assentamento, quitarem.

A infraestrutura do PA Invernada das Mulas/Nova Aliança pode ser considerada boa. Existe acesso à energia elétrica para todas as residências, mas não há abastecimento com água encanada; a água é obtida individualmente de poços, açudes, vertentes e cacimbas. As residências são todas de alvenaria, com média qualidade.

A rede viária principal tem boa densidade e qualidade, pois serve a muitas granjas sojicultoras vizinhas ao Assentamento.

Há carência de máquinas e implementos para a maioria dos assentados, do que decorre grande utilização de tração animal; são pouquíssimos os assentados que possuem seu próprio maquinário. Com relação a equipamentos, como resfriadores de leite para conservar a produção leiteira dos assentados entre os períodos de coleta, existem resfriadores de tarro na maioria nas casas daqueles que vendem leite.

O PA dispõe de uma sede social, que é utilizada para reuniões, confraternizações e práticas religiosas.

As famílias do PA Invernada das Mulas/Nova Aliança não recebem assistência médica no assentamento. É necessário o deslocamento até à sede do município de Tupaciretã, geralmente utilizando o transporte público. Os casos mais graves são encaminhados para os hospitais dos municípios de Ijuí, Cruz Alta ou Santa Maria. Quando solicitado pelos assentados, uma ambulância realiza o transporte dos pacientes.

O acesso à educação do PA Invernada das Mulas é regular. O ensino fundamental, séries iniciais, é oferecido na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Bernardo; já para cursar as séries finais e o ensino médio, os alunos são encaminhados para uma escola no município de Tupanciretã, com transporte fornecido pelo Município para todos os alunos. Em alguns períodos, o atraso no repasse de recursos do transporte escolar pelo Estado ao Município chega a provocar a suspensão do serviço.

O acesso ao saneamento no PA Invernada das Mulas/Nova Aliança é ainda limitado. A água consumida pelas famílias é oriunda de cacimbas e vertentes, não sofrendo tratamento antes do consumo, embora seja aparentemente de boa qualidade. No que se referem aos dejetos, as casas não possuem fossas adequadas, ocorrendo o despejo a céu aberto.

Os resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos (restos de alimentos, garrafas plásticas, latas, vidros, frascos de vacinas, embalagens de defensivos, etc.) gerados pelos assentados também carecem de tratamento adequado. A maior parte tem como destino final a queima, pois a coleta de lixo feita pela prefeitura do Município não abrange a zona rural.

Segundo as lideranças desse PA, a FEPAGRO – entidade que possui um centro de formação em parceria com os assentados para capacitação de construtores de cisternas – sugeriu a construção de cisternas para coleta de água da chuva e a perfuração de dois poços artesianos, algo bem aceito e que está em estudo. Sobre a construção dos poços artesianos, sendo elevados os custos para a instalação da rede hidráulica, essa é a atual luta das famílias do Projeto de Assentamento Invernada das Mulas/Nova Aliança: a luta pelo saneamento básico.

6.2.12 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Tupã II/Cachoeira

As famílias desse reassentamento têm origem do meio rural do município de Dona Francisca, onde foram atingidas pela elevação do nível do Rio Jacuí, em virtude da construção da Barragem Hidroelétrica Dona Francisca.

Para as famílias que estavam à montante da obra, iniciou-se um processo litigioso, mas sem volta, de reassentamento. Assim, foi criado pelo acordo entre a CEEE e a Comissão dos Atingidos por Barragem com a mediação do Estado do Rio Grande do Sul. As famílias deste assentamento fazem parte do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Em julho do ano de 2000, a CEEE e o Governo Estadual já haviam desapropriado 42 famílias e realizado seu reassentamento em uma agrovila, que mais tarde se tornaria o reassentamento “Pôr do Sol” em Tupanciretã, como já visto em 6.2.8.

No mesmo ano, em novembro de 2000, depois dos processos de negociação e acordos, mais 43 famílias foram reassentadas na antiga fazenda Tupã II, dessa forma, também foram levadas e alocadas na agrovila construída pela empresa, assim originando o reassentamento Cachoeira.

Após a chegada na agrovila, ficaram, até o dia 22 de novembro de 2001, de forma improvisada, esperando a medição dos lotes e construção das casas. A construção das casas contou com a ajuda dos beneficiários; de acordo com o que ficou estabelecido entre as partes, as casas foram entregues com água encanada, energia elétrica e saneamento com fossas sépticas e poço negro, tudo novo e de boa qualidade.

Nesse período, as famílias com até três pessoas recebiam um salário mínimo e as famílias com mais de três pessoas recebiam dois salários mínimos; depois da distribuição das casas, ainda receberam o recurso por mais seis meses acrescido de uma indenização da primeira safra que fora perdida pela estiagem.

Para as pessoas que não possuíam documentação, o setor jurídico da CEEE auxiliou na aquisição de bloco de produtor, ficha do criador, carteira de identidade, cadastro de pessoa física (CPF), certidão de nascimento, entre outros documentos para a cidadania do reassentado.

As famílias deste reassentamento fazem parte do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o qual, no Município, não se encontra organizado; apesar de ter dois reassentamentos com equivalente a 80 famílias, isso não demonstra a coletividade.

O reassentamento Cachoeira não possui um coordenador geral, estando organizado em torno da comunidade e regulado por um estatuto, que estabelece a troca de diretoria a cada dois anos, não havendo outro tipo de organização.

Com relação à organização econômica, todas as famílias do Cachoeira organizam a comercialização da produção de leite através de sua cooperativa (COPERTERRA). Existe ainda filiação em duas cooperativas de crédito, a Crehnor e a Sicredi, no entanto não existe, neste reassentamento, nenhuma estrutura coletiva destinada à produção.

O reassentamento Cachoeira é composto por 134 pessoas residentes; deste conjunto de pessoas que vive no local, 33 são crianças, 24 jovens, 70 adultos e 07 idosos.

As estradas de acesso ao reassentamento encontram-se em ótimas condições, pois se ligam a importantes propriedades sojicultoras; já as estradas internas encontram-se em condições muito precárias, só havendo manutenção em tempo de plantio e de colheita de soja.

O espaço comunitário é equipado com um salão, um campo para a prática de futebol e uma cancha de bocha, sendo organizados torneios esportivos, que abrangem várias modalidades; no salão comunitário, também são organizados bailes e festas com frequência. Há uma igreja católica e uma escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola.

6.2.13 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Banrisul I/Estrela que Brilha

O assentado do PA Banrisul I/ Estrela que Brilha tem origem no Acampamento do MST no município de Palmeira das Missões, iniciado em 17 de abril de 2000, com 616 famílias acampadas, na área pertencente à sede da antiga FEBEM, onde permaneceram por quatro meses, e de onde saíram para ocupar, por 15 dias, a fazenda Três Palmeiras no município de Santa Rosa.

O acampamento se deslocou para o município de Tupanciretã, ocupando uma área em que hoje se encontra o assentamento Banrisul I, permanecendo até 11 de

novembro de 2000, quando quase a totalidade dos sem-terra levantou acampamento e seguiu sua luta para outros acampamentos em municípios vizinhos, enquanto outros sem-terra eram contemplados em sorteio em outros assentamentos dentro de Tupanciretã.

A área do PA Banrisul I/Estrela que Brilha é uma área que pertencia ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul/BANRISUL, tendo sido doada e negociada entre o Gabinete de Reforma Agrária Estadual e o INCRA, e, posteriormente, aberta para sorteio no próprio acampamento para as famílias interessadas no ano de 2000. Entretanto, só foi realmente efetivado e regularizado o PA por parte do INCRA, com a divisão dos lotes e a construção das estradas, no dia 27 de fevereiro de 2002, assim, nesse intervalo de dois anos, as 7 famílias permaneceram acampadas embaixo das lonas pretas para garantir a terra.

As famílias do assentamento eram todas provindas da região noroeste do estado gaúcho, mas, hoje, das 7 famílias que ocupam os lotes, 3 estão neste assentamento desde sua criação, outras 3 são provindas por troca de lotes de outros assentamentos da Reforma Agrária, e ainda existe uma família irregular neste PA que ocupou um lote abandonado, sem o conhecimento e registro do INCRA.

Para a organização da comercialização da atividade leiteira, as famílias dependem de transporte da sua produção para o assentamento Rondinha, no município de Jóia. No assentamento, não existem estruturas coletivas destinadas à produção, nem algum equipamento de uso grupal ou comunitário, cada lote é individualizado.

O assentamento Banrisul I/Estrela que Brilha é composto por 7 famílias assentadas, com 18 pessoas residentes.

Com relação à infraestrutura, a situação das estradas de acesso ao assentamento é considerada péssima, assim como a situação das estradas de acesso aos lotes das famílias.

Os investimentos em melhorias realizados neste assentamento até os dias atuais foram em estrada, rede de luz e centro comunitário. As famílias estão reivindicando, junto à Prefeitura Municipal de Tupanciretã, a construção de uma ponte de acesso ao assentamento Rondinha, no município de Jóia, com o qual se divisa. A obra propiciará às famílias um deslocamento de melhor qualidade, tanto no que se refere ao escoamento da produção como às demandas de educação e saúde.

Com relação ao acesso à água potável, no assentamento não existe poço artesiano, a água utilizada pelos moradores para o consumo é proveniente de cacimba; no tocante à rede de distribuição de luz elétrica, as famílias obtiveram acesso através do projeto “Luz para Todos” do Governo Federal.

A população do assentamento Banrisul I/Estrela que Brilha tem um baixo grau de escolaridade; a maioria das famílias teve acesso à educação apenas no ensino fundamental e de forma incompleta. A escola mais próxima, localizada no assentamento Rondinha, no município da Jóia, desenvolve o ensino fundamental e médio. Para frequentarem as aulas, os alunos devem percorrer dois quilômetros a pé, passando, inclusive, pelo arroio São Bernardo. Como o acesso fica muito difícil e a travessia bastante mais perigosa em períodos de chuva, os moradores estão reivindicando a construção de uma ponte no local (FOTO 19).

FOTO 19 – Travessia alagada: crianças indo à escola após a chuva



Fonte: COPTEC (2010)

A realidade do atendimento à saúde no assentamento Banrisul I/Estrela que Brilha é caracterizada pela falta de atendimento médico e dentário. Neste assentamento, não existe o Programa Saúde da Família, inexistindo também, portanto, o trabalho de agentes comunitários de saúde. A distância de acesso aos serviços de saúde até a sede municipal de Tupanciretã é de 40 quilômetros.

Para o atendimento ambulatorial, de urgência e de emergência, o paciente necessita ir até o ambulatório localizado no Assentamento Rondinha, no município

de Jóia. O deslocamento até lá é por conta própria, a pé, inclusive passando pelo arroio São Bernardo. Ao se apresentar no ambulatório, o paciente deve argumentar que reside no assentamento Rondinha para ser atendido. No caso de internação hospitalar, entretanto, o deslocamento é para o município de Ijuí, uma vez que o hospital do município de Jóia está fechado.

As alternativas apontadas pelas famílias para melhorar a situação da saúde no PA são a construção urgente de um poço artesiano com rede de água e estradas de acesso ao assentamento Rondinha, assim como uma ponte para travessia do arroio. Além disso, os assentados do PA reivindicam por uma negociação entre as Prefeituras dos municípios de Tupanciretã e Jóia, a fim de que as famílias tenham transporte coletivo para as necessidades básicas, como saúde e educação

Na sede do assentamento, não há estrutura para lazer, existindo apenas uma casa onde são realizadas reuniões. As poucas atividades de lazer de que as famílias participam são no assentamento Rondinha, como festas, jogos de futebol e festas da padroeira. Lembrando que são práticas esporádicas e incomuns, pois um assentado deste PA relata ironicamente, com os olhos cheios de lágrimas, que a sua única atividade de lazer é “puxar os tetos das vacas”.

As potencialidades se mostram poucas devido à distância entre o PA e o município de Tupanciretã e, também, à falta de estradas de acesso ao assentamento Rondinha, que é o mais próximo.

No assentamento, todas as casas são de alvenaria, mas se pode considerar que a metade está inacabada, faltando ou forro, ou reboco; algumas estão com piso bruto e, no que diz respeito ao banheiro, nenhuma possui banheiro completo, principalmente devido à falta de água potável encanada. Essa condição das casas deve-se a dois motivos principais: o primeiro pelo fato de o crédito destinado para habitação na implantação do assentamento ter sido baixo para o empreendimento, em torno de R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais) por família, e o segundo, pela distância entre o assentamento e a cidade de Tupanciretã, trazendo, conseqüentemente, encarecimento do frete dos materiais de construção. Em relação à distribuição das casas no assentamento, estas se encontram locadas individualmente nos lotes, por escolha dos beneficiários.

6.2.14 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Nova América

No ano de 1991, pessoas do próprio município de Tupanciretã (Municípios) organizaram um grupo com 24 famílias e ocuparam a área da Estação Experimental Estadual (EMATER), atual assentamento Conquista da Esperança, permanecendo acampadas entre os anos de 1991 a 1993. Neste mesmo período, as famílias já produziam produtos para a própria subsistência e para comércio local.

No ano de 1993, na gestão do governador Alceu Colares, depois de algumas negociações, as famílias foram deslocadas e “depositadas” em uma área de 48 hectares pertencente ao governo do estado gaúcho, sendo que, neste período de 1993 a 2002, o assentamento permaneceu irregular perante o INCRA sem direito de acesso a nenhum tipo de recurso ou crédito ou qualquer ajuda governamental.

Segundo os assentados, durante esses quase 8 anos, as famílias permaneceram em estado de favelização rural, em barracos sem água potável, sem saneamento básico, sem energia elétrica, sem crédito, sem vias de acesso interno e com muitas incertezas para suas vidas.

Na data de 13 de março de 2002, por intermédio de Frei Sérgio²¹ junto ao Governo do Estado da gestão Olívio Dutra, o assentamento foi reformulado e legalizado junto ao INCRA. Atualmente, vivem no assentamento 11 crianças, 2 jovens e 26 adultos.

Hoje, a infraestrutura melhorou muito, mas a situação das estradas internas encontra-se em condições regulares, havendo algumas dificuldades em períodos chuvosos.

Com relação ao acesso à água potável, o assentamento tem disponível um poço artesiano, aberto pelo INCRA, o qual garante acesso à água potável somente a 7 famílias, pois as outras 6 famílias possuem cada uma um poço do tipo amazonas²², devido à falta de rede hidráulica.

Segundo informações da coordenação do assentamento Nova América, as moradias estão em condições relativamente boas, sendo que, do total de 13 casas,

²¹ Frei Sérgio, frade franciscano, atua na assessoria aos movimentos sociais do campo desde o início dos anos 1980.

²² Poços de grandes diâmetros (1 metro ou mais), escavados manualmente e revestidos com tijolos ou anéis de concreto. Captam o lençol freático e possuem geralmente profundidades na ordem de até 20 metros.

11 são de alvenaria e 2 são de madeira; todas as casas são de telhas de amianto e, das 13 casas, 11 têm banheiro completo e 2 de forma incompleta esperando a rede hidráulica.

Com relação à organização econômica, as famílias fazem parte da Cooperterra, onde comercializam sua produção leiteira, principal fonte de renda; os produtos derivados da olericultura e fruticultura são comercializados na feira do produtor, sendo que, por parte do crédito, apenas 1 família é cooperativada no Sicredi.

O grande trunfo desse PA é estar localizado a menos de 1 quilômetro da cidade, o que favorece o acesso a serviços como educação, saúde, comércio e também para a comercialização de seus produtos.

6.2.15 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Nova Conquista Mãe de Deus

As 9 famílias são oriundas do meio urbano local (Municipários), porém todos têm um vínculo com o meio rural, pois as famílias tornaram-se urbanas devido ao êxodo rural provocado pela mudança da matriz produtiva que é uma característica peculiar do Município.

O acampamento foi iniciado com 24 famílias, que ocuparam uma área de 255 hectares pertencentes à Estação Experimental Estadual (EMATER), e recebeu o nome de Mãe de Deus, o qual perdurou dois anos (de 1991 a 1993).

Nesse mesmo tempo, o Governo Estadual cede essa área para o INCRA que distribuiu, por sorteio, para famílias pré-cadastradas do MST, que formam, então, o Assentamento Conquista da Esperança. Esse fato gera enorme tensão entre “Municipários X MST”, pois os Municipários, que já estavam ocupando a área há dois anos, deveriam sair para que integrantes do MST a ocupassem definitivamente com 16 famílias.

Logo, na tentativa de amenizar o descontentamento, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul concede uma área de 48 hectares ao lado da cidade de Tupanciretã. As 24 famílias de Municipários foram deslocadas para essa área para a qual foi obtida a concessão de uso da terra, hoje o atual PA Nova América. Assim, as famílias permaneceram por 8 anos neste local, esquecidas do poder público, em situação de favelização rural.

Cansados dessa circunstância em que se encontravam, as famílias nomearam uma representação que se deslocou para Porto Alegre para reivindicar, junto ao Governador Olívio Dutra, melhoria na situação vivida. O intermediador desta negociação foi o Frei Sérgio.

Dessa conversa entre o Governador, o Frei e alguns representantes das famílias dos Municípios, foi gerado um importante fruto: a conquista de uma nova área para as famílias e reestruturação da área em que se encontravam.

Em 13 de março de 2002, o Governo Estadual divide os lotes dessa área e repassa para 9 famílias, formando o PA Nova Conquista Mãe de Deus, que tem uma área média de 15 hectares por família. O nome do Assentamento foi devido às famílias terem obtido uma nova conquista e lembrando o período do primeiro acampamento. Atualmente, como é característico dos “Municípios”, as famílias organizam sua representação através da figura de um(a) líder.

No entanto, devido à proximidade da cidade, 13 famílias preferem ficar no local onde já se encontravam, formando o Assentamento Nova América, como já visto.

O PA Nova Conquista Mãe de Deus é composto por 9 famílias assentadas e 31 pessoas residentes, das quais 6 são crianças, 3 são jovens e 22 são adultos.

Com relação ao acesso à rede de distribuição de energia elétrica, todas as famílias têm disponível este recurso devido ao programa Federal “Luz para Todos”.

Com relação ao acesso à água potável, o assentamento não tem disponível poço artesiano e também não tem rede de encanamento; a água utilizada para consumo humano pelas famílias é proveniente de poço raso, não protegido. Foram feitos testes de análise destas águas e todas as fontes foram condenadas para consumo humano por apresentarem coliformes fecais e resíduos de agrotóxicos, mas, mesmo assim, as famílias continuam a utilizá-la e, para bebê-la, filtram, fervem e guardam em tarros de barro.

Com relação às estradas, a situação das vias internas de acesso aos lotes é considerada em boas condições, pois foram realizadas por obras da patrulha moto-mecanizada do INCRA no ano de 2007. No entanto, a estrada principal, denominada “estrada do espinilho”, de responsabilidade da Prefeitura Municipal, está precária e com vários pontos de atoleiro em dias chuvosos.

Dessa forma, para qualquer deslocamento, seja o das crianças para a escola através do transporte escolar fornecido pela Prefeitura Municipal, seja aquele

necessário para atendimento médico-hospitalar, as famílias têm que enfrentar 18 quilômetros de poeira ou de barro, dependendo das condições do tempo, até chegarem à cidade.

Quanto ao atendimento médico-hospitalar, o problema aqui é o mesmo para todos os Assentamentos. É necessário disputar um número limitado de fichas com os moradores da cidade, sendo que o transporte coletivo, que leva os assentados até a cidade, tem poucos horários que normalmente não são cumpridos.

As condições das moradias são muito boas, todas de alvenaria cobertas com telhas de amianto e banheiro completo com fossa negra, mesmo sem água encanada, pois o crédito para habitação foi no valor R\$ 15.750,00 (quinze mil e setecentos e cinquenta reais) a fundo perdido. Devido às famílias se organizarem na compra do material de construção em uma única loja da cidade, as 9 casas foram construídas juntas, com um bom desconto no material de construção; cada lote ficou responsável apenas pela mão-de-obra da construção de suas casas.

6.2.16 Histórico da luta, gênese e territorialização do Projeto de Assentamento (PA) Rural Banrisul II

O assentamento Banrisul II originou-se do PA Carlos Mariguela, localizado no município de Santa Maria/RS, do qual 5 famílias que não se adaptaram ao modelo de organização do assentamento (Coletivo Agroecológico) solicitaram que fossem reassentadas em uma nova área. A outra família é originária do assentamento Banrisul I/ Estrela que Brilha que, também por interesse próprio, pediu para ser reassentada em outro lugar para ficar perto das outras duas irmãs que vieram do PA Carlos Mariguela.

Assim, o PA Banrisul II originou-se do pedido de reassentamento de 6 famílias que, na data de 5 de novembro de 2002, tiveram a solicitação atendida pelo Governo Estadual, juntamente com o INCRA, pela liberação de uma área localizada no município de Tupanciretã, a uma distância de 90 quilômetros da sede municipal.

O nome do Assentamento é uma homenagem e agradecimento ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), que liberou os recursos para o INCRA efetivar o Projeto de Assentamento em uma área de 100 hectares comprada pelo Governo Estadual.

Levando-se em conta a origem das famílias, estas já tinham vínculo com a terra antes de serem assentadas. Os municípios de origem são: Ibirubá, Campos Borges, Frederico Westphalen e Panambi.

Com o passar dos anos, 3 famílias que vieram do PA Carlos Mariguela não se adaptaram à região e às distâncias e, de alguma forma, acabaram desistindo da área e, conseqüentemente, do projeto de reforma agrária para suas vidas. Assim, hoje, há apenas 3 famílias originais da implantação do PA; as outras 3 chegaram por sorteio do INCRA.

Com relação à organização econômica, 3 famílias são membros de alguma organização cooperativa de produção ou de crédito. As principais cooperativas que atuam no PA por parte de produção são: Cooperativa Triticola de Júlio de Castilhos (COTRIJUC), com 3 famílias do total, atuando na comercialização da produção leiteira e AGROPAN, com 3 das famílias associadas, atuando na negociação da produção de grãos. As cooperativas que atuam por parte do crédito são Sicredi, com 3 famílias e Crehnor, com 3 famílias.

O PA é composto por 6 famílias assentadas, com um total de 21 pessoas residentes, das quais 8 são crianças, 1 jovem e 12 são adultos. Quanto à composição populacional por sexo, 8 são do sexo masculino e 13 são do sexo feminino; dentre as mulheres, 3 são irmãs, dando a impressão que o PA é uma grande família.

No que se refere às estradas de acesso ao assentamento e às internas, todas se encontram em condições regulares, havendo algumas dificuldades em períodos chuvosos. A situação se agrava em relação a dois lotes que estão localizados nos fundos da área.

O acesso à água para 5 famílias foi conseguido através da perfuração de poços tipo amazonas, os quais têm pouca resistência e, conforme relato dos moradores, “muitas vezes estão contaminados pelo uso do agrotóxico 24D”. Nestes poços, foram feitas análises da água que resultaram em água imprópria para o consumo humano. Uma das famílias recebe água encanada de uma fazenda vizinha.

Havendo a necessidade de perfuração de poço artesiano, conforme os dados levantados pela Coptec, uma média de 300 metros de cano supre a necessidade da instalação hidráulica para as casas, sendo essa, agora, a principal luta das famílias.

A realidade do atendimento à saúde no PA Banrisul II se caracteriza pela falta de atendimento médico e dentário. Neste assentamento, não existe o Programa Saúde da Família, portanto inexistente o trabalho de agentes comunitários de saúde. A distância do acesso aos serviços de saúde é de 30 quilômetros do posto de saúde com atendimento no município de Capão do Cipó e de 92 quilômetros na sede do município de Tupanciretã; nos casos mais graves, a secretaria de saúde encaminha o paciente para um hospital no município de Santiago a 48 quilômetros.

Há 6 crianças em idade escolar que cursam o Ensino Fundamental no município de Capão do Cipó e que recebem a ajuda do transporte escolar deste município. O pai de uma das crianças, que possui carro, é responsável por levar as crianças até um ponto marcado, a cerca de 5 quilômetros distante do Assentamento, na rodovia BR-377 que faz divisa entre os municípios, onde esperam o ônibus passar.

Segundo informações dos assentados, as moradias estão em condições relativamente boas, sendo que do total de 6 casas, 1 é de alvenaria e 2 são de madeira e 3 são mistas, todas com telhas de amianto; as 6 casas possuem banheiro completo, mas sem fossa séptica.

Estas casas estão distribuídas em forma de agrovila, onde cada família conta com aproximadamente 1,5 hectares em torno da moradia e mais 15 hectares para cada família ao fundo do assentamento. Esse sistema foi adotado devido à forma estreita e comprida do assentamento, e também pela necessidade de otimizar a distribuição de energia elétrica cuja colocação, à época (2002-2003), ficou sob a responsabilidade financeira das famílias.

Como já foi mencionado, a grande luta dessas famílias, hoje, pela construção de um poço artesiano com uma rede de hidráulica, que chegue às 6 casas, depende de obtenção de recurso que gira em torno de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e que vem sendo reivindicado junto aos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal.

6.3 REFLEXÕES SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A exclusão social de indivíduos é algo cruel proporcionado ora pelo capitalismo, ora pelo Estado, fato que aumenta a desigualdade e, conseqüentemente, gera conflitos/lutas sociais pela reinserção dos excluídos do sistema.

Após conhecer a realidade do universo dos Assentamentos Rurais de Tupanciretã e se apropriar da história de sua trajetória, é relevante destacar que todos passaram por uma árdua luta com um futuro incerto em busca da tão almeja terra.

Cada um dos 15 Assentamentos da Reforma Agrária tem a sua peculiaridade em relação à trajetória de luta, mas todos convergem ao mesmo caminho, afluem na busca do direito por uma vida digna para os seus familiares e o reconhecimento do Estado e da Sociedade sobre seu território.

Apesar de dificuldades, discriminação e pré-conceito sofridos pelos assentados, hoje, são atores indispensáveis na vida econômica de Tupanciretã, pois são em torno de 600 famílias que dinamizam o comércio local, comprando e vendendo produtos/mercadorias.

Para sobreviver, as famílias assentadas adaptaram-se ao modo vigente de produção e estão inseridas no processo capitalista que é a sojicultura, que é mais bem analisado e discutido no capítulo a seguir.

7 A SOJA: OURO OU PIRITA?

REFLEXÃO MUSICAL E de Repente, a Soja!

E de repente a mata sentiu lhe visitando
O pé da agricultura sobre seu chão pisando
Tratores gigantescos nos campos desfilando
E toda uma Nação dando a voz de comando
O bravo lavrador alegre semeando
Na terra sempre alerta com sua boca aberta
A soja esperando

E de repente a soja no seio do sertão
Cresceu verde e viçosa cobrindo todo o chão
O banco financiando e o governo dando a mão
O lavrador que ia na mesa ter mais pão
Sorria ao ver o verde do alto do espigão
A imensidão cobrindo qual moça se vestindo
Pra festa de verão

E de repente tudo tomou a cor marrom
Eram milhões de vagens por toda a plantação
Saía da lavoura lotado o caminhão
Carregando o produto de nossa exportação
A plantação de soja será que nos trouxe a solução?
Com trabalho e suor para o lavrador
Será que foi a sua salvação?

Letra: José Fortuna (1980)

Música: Zé Fortuna & Pitangueira & Zé do Fole

Adaptação: Vinicius Silva Moreira

7.1 A MARCHA DA SOJA E A SUA OCUPAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Os anos de 1950 foram marcados pela chegada da leguminosa soja em Tupanciretã, mais precisamente nos campos experimentais da EMATER/RS, com a finalidade de pesquisa em áreas subtropicais do Brasil, conforme o Censo Agropecuário do IBGE que contabilizou 3 toneladas dessa produção em uma área não definida.

Na década de 1960, o mercado internacional começa a requerer a soja e o auxílio governamental foi de suma importância, pois o capital estava disposto a investir no campo, comprar soja e, em contrapartida, fornecer tecnologia para a produção desses grãos. O pacote tecnológico disponível pelas multinacionais altamente capitalizadas teve um ônus para os produtores, os quais foram e são financiados pelo Governo Federal.

No final da década de 1960, alguns pecuaristas aderiram a essa produção, pois detinham o fator Terra que foi colocada em garantia para assegurar o financiamento. Mas, pela falta de prática com a nova produção, abandonaram essa atividade com medo de hipotecar e perder suas áreas secularmente herdadas, voltando para a atividade pastoril.

Com isso, o cultivo da soja foi desestimulado na década de 1960, não pelo mercado internacional que continuava a comercializar e buscar cada vez mais espaço para a soja, mas sim pelos altos juros do financiamento da produção e o despreparo dos detentores da terra. Por esse motivo, está registrada no Censo Agropecuário dessa década (ver TABELA 5) uma área plantada de 802 hectares, onde foram colhidas 1092 toneladas de soja.

Assim, na década de 1970, o Governo Federal, incentivado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) através do Banco Mundial, favoreceu de forma verticalizada várias linhas de crédito com juros irrisórios visando sedimentar e concretizar a produção de soja, com largos programas de incentivo via Banco do Brasil, menos burocracia na retirada do financiamento, facilidade para compra de maquinários, insumos e seguro para o plantio e produção. Entretanto, todas essas iniciativas culminaram em várias fraudes, como, por exemplo, o adubo-papel e o calcário-papel.

Agricultores de má fé aderiam aos financiamentos para a lavoura de soja, mas nela não investiam. De forma ilícita, compravam notas fiscais dos insumos necessários para a produção como forma de comprovar junto à rede financeira que o dinheiro foi investido na lavoura. No entanto, adquiriram outros bens como casas, terrenos, automóveis, entre outros. Na hora da colheita, diziam que a lavoura não havia vingado e, durante a vistoria, ludibriavam o corretor de seguros do Banco do Brasil que pouco entendia de lavoura, e, assim, recebiam o seguro indenizatório da produção.

Ressalte-se que esses acontecimentos existiram e foram devidamente investigados e descobertos pela Polícia Federal, sendo essas pessoas de má índole punidas na forma da Lei.

Entretanto, cabe destacar nessa pesquisa que o Censo Agropecuário de 1970, realizado pelo IBGE (ver TABELA 5), contou, em Tupanciretã, com uma área plantada de 16.297 hectares, onde foram colhidas 13.486 toneladas de soja, com uma produtividade média de 13 sacas por hectare.

Isso demonstra que essa atividade começou a tomar força com o apoio do Governo Federal que ambicionava à agroexportação, mas ainda muito incipiente no Município, que conta com a área total rural de 262.527,26 hectares, e, também, por um certo pré-conceito/bairrismo dos pecuaristas em relação à soja em seus campos.

Como já visto em capítulos anteriores dessa pesquisa, nos anos de 1980 começa a se formar o Complexo Agroindustrial (CAI) da Soja e a intolerância dos pecuaristas começa a desaparecer na medida em que veem como uma nova fonte de renda a exploração da terra através do arrendamento para os sojicultores. Com isso a área de plantio cresce em relação à década passada.

Novas técnicas, equipamentos, produtos e insumos são colocados no mercado formando toda uma estrutura pró-soja para aumentar a produtividade, pois o Censo Agropecuário de 1980 registra como área plantada 88.006 hectares com uma produção de 85.197 toneladas e uma produtividade de 16 sacas por hectare, ainda considerada baixa para os padrões internacionais.

Na década de 1990, acontece a inversão da matriz produtiva local, quando a pecuária extensiva deixa de ser relevante nos campos de Tupanciretã e abre espaço para a sojicultura. É nessa década que famílias que tinham um vínculo com a pecuária extensiva (capatazes e peões) são excluídas do campo por não satisfazerem os interesses do capital verticalizado, forçadas ao êxodo rural e à

periferização da zona urbana de Tupanciretã com uma reestruturação local horizontalizada nas diversas camadas sociais.

O dono da terra não manda mais na produção em uma parte do ano, pois a pecuária extensiva deixa de existir. O dono da produção (soja), por sua vez, não é o dono da terra, mas é quem dinamiza e dita os fluxos comerciais. O ex-capataz e o ex-peão, marginalizados na periferia da cidade, fazem “bico”²³ na pecuária superintensiva (bovinocultura) e acabam se unindo e formando um movimento local de luta pela terra, reivindicando terras que sejam em Tupanciretã. Novos agentes sociais começam a chegar ao Município também na luta pela terra, tornando os anos da década de 1990 os mais marcantes para a até então pacata municipalidade.

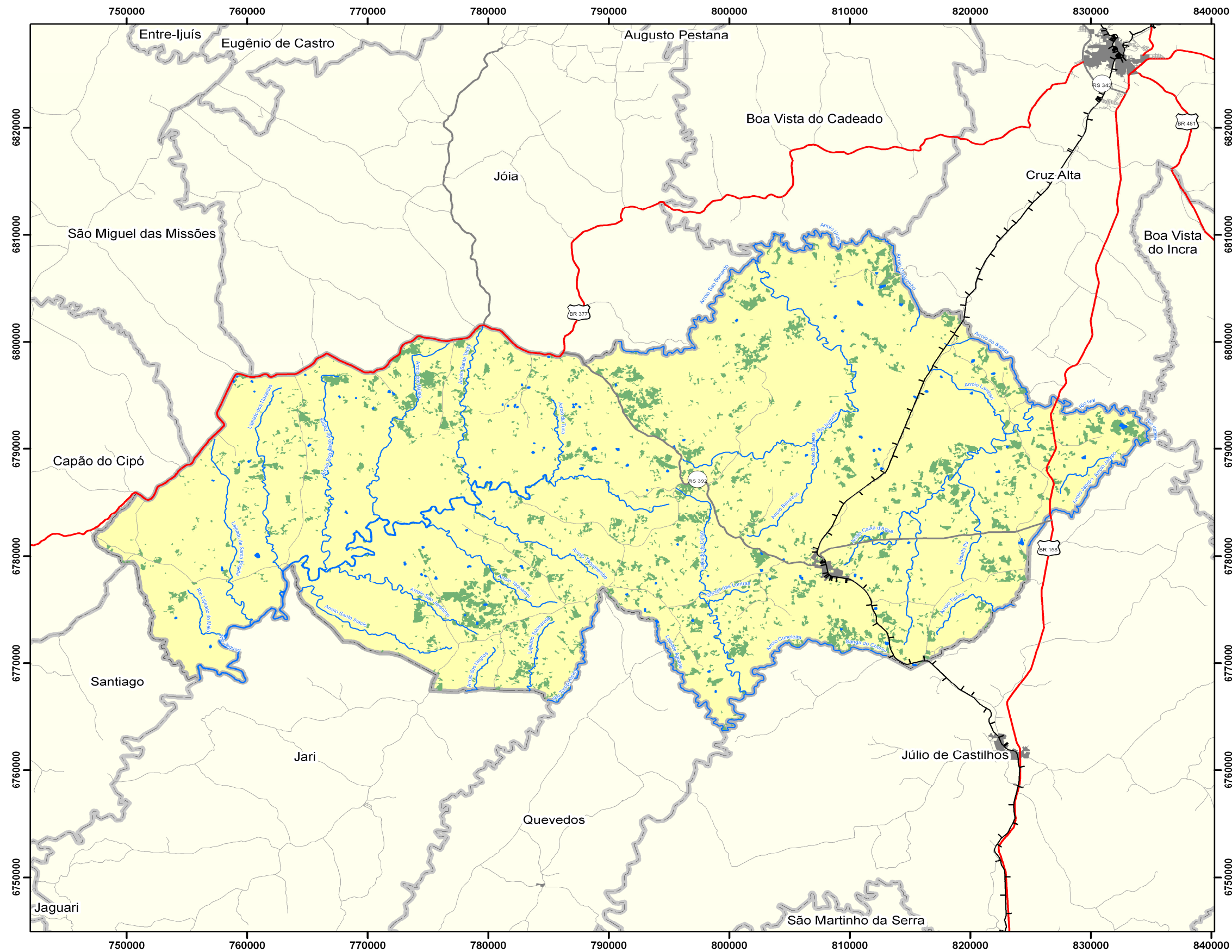
O Censo Agropecuário do ano de 1995 registrou 70.000 hectares de área plantada, com uma produção de 147.000 toneladas, o que significou uma produtividade de 35 sacas por hectare. Produção esta esperada para a agroexportação conforme requeriam os moldes internacionais, isso à custa massiva de tecnologia como máquinas, equipamentos e insumos gerais, ou seja, o lugar se (re)(des)configura surgindo um novo pensamento local, o pensamento de que a soja é a riqueza, é a fortuna, é o grande *El dourado*, o ouro de Tupanciretã.

Com a confecção de uma ferramenta de apoio, o mapa de uso do solo, elaborado através da imagem do satélite *Landsat 5 TM* de 12 de janeiro de 1994, com composição espectral codificada em R5, G4, B3 e cruzamento com a base cartográfica do Departamento de Sistema Geográfico do Exército Brasileiro, de escala 1:50000, fez-se a leitura e a interpretação do Espaço Geográfico.

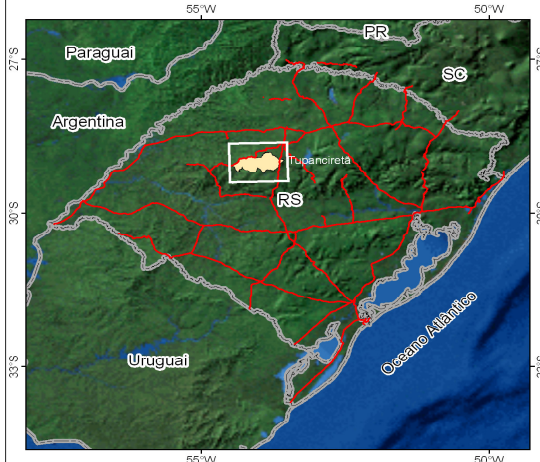
Dessa forma, com essa ferramenta, é aberto um portal no tempo que remete à safra de soja plantada no ano de 1993 e colhida no ano de 1994, permitindo analisar a espacialização desse cultivo. Observa-se que as áreas da sojicultura estão dispersas em todo o meio rural do Município, mas com maior concentração nas áreas perto das estradas de acesso para facilitar o escoamento da produção, principalmente nas rodovias federais BR-158 e BR-377 e na rodovia estadual RS-392, contando também com a já existente rede ferroviária sob concessão da América Latina Logística (ALL) para levar os grãos até o porto de Rio Grande (MAPA 14)

²³ Bico: pequenos ganhos avulsos e/ou tarefa ocasional que os possibilita; biscate, gancho, galho, viração (FERREIRA, 1986. p.255).

MAPA 14 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 12/01/1994



Mapa das Lavouras de Soja Município de Tupanciretã/RS - 1994



Convenções Cartográficas

- | | | | |
|-----------------------|-------------------|-------------|----------------------------|
| Sistema Viário | | Hidrografia | |
| | Estrada Estadual | | Lagoas, acudes e barragens |
| | Estrada Federal | | Limite Municipal |
| | Estrada Municipal | | Municípios de influência |
| | Ferrovia | | |

Legenda

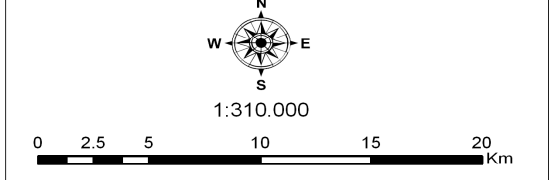
- Área Urbana
- Lavoura de soja em Tupanciretã

Fonte dos dados

- Limite Municipal e Estadual IBGE (2005) modificado
- Limite assentamentos INCRA
- Base Cartográfica (DSG) 1/50.000
- Imagem Landsat 5 TM - Data: 12/01/1994
- Composição: R:5 G:4 B:3
- Organizador: Vinicius Silva Moreira (2010)
- Articulação das Folhas: SH-22-V-A-IV-4; H-22-V-A-IV-3; H-21-X-B-VI-4; SH-21-X-B-VI-3; SH-21-X-D-III-1; SH-21-X-D-III-2; SH-22-V-C-I-1; SH-22-V-C-I-2.

Informações Cartográficas

- Projeção Universal Transversa de Mercator
- Datum Oficial - Sirgas 2000
- Meridiano Central - 45° Wgr



Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Na safra de soja do ano de 1995/1996, através da comparação do mapa de uso do solo no Município em 03/02/1996, mapa 15 com o mapa 14, fica evidente que a área plantada aumentou em relação a duas safras anteriores. Isso é confirmado pelo Censo Agropecuário de 1996, que quantificou 75.677 hectares destinados a essa produção em Tupanciretã.

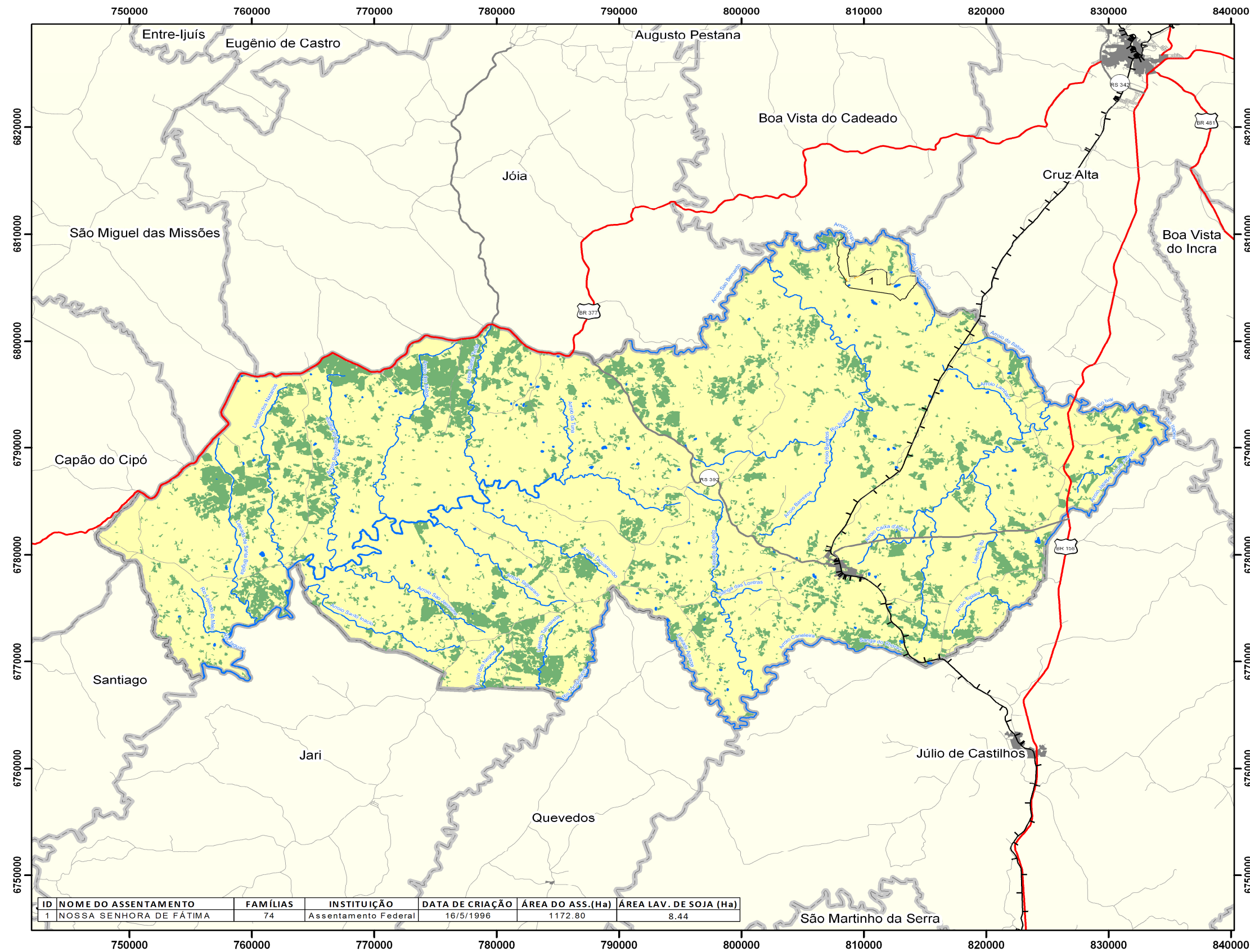
Observando-se o mapa 15, pode-se afirmar que as áreas de sojicultura foram ampliadas de forma pulverizada em todo o Município, com destaque para duas características: primeiro, utilizando áreas mais próximas das estradas e rodovias pela facilidade em escoar a produção; segundo, ocupando as áreas agricultáveis próximas aos recursos hídricos, pois o capital investiu na implantação de “Pivô Central de Irrigação”²⁴ para garantir cem por cento da colheita com alto rendimento, ou seja, uma ótima produtividade.

No mesmo mapa 15, é observada a presença do primeiro Projeto de Assentamento Rural em Tupanciretã. Mas é muito importante destacar os períodos temporais na leitura e interpretação dessa ferramenta: isso significa dizer que, quando o satélite *Landsat 5 TM* fez a imagem através do rastreamento, na data de 03 de fevereiro de 1996, ainda não havia nenhum assentamento rural em Tupanciretã, pois, como pode ser observado na “tabela-legenda” no canto inferior esquerdo do mapa, o Projeto de Assentamento Rural Nossa Senhora de Fátima foi criado em 16 de maio de 1996, ou seja, 3 meses e 13 dias após a varredura do satélite.

Partindo do princípio de que o Assentamento Rural Nossa Senhora de Fátima iria ser implantado alguns meses após o imageamento do satélite, o qual possibilitou a confecção desse mapa, é relevante destacar que essa mesma área estava com 8,44 hectares de soja plantados, uma vez que a área total da antiga propriedade, que se tornou o assentamento possibilitando a instalação de 74 famílias, tinha um total de 1172 hectares, com dois açudes existentes até hoje.

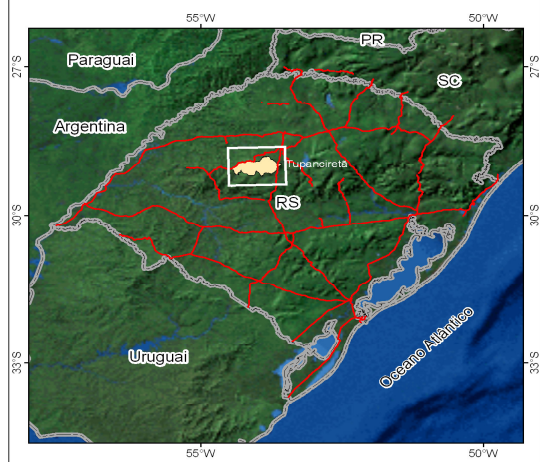
²⁴ Sistema em que uma área circular é projetada para receber uma tubulação e, por meio de um raio que gira, a água captada dos recursos hídricos mais próximos é aspergida por cima da plantação.

MAPA 15 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 03/02/1996



ID	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	INSTITUIÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA DO ASS.(Ha)	ÁREA LAV. DE SOJA (Ha)
1	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	74	Assentamento Federal	16/5/1996	1172.80	8.44

Mapa das Lavouras de Soja nos Assentamentos Rurais Município de Tupanciretã/RS - 1996



Convenções Cartográficas

- Sistema Viário**
- Estrada Estadual
 - Estrada Federal
 - Estrada Municipal
 - Ferrovia
 - Hidrografia
 - Lagoas, acudes e barragens
 - Limite Municipal
 - Municípios de influência

Legenda

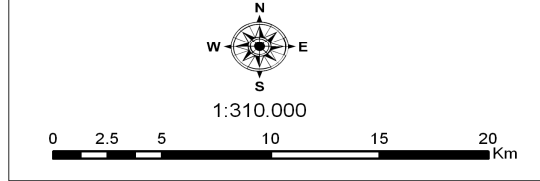
- Área Urbana
- Assentamento Rural
- Lavoura de soja em Tupanciretã
- Lavoura de soja nos assentamentos rurais

Fonte dos dados

- Limite Municipal e Estadual IBGE (2005) modificado
 - Limite assentamentos INCRA
 - Base Cartográfica (DSG) 1/50.000
 - Imagem Landsat 5 TM - Data: 03/02/1996
 - Composição: R:5 G:4 B:3
 - Organizador: Vinicius Silva Moreira (2010)
 - Articulação das Folhas: SH-22-V-A-IV-4; H-22-V-A-IV-3; H-21-X-B-VI-4; SH-21-X-B-VI-3; SH-21-X-D-III-1; SH-21-X-D-III-2; SH-22-V-C-I-1; SH-22-V-C-I-2.

Informações Cartográficas

- Projeção Universal Transversa de Mercator
 - Datum Oficial - Sirgas 2000
 - Meridiano Central - 45° Wgr



Seguindo a mesma premissa de análise espacial, o mapa 16, extraído da imagem do Satélite *Landsat 7 TM* no dia 06 de fevereiro do ano 2000, já contava com uma imensa área destinada à sojicultura, pois no mesmo ano o IBGE realiza um Censo Agropecuário que revela números surpreendentes para Tupanciretã. Revelou a vitória dessa cultura, revelou que 31% da área rural fora designada para esse cultivo, subtraindo-se, evidentemente, áreas de preservação ambiental, rios, estradas e benfeitorias que não contabilizam área agricultável.

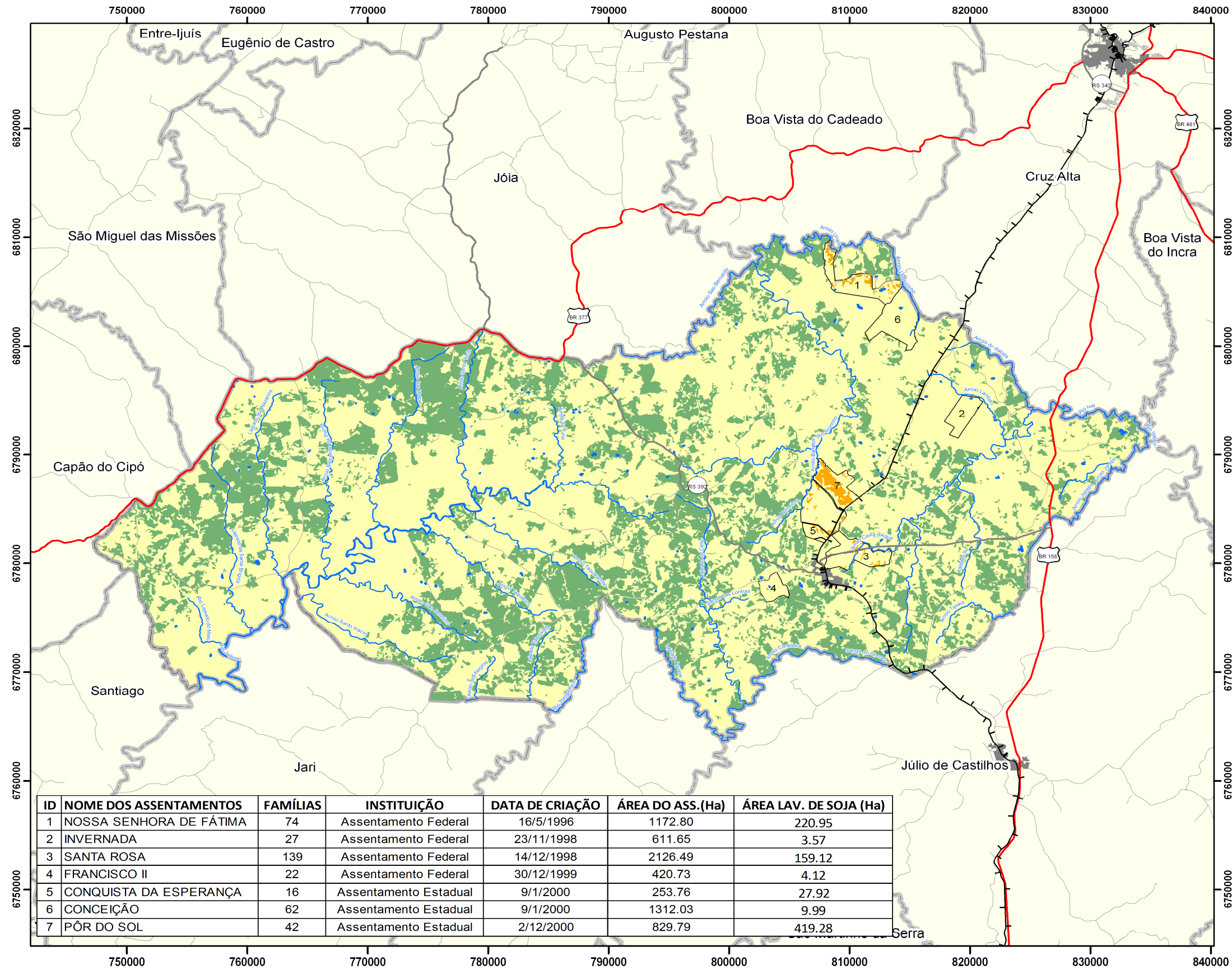
No ano de 2000, portanto, a área plantada de soja foi de 80.000 hectares, com uma super produção de 192.000 toneladas do grão, atingindo uma média de produtividade, nunca antes vista, de 40 sacas por hectare.

A contraditória realidade que vem à tona com esses números são os 448 hectares, aproximadamente, destinados a essa produção, oriundos de Assentamentos Rurais, ou seja, vindos de territórios conhecidos como lugares de resistência ao agronegócio. Nesse momento, já havia 6 Assentamentos Rurais estabelecidos no Município, o que pode ser observado na legenda do mapa 16, onde as áreas com o plantio de soja nos Assentamentos Rurais estão na cor laranja e as demais áreas do Município em verde.

Devido ao satélite capturar a imagem no dia 06 de fevereiro do ano de 2000, deve-se desconsiderar o Assentamento Estadual Pôr do Sol, porque o mesmo só foi constituído em 02 de dezembro do mesmo ano. Dessa forma, a área representada em cor laranja que espacializa o cultivo da soja na antiga propriedade que fora comprada pelo Governo Estadual e destinada à reforma agrária, demonstra que áreas altamente produtivas foram passíveis de reforma agrária no Município. Nesse caso, a antiga propriedade que precedeu ao PA Pôr do Sol tinha uma área total de 829,79 hectares com uma lavoura de soja de 419,28 hectares.

Todavia, a dinâmica municipal muda em função do agronegócio; o Produto Interno Bruto (PIB) cresce; as áreas rurais e urbanas supervalorizam-se com a especulação imobiliária; o comércio toma um novo rumo de prosperidade, principalmente com o incremento de famílias assentadas gastando no próprio Município e uma nova moeda local, a soja, surge como base para qualquer transação comercial de compra e venda. A população diz: “vai pagar em dinheiro ou em soja?”

MAPA 16 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 06/02/2000



ID	NOME DOS ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS	INSTITUIÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA DO ASS. (Ha)	ÁREA LAV. DE SOJA (Ha)
1	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	74	Assentamento Federal	16/5/1996	1172.80	220.95
2	INVERNADA	27	Assentamento Federal	23/11/1998	611.65	3.57
3	SANTA ROSA	139	Assentamento Federal	14/12/1998	2126.49	159.12
4	FRANCISCO II	22	Assentamento Federal	30/12/1999	420.73	4.12
5	CONQUISTA DA ESPERANÇA	16	Assentamento Estadual	9/1/2000	253.76	27.92
6	CONCEIÇÃO	62	Assentamento Estadual	9/1/2000	1312.03	9.99
7	PÔR DO SOL	42	Assentamento Estadual	2/12/2000	829.79	419.28

Mapa das Lavouras de Soja nos Assentamentos Rurais Município de Tupanciretã/RS - 2000

Convenções Cartográficas

Sistema Viário

- Estrada Estadual
- Estrada Federal
- Estrada Municipal
- Ferrovia
- Hidrografia
- Lagoas, acudes e barragens
- Limite Municipal
- Municípios de influência

Legenda

- Área Urbana
- Assentamentos rurais
- Lavoura de soja nos assentamentos rurais
- Lavoura de soja em Tupanciretã

Fonte dos dados

- Limite Municipal e Estadual IBGE (2005) modificado
- Limite assentamentos INCRA
- Base Cartográfica (DSG) 1/50.000
- Imagem Landsat 7 TM - Data: 06/02/2000
- Composição: R:5 G:4 B:3
- Organizador: Vinicius Silva Moreira (2010)
- Articulação das Folhas: SH-22-V-A-IV-4; H-22-V-A-IV-3; H-21-X-B-VI-4; SH-21-X-B-VI-3; SH-21-X-D-III-1; SH-21-X-D-III-2; SH-22-V-C-I-1; SH-22-V-C-I-2

Informações Cartográficas

- Projeção Universal Transversa de Mercator
- Datum Oficial - Sirgas 2000
- Meridiano Central - 45° Wgr

1:310.000

O mapa 17 teve como base de dados para sua confecção a imagem do satélite *Landsat 5 TM* do dia 26 de janeiro do ano de 2005. Essa ferramenta possibilitou analisar a safra 2004/2005 e contou com um dado, no mínimo, surpreendente, pois em todos os 15 assentamentos rurais foram identificadas lavouras com soja. Foram totalizados 2854 hectares destinados à produção do maior símbolo do agronegócio brasileiro, a soja. Destaca-se que o último assentamento rural a se instalar em Tupanciretã foi o PA Banrisul II no ano de 2002.

No ano seguinte, em 2006, o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE mostrou que Tupanciretã tornou-se o Município estadual líder em produção de soja, com uma área plantada de 136.000 hectares e com uma colheita de 360.000 toneladas do grão, resultando em uma produtividade média de 44 sacas por hectare.

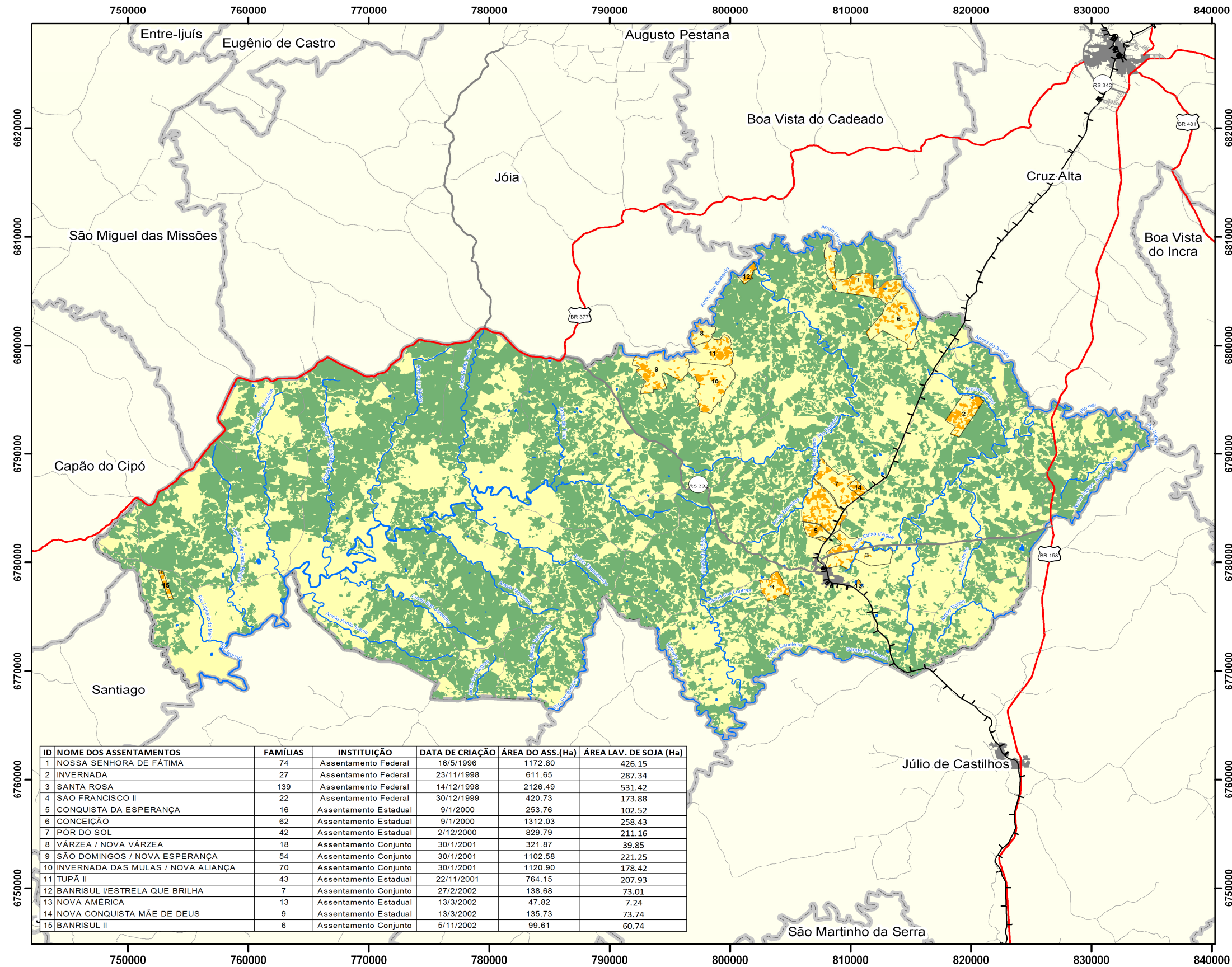
A última ferramenta cartográfica confeccionada foi o mapa 18, que representa o uso do solo no ano de 2010, mais precisamente no dia 09 de fevereiro de 2010, data essa devido à origem da imagem do satélite *Landsat 5 TM* que serviu de base espectral para levantar as imagens daquele dia.

A força verticalizada do capital é extraordinária no que se refere à evolução e ao domínio da soja nos últimos 20 anos. Em quase todas as propriedades rurais de Tupanciretã ocorreu a adesão a esse cultivo, até mesmo em áreas de resistência ao agronegócio como é o caso dos assentamentos rurais, com origem da luta em diversos segmentos dos movimentos sociais, como MST, MAB e Municipários.

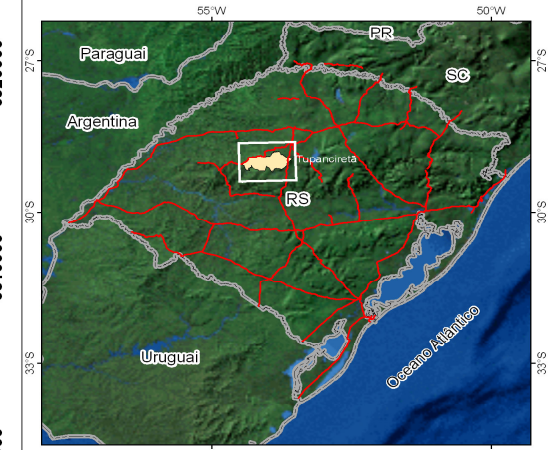
O aumento da área plantada de soja e seu desenvolvimento podem ser comparados entre os mapas 14, 15, 16, 17 e 18. Mas cabe ressaltar que ainda há áreas/propriedades, poucas, extremamente poucas, que ainda hoje não aceitam a soja em seus campos, principalmente em fazendas localizadas na porção leste do Município que continuam com o processo de pecuária extensiva, fazendas localizadas ao longo da estrada de ferro, na localidade denominada de “Espinilho”, em direção ao município de Cruz Alta.

Segundo as palavras de um proprietário de uma dessas fazendas de pecuária extensiva (Entrevistado 32): “A minha Fazenda é um lugar sagrado, sou da 6ª geração. Ela foi do meu tataravô e será dos meus filhos; não vendo e não entrego nenhum palmo de terra pra ninguém. Aqui é só pecuária!”

MAPA 17 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 26/01/2005



Mapa das Lavouras de Soja nos Assentamentos Rurais Município de Tupanciretã/RS - 2005



Convenções Cartográficas

- Sistema Viário**
- Estrada Estadual
 - Estrada Federal
 - Estrada Municipal
 - Ferrovia
 - Hidrografia
 - Lagoas, acudes e barragens
 - Limite Municipal
 - Municípios de influência

Legenda

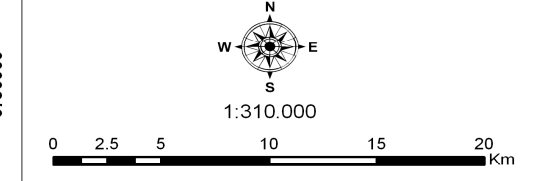
- Assentamentos Rurais
- Área Urbana
- Lavoura de soja em Tupanciretã
- Lavoura de soja nos assentamentos rurais

Fonte dos dados

- Limite Municipal e Estadual IBGE (2005) modificado
- Limite assentamentos INCRA
- Base Cartográfica (DSG) 1/50.000
- Imagem Landsat 5 TM - Data: 26/01/2005
- Composição: R:5 G:4 B:3
- Organizador: Vinicius Silva Moreira (2010)
- Articulação das Folhas: SH-22-V-A-IV-4; H-22-V-A-IV-3; H-21-X-B-VI-4; SH-21-X-B-VI-3; SH-21-X-D-III-1; SH-21-X-D-III-2; SH-22-V-C-I-1; SH-22-V-C-I-2.

Informações Cartográficas

- Projeção Universal Transversa de Mercator
- Datum Oficial - Sirgas 2000
- Meridiano Central - 45° Wgr



ID	NOME DOS ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS	INSTITUIÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA DO ASS.(Ha)	ÁREA LAV. DE SOJA (Ha)
1	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	74	Assentamento Federal	16/5/1996	1172.80	426.15
2	INVERNADA	27	Assentamento Federal	23/11/1998	611.65	287.34
3	SANTA ROSA	139	Assentamento Federal	14/12/1998	2126.49	531.42
4	SÃO FRANCISCO II	22	Assentamento Federal	30/12/1999	420.73	173.88
5	CONQUISTA DA ESPERANÇA	16	Assentamento Estadual	9/1/2000	253.76	102.52
6	CONCEIÇÃO	62	Assentamento Estadual	9/1/2000	1312.03	258.43
7	POR DO SOL	42	Assentamento Estadual	2/12/2000	829.79	211.16
8	VÁRZEA / NOVA VÁRZEA	18	Assentamento Conjunto	30/1/2001	321.87	39.85
9	SÃO DOMINGOS / NOVA ESPERANÇA	54	Assentamento Conjunto	30/1/2001	1102.58	221.25
10	INVERNADA DAS MULAS / NOVA ALIANÇA	70	Assentamento Conjunto	30/1/2001	1120.90	178.42
11	TUPÃ II	43	Assentamento Estadual	22/11/2001	764.15	207.93
12	BANRISUL I/ESTRELA QUE BRILHA	7	Assentamento Conjunto	27/2/2002	138.68	73.01
13	NOVA AMÉRICA	13	Assentamento Estadual	13/3/2002	47.82	7.24
14	NOVA CONQUISTA MÃE DE DEUS	9	Assentamento Estadual	13/3/2002	135.73	73.74
15	BANRISUL II	6	Assentamento Conjunto	5/11/2002	99.61	60.74

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Mesmo com poucas propriedades resistentes à sojicultura, o rebanho bovino ainda está presente no Município, pois o Censo Agropecuário de 2006 aponta 75.410 cabeças. Dessas devem ser descontadas as vacas da bacia leiteira existentes nos 15 assentamentos rurais, que contam com um total de 4.360 vacas ordenhadas diariamente.

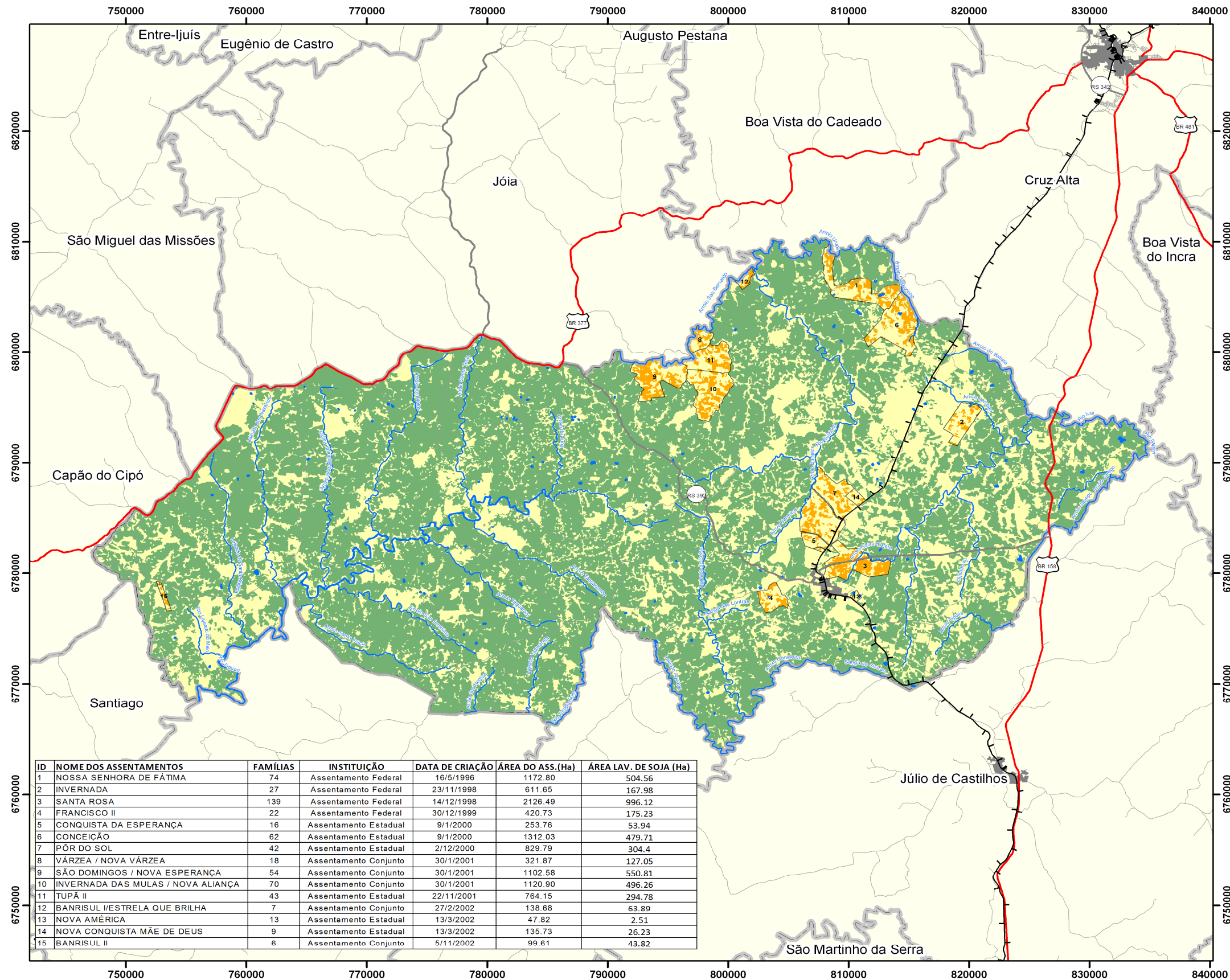
Entretanto, a soja bate recordes de área plantada a cada safra, pois, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, cujo último dado é da safra 2009/2010, foram destinados 140.000 hectares para esse cultivo.

Há aqui uma defasagem em relação aos dados oficiais do IBGE, visto que o último Censo Agropecuário foi realizado há seis anos²⁵.

Por meio do mapa 18, pode ser verificado que a área destinada para a soja dentro dos 15 assentamentos rurais também cresceu em cinco anos, já que, no ano de 2005, havia 2.854 hectares com soja plantada e, no ano de 2010, foram destinados 3.308 hectares para esse cultivo.

²⁵ Em 2012, quando se realizou a redação desse trabalho, os últimos dados oficiais disponibilizados pelo Censo Agropecuário do IBGE eram do ano de 2006.

MAPA 18 – Mapa de uso do solo com a soja no município de Tupanciretã/RS na data de 09/02/2010



ID	NOME DOS ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS	INSTITUIÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA DO ASS.(Ha)	ÁREA LAV. DE SOJA (Ha)
1	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	74	Assentamento Federal	16/5/1996	1172.80	504.56
2	INVERNADA	27	Assentamento Federal	23/11/1998	611.65	167.98
3	SANTA ROSA	139	Assentamento Federal	14/12/1998	2126.49	996.12
4	FRANCISCO II	22	Assentamento Federal	30/12/1999	420.73	175.23
5	CONQUISTA DA ESPERANÇA	16	Assentamento Estadual	9/1/2000	253.76	53.94
6	CONCEIÇÃO	62	Assentamento Estadual	9/1/2000	1312.03	479.71
7	PÔR DO SOL	42	Assentamento Estadual	2/12/2000	829.79	304.4
8	VÁRZEA / NOVA VÁRZEA	18	Assentamento Conjunto	30/1/2001	321.87	127.05
9	SÃO DOMINGOS / NOVA ESPERANÇA	54	Assentamento Conjunto	30/1/2001	1102.58	550.81
10	INVERNADA DAS MULAS / NOVA ALIANÇA	70	Assentamento Conjunto	30/1/2001	1120.90	496.26
11	TUPÃ II	43	Assentamento Estadual	22/11/2001	764.15	294.78
12	BANRISUL I/ESTRELA QUE BRILHA	7	Assentamento Conjunto	27/2/2002	138.68	63.89
13	NOVA AMÉRICA	13	Assentamento Estadual	13/3/2002	47.82	2.51
14	NOVA CONQUISTA MÃE DE DEUS	9	Assentamento Estadual	13/3/2002	135.73	26.23
15	BANRISUL II	6	Assentamento Conjunto	5/11/2002	99.61	43.82

Mapa das Lavouras de Soja nos Assentamentos Rurais Município de Tupanciretã/RS - 2010

Convenções Cartográficas

Sistema Viário

- Estrada Estadual
- Estrada Federal
- Estrada Municipal
- Ferrovia
- Hidrografia
- Lagoas, acudes e barragens
- Limite Municipal
- Municípios de influência

Legenda

- Assentamentos Rurais
- Área Urbana
- Lavoura de soja nos assentamentos rurais
- lavoura de soja em Tupanciretã

Fonte dos dados

- Limite Municipal e Estadual IBGE (2005) modificado
- Limite assentamentos INCRA
- Base Cartográfica (DSG) 1/50.000
- Imagem Landsat 5 TM - Data: 09/02/2010
- Composição: R:5 G:4 B:3
- Organizador: Vinicius Silva Moreira (2010)
- Articulação das Folhas: SH-22-V-A-IV-4; H-22-V-A-IV-3; H-21-X-B-VI-4; SH-21-X-B-VI-3; SH-21-X-D-III-1; SH-21-X-D-III-2; SH-22-V-C-I-1; SH-22-V-C-I-2.

Informações Cartográficas

- Projeção Universal Transversa de Mercator
- Datum Oficial - Sirgas 2000
- Meridiano Central - 45° Wgr

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

7.2 SOJA E LEITE: O BINÔMIO QUE APORTA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

É de suma importância frisar que não há nenhuma inconstitucionalidade, ou seja, nenhum impedimento legal em se plantar soja dentro dos assentamentos rurais da reforma agrária no Brasil.

Nos assentamentos da reforma agrária no município de Tupanciretã, o carro-chefe do sistema produtivo é o cultivo desta leguminosa no verão, consorciado com o plantio de aveia ou azevém que servem para atender à pecuária leiteira como pastagens no inverno.

Como já foi elucidado anteriormente no subitem da “Bovinocultura”, a soja é plantada em meados de outubro e colhida em meados de março/abril, com duração média de 6 meses na terra.

No mesmo momento em que é feita a colheita pelas ceifadeiras automotrizes, tratores com plantadeiras vêm logo atrás plantando aveia ou azevém, que servirá de pastagem até outubro. Depois desse período, é aplicado um agrotóxico chamado de “glifosato” para secar a pastagem, popularmente conhecido como secante. Dessa maneira, novamente a soja voltará a ser plantada sobre a palha seca representando o plantio direto, ou seja, um ciclo de 6 meses para cada cultivo.

A soja, dentro dos assentamentos rurais, tem duas modalidades bem distintas para o seu cultivo; uma é quando o próprio assentado a cultiva sob sua responsabilidade, e outra é quando há o arrendamento de parte das terras do lote do assentado. Assim, cabe explicar cada uma delas de forma separada, destacando que as duas modalidades ocupam cerca de 65% a 85% do lote para esse cultivo.

A cobiça pelo agronegócio da soja, sustentada pelo fator capital, ambiciona e demanda de áreas agricultáveis e, de forma ilusória, o assentado fica entusiasmado com a possibilidade de ganhar um bom dinheiro, com o “brilho” da soja em seu pequeno lote de terra familiar.

Nesse lote que foi conquistado pelos ex-sem-terras (hoje assentados), a partir da exclusão que os mesmos sofreram do sistema capitalista, aliado ao pré-conceito da sociedade, repetem-se as práticas capitalistas que, provavelmente, no passado, os excluía do campo. É o agronegócio da soja.

O cultivo da soja é oneroso. Segundo dados da AGROPAN (janeiro/2012) o custo inicial de produção de um hectare de soja gira em torno de R\$ 1.692,00 (mil e seiscentos e noventa e dois reais), aplicando baixa tecnologia e, conseqüentemente,

com a produtividade também baixa, em média de 30 sacas colhidas por hectare. Quem dita o valor de cada saca de soja é a Bolsa de Valores de Chicago (EUA). O valor atual é de R\$ 67,00 (sessenta e sete reais), variando a cada dia. Para produzir uma única saca de soja, o custo é em torno de R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais), ou seja, a sobra líquida por saca está em torno de R\$ 10,60 (dez reais e sessenta centavos) ou R\$ 318,00 (trezentos e dezoito reais) de lucro por hectare.

Esses cálculos realizados pela AGROPAN consideram a melhor das hipóteses, pois se houver qualquer intempérie da natureza, como muita chuva, seca, vendaval ou ainda ataque de bactérias, fungos, insetos, entre outros, a produtividade irá diminuir e o custeio para remediar esses impactos irá aumentar.

O assentado contrai um financiamento para o custeio da lavoura no sistema financeiro, que não é a mesma linha de crédito do PRONAF. É uma linha de crédito específica para a soja, na qual os juros são irrisórios até a colheita. Com a ilusão de que irá saldar suas dívidas com a venda do produto no final da safra, ficando a áurea perspectiva, o assentado entra no mundo do agronegócio em seu lote familiar.

Raras são as exceções de assentados que ficam felizes com a almejada e dourada safra. Os obstáculos são imensos para a maioria, partem das intempéries da natureza que oneram o custeio final da lavoura e vão até a queda do preço do produto na hora da comercialização final. A premissa maior é a brusca queda dos preços após a colheita.

Após o prazo que o sistema financeiro fornece para saldar o crédito, os juros mudam exorbitantemente de valor e o indivíduo descapitalizado fica escravo do capital. Vai rolando suas dívidas, prolongando os prazos de pagamento e pagando os juros, até que, em um futuro momento, consiga saldar suas dívidas e liberar seu crediário para contrair mais uma investida financeira.

O lucro da soja é adquirido com a aplicação de alta tecnologia, com a finalidade de produzir mais sacas por hectare, ou seja, o lucro está na grande produtividade, mas, em contrapartida, também necessita de técnicas e equipamentos modernos e de um alto investimento. No caso dos assentados, isso não é uma realidade.

Não é uma realidade, porque a maioria depende de aluguel de maquinários, tanto para plantar quanto para colher, ou até mesmo para pulverizar algum agrotóxico durante as fases de crescimento e maturação da soja. No final, tem que

contratar um caminhão para transportar a produção e, com isso, aumenta o custo da lavoura.

Os poucos assentados que são proprietários de algum maquinário são donos de equipamentos defasados, maquinários que pertenceram ao início do processo de sojicultura, recondicionados, com baixíssima capacidade operacional que, para a moderna realidade na qual o agronegócio se insere, são verdadeiras raridades (FOTOS 20 e 21).

Mas, mesmo assim, esses assentados investem os seus poucos recursos, fazem financiamento na rede bancária, se endividam, se frustram na busca do sonho dourado que é a soja e, na maioria dos casos, acabam encontrando grandes piritas em seu caminho.

Por outro lado, outra modalidade de cultivo de soja presente nos assentamentos rurais é o arrendamento de parte majoritária ou total do lote.

O arrendamento parcial ou total do lote é ilegal e, se comprovado pelo INCRA, sua prática trará como punição para o assentado a perda desse lote. À exceção dos lotes cujos agricultores foram reassentados e que já possuem a escritura da terra, no caso, os reassentados no PA Pôr do Sol e PA Cachoeira (Reassentamento do MAB).

Quando há o arrendamento total do lote, o assentado passa a ter uma vida urbana em sua casa ou na de parentes na periferia (vilas) da cidade de Tupanciretã. No momento em que a vistoria do INCRA se faz presente no Município, rapidamente essas pessoas retornam aos seus lotes e dizem que a produção lhes pertence ou que têm parceria de produção com terceiros. Em seu lote não existe nada além da lavoura de soja e um casebre para disfarçar e comprovar sua residência. Esse assentado vive exclusivamente do arrendamento do seu lote.

Já no caso dos assentados que arrendam uma parte de seu lote e ali permanecem com sua família e suas atividades de produção de leite e autoconsumo, como chiqueiro, galinheiro, pomar, horta, uma pequena roça de mandioca e milho, videiras, piscicultura para quem possui açude e, em algumas raras exceções, com a apicultura, também relatam para o INCRA, durante a vistoria, que a produção de soja lhes pertence ou há uma parceria de produção.

O arrendamento é, na verdade, um acordo de cavalheiros, um acordo verbal, não há nada formal registrado em cartório, pois isso demonstraria a veracidade do arrendamento e uma prova contra o assentado. Assim, o arrendatário/sojicultor faz

um acordo em que se compromete em repassar ao assentado de 5 a 10 sacas do produto (conforme a produtividade) após a colheita e a entrega da área com pastagem de inverno plantada (aveia ou azevém, conforme queira o assentado).

FOTO 20 – Trator Valmet, ano 1978, pertencente a um assentado



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

FOTO 21 – Ceifadeira/Colheitadeira da década de 1960



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

Para isso, o arrendatário/sojicultor procura alquilar um grande número de lotes dentro do mesmo assentamento, para que seja viável economicamente locomover todo o seu maquinário entre os lotes, como é o exemplo de um sojicultor que planta em 28 lotes de um único assentamento, contabilizando em torno de 400 hectares.

Para o arrendatário/sojicultor, é muito confortável plantar em áreas de assentamento rural, pois o assentado fica vigiando a soja caso algo venha a dar errado na plantação, como uma doença ou infestação de uma praga. O dono da produção é comunicado imediatamente para remediar com um agrotóxico. Isso são os laços de interesse, porque o assentado não quer que o seu inquilino tenha baixa produtividade, pois muitas vezes o recebimento do arrendamento da terra (sacas de soja) está vinculado ao rendimento da área.

Em contrapartida, o arrendatário/sojicultor usa o máximo de tecnologia para produzir, contando com maquinários modernos, colheitadeiras, tratores, plantadeiras, pulverizadores, caminhões, pequenos aviões agrícolas, pivô de irrigação, acompanhamento constante das áreas com um técnico agrícola ou um agrônomo, modernas sementes de alta qualidade de germinação e uma correção do solo impecável com calcário e adubação química. Isso tudo fica por conta do arrendatário/sojicultor que busca uma grande produtividade, para chegar a colher até 70 sacas por hectare, em algumas áreas.

Um único arrendatário/sojicultor não planta somente em um assentamento, mas em outros assentamentos, ou outras áreas que consorciam com a bovinocultura, podendo chegar a produzir em até 5.000 hectares para a soja, sem ter um único hectare de terra registrado em seu nome.

Após a super colheita, primeiramente, paga todos os fornecedores, arrendamentos e financiamentos, para, em seguida, estocar toda a soja excedente em graneleiros próprios à espera da valorização, o que acontece no fim do inverno, começo de um novo plantio de soja, quando o produto está em escassez no mercado. Assim, se favorece da lei da oferta e da procura por possuir uma estrutura altamente capitalizada pró-soja, caso em que a soja, portanto, vale ouro.

Para o assentado, economicamente, essa forma de locação de parte do seu lote é muito benéfica, pois recebe algumas sacas de soja por hectare de área arrendada, não precisa fazer a correção do solo e tem garantida uma ótima pastagem para suas vacas quando chegar o inverno, auge da produção leiteira. A

cultura da soja tem grande potencial no que se refere à reciclagem de nitrogênio, favorecendo o cultivo da pastagem de inverno.

No verão, quando a maior parte das áreas do lote está com a soja, o assentado reduz a pastagem para a produção de leite, já que as vacas leiteiras ficam confinadas em poucos hectares e, conseqüentemente, há a necessidade de um complemento alimentar para as mesmas, o que é feito através de silagem ou de farelo de milho, processo que será bem analisado no subitem seguinte.

7.3 COOPERTERRA: O FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

A Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda (COPERTERRA) é a cooperativa fundada a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e com auxílio da Coptec. Foi fundada a partir da necessidade de garantir maior autonomia às famílias assentadas perante a lógica negativa do mercado capitalista. Neste sentido, desenvolve atividade produtiva visando à qualificação e melhoria na bacia leiteira, coleta da produção e comercialização e, atualmente, está em processo de beneficiamento de leite através de uma agroindústria. Fundada no ano de 2002 com 21 associados/cooperados, conta, hoje, com quase 400, representando um total de 382 famílias assentadas.

Com a redução da área do lote em prol do cultivo da soja, o assentado tem que condicionar suas vacas leiteiras em uma área reduzida que é insuficiente para o pastoreio, pois o assentado, mesmo com pouca pastagem, não se desfaz de seu pequeno rebanho em épocas de plantio da soja (FOTOS 22 e 23).

A alternativa encontrada para suprir a dificuldade nutricional durante 6 meses, incentivada pela Cooperterra e com o apoio técnico da Coptec, foi a de inteirar o nutrimento das vacas com um complemento alimentar através de silagem da palha do milho ou de farelo de milho, como forma de planejamento para o verão.

No caso de silagem, a cooperativa auxilia o associado que tiver uma pequena roça com milho, ou seja, leva até o lote seu trator com o maquinário específico para fazer a silagem (FOTOS 24, 25 e 26). Já o assentado que queira fornecer farelo de milho as suas vacas tem que investir com recursos próprios (FOTOS 27 e 28).

FOTO 22 – Vacas confinadas em pouca área, ao fundo (verde escuro) soja



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

FOTO 23 – Soja (verde escuro ao fundo) dominando áreas do lote



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

FOTO 24 – Colhendo e picando palha de milho – silagem



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)
Apoio Cooperterra

FOTO 25 – Descarregando silagem sobre a lona para secar ao sol



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)
Apoio Cooperterra

FOTO 26 – Espalhando silagem para secar e depois armazenar



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)
Apoio Cooperterra

FOTO 27 – Assentado alimentando suas 15 vacas da raça Jersey com silagem e farelo de milho



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)
Apoio Cooperterra

FOTO 28 – Assentado alimentando suas 10 vacas da raça Holandesa com farelo de milho



Fonte: Acervo do autor (trabalho de campo realizado em jan-fev de 2012)

Todavia, antes da implantação dos assentamentos rurais, a produção de leite em Tupanciretã era pouco expressiva do ponto de vista econômico. Conforme dados do IBGE, essa produção era destinada apenas para o consumo dos produtores e o excedente deixado para a criação dos animais, ou seja, não havia um interesse econômico com essa produção. A tabela 6 apresenta as médias de produção, entre 1980 e 1995, que comprovam essa baixa produção.

Essa realidade começa a ter outra configuração, a partir da implantação dos assentamentos rurais, que encontraram no criatório de bovinos leiteiros (Holandesas e Jérseis) uma fonte constante de renda. A produção leiteira vem a corroborar e incrementar a economia de Tupanciretã que, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Rural (2012), é responsável por 4,06% do PIB total municipal.

TABELA 6 – Produção de leite em Tupanciretã/RS

ANOS	Média da produção Mensal
1980	281.500 litros/mês
1995	316.300 litros/mês
2006	416.667 litros/mês
2011*	1. 258.450 litros/mês

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, anos 1980, 1995 e 2006

* Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, 2011

Organização: Vinicius Silva Moreira, 2012

Na tabela 6, é notável a gradativa elevação da produção leiteira. Como já mencionado, a implantação do primeiro assentamento ocorreu no ano de 1996, quando então as famílias assentadas começam a investir na atividade através de um plantel de qualidade.

Com o passar dos anos, essa atividade foi prosperando devido a dois fatores principais: a implantação de mais 14 assentamentos e investimento feito pelos assentados em seus rebanhos e em infraestruturas voltadas para a produção leiteira.

O desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Município, impulsionada pela consolidação da Cooperterra, é resultado direto da totalidade das famílias produtoras de leite nos assentamentos, as quais comercializam a sua produção via cooperativa. Em janeiro de 2012, contou com uma produção de 600.000 litros no mês, sendo que, nesse período do ano (outubro/abril) há uma redução na produção,

pois grande parte das áreas dos lotes está com a soja plantada. Também se pode inferir que mais da metade da produção leiteira em Tupanciretã, no ano de 2011, foi fruto da ação da Cooperterra que, nesse ano, teve uma média acumulada nos 12 meses de uma produção com quase 900.000 litros por mês.

Outra reflexão relevante é a contribuição do território dos assentamentos rurais para a pecuária de bovinos em geral, pois 6% do total de bovinos do Município (vacas leiteiras) estão nos assentamentos, que representam apenas 3,98% da área total das propriedades rurais de Tupanciretã.

Os custos da atividade leiteira foram calculados pelas duas cooperativas, Cooperterra e Coptec, sendo observados os seguintes aspectos: custo com mão de obra, depreciações, manutenção, alimentação dos animais (pastagem, silagem, ração), sanidade e custo com assistência técnica. O custo médio foi em torno de R\$ 0,20 (vinte centavos) por litro de leite, podendo variar para mais ou para menos entre os lotes produtores.

O preço médio do litro de leite pago ao assentado, em fevereiro de 2012, girava em torno de R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) por litro variando de semana para semana. O custo da produção ficou em 36% da renda bruta obtida sobre a produção.

A COPTEC – Cooperativa que oferece serviço de assistência técnica, social e ambiental às famílias assentadas no município de Tupanciretã a partir do ano de 2001, e na forma de convênio em contrato com o INCRA a partir do ano de 2009, atua em todos os assentamentos, contando com 10 técnicos do núcleo operacional, assim, havendo um significativo avanço para a bacia leiteira.

A produção do leite é essencial para a geração de renda direta das famílias, mesmo que o preço do produto seja baixo. Oferece a possibilidade de uma renda mensal, o que é uma garantia para o pagamento das obrigações financeiras e para a aquisição de produtos e bens de consumo.

Com absoluta certeza, melhorou a condição de vida de todos os assentados, pois se inseriram no tão almejado mercado capitalista, uma vez que consomem e compram bens (casa, carro, eletrodomésticos, vestuário, viagens e alimentos) que um dia, no passado, não lhes era permitido pela sua condição de exclusão socioeconômica, isso devido à indigna vida itinerante que levavam sob a “lona preta”.

As famílias assentadas em Tupanciretã acabam se capitalizando exclusivamente a partir da produção de soja e de leite. Assim, o sistema que está consolidado e abrange o maior número de famílias, quase que na totalidade dos assentamentos rurais, está baseado nesse binômio.

Para os assentados que arrendam algumas áreas de terra dos seus lotes para sojicultores altamente capitalizados, consorciando soja no verão com planejamento de pastagens e alimentação para suas vacas leiteiras e administrando uma excelente pastagem (aveia ou azevém) no inverno, o *El dourado* é o momento em que vivem. O que há alguns anos ficava apenas no imaginário, ficava nas conversas em acampamentos à margem de estradas, é hoje uma realidade, a realidade de estarem novamente reconhecidos e inseridos no mundo capitalista.

Infelizmente, para os assentados que persistem em plantar soja com recursos próprios e financiamentos da rede bancária e em repetir velhas práticas capitalistas excludentes, só com diversos tropeços em várias piritas é que irão compreender que num pequeno lote de terra destinado para a agricultura familiar é insustentável a sojicultura.

Entretanto, as duas formas apresentadas com a soja em assentamentos rurais e seus lotes padecem com o excesso de agrotóxico; as áreas sofrem com a contaminação com produtos químicos e os assentados, muitas vezes, sequer sabem o mal ao qual estão condicionados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2008, paralelamente ao amadurecimento da ideia de fazer um curso de Pós-Graduação em Geografia em âmbito de Doutorado também nascia junto a questão sobre qual seria a problemática a ser investigada cientificamente e quais as hipóteses que poderiam responder com veracidade ou serem refutadas para a parábola levantada.

Para conseguir responder a essas presunções, o objetivo (tese central) foi delineado a fim de que contribuísse para direcionar as leituras que deram fundamentação teórico-metodológica para a pesquisa e a estruturação de um trabalho investigativo em campo. Mas antes de isso acontecer, realizaram-se três breves levantamentos empíricos através de visitas no município de Tupanciretã, que vieram a estruturar um pré-conceito em relação à soja e suas dinâmicas naqueles campos.

Por esse motivo é que se faz presente no início desta obra a epígrafe retirada de um fragmento da obra de autoria de René Descartes, **Discurso sobre o Método**, onde se lê: “Muitas vezes as coisas que me pareceram verdadeiras quando comecei a concebê-las tornaram-se falsas quando quis colocá-las sobre o papel”, ou seja, quando a pesquisa começou a ser desenvolvida e tomar vulto, principalmente após o trabalho investigativo de campo, o pré-conceito se esfacelou, dando lugar à concretude e veracidade científicas ao escrever este trabalho.

Acreditava-se, com as visitas empíricas, que a “elite fundiária” desaparecera do local com a chegada da soja, que essa elite vendera suas terras para outra elite, a “elite agrária” que subtraiu a pecuária extensiva dos campos em prol da soja. Outra inverdade que ajudava a formar uma opinião errônea era que todos os indivíduos assentados pela reforma agrária, em um futuro próximo, iriam estar em extrema pobreza rural por plantarem soja em seus lotes, secundarizando o plantio de outras atividades agrícolas, abandonando a policultura.

Contudo, a verdade é outra: a elite fundiária que é herdeira das sesmarias nunca desapareceu, a terra permanece concentrada com poucas famílias, mas o fator terra dialeticamente se (re)(des)configurou forçada pela nova matriz produtiva que o capital impôs, dessa forma fazendo surgir uma nova elite local, a elite agrária que representa a sojicultura e que, através do arrendamento, sub-existe em função das áreas locadas da elite fundiária.

Conseqüentemente, a elite fundiária, ao conceder suas áreas, faz o arrendamento de duas formas: uma é pelo consórcio de bovinocultura (de inverno) com plantação de soja (de verão) e outra é pelo arrendamento total e anual, ou quinqüenal, para a elite agrária que planta soja no verão e trigo no inverno.

No segundo apontamento, diferente do primeiro, é que a elite fundiária reside na cidade de Tupanciretã e ainda mantém atividade pastoril (bovinocultura) em um período do ano. Grande parte dessa elite faz um contrato firmado e reconhecido em cartório por, no máximo, cinco anos – se balizando na “Lei de Usucapião”²⁶ – e vai morar em cidades maiores como Santa Maria, Porto Alegre, Florianópolis e litoral catarinense, São Paulo e Rio de Janeiro, vivendo exclusivamente do arrendamento da terra que foi herdada, assim perdendo o vínculo com a região pela qual seus antepassados lutaram para possuir.

Entretanto, isso não é unanimidade e sim uma majoritária parcela, pois ainda existem pouquíssimas/raríssimas áreas com a pecuária extensiva, representando a resistência ao capital. Essa resistência é interpretada na letra da música “Não podemos se entrega pros home”, a qual relata a dificuldade dos antepassados em conquistar a terra (sesmarias) e a formação do estereótipo do Gaúcho e que hoje é (re)(des)configurado dialeticamente em favor de uma nova matriz produtiva que, imposta pelo capital, remoldura e transforma a paisagem dos campos. O refrão seria melhor adaptado se o verso fosse “Não podemos se entrega pro Capital”.

Portanto, a estrutura rural muda em função da sojicultura e o urbano também se altera trazendo rugosidades ao Espaço Geográfico que se adapta às novas territorialidades.

Outra verdade é que os assentamentos rurais dependem de um mercado consumidor para comprar e vender seus produtos, pois se sabe que o indivíduo assentado não é um camponês; o assentado é filho do Capitalismo que no passado o pariu na exclusão e que, devido a sua luta com o Estado Nacionalista, consegue sobreviver reinserido no mundo capitalista em forma de um agricultor familiar pobre, com suas ideologias e descapitalizado monetariamente.

Assim, quem dita as regras do que produzir nos assentamentos é a demanda do mercado capitalista.

²⁶ Lei nº 6969, de 10 de dezembro de 1981.

Não sendo pessimista, mas realista da condição social em que a humanidade vive atualmente e viverá a médio, longo e longuíssimo prazos, o Capitalismo perdurará por longos e longos séculos com sua inescrupulosa *mais valia*, sempre buscando o lucro na exploração humana e ambiental. Dessa forma, erguer diversas bandeiras em busca de uma sustentabilidade ou de uma ideologia político-filosófica é uma hilária utopia, pois estamos embebidos no capital que é o tônico da nossa existência.

Por isso, a alternativa encontrada pelos assentados para permanecerem incluídos no mundo capitalista em que vivem foi desenvolver suas atividades ao encontro da estrutura capitalista disposta em Tupanciretã, da estrutura do complexo agroindustrial da soja.

Isso não significa uma ruptura com o “ser sem-terra” ou “ex-sem-terra”, hoje agricultor familiar de assentamento rural, uma vez que todos os assentados, sem nenhuma exceção, sabem de sua história de sofrimento, de pré-conceito, de luta e resistência para serem reconhecidos pelo Estado e Sociedade em busca de um pedaço de chão que se territorializa na forma de assentamento rural, pois o assentamento não deixa de ser um trunfo na luta pela terra.

Todos os assentados também sabem das condições de acampado pelas quais passaram, sabem do quanto é difícil a luta pela terra, sabem da dor de não poder suprir sua família com o básico para manter uma vida digna, sabem e reconhecem a humilhação de serem pré-julgados pela sua condição e pela sua luta que é mais do que justa. Assim, nenhum assentado deseja retroceder e por isso se adapta ao mundo que o cerca com medo de uma nova exclusão para sua família.

Por esses motivos é que são encontradas plantações de soja alocadas dentro de assentamentos rurais de reforma agrária, pois se os assentados decidirem cultivar em seus lotes qualquer produto que não seja aceito pelo mercado irão padecer com uma safra sem destino final de comercialização.

Assim, como já apresentado no Capítulo 7, há duas práticas para o cultivo da soja em assentamentos rurais: a dos assentados que decidem plantar a sua própria lavoura de soja em seu lote e que encontrarão muitas dificuldades financeiras devido ao alto custo desta produção – não é este o caminho mais viável; e a dos assentados que decidem ceder parte de sua área do lote para um sojicultor usufruir com esse cultivo e que, em troca, irão receber conforme a produtividade, em média

10 sacas de soja por hectare e mais a plantação da pastagem de inverno para suas vacas leiteiras – este caminho viabiliza sua manutenção.

Apesar de o agronegócio da soja estar presente nos assentamentos, utilizando áreas que representam uma sobreposição de territórios, quem tem o poder de gerenciar e de decidir a atividade em cima da terra é o assentado, o qual tem a posse da área e que determina quanto dessa extensão pode ceder para a soja ou para sua própria plantação de milho que irá atender seu rebanho leiteiro através da silagem.

Dessa maneira, a base econômica dos quinze assentamentos rurais se estrutura no binômio soja/leite. A soja representando a renda da terra no ato de designar áreas para pessoas capitalizadas, as quais podem fazer altos investimentos nesse cultivo e repassar parte da safra para o assentado. Ao mesmo tempo, o assentado recebe plantada a pastagem para o inverno que se aproxima, incrementando a bacia leiteira, que é apoiada pela Cooperterra através de apoio técnico (médico veterinário e zootecnista) durante o ano todo.

O arrendamento das áreas nos lotes de assentamento rural tem o seu bônus e ao mesmo tempo o seu ônus.

O bônus surge quando o assentado recebe seu lote com uma correção de solo que é feita pelo sojicultor em busca de mais produtividade, através de adubação e calagem que ajudam a fixar mais nitrogênio no solo, possibilitando uma pastagem de inverno mais resistente e viçosa.

Entretanto, o ônus está na contaminação dos mananciais (várzeas, riachos, nascentes) e das matas com os agrotóxicos, extinguindo a apicultura para aqueles assentados que dela retiram uma fonte de renda e, também, contaminando a pequena criação de frangos-caipira soltos no lote. Alguns assentados que vivem na periferia (vilas) da cidade de Tupanciretã e pouco se importam com o seu lote, não se dão conta de que algumas áreas de mata nativa de sua propriedade são clandestinamente desmatadas para aumentar a área agricultável da soja.

Levando-se em consideração o exposto até o presente momento, fica evidente que o capital interferiu na gestão do espaço rural do município de Tupanciretã, possibilitando diversas configurações que, muitas vezes, foram alheias aos interesses locais, já que o capital se apresenta dialeticamente e verticalmente no Espaço Geográfico, (re)(des)configurando as horizontalidades do Município.

As mudanças ocorridas na matriz produtiva local e suas consequências socioespaciais é a grande demonstração de força e poder que o capital verticalizado exerce sobre um determinado território em prol de outro território demonstrado na dialética por que passou a pecuária extensiva tendo que se adaptar à sojicultura, mesmo sendo detentora da terra, perdendo prestígio e permitindo a divisão do topo da camada social.

Os ex-pecuaristas se tornam a elite fundiária, mas quem dá a dinâmica ao Município é a nova elite agrária da sojicultura. Isso é constatado quando muitos detentores do fator terra vão embora de Tupanciretã, só retornando a cada quatro ou cinco anos para renovar os contratos de arrendamento.

Dessa forma, as hipóteses alçadas para elucidar os motivos que levaram a soja a adentrar incisivamente, com uma força vertical, nos campos da pecuária extensiva em Tupanciretã e, conseqüentemente, nos assentamentos rurais da reforma agrária foram levantadas com veracidade científica e levam a concluir que:

em primeiro lugar, o interesse do capital em terras do Município se deve à ótima qualidade da terra roxa que possui grande fertilidade e cujo potencial de produtividade se intensifica com a adubação. Com áreas favoráveis à mecanização, o lucro se amplia com técnicas intensivas de produção;

em segundo lugar, desde o período da ditadura militar, o sistema financeiro nacional, com o auxílio e interesse do FMI e do Banco Mundial, incentivou, com larga escala de financiamentos na forma de linhas de crédito, o cultivo da soja. Atualmente, esses valores oferecidos são cada vez maiores em relação ao proporcionado para a agricultura familiar, assim, impulsionando a sojicultura;

e, para finalizar, há duas situações distintas: uma é aquela em que se infere que com um investimento no plantio da soja por um sojicultor altamente capitalizado e em condições de fornecer todo suporte técnico para este cultivo, a obtenção de lucro é certa; já em contraposição, se o plantio for produzido com baixa tecnologia por qualquer indivíduo pouco capitalizado, aparentemente ou ilusoriamente, há um lucro rápido, mas, na hora de findar as contas, a produtividade será baixa indicando ou um lucro ínfimo, ou ter pago para produzir.

Como já mencionado nas entrelinhas desta pesquisa, mas cabendo aqui um destaque final ao reconstruir esta reflexão: é afirmativo dizer que todos são vítimas do capital, seja o dono da terra, seja o sojicultor ou o assentado, já que o capital é

perverso, sempre buscando o lucro rápido, independente se o território é ou não adverso.

Para o proprietário da terra, herdeiro das sesmarias, que arrenda suas áreas, a perda é cultural. Por mais que ele faça parte da elite fundiária, sua relevância é apenas social, pois ficou em segundo plano no local. As tradições do manejo com a pecuária foram suprimidas e a essência do “gaúcho centauro” em seu pampa foi diluída. Por umas “patacas” a mais, famílias com renome secular foram embora de Tupanciretã e só retornam na busca da herança de uma “pobre” estância, que só gera a soja como fonte de esperança.

O sojicultor é uma marionete nas mãos do capital, seu futuro é incerto e duvidoso; não é o detentor do fator terra e está sempre devendo na praça, com a esperança de uma boa safra para saldar as dívidas atuais e contraí-las safra após safra e, quando a *La Niña* chegar, suas economias acumuladas irão findar, pois a estiagem a soja não irá aguentar.

O assentado sofrido, já fora excluído!

Hoje, reinserido no mundo capitalista, luta para sobreviver e não ser explorado, tendo no cooperativismo o seu grande aliado e administrando seu pequeno lote familiar para, debaixo da lona preta, nunca mais voltar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. In: ALMEIDA, P. F. C. de. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.

AZEVEDO, T. **Italianos e gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/IEL-DAC/SEC, 1975.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica: Um guia para a iniciação científica**. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BASTOS, C.; KELLER, V. **Introdução à metodologia científica**. 16 ed. São Paulo: Vozes, 2002.

BECKER, B. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaços e debates**, São Paulo, n. 32, 1991. p. 47-56.

BLUM, R. Agricultura familiar: Estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: Realidade e perspectivas**. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999. Capítulo 2.

BONAVIDES, P. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. Capítulo 7 – O poder do Estado e Capítulo 9 – A Soberania.

BRUM, A J. **Modernização da agricultura** – trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1987. 200p.

BUNGE, M. **Teoria e realidade: Filosofia da Ciência**. São Paulo: Perspectiva S/A, 1974.

_____. **Ciência e desenvolvimento**. São Paulo: Edusp, 1980.

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. Tradução M. Marques. **Orientação**, Revista do departamento de Geografia da USP, São Paulo, n. 9, set. 1992. p. 57-66.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2005. Capítulo 3. O poder e o poder político como problemas.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA SOJA – CISOJA, disponível em <<http://www.cisoja.com.br>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil Ltda, 1983.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. (Tradução: Nathalie Dessartre-Mendonça). In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S.. (Org.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. p. 11-43.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – **CEPAL** – Disponível em: <[http:// www.eclac.org](http://www.eclac.org) >. Acesso em: 8 set. 2011.

COSTA, F. **Terra de Vila Rica**: Contribuição ao Estudo da História do Município de Júlio de Castilhos. 1 ed. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991. 480p.

COSTA, R. H. da. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104p. (Documenta 25)

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Edusp/Contexto, 1988. 83p. Introdução e Capítulo 1.

_____. **Política e território em tempos de mudanças globais**. 2005. Tese (Tese de Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DA ROS, C. A. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. **Ruralidades**, n. 4, out. 2002. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

FACCIO, A. J. **Infraestrutura ferroviária e privatização**: O caso do ramal Passo Fundo – Marcelino Ramos na região do Alto Uruguai/RS. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERNANDES, B. M. **MST**: Formação e territorialização. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Territorialização da luta pela terra. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.473-474.

FERRARI, A. T. **Metodologia científica**. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6 ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censo Agropecuário de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Censo Agropecuário de 1995 e 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=v&t=1&p=CA&z=t&o=3>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=cd&o=10&i=P>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

GALLIANO, A. G. **O Método científico**: Teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1979.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRON, L. S. A imigração italiana no RS: fatores dominantes. In: DACANAL, J. H. (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GRAWITZ, M. **Méthodes des science sociales**. Paris: Dalloz, 1976.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 137-143.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Org.). **A Emergência da multiterritorialidade**: A Ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. UFRGS e Ed. ULBRA, 2008. p. 19-36.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e concentração territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HEGENBERG, L. **Etapas da investigação científica**: Leis, teorias, métodos. São Paulo: Edusp, 1976.

HEIDRICH, A. L. **Além do Latifúndio**: Geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. 212p.

_____. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Org.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 21-44.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório ambiental de projetos de assentamentos em Tupanciretã**. Porto Alegre, maio de 2008.

JOLIVET, R. **Curso de filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

KAUTSKY, K. **A Questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta, 1980.

KLIEMANN, L. H. S. **RS: Terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Documenta 21).

KONDER, L. **O Que é dialética**. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOPNIN, P. V. **A Dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Metodologia científica**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento capitalista na Rússia**. São Paulo: Abril, 1985.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARAFON, J. G. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia da UERJ**, Rio de Janeiro, n.3, junho de 1998. p. 7-21.

MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A Sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDEIROS, R. M. V. O Rio Grande do Sul e a busca pela reforma agrária. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTAGARAY, D. M. A. (Org.) **Rio Grande do Sul: Paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 147-162.

MESQUITA, O. V.; GUSMÃO, R. P. de; SILVA, S. T. Modernização da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 39, n. 4, out/dez 1977. p. 3-65.

MORAES, A. C. R. O Que é território? **Orientação**: Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, n. 5, out.1984. p. 91.

_____. (Org.) Ratzel. In: FERNANDES, F. (Coord.). **Coleção Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Base da formação territorial do Brasil**: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, R. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. p. 47-62.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2009

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989. 150p.

NAVARRO, Z. S.; RIEDL M. Reforma agrária na região sul. In: SCHMIDT, B.V.; MARINHO, D.N.C.; ROSA, S.L.C. (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 221-236.

NERICI, I. G. **Introdução à Lógica**. 5 ed. São Paulo: Livraria Nobel, 1978.

NEUTZLING, I. (Org.). **A experiência missioneira**: território, cultura e identidade. v. 1. São Leopoldo: Casa Leiria, 2010.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1998.

PENHA, E. A. Território e territorialidade: considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, jan/jun 2005. p.7-21.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POGGI, G. **A evolução do estado moderno**: uma introdução sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PRADO JUNIOR, C. **A Questão agrária no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História econômica do Brasil**. 31 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ. Disponível em: <<http://www.tupancireta.rs.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2012.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R. **As missões: crise e redefinição**. São Paulo: Ática, 1993.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R.; TAMANGUEVIS SANTOS, J. **Rio grande do Sul: Aspectos da história**. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

RAFFESTIN, C. Préères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. et alli. **Reseux Territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.

_____. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDUÇÕES JESUÍTICAS E HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Reduções Jesuíticas do Tape**. Disponível em: <www.aseganfreddo.blogspot.com.br>. Acesso em: 28 ago. 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHE, J. **A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 105-136.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SÁ, L. **Introdução à teoria do estado**. Lisboa: Caminho, 1986. 240 p. (Coleção Universitária, 14).

SACK, R. D. **Human territoriality**. Cambridge: University Press, 1986.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Por uma Geografia Nova**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. 9 ed. São Paulo: Record, 2002.

SAUER, S. **Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: Coleção ABET, vol. 3. 1998. 127 p.

SCHIERA, P. **O Estado e formas de estado e governo**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

SEHN, P. S.; ILHA, A. da S. Aspectos históricos da ocupação e evolução da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996. **Economia e desenvolvimento**, Santa Maria, n. 12, nov. 2000. p. 101-118.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 77-116.

SPOSITO, M. E. B. Espacialidade, cotidiano e poder. **Revista Paranaense de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB Curitiba, n. 01, 1996. p. 14-22.

SUERTAGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da geografia. **Cadernos Geográficos**. Publicação do Departamento de Geociências/CFH/UFSC, Florianópolis, n.12, 2005. 63p.

TAMBARA, E. **RS**: modernização e crise na agricultura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 95p.

TORRONTÉGUY, T. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEATHERALL, M. **Método científico**. São Paulo: Polígono/EDUSP, 1970.

APÊNDICE

ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CAMPO

Questões norteadoras da Entrevista Semiestruturada:

- ▶ Histórico de formação do assentamento (Processo da Luta-Conquista da Terra) {ORIGEM};
 1. De onde vieram?
 2. Tempo no acampamento?
 3. Local do acampamento? Por que decidiram ficar nessa área?
 4. Número de famílias?
 5. Recursos para infraestrutura?
 6. Sofreram preconceito/discriminação/perseguição em Tupanciretã?

- ▶ A infraestrutura do assentamento. {FORMA};
 1. Quem decidiu essa infraestrutura atual?
 2. Principal problema enfrentado? (Comunicação, estrada, saneamento, moradia, escola, transporte, saúde, outro)

- ▶ Forma de organização do assentamento (Como se desenvolvem suas atividades? (Coletivo, individual, grupos) {ORGANIZAÇÃO};
 1. Qual a forma de organização? Por quê?
 2. Desde quando?
 3. Quantos em cada grupo?
 4. Sempre foi assim?
 5. Ocorreram modificações? Por quê?

- ▶ As diferentes relações de trabalho e produção desenvolvidas no assentamento. {ORGANIZAÇÃO};
 1. Arrendamento ou parceria?
 2. Trabalho assalariado?
 3. Trabalho dos filhos menores?
 4. Trabalho da mulher?
 5. Mecanização, fertilizantes, pesticidas?

- ▶ A principal atividade econômica destacando as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos assentamentos. {PROCESSO}
 1. Tipo de produção?
 2. Valor da produção?
 3. Quantidade produzida, área cultivada?
 4. Destino da produção?
 5. Produtividade com ou sem transgênicos?
 6. Buscaram alternativas?
 7. Por que deu ou não deu certo? Quem orientou na escolha? Qual a participação das lideranças nesta decisão? O movimento também participa dessa escolha? Em relação ao que faziam, como avaliam sua atual atividade? Melhorou a vida ou piorou?

- ▶ As atividades ligadas à preservação do meio ambiente. {PROCESSO}
 1. Práticas agroecológicas: quem orientou?
 2. Decisão pessoal? Por quê?
 3. É uma atividade recente?
 4. Desde quando?

- ▶ O acesso aos projetos e financiamentos (Políticas dos governos Municipal, Estadual, Federal) {ESTRUTURA FUNCIONAL}
 1. Busca o PRONAF? Desde quando? Vale à pena? Por quê?
 2. Quais os outros financiamentos?
 3. Como percebe a atuação do governo no financiamento dos projetos agrícolas?
 4. Possui seguro?
 5. Valor dos financiamentos?
 6. Dívidas nos bancos?
 7. Dívidas junto a empresas?

- ▶ Número de famílias cooperadas. (Quais cooperativas?) {ESTRUTURA FUNCIONAL}
 1. Sempre foram cooperados? Desde quando? Acha importante? Por quê?
 2. Por que algumas famílias não fazem parte da cooperativa? A decisão é pessoal? Como atua o movimento nesse sentido? São cooperativas ligadas à soja?
 3. Todos plantam soja? Quando não, o que plantam, tamanho da área, destino da produção?
 4. Tem soja orgânica? Tudo é transgênico? Existe outra alternativa na prática desses assentados?
 5. Escolas? Lazer? Festas? Religião? Partido Político?
 6. Acreditam nas políticas públicas do governo atual?
 7. Vislumbram alguma mudança? O que esperam? Vivem bem?
 8. A família está satisfeita com o que fazem, como vivem?
 9. Doenças na família? Quais? Mortes? Razão do óbito?
 10. Como se veem: camponeses, agricultores assentados, produtores de soja, pequenos produtores, agricultores familiares? O que são?
 11. Alguma reivindicação? Qual?
 12. Algum comentário a mais que queira expor?

ANEXO

ESTRATO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE TUPANCIRETÃ/RS ANO: maio/2012

ÁREAS	Nº de PROPRIEDADES RURAIS	QUANTIDADE DE ÁREA TOTAL (hectare)
Menores que 10 ha	372	1.948,12
10,01 a 20 ha	282	4.333,58
20,01 a 50 ha	377	12.711,16
50,01 a 100 ha	294	21.291,81
100,01 a 200 ha	270	38.584,05
200,01 a 500 ha	205	64.435,57
500,01 a 1000 ha	73	51.640,93
1000,01 a 2000 ha	26	35.200,34
Mais de 2000,01 ha	10	32.381,70
TOTAL	1.909	262.527,26

Fonte: INCRA – Porto Alegre/RS

ha – hectare

Menores que 50 hectares – 1031 propriedades – 18.992,86 hectares (**Pequenas**)

De 50,01 a 500 hectares – 769 propriedades – 124.311,43 hectares (**Médias**)

De 500,01 hectares ou maiores – 109 propriedades – 119.222,97 hectares (**Grandes**)

Módulo Rural ou Fiscal – 20 hectares